

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

Cleonice Correia Araújo

**POBREZA E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: concepções e
significados**

São Luis – MA
2009

CLEONICE CORREIA ARAUJO

POBREZA E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: concepções e significados

São Luis – MA
2009

Araújo, Cleonice Correia

Pobreza e programas de transferência de renda: concepções e significados / Cleonice Correia Araújo. – São Luis, 2009

205 p.

Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão.

1. Pobreza 2. Programa Bolsa Família I Título

CDU 364.01

Ao meu Senhor e Salvador Jesus Cristo.
Sem ti, Senhor, eu nada poderia fazer
(Jo. 15:5).

À Benedita, Eunice, Socorro, Selma,
Maria Joana, Suely, Lindalva, Teresa,
Odete e Mariana, mulheres do Programa
Bolsa Família, sujeitos dessa pesquisa.
Suas histórias deram sentido a este
trabalho.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, meu Pai, força da minha vida, consolo, abrigo, refúgio, o grande autor de todas as minhas realizações;

À minha família, meus pais Francisco e Júlia, e meu irmão Enivaldo, suporte de apoio, compreensão, confiança e amor;

À professora Doutora Maria Ozanira da Silva e Silva pelo apoio e pelas valiosas contribuições como orientadora;

À professora Doutora Maria Carmelita Yazbek, pelo apoio e contribuições primorosas durante minha estada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC /SP;

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de Doutorado;

Ao Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas direcionadas a Pobreza - GAEPP, pela oportunidade de avançar como pesquisadora;

Aos colegas do Doutorado pelo apoio e cumplicidade;

À Simone, Jean, Israel, Márcia Jessé, Núbia Èlbia, amigos e irmãos em Cristo, suas orações foram poderosas em seus efeitos;

Às equipes da SEMED, FUMCAS e SEMUS pelo apoio e colaboração;

À Lilia Penha, Jorgeana Fonseca Annova Míriam, amigas e irmãs, pelo apoio, carinho, amizade, pelo vínculo de afeto que construímos;

À Tânia Maria, Andréa de Jesus, Marly Dias, Socorro Alves, Klítia pelo apoio, incentivo e carinho;

Às colegas do CEAS / MA pela força, compreensão e apoio;

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho fosse possível.

“Ai dos que decretam leis injustas, e dos escrivães que prescrevem opressão. Para desviarem os pobres do seu direito, e para arrebatarem o direito dos aflitos do meu povo, para despojarem as viúvas e os órfãos”. (Isaías 10: 1,2)

LISTA DE SIGLAS

CAEMA – Companhia de Água e Esgoto do Maranhão
DATASUS – Processamento de Dados do Sistema Único de Saúde
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUMCAS – Fundação Municipal da Criança e da Assistência Social de São Luis
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei, n. 8.742 / 93)
LOS – Lei Orgânica da Saúde (Lei, n. 8080 / 90)
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONU – Organização das Nações Unidas
PBF – Programa Bolsa Família
PFL – Partido da Frente Liberal
PGRM – Programa de Garantia de Renda Mínima
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROMORAR – Programa Nacional de Moradias Populares
PT – Partido dos Trabalhadores
PTR – Programa de Transferência de Renda
SEDES – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Maranhão
SEMED – Secretaria Municipal de Educação de São Luis
SEMUS – Secretaria Municipal de Saúde de São Luis
SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A POBREZA COMO CATEGORIA TEÓRICA HISTORICAMENTE CONSTRUÍDA	24
2.1 Abordagens Conceituais e Explicativas da Pobreza	24
2.1.1 Tendências do Debate sobre a Pobreza	32
2.1.1.1 A abordagem liberal / neoliberal	32
2.1.1.2 As abordagens multidimensionais	35
2.2 A Construção das Concepções de Pobreza no Debate Brasileiro	39
3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: concepções, significados e pressupostos da pobreza	52
3.1 O Programa Bolsa Família no Contexto dos Programas de Transferência de Renda no Brasil	53
3.2 O Programa Bolsa Família: construção histórica de um programa de enfrentamento a pobreza	55
3.3 A Pobreza Segundo os Formuladores do Programa Bolsa Família: a construção das concepções denominadas oficiais	60
3.3.1 As dimensões da pobreza no Programa Bolsa Família	60
3.3.2 Uma nova modalidade de políticas sociais no combate à pobreza?	78
3.3.3 A relação exclusão / inclusão social na compreensão da pobreza no Programa Bolsa Família	84
3.3.4 Garantia de direitos sociais e condicionalidades: elementos de uma relação controversa	89
4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA FRENTE À REALIDADE DE POBREZA: o pensamento dos sujeitos sociais	98
4.1 A Pobreza no Maranhão: principais dimensões e expressões no Estado	98
4.2 O Que é Pobreza: elementos constitutivos de uma construção em movimento	103
4.2.1 A pobreza na trajetória das “beneficiárias” do Programa Bolsa Família em São Luis	120
4.2.2 Pobreza: uma compreensão construída na vivência	135
4.2.3 O Trabalho como elemento possível de reconhecimento social e enfrentamento à pobreza	145
4.2.4 O Programa Bolsa Família: tensão entre dependência e oportunidade	157
4.2.5 Construindo possibilidades: o Programa Bolsa Família como referência para o reconhecimento público dos pobres	172
5 CONCLUSÃO	179
REFERÊNCIAS	186

APÊNDICES	195
ANEXOS	201

RESUMO

Esse estudo tem como foco a questão da pobreza e suas diferentes concepções e dimensões. Tomando como referência o Programa Bolsa Família como um programa de transferência de renda que se constitui na atualidade brasileira como a principal estratégia de enfrentamento à pobreza, a pesquisa buscou apreender os elementos constitutivos da pobreza como uma construção social a partir dos diferentes sujeitos sociais relacionados com o Programa: formuladores, implementadores, com destaque para os “beneficiários”. O estudo reflete sobre as diferentes abordagens explicativas da pobreza, sua constituição no pensamento brasileiro buscando estabelecer uma relação com o pensamento dos sujeitos dessa pesquisa no sentido de desvelar as concepções e os significados presentes na relação entre o Programa Bolsa Família e a pobreza.

Palavras-chave: pobreza, concepções teóricas, políticas sociais, Programa de Transferência de Renda, Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

This study presents the outcome of a theoretical and empirical research. The main subject is the poverty and its different conceptions and dimensions. The Programa Bolsa Família is its empirical reference. It is a program of income transfer to poor families being the main strategy to face poverty in Brazil nowadays. The research sought to apprehend the constitutive components of the poverty seen as a social construction from the action of the different social subjects related with the Program: formulators, practitioners, stressing the "beneficiary" point of view. The study reflects about the different explanatory approaches of the poverty, his constitution in the Brazilian thought, seeking to establish a relation with the thought of the subjects of that research. The objective is to find out the conceptions and the present meanings in the relation between the Programa Bolsa Família and the poverty.

Keywords: poverty, theoretical conception. Social policy. Programs of Income Transfer. Programa Bolsa Família.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza constitui um problema permeado por múltiplos sentidos. Contudo, a dimensão mais premente indica privação relativa a padrões de vida prevalentes, considerados válidos numa determinada formação social. Por sua inserção histórica, política, geográfica e pelas obrigações sociais com aqueles impossibilitados de prover sua própria subsistência pelo trabalho, a pobreza afeta, sobremaneira a população dos pobres na sua relação com o direito e a cidadania.

As configurações mais expressivas da pobreza, como miséria, indigência, chamam a atenção mais pelo estado de dependência que gera, que pelos processos que produzem o empobrecimento. Na sociedade brasileira, nos últimos anos, embora se tenha registrado uma redução da pobreza, esta se configura uma questão grave, em decorrência da abertura comercial e do ajuste macroeconômico implementados pelo projeto político de orientação neoliberal, que provocaram mudanças regressivas nas relações de trabalho, na estrutura de distribuição de renda e no formato das políticas de proteção social¹. O mais grave é que a reversão desse quadro é dificultada por mecanismos que independem de decisões políticas em âmbito interno, visto que estão sujeitas a acordos internacionais.

A importância de reflexões acerca da pobreza remete a essa configuração conjuntural, sendo que um dos maiores problemas que essa conjuntura apresenta, reside na perda de horizontes de mobilização ascendente, ao mesmo tempo em que sinaliza a possibilidade de retrocesso na perspectiva de universalização das políticas sociais, cuja efetividade tem se revelado baixa e precária. Isto se expressa na reorientação dessas políticas por princípios seletivos e focalistas direcionados a situações extremas, o que tem dificultado a sua constituição como mecanismo substancial de provisões coletivas ou de articulação de interesses de classes.

Pelo contrário, como enfatizam Soares (2000), Pereira (2002) e Yazbek (2002) consolida-se cada vez mais, na sociedade brasileira, um Sistema de Proteção Social limitado, de acesso diferenciado, pela inserção na produção ou pela carência. Um Sistema que se descaracteriza como tal, em razão de propostas reducionistas, expressas em políticas orientadas para minorar carências e prover o que não se conseguiu via mercado (TELLES, 1998). Como nota Yazbek (2002, p. 413), as políticas sociais, não vêm efetivamente cumprindo a função de amenizar as condições de pobreza e desigualdade no país, visto que têm se materializado em ações incapazes de interferir no quadro de pobreza e “... não dão

¹ O IPEA (2005), com base em informações da PNAD / IBGE registra uma redução da indigência (renda inferior a ¼ do salário mínimo) no país entre 2001 e 2004. No ano de 2004 a indigência caiu para 11,3% em relação ao pico de 14,3% atingido em 2003. De 24,6 milhões em 2003 o número de indigentes caiu para 19,8 em 2004. Essa mesma redução foi registrada em relação aos pobres (renda entre ¼ e ½ salário mínimo). O pico atingido no ano de 2003, equivalente a 33,9% foi reduzido para 30,1% em 2004. Em 2003 eram 58,4 milhões de pobres no país. Esse número baixou para 52,5 no ano de 2004. O IPEA destaca três elementos principais como determinantes dessa redução: o crescimento do PIB em 4,9% no ano de 2004 (o maior desde 1994); o aumento real do salário mínimo; e, o aumento do volume de rendimentos vinculados a transferências estatais (nas áreas da previdência e da assistência social) com destaque para o Programa Bolsa Família que, em dezembro de 2004 atendia 6,7 milhões de famílias em todo o país. Apesar dessa redução o IPEA assinala que a pobreza ainda se constitui num traço preocupante e marcante no país, sobretudo em regiões como o Nordeste, onde 53,7% da população era de pobres no ano de 2004. Segundo essa fonte, no Estado do Maranhão, no ano de 2004 o percentual de pobres era de 60,2% com maior incidência na área rural (77%) e na população afrodescendente (61,8%).

conta da imensa fratura entre direitos sociais e possibilidades de acesso às políticas sociais em geral.”

Na perspectiva de redefinição das políticas sociais, particularmente no que se refere à pobreza, os Programas de Transferência de Renda têm assumido centralidade, configurando-se no entendimento de Silva et al (2004) como uma nova tendência de políticas sociais direcionadas a pobreza. O debate sobre os Programas de Transferência de Renda passa a integrar a agenda pública brasileira mediante aprovação, em dezembro de 1991, do Projeto do Senador Eduardo Suplicy (Partido dos Trabalhadores) que propôs instituir um Programa de Renda Mínima de abrangência nacional. O projeto era destinado a 38 milhões de brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos com renda mensal inferior ao que, na atualidade, corresponde a cerca de dois salários mínimos. Após 1991, a sociedade brasileira é marcada por uma série de acontecimentos² e debates que trazem à cena pública com mais intensidade a questão ética envolvida no problema da pobreza e a necessidade de propostas interventivas nesse problema. É no âmbito desses debates e propostas que os Programas de Transferência de Renda vão se configurar como principal estratégia no contexto da Política de Assistência Social do Sistema Brasileiro de Proteção Social, segundo informam Silva et al (2004). Para Suplicy (2002) passam a se constituir possibilidades concretas e objetivas do direito à vida.

No entanto, importa ter presente como assinalam Silva et al (2004, p.38) que a expansão do debate em torno da Transferência de Renda na sociedade brasileira

“... se situa no contexto de hegemonia do projeto neoliberal, com o desmonte do frágil Sistema Brasileiro de Proteção Social quando a Constituição Federal de 1988 parecia abrir espaço para a universalização dos direitos sociais. Esse momento é marcado pela restrição dos programas sociais em âmbito nacional, pelo debate sobre a descentralização dos programas sociais, verificando-se demanda crescente de políticas para enfrentamento da pobreza, agravada com a crise dos anos 1980 e com as medidas de ajuste da economia nacional às exigências do capital internacional, adotadas nos anos 1990. Destaca-se, ainda, a centralidade que passou a assumir a demanda pela formação de mão-de-obra com perfil capaz de responder às necessidades da atual matriz de produção da sociedade global”.

É, portanto, como advertem Silva et al (2004), a partir de um processo de redefinição da Proteção Social Brasileira, que ampliam-se os espaços de debates e propostas de transferência de renda, culminando com a sua expansão em todo o território nacional. Cabe assinalar que a cena sócio-política em que essa expansão se efetua é marcada pelo crescimento do desemprego, pela precariedade das relações de trabalho, pela queda dos

² Merece destaque a movimentação ética na política que culminou com o impeachment do então presidente Collor de Melo, e extensão desse movimento ético para o problema da miséria dando origem a Campanha da Fome liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, a inclusão do tema da pobreza na pauta de fóruns diversos: universidades, Organizações Não Governamentais, empresas dentre outros. Destaca-se também a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, a realização em 1994 da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Destaca-se ainda, a criação de experiências de Transferência de Renda a partir de 1995 nos municípios de Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Santos (SP) e Brasília (DF) inicialmente, estendendo-se, posteriormente, para outros municípios e estados, e também a implementação, a partir de 1996 de Programas de Transferência de Renda no âmbito da Política de Assistência Social, com destaque para o Benefício de Prestação Continuada – BPC em 1996, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, o Programa Agente Jovem, o Programa Bolsa Escola, o Programa Auxílio Gás, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação, os quatro últimos foram unificados no Programa Bolsa Família no ano de 2003.

rendimentos e, em decorrência, a deterioração das condições de vida de maiorias. Enfim, um cenário em que a urgência da questão social e de situações de pobreza, colocam em questão a viabilidade de conquistas democráticas e padrões civilizatórios construídos ao longo de séculos de história, mas não acessíveis para todos.

Castel (1996), ao analisar a crise do sistema de proteção social e da sociedade salarial nos países desenvolvidos, constata que a pobreza antes concebida como problema de natureza conjuntural é deslocada para o plano estrutural constituindo uma ameaça aos padrões societários vigentes. No Brasil, como enuncia Telles (2001), onde as conquistas democráticas não foram asseguradas ao conjunto da população, a pobreza persiste como um problema estrutural que se redimensiona a cada conjuntura, suscitando novos desafios à gestão estatal. Desafios relacionados aos processos que a reproduzem e ao seu enfrentamento, sobretudo, numa formação social em que a pobreza como condição social sempre se configurou numa regra para as maiorias.

Lima (2004, p.24) reflete essa questão ao destacar, na sociedade brasileira, a prevalência de:

“... uma tradição de formação de direitos pela ótica do Estado, tornando-se, por isso, instrumento de privilégio de setores dominantes e de discriminação dos menos favorecidos. A esses traços da cultura política, associam-se a débil presença de mecanismos de proteção social e a economia do país que, mesmo em conjunturas mais estáveis, jamais propiciou aos trabalhadores condições sociais próximas ao estatuto da ‘sociedade salarial’, excetuando-se alguns segmentos privilegiados urbanos”.

A despeito de uma persistência “incômoda”, como assinala Telles (1992, p. 18), a pobreza, na sociedade brasileira, tem sido um tema constante, presente nos debates e interpretações sobre a realidade do país, objeto de intervenções por parte de diferentes instituições. Como objeto da intervenção pública estatal, a pobreza é assumida a partir dos anos 1930, tendo como principal mediação a assistência social, introduzida no conjunto das ações do Estado nesse período. Concebida, historicamente como uma disfunção, um “déficit” no processo de modernização da sociedade, sinal do atraso, legado vergonhoso (TELLES, 1992), a pobreza como condição social, foi associada a uma conduta moral que inferioriza e descredencia os indivíduos que se encontram nessa condição.

O Estado, ao incorporar a pobreza como objeto de intervenção, legitima e consolida essa concepção mediante as relações que constrói e estabelece com esse segmento uma relação mediada por dispositivos diversos (programas sociais, discursos, normas institucionais de implementação de programas, serviços repassados) que instituem e legitimam “lugares” e “identidades”, bem como classificam posições e grupos (FOUCAULT, 1986; BOURDIEU, 1999).

Assim, o Estado, em sua trajetória de intervenção na pobreza, tem direcionado suas ações à correção de desajustes e desequilíbrios sociais, à proteção dos “desvalidos”, “carentes”, “não-cidadãos”; “vulneráveis”, “usuários”, “inadaptados”, “necessitados”, “despossuídos” (ABRANCHES, 1998; FLEURY, 1994; TELLES, 1992; PEREIRA, 2000) e tantas outras designações utilizadas para demarcar uma posição social inferior que subtrai dos indivíduos o estatuto de sujeitos de direitos. Convém ressaltar que as formas históricas de intervenção na pobreza, independente de sua orientação conceitual, mais conservadora ou

mais progressista, têm reproduzido uma compreensão naturalizadora da pobreza, circunscrita a sua dimensão material, como analisam Telles (1992) e Sprandel (2004).

Partindo dessas considerações emerge o meu questionamento em torno dos Programas de Transferência de Renda como estratégias que assumem centralidade na intervenção da pobreza, na atualidade. Como Programas inscritos no processo de redefinição da Proteção Social, integram um projeto político mais amplo que mobiliza concepções que muito têm a revelar de sua natureza e alcance, bem como de sua compreensão acerca do problema para o qual se direcionam, no caso a pobreza.

Sprandel (2004) e Valladares (1991) informam que o processo de construção da pobreza como problema, tal como é expressa nos projetos oficiais de intervenção, percorre um longo percurso atravessado por concepções diversas que se estendem da visão de paisagem – consequência do clima, da mestiçagem, da doença, da acomodação – passando pela visão da pobreza perigosa, ameaçadora, até a pobreza focalizada, presente nas propostas atuais, direcionada a concentração dos gastos do governo onde os índices se mostrarem abaixo de patamares pré-estabelecidos. Para as autoras em referência se tratam de concepções quantificadas que ofuscam interesses legitimadores de determinados projetos sócio-políticos.

Com efeito, Sachs (2000) e Schwartzman (2004) assinalam que a implementação e legitimação de formas, dinâmicas e funções do Estado no bojo de determinados projetos políticos, mobilizam concepções que enfatizam elementos de diferentes dimensões, sociais econômicas, culturais, ideológicas, morais, na perspectiva de consolidar padrões interventivos convenientes.

Sprandel (2004) ressalta que, ao final do século XX, o Brasil acumulou um saber acadêmico consagrado sobre o tema da pobreza, incluindo elementos analíticos que permitiram localizá-la como questão no âmbito das relações sociais constitutivas de um padrão capitalista de desenvolvimento que produz e reproduz simultaneamente, acumulação e miséria no plano social, econômico e político. Nesse movimento são engendrados mecanismos que tendem a “empurrar” e cristalizar os pobres para o seu *lugar social*. Lugar, segundo Telles (1992), caracterizado pelo atraso, pela privação, pela carência, enfim um lugar para onde se projeta tudo o que a sociedade possui de menos.

Concepções de pobreza, no geral, se movem sobre bases permeadas por ambivalências e estigmas que tendem a ofuscar aspectos resultantes da organização social e econômica. Contudo Yazbek (1993, p. 23) ressalta que “... de qualquer modo, a noção põe em evidência aqueles que, de forma permanente ou transitória, estão privados de um mínimo de bens ou mercadorias necessárias à sua conservação e reprodução social”. E mais, continua a autora, “... o que se observa apesar da diversidade de parâmetros para a determinação empírica da ‘pobreza’, é que a exclusão do usufruto da riqueza socialmente produzida configura-se como um de seus principais elementos definidores”.

Todavia cabe assinalar, que, não obstante a centralidade da dimensão material na identificação da pobreza, esta se constitui numa categoria composta por múltiplas dimensões, as quais instigam ao desvendamento de propostas interventivas no sentido de compreender como trabalham essas dimensões e que sentidos atribuem a estas.

Particularmente em relação aos Programas de Transferência de Renda, referências no enfrentamento à pobreza, na atualidade brasileira, considero relevante investigar como esses Programas, na sua dinâmica, lidam com a pobreza. Trata-se de uma inquietação cuja resposta só pode ser construída mediante ampla investigação na qual o processo de construção do conhecimento procure desvendar contradições e desvelar

processos presentes nas políticas de enfrentamento da pobreza na perspectiva de contribuir para fornecer elementos de fundamentação para a ampliação do debate em torno dessa questão, bem como para ações interventivas no campo social, articuladas aos interesses dos seus mandatários. Assim foi proposto o desenvolvimento desse estudo, no sentido de desvendar as concepções de pobreza que fundamentam os Programas de Transferência de Renda como estratégias de enfrentamento dessa problemática e estabelecer uma relação com as concepções dos sujeitos – técnicos e beneficiários – mediante estudo empírico no município de São Luis.

A compreensão do objeto de estudo – concepções de pobreza e significados dos Programas de Transferência de Renda federais ante as configurações da pobreza – coloca a necessidade de uma análise que privilegie a sua apreensão como uma singularidade que se encontra inserida na totalidade das realidades brasileira e maranhense na contemporaneidade. Isto requer compreendê-la como uma das principais manifestações da questão social no contexto das transformações transcorridas na sociedade em face da reestruturação do capital e suas conseqüências sobre as relações de trabalho. Acrescente-se a esses elementos a necessidade de compreensão dos rebatimentos ideológicos que reforçam a “manutenção” dos pobres nos patamares historicamente reservados a estes na dinâmica das relações sociais, destituindo-lhes a capacidade de se expressarem como sujeitos políticos e históricos.

Tendo presente, as contradições expressas na inserção da pobreza na agenda pública e a necessidade de apreender o significado dessa inserção e dos processos que a permeiam, em que o significado de pobreza se constitui em um elemento central, este estudo privilegia a concepção de pobreza, considerando as relações em que esta vem sendo produzida articulada às especificidades da realidade social, a mediação estatal e os interesses sociais de diferentes sujeitos. Por quê concepções e significados? Parto do entendimento de que a compreensão de uma realidade como a pobreza revela muito mais do que formas peculiares de entendimento, fundamentos explicativos e elementos constitutivos. Também revela os significados que os sujeitos atribuem ao pensar uma realidade como a pobreza e um programa como o PBF, estratégico no enfrentamento à pobreza. As concepções contém significados e estes expressam concepções. Ambos se encontram articulados nos pensamentos, discursos e relatos dos sujeitos na busca de explicar uma determinada realidade.

Nessa perspectiva e no intuito de avançar nesse debate, foi desenvolvido o presente estudo orientado pelas seguintes indagações:

- Que concepções de pobreza embasam os Programas de Transferência de Renda de iniciativa do governo federal atualmente implementados no país?
- Qual o significado dos Programas de Transferência de Renda na relação com a pobreza na atualidade?
- Qual a relação entre as concepções de pobreza expressas nos Programas de Transferência de Renda e as concepções de seus agentes implementadores e, particularmente, de seus “beneficiários”?

A partir dessas indagações, foram elaborados os objetivos abaixo relacionados, os quais nortearam a análise da temática apresentada nessa tese:

- Reconstruir a categoria pobreza privilegiando as referências das diferentes correntes de pensamento e das propostas dos Programas de Transferência de Renda de iniciativa do governo federal;
- Identificar as concepções de pobreza a partir dos sujeitos envolvidos na implementação dos Programas de Transferência de Renda;
- Identificar os sujeitos e interesses presentes no processo de inserção da pobreza como expressão da questão social;
- Caracterizar os Programas de Transferência de Renda de iniciativa do governo federal, problematizando seus elementos constitutivos, privilegiando as contribuições de técnicos e de famílias “beneficiárias” dos Programas;
- Analisar a pobreza como categoria articulada às concepções identificadas nos Programas de Transferência de Renda;
- Analisar as concepções e estratégias que fundamentam as relações dos “beneficiários” com os Programas de Transferência de Renda.

No desenvolvimento do presente estudo, procurei elaborar uma leitura crítica da pobreza como categoria composta por diferentes dimensões, tomando como referência empírica o Programa Bolsa Família – PBF, por se constituir o Programa de maior alcance e cobertura geográfica em âmbito nacional³, tendo a preocupação de compreender e apreender, além das concepções, relações e mediações presentes na relação entre o Programa e a pobreza. Isto foi viabilizado pela coleta de informações junto a instituições e sujeitos sociais, complementados com pesquisa bibliográfica e documental.

Neste sentido busquei desenvolver um esforço de apropriação teórica das concepções de pobreza e transferência de renda numa perspectiva dialética, pressupondo a crítica, a interpretação e a análise dos elementos constitutivos dessas concepções. Procurei desenvolver uma leitura crítica da concepção ou concepções de pobreza que embasam as propostas de Programas de Transferência de Renda, e dos sujeitos envolvidos na sua implementação, na perspectiva de desvendar o significado de sua inserção na agenda pública, buscando apreender interesses, contradições, relações e mediações, mediante pesquisa bibliográfica e documental, complementados com informações coletadas junto a instituições e sujeitos sociais.

O desenvolvimento deste estudo envolveu, portanto, um processo investigativo composto de dois movimentos inter-relacionados, sendo que o primeiro movimento se constituiu de um esforço de apropriação teórica, no sentido de proceder à reconstrução da categoria pobreza, identificando as principais abordagens explicativas da pobreza, buscando elementos que forneçam subsídios à sua constituição histórica. Além da categoria pobreza, também foram privilegiadas no estudo categorias de análise, historicamente relacionadas à constituição da pobreza, tais como: questão social, desigualdade social, exclusão social, necessidades, condições de vida. O segundo movimento centrou-se no esforço de reconstrução empírica dos elementos coletados mediante sistematização e análise que possibilitaram a articulação e problematização desses elementos em consonância com o referencial teórico preconizado.

³ Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDES (julho de 2006), o Programa Bolsa Família atende 11,1 milhões de famílias em todo o país. No Estado do Maranhão são atendidas 601.000 famílias, o correspondente a 83% das famílias consideradas pobres no Estado, estimada em 718.912.

Convém ressaltar que, com relação às abordagens explicativas da pobreza, a escolha dos autores foi motivada por dois objetivos distintos: identificar as principais tendências presentes no debate acerca da pobreza e destacar as abordagens mais afinadas com a perspectiva teórica histórico-dialética adotada no desenvolvimento do estudo, o que me permitiu construir a concepção de pobreza que orienta essa tese. A pobreza é compreendida, nesse estudo como uma manifestação da questão social⁴, composta por múltiplas dimensões para além da renda, e que se consubstancia mediante uma condição de destituição e privação historicamente determinada e reproduzida por relações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais que desconhecem o trabalhador como sujeito portador de direitos e interesses legítimos. Trata-se de um processo de caráter estrutural, produzido e reproduzido historicamente por um sistema produtivo que acumula simultaneamente riqueza e pobreza, e se expressa nas diferenciações entre classes e grupos sociais, mediante relações de exploração, expropriação e desigualdade na distribuição e no acesso aos bens, serviços e riquezas socialmente produzidas, gerando privações que confinam os pobres a determinados lugares na sociedade, na economia, na política e na cultura. Entendo que a existência e expansão da pobreza fundamentam-se na concentração de riqueza e na desigualdade social, tendo presente que igualdade não se consubstancia no plano legal, mas na igualdade de condições sociais e de oportunidades.

Concordando com Telles (1998) compreendo que a privação material, bem como a dificuldade de acesso aos serviços sociais, ao trabalho, à renda, à informação, à participação social e política em prol de um acesso a serviços precarizados resulta de um processo de destituição mais amplo que não reconhece no trabalhador um sujeito de direito. Um processo de destituição que categoriza e estigmatiza os sujeitos definindo formas de existência, lugares a serem ocupados na sociedade, bem como as formas de participação na vida econômica, política e social.

A compreensão da pobreza como um processo determinado por múltiplas relações estruturais que organizam, sustentam e reproduzem a sociedade capitalista reforça a idéia de que uma teoria que concebe a realidade como uma totalidade permeada por contradições, possibilita a desconstrução de explicações que se atêm ao imediato, ao senso comum, permitindo, portanto, o desvendamento e a aproximação com o concreto para além do aparente.

Neste sentido, considero que o referencial histórico dialético possibilita a re-construção de uma determinada realidade, o que não significa, necessariamente, a apreensão de todas as suas relações, mas das relações possíveis, que permitam compreendê-las como parte de um todo. Esse método pretende, portanto, buscar as coerências internas de um objeto, sua unidade e diversidade em seu movimento, na amplitude de suas relações possíveis de apreensão, re-construindo-o como uma unidade de diversos. Partindo do

⁴ Entende-se que a questão social emerge nas formas como os indivíduos se organizam para produzir em um contexto social historicamente determinado. As formas de organização se expressam na esfera da reprodução social. Assim, a questão social, como assinalam Netto (2001) e Pastorini (2004), é fundamentalmente determinada por um elemento central da relação capital / trabalho, a exploração. Contudo, a exploração remete à gênese da questão social, porquanto na sua totalidade e complexidade, implica em relações de caráter histórico, político, cultural dentre outros. Suas manifestações concretas como a pobreza, as desigualdades sociais, se constituem decorrências das contradições intrínsecas ao sistema capitalista e seus desdobramentos, cujos elementos constitutivos estão relacionados às características históricas do processo de formação econômica de um país ou região. Além do que, os diferentes estágios do sistema capitalista, podem produzir configurações diferenciadas da questão social.

abstrato para o concreto, esse método permite o desvendamento dos fenômenos, bem como a construção ou desconstrução de um todo articulado que nega e supera o aparente, tal como se apresenta no imediato.

Para maior aprofundamento e análise das informações obtidas mediante pesquisa documental, foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e observações sistemáticas orientadas no sentido de levantar elementos configurativos dos Programas de Transferência de Renda, seus pressupostos, estratégias, organização, alcance das ações e conseqüências políticas. O diário de campo, também foi relevante nesse processo de investigação, sendo que permitiu o registro de informações relevantes detectadas no decorrer das visitas e observações sistemáticas. A utilização desses procedimentos de modo articulado permitiu a identificação e análise das relações entre os sujeitos sociais e os Programas e da historicidade de sua implementação.

O desenvolvimento do estudo empírico teve como referência geográfica a cidade de São Luis, capital do Estado do Maranhão, pelo entendimento de que estudos dessa natureza podem contribuir para a compreensão das particularidades da pobreza, suas concepções e relações na realidade de um Estado onde essa problemática assume proporções alarmantes.⁵ Daí a importância do desenvolvimento de estudos que contribuam para o conhecimento dessa realidade específica. Ademais, o fato de residir na cidade, favoreceu o trabalho de observação, visitas e coletas de informações junto aos sujeitos envolvidos com o Programa na capital: gestores, coordenadores, técnicos e os denominados “beneficiários”⁶, particularmente privilegiados no desenvolvimento desse estudo.

A coleta de informações foi efetuada junto aos órgãos que compõem o Comitê Gestor do Programa Bolsa Família em São Luis: FUMCAS (órgão da assistência social), SEMED (educação) e SEMUS (saúde), particularmente na SEMED, responsável pela coordenação geral do Programa em São Luis, onde foi entrevistado o gestor do Programa em São Luis. A equipe dessas instituições, composta por coordenadores e técnicos, por ser relativamente pequena permitiu que todos fossem entrevistados. Assim foram coletadas informações junto a três assistentes sociais, uma pedagoga e a coordenadora, também pedagoga, na SEMED. Na FUMCAS, foram entrevistadas uma técnica, assistente social e a coordenadora, também assistente social, e na SEMUS, uma técnica assistente social e a coordenadora, nutricionista. As informações foram coletadas

⁵ Estudo desenvolvido por José de Sousa Lemos em 2000 constatou que a população considerada pobre, a partir de critérios de privação de renda, acesso a água tratada, serviços de saneamento e coleta de lixo, e de educação, representava 64,28% da população total do Estado. Esse mesmo autor mostra que o desdobramento do IES por Estado aponta o Maranhão como o Estado brasileiro com maior percentual de excluídos (50,3%), quando no Nordeste esse percentual foi de 41 % e no Brasil, 25%. Outro estudo desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas em 2001, mostra que no Maranhão existem 63,72% de indigentes com renda mensal *per capita* inferior a R\$ 80,00 (oitenta reais). A PNAD (IBGE, 2005), informa que em relação ao Índice de Gini, (medida do grau de distribuição do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes, cujo valor varia de 0 – zero, correspondente a igualdade perfeita, a 1, um, correspondente a desigualdade máxima) o Maranhão apresenta o 6º pior índice do país, equivalente a 0,549.

⁶ A expressão “beneficiários” é utilizada entre aspas no decorrer dessa tese por se tratar de uma classificação instituída pela dinâmica oficial (BOURDIEU, 1999), para designar os pobres que utilizam os benefícios dos Programas de Transferência de Renda. Como pude constatar durante as entrevistas com as pessoas selecionadas na pesquisa, estas não se denominam como “beneficiárias”. Ao contrário, muitas demonstraram desconhecer essa designação pela qual não se identificam.

junto a esses sujeitos, mediante entrevistas semi-estruturadas a partir de um roteiro que permitiu a estes se manifestar de forma discursiva expressando suas compreensões e análises acerca dos aspectos considerados.

Com relação aos “beneficiários”, optei pelos relatos de experiências (CHIZZOTI, 2005), em razão de alguns aspectos que considero básicos. Em primeiro lugar, pelo privilegiamento desses sujeitos nessa pesquisa e pela necessidade de conferir uma dimensão mais qualitativa às análises desenvolvidas. Em segundo lugar, pelo interesse em conhecer os “beneficiários” para além dos clichês que os designam e das análises tradicionais, fortemente tendenciosas, segundo Sarti (2003), e que, no geral, falam deles, falam por eles, mas não ouvem as falas deles (SARTI, 2003). Para Yazbek (1993, p.26), abordar os indivíduos em suas relações com instituições e programas sociais é conhecer um pouco mais da realidade sócio-histórica da pobreza que vivenciam. Além do “beneficiário”, do pobre ou do carente, existe um sujeito que pensa e se posiciona acerca de processos que incidem direta ou indiretamente sobre suas vidas e constrói visões sobre o mundo, a sociedade, a condição de pobreza em que vive e sobre a condição de quem necessita de um programa ou programas sociais na reprodução da subsistência.

Nesse aspecto, concordo com Yazbek (1993) quando essa autora ressalta a necessidade de conhecimento da população dos serviços sociais a partir das condições objetivas que vivenciam e as representações que constroem acerca da condição de pobres, “assistidos” ou “beneficiários” na perspectiva de aproximação com o cotidiano desses segmentos, tendo presente a explicitação dos programas como mediação no acesso a direitos.

Neste sentido, a intenção foi desenvolver uma abordagem qualitativa, partindo do entendimento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e os sujeitos, uma interdependência entre sujeito e objeto, bem como um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade de sujeitos que interpretam e atribuem significados aos processos que transcorrem no mundo do qual fazem parte.

Tendo presente que o objeto é composto de significados e relações que os sujeitos criam em suas ações, considero os “beneficiários” como sujeitos que elaboram conhecimento e constroem práticas ou estratégias para intervir em problemas que identificam, no caso a pobreza. O pressuposto é de que esses sujeitos possuem um conhecimento prático, de senso comum, de representações relativamente elaboradas que compõem uma concepção de vida e orienta suas ações individuais. Constituem-se, portanto, autores de um conhecimento, sendo que identificam e analisam seus problemas, discriminam suas necessidades e propõem ações mais condizentes e eficazes (CHIZZOTTI, 2005; BRIOSCHI; TRIGO, 1987; CAMARGO et al, 1984).

A busca por essa compreensão, a partir das experiências dos sujeitos e das concepções que elaboram no tocante à pobreza e à condição de “beneficiários” de um programa de combate à pobreza, no caso o PBF, articulada à intenção de dar uma dimensão mais qualitativa às análises desenvolvidas nessa tese, impulsionou a opção por uma técnica qualitativa, o relato de experiência, inspirado em histórias de vida⁷, na perspectiva de

⁷ A história de vida, segundo Chizzotti (2005), Brioschi e Trigo (1987) constitui-se num instrumento de pesquisa que privilegia a coleta de informações contidas na vida pessoal dos sujeitos, no sentido de relatar acontecimentos, experiências vivenciadas buscando apreender fundamentalmente os significados pessoais

coletar elementos relacionados à condição de pobreza vivenciada e como esses elementos forjam comportamentos, compreensões e significados. A abordagem qualitativa pauta-se na veemência da história, específica, única em sua particularidade, permitindo uma reconstituição qualitativa dessa história. Ademais permite desnudar as imagens *progressistas* da exploração e da miséria e aponta para as determinações da pobreza, da dominação e das desigualdades sociais no movimento expansionista do sistema capitalista em seus diferentes estágios.

A ênfase na dimensão qualitativa não representa uma desconsideração às abordagens quantitativas e sim uma necessidade do estudo desenvolvido: conferir maior densidade e profundidade às interpretações, uma vez que, concepções e significados de uma questão como a pobreza, são específicas em suas determinações, desdobramentos e razão de ser. Uma questão, portanto, difícil de ser submetida apenas à observação direta e ao aspecto estatístico pela sua natureza complexa e específica.

Outrossim, como assente Haguette (2003, p. 20), a metodologia qualitativa prioriza “...o reconhecimento de que a sociedade é constituída de microprocessos que, em seu conjunto, configuram as estruturas maciças, aparentemente invariantes, atuando e conformando inexoravelmente a ação social individual”.

Neste sentido, a opção por uma abordagem de natureza qualitativa como o relato de experiência me pareceu fecunda, visto que permitiu, além da construção de uma relação de confiança, propiciada por visitas constantes, a observação de fragmentos do cotidiano que ampliassem o conhecimento sobre a realidade em questão, o que consolidou a dimensão qualitativa que pretendi atribuir às análises desenvolvidas nessa tese. Aqui destaco outro aspecto relevante na escolha dessa abordagem, a possibilidade de os sujeitos expressarem livremente suas percepções pessoais, os sentimentos que marcaram suas experiências ou os acontecimentos vividos no contexto de suas trajetórias, bem como, a sua compreensão sobre a forma como são situados numa determinada trama de relações às quais atribuem significados e assumem posicionamentos. Enfim, refletem sobre acontecimentos e situações em que são forjados comportamentos, concepções de sociedade, de homem e de mundo.

Ademais, autores como Chizzoti (2005), Brioschi e Trigo (1987) e Camargo et al (1984), assentem que as experiências individuais expressam construções coletivas, contém na sua essência a realidade social, sendo que se reproduzem na dinâmica de uma formação social específica. As experiências individuais compõem particularidades que contribuem para explicitar as relações constitutivas da vida social na sua totalidade. Expressam na sua essência uma coletividade composta de realidades específicas, as realidades de famílias “beneficiárias” de um Programa de Transferência de Renda, que têm como elemento comum, segundo os critérios estabelecidos pelo Programa o fato de serem pobres ou extremamente pobres.

atribuídos às experiências e as posições assumidas diante destas. Segundo os autores, trata-se de um instrumento que tem avançado, no sentido de formular um estatuto epistemológico, estabelecer estratégias de análise de experiências vivenciadas e constituir-se num método de coleta de informações de sujeitos concretos, trabalhando trajetórias individuais no contexto das relações pessoais e definindo-se como relatos práticos das relações sociais.

A obtenção de informações relativas às experiências pessoais foram significativas para a pesquisa. A partir de fragmentos coletados mediante entrevistas, foi possível reconstruir a experiência da pobreza em seus aspectos mais expressivos a partir da visão dos sujeitos e identificar suas concepções, seu papel social, sua posição. As experiências revelam concepções que contém significados diversos. Daí a relevância do aspecto subjetivo da ação social dos sujeitos com relação às estruturas societárias e seus efeitos sobre as condições de vida.

A seleção do grupo dos “beneficiários”, composto por um universo amplo⁸, formado majoritariamente por mulheres, foi efetuado junto a SEMED, com o apoio da coordenadora e das técnicas, e teve como critério principal o vínculo de no mínimo três anos com o Programa, tendo presente o privilegiamento de sujeitos que pudessem oferecer elementos significativos à pesquisa em função de uma vivência mais prolongada como “beneficiários” do Programa. A partir desse critério foram selecionadas, com a colaboração das técnicas, dez mulheres “beneficiárias”, identificadas como pessoas significativas para a coleta de experiências, sobretudo, em razão da constituição do Programa como uma das estratégias representativas na luta pela reprodução da sobrevivência. Os contatos frequentes com as “beneficiárias” através dos cursos profissionalizantes, na coordenação da SEMED, possibilitou às técnicas a identificação de pessoas com experiências significativas em relação à pobreza e a condição de “beneficiárias” do Programa em São Luis. A definição de apenas dez mulheres de um universo bastante amplo se deu, fundamentalmente, em razão da necessidade de conferir maior densidade e aprofundamento aos relatos, sendo, portanto, uma definição efetuada intencionalmente.

Assim foram selecionadas, Benedita, Eunice, Maria do Socorro, Odete, Teresa, Selma, Maria Joana, Lindalva, Suely e Mariana. Os nomes pelos quais são identificadas nessa pesquisa, são fictícios, sugeridos por elas próprias. Lindalva e Mariana informaram que seriam os nomes que gostariam de ter, caso pudessem escolher. Os contatos com essas “beneficiárias” foram efetuados inicialmente na SEMED, nos horários de suas atividades durante os cursos profissionalizantes, dos quais participam por recomendação do Programa (Artigo 4º, inciso III, Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004). Nos primeiros contatos foi apresentado o tema da pesquisa, no intuito de informar sobre o estudo e solicitar a colaboração para o desenvolvimento deste, bem como obter a permissão para adentrar na particularidade de suas experiências de vida. Posteriormente, os contatos foram efetuados em suas residências, localizadas em pontos distintos das áreas periféricas de São Luis.

Apenas a residência de Odete não foi visitada, por sugestão dela própria. Em razão do período de chuvas em São Luis, a sua rua, segundo informou, se encontrava intransitável: “tá tudo muito alagado, tem que andar por cima das táboas pra poder entrar den’de casa, pra quem não tem costume, é ruim... arriscado cair”. Embora tenha colocado que para mim isso não tinha importância e que já tinha enfrentado situações semelhantes, ela não consentiu na visita, “... quando chegar o verão você vai”, argumentou. Após

⁸ À época do levantamento das informações junto a SEMED (abril de 2006), o número de metas do PBF em São Luis era de 59.605 famílias beneficiadas. Informações emitidas em setembro de 2006 pela SEMED, indicam que 66.400 famílias são atendidas pelo PBF em São Luis, devendo esse número ser acrescido após a conclusão da migração de famílias do Bolsa Escola, do Auxílio Gás e do Bolsa Parceria (Programa Municipal).

conhecer sua história, constatei que o “verão” esperado por Odete, é o mesmo esperado pelas outras entrevistadas, aquele que possa aquecer e iluminar suas existências com a possibilidade concreta de uma condição de vida⁹ melhor, a ser exibida sem constrangimentos.

A frequência dos contatos para a coleta de informações propiciou alguns vínculos, sobretudo por se tratar de uma pesquisadora que é assistente social. Foram solicitadas informações sobre programas de assistência social, aconselhamentos a filhos “rebeldes”, indicações sobre possíveis empregos ou “bicos”, inclusive algumas perguntaram se eu não estaria precisando de uma “secretária doméstica”. Também me foram oferecidos trabalhos artesanais, confecções, os quais me foram mostrados no intuito de divulgar suas produções e viabilizar possíveis encomendas.

A coleta das informações se orientou por um roteiro (apêndice d) no sentido de conduzir os relatos. Para cada entrevistada foi elaborada uma ficha contendo dados de identificação (apêndice e). Também foi organizado um diário de campo contendo descrições de situações transcorridas durante as visitas à instituição e nas residências para realização das entrevistas. Estas últimas, em alguns casos, tiveram que ser interrompidas em razão de problemas familiares. Em um dos casos a entrevistada perguntou ao marido se este “... não tinha vergonha” de ela falar para a assistente social que ele era um “vagabundo”, a partir daí se instalou uma situação conflituosa na família que dificultou a continuidade da entrevista. Quando foi retomada, no dia seguinte, a entrevistada, se desculpou e explicou que tais situações eram “freqüentes” em sua residência. Em outro caso, a entrevistada foi chamada para buscar o filho que desmaiou em decorrência de alcoolismo. Diante do ocorrido ela colocou: “tá vendo só, o que o pobre tem que passar?... parece que tudo de ruim só cai em cima da gente”. E ainda houve um caso em que a entrevistada não pôde me esperar. Deixou recado com uma vizinha que me informou a urgência da entrevistada em ter que sair de madrugada para pescar mariscos no manguezal a fim de obter algum dinheiro para garantir a alimentação do dia. Também aconteceram situações em que as entrevistadas sofreram impactos emocionais ao resgatar lembranças dolorosas: falar do falecimento do filho abalou profundamente Maria do Socorro; Benedita sentiu-se mal ao expor as dificuldades que vivencia no plano financeiro e conjugal. Os relatos foram longos, permitiram à pesquisadora adentrar em experiências e trajetórias no sentido de trazer à reflexão, as relações das narradoras com a pobreza e com o Programa.

Outrossim, foram observadas a frequência das manifestações, as interrupções, as falas e os silêncios, além de outros códigos que, segundo Yazbek (1993, p.31), sinalizam as condições de subalternidade como vestuário, expressões corporais e emocionais, que, segundo a autora, se inscrevem numa linguagem para além do discurso, repleta de significados pouco conhecidos e que desafiam a nossa compreensão.

A partir desses códigos e instrumentos aqui apresentados, procurei, nessa pesquisa captar experiências expostas em fragmentos de trajetórias dos pobres que utilizam o PBF como estratégia constitutiva na sua reprodução social. O resultado é a presente tese, estruturada em três capítulos. No decorrer dos capítulos procura-se construir bases

⁹ Compartilho o entendimento de condição de vida utilizado por Cassab (2000) e Silva (2000), formas de apropriação de mecanismos de satisfação das necessidades humanas pela mediação de habitação, educação, infra-estrutura urbana, trabalho, renda, alimentação, lazer, transporte, informação e organização social. A condição de vida, para essas autoras refere-se aos níveis de acesso a essas necessidades.

explicativas das análises desenvolvidas. No primeiro capítulo são desenvolvidas análises acerca da pobreza como categoria teórica num esforço de apreender o processo de construção das principais abordagens conceituais e de como estas se efetivam no pensamento brasileiro. No segundo capítulo, desenvolve-se uma análise sobre o Programa Bolsa Família como estratégia de enfrentamento à pobreza e produto de relações sociais, analisando a construção da pobreza como concepção a partir do discurso oficial. E, no terceiro capítulo, após uma contextualização da realidade maranhense, são apresentadas e analisadas as construções das “beneficiárias”, sujeitos privilegiados desse estudo. Esse capítulo é dedicado a uma busca de conhecimento desses sujeitos, de suas formas de pensar, estruturar e organizar a realidade que vivenciam, bem como suas expectativas em relação às mudanças possíveis dessa realidade.

As reflexões apresentadas nessa tese, certamente não esgotam a complexidade presente na trama de relações que envolvem a pobreza e os Programas de Transferência de Renda. Assim sendo, o que se pretendeu foi uma contribuição que possibilite avançar no conhecimento da realidade que engendra a vida dos “beneficiários” pobres em São Luís, na perspectiva de construir mais um referencial no conhecimento dessa realidade.

2 A POBREZA COMO CATEGORIA TEÓRICA HISTORICAMENTE CONSTRUÍDA

2.1 Abordagens Conceituais Explicativas da Pobreza

A pobreza se constitui em uma categoria permeada por complexidades. Expressa concepções que os diferentes sujeitos constroem da realidade, legitimando determinadas interpretações que retratam posturas políticas e discursos ideológicos¹⁰. Trata-se, portanto, de uma construção permeada por diferentes significados que refletem formas diversas de interpretação e intervenção na realidade, as quais são oriundas de perspectivas distintas, associadas à posição política de quem fala e do lugar de onde fala (Foucault, 1983). Isto porque os discursos assumem significados diferentes e possuem diferentes racionalidades em função da posição ocupada pelos sujeitos em uma determinada estrutura social. A pobreza para sujeitos sociais vinculados a agências governamentais que formulam ou que implementam programas de intervenção nesta problemática, é concebida de forma diferenciada dos sujeitos que vivenciam a pobreza, o que inscreve a pobreza numa relação social composta por diferentes sujeitos com racionalidades distintas.

As Ciências Sociais, particularmente no Brasil, sedimentaram análises geralmente pautadas em abordagens que focam a pobreza ou sob o aspecto econômico ou sob o aspecto político, com destaque para a privação material e a ausência de direitos sociais, tendo como principal elemento a inserção no sistema produtivo. No aspecto político, a ênfase recai sobre a *ausência de consciência de classe*, implicando na dificuldade de formação de uma consciência crítica em contraposição aos imperativos de uma classe dominante.

Autores como Demo (2003) e Sarti (2003) chamam a atenção para dois aspectos problemáticos na conceituação da pobreza no campo dos estudos e pesquisas acerca dessa questão: um primeiro aspecto, refere-se a restrição da pobreza à destituição da renda; um outro aspecto diz respeito a construção de concepções de pobreza que retratam muito mais o que os autores projetam na pobreza do aquilo que a pobreza realmente é.

Neste sentido, entendo que a pobreza precisa ser considerada como uma categoria histórica e socialmente construída, a fim de que a mesma não seja tomada como um fenômeno natural, expresso por uma única concepção, em geral, legitimada pelo pensamento dominante.

O pensamento dominante, historicamente, tem apresentado as relações sociais burguesas como categorias fixas e imutáveis. Determinados processos, problemas e relações são descritos como dados, sem maiores explicitações e questionamentos acerca de sua gênese e dos processos mediante os quais essas relações são produzidas ou o movimento histórico que lhes dá origem.

Todas as relações, processos, problemas e fenômenos existentes no mundo, existem pela ação do movimento. Dessa forma, o movimento da história determina as

¹⁰ Conforme Chauí (2000, p. 15), “o discurso ideológico realiza a lógica do poder fazendo com que as divisões e diferenças apareçam como simples diversidade das condições de vida de cada um, e a multiplicidade das instituições longe de ser percebida como pluralidade conflituosa, apareça como um conjunto de relações identificadas umas às outras, harmoniosa e funcionalmente entrelaçadas (...) são montados um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, dando-lhe a aparência do universal”.

relações sociais. Assim, a compreensão da pobreza nas sociedades, particularmente nas sociedades capitalistas, requer sua apreensão em uma perspectiva de totalidade no movimento histórico que lhe dá origem, forma e sentido. Isto significa, compreender a pobreza como uma construção social, histórica, mutável, transitória, permeada por relações, um processo resultante e integrante do movimento da sociedade na organização de suas formas de produção e distribuição de bens, serviços e idéias.

Segundo Rahnema (2000, p. 229), existem no mundo tantas concepções de pobreza quanto existem seres humanos. O autor se refere à variedade de casos que podem facultar a uma pessoa, ser considerada pobre. Nos diferentes contextos históricos, culturais, nas várias linguagens, pessoas e situações, as mais diversificadas, podem ser consideradas pobres.

“A lista poderia incluir não apenas os fracos, os esfaimados, os doentes, os sem-teto, os sem-terra, os aleijados e os mendigos; não apenas os loucos, os prisioneiros, os escravizados, os fugitivos, os exilados, os vendedores ambulantes e os soldados; não apenas os ascéticos e os santos, mas todos os perdedores do mundo, incluindo o milionário após a quebra da bolsa, o executivo demitido e o artista que não encontra comprador para sua obra.”

Para esse mesmo autor (2000, p.230), historicamente pobreza nem sempre significou o oposto de riqueza. Outras concepções definiam a pobreza como, por exemplo: queda no padrão de vida, privação dos instrumentos de trabalho, perda de status social, falta de proteção, exclusão comunitária ou social, enfermidade, humilhação pública. A partir de meados do século XIX na Europa a concepção de pobreza é ampliada passando a ser utilizada para definir a situação de pessoas que, embora livres, haviam perdido ou se encontravam prestes a perder prestígio político ou social. Nesse mesmo contexto emerge, ainda, outra concepção de pobreza, a pobreza voluntária, utilizada para designar pessoas que escolhiam compartilhar a vida dos desabrigados e destituídos, como forma de alcançar a elevação da alma.¹¹

Com a expansão da economia mercantil e dos processos de urbanização que tiveram dentre suas conseqüências o empobrecimento de amplos segmentos da população e a mercantilização das relações sociais, a pobreza passou a ser caracterizada como destituição em oposição à riqueza, sobretudo em termos de renda e propriedade.

As concepções de pobreza, no contexto da economia mercantil, têm como denominador comum, segundo Rahnema (2000, p. 230), a idéia da incompletude, da carência, da falta, o que para esse autor, retrata a relatividade básica dessa concepção, uma vez que, uma pessoa completa seria aquela a quem nunca faltaria nada. Nos termos weberianos trata-se de um “tipo ideal” inviável em um sistema no qual necessidades são criadas e recriadas em função das exigências mercantis.

Outrossim, ao se definir o pobre como “destituído” de uma série de elementos necessários à vida, caberia questionar: o que é necessário? Para quem é necessário? Quem está autorizado a definir e instituir o que é necessário e para quem? Com base em que critérios? Questões problemáticas, sobretudo em se tratando de concepções de pobreza

¹¹ Estilo de vida exaltado, inicialmente, nas culturas orientais que se estende para o Ocidente com o Cristianismo, através do Catolicismo Romano com a doutrina do “voto de pobreza” que teve dentre seus principais representantes, São Francisco de Assis.

relativas a políticas e programas sociais direcionados ao seu enfrentamento, considerando que a concepção que fundamenta o planejamento das políticas e dos programas se constitui elemento central para a determinação dos serviços prestados.

Sendo o pobre definido a partir de uma condição que lhe falta, seja a renda ou o acesso a serviços sociais básicos, a definição dos programas sociais incorre no risco de uma unilateralidade, propondo ações que podem funcionar numa lógica circular (Lessa et al, 1999, p. 64), a qual tende a homogeneizar uma questão heterogênea, restringindo, assim, a natureza de um problema social complexo, no geral, entendido como precariedade de inserção nos diferentes circuitos que compõem a vida social: produção, consumo, acesso e fruição de bens e serviços públicos. Um dos riscos decorrentes dessa lógica é a proposição de ações direcionadas ao suprimento, em geral precarizado, do que falta, na perspectiva da cristalização da precariedade como uma condição inerente à pobreza.

A pobreza como uma construção composta por elementos como renda, posses, inclusão, necessidades, se insere na dinâmica da mercantilização ou capitalização das relações sociais. Autores como Rahnama (2000), Illich (2000) e Sachs (2000), consentem em suas análises que a pobreza como uma construção moderna inscrita na lógica da mercantilização vincula-se estritamente a conceitos como desenvolvimento e subdesenvolvimento que, por sua vez se articulam à inclusão das sociedades à economia mundial. A economização das relações sociais, portanto se constitui em elemento essencial nessa construção da pobreza. Os autores ressaltam que, no período do pós-guerra, da reconstrução da economia mundial sob a liderança dos Estados Unidos, num dos primeiros relatórios apresentados pelo Banco Mundial em 1948, o problema da pobreza aparece vinculado ao Produto Interno Bruto dos países. Esse Relatório define como subdesenvolvidos e pobres países com renda mensal *per capita* inferior a 100 dólares. A renda nacional é introduzida como um componente de medição global para expressar as diferentes etapas do desenvolvimento econômico, sendo este componente igualmente proposto como última palavra para a definição da pobreza.

Conseqüentemente essa construção se projeta para o resto do mundo, (Sachs, 2000, p. 16) instituindo uma concepção que não considera a pobreza como uma questão relacionada à dificuldade de condição da vida humana composta por múltiplas faces. Pelo contrário, nessa construção a pobreza constitui-se como um fenômeno patológico, próprio das sociedades pré-econômicas, subdesenvolvidas, atrasadas e outras denominações construídas pela lógica mercantil para designar países, sociedades, grupos sociais não inseridos na dinâmica vigente e dominante do sistema capitalista de produção. Neste sentido a pobreza se configura como um mal a ser curado mediante estratégias de caráter técnico e administrativo adequadas, quais sejam aquelas que propiciem a inserção nos circuitos produtivos e tecnológicos do desenvolvimento.¹²

O avanço e consolidação das relações mercantis, inaugurados com a era urbano industrial, tiveram um papel central na construção das concepções modernas de pobreza, conduzindo a uma transformação que não só provocou uma desintegração das relações tradicionais entre sociedade e economia como também criaram e instituíram regras

¹² Segundo Rahnama (2000) essa proposição aparece pela primeira vez na história no discurso do presidente norte americano Henry Truman em 1949 na Declaração Ponto Quatro, na qual o presidente enuncia: “A vida primária dos pobres é primitiva e estagnada... pobreza é uma deficiência e uma ameaça para os pobres e para as áreas mais prósperas”. Assim, “maior produção, desenvolvimento, assistência e aplicação (...) da ciência e da tecnologia são necessárias como resposta e como chave para a prosperidade e a paz”.

de caráter econômico impostas à sociedade. Conforme observou Polany (1980, p. 178), com a economização da sociedade, “o homem, sob o nome de trabalho, a natureza sob o nome de terra, foram postos à venda”. Essa transformação se expande, se consolida e se complexifica no mundo a partir de outras transformações que se seguem em função dos diferentes ciclos históricos da economia e das relações sociais. Essas transformações consolidam e complexificam, no mundo, as condições de vida mediante a hegemonia da economia mundial sobre as demais. Com isso mudanças importantes vão ocorrer na forma de interpretação da materialidade relativa às diferentes interpretações da pobreza. Destaca-se nesse aspecto a disseminação e prevalência da idéia de pobreza como inadequação pessoal, visão que se tornou característica prevalente nas sociedades capitalistas e nas propostas de intervenção sobre a pobreza.

Em discussão sobre as concepções de pobreza produzidas no século XX, Santos (2000) identifica importantes mudanças de interpretação, cuja compreensão é central na definição das estratégias de intervenção. O autor aponta três principais interpretações, assim configuradas: A primeira concepção identificada pelo autor é a mais corrente e predominante caracterizada como inadequação pessoal, grupal ou social. É localizada, residual vista como um descompasso entre as condições sociais e naturais. Essa concepção, denominada pelo autor de pobreza incluída, tem historicamente suscitado intervenções direcionadas a indivíduos, famílias, grupos sociais. Trata-se de intervenções de caráter mais individual, local, privado e assistencial. São mais frequentes em localidades onde as práticas de consumo e mercantilização não se encontram plenamente consolidadas.

A segunda concepção, caracterizada pelo autor como pobreza marginal se expressa por uma compreensão da pobreza como doença decorrente do desenvolvimento econômico e social. No contexto da acelerada urbanização industrial, as possibilidades de comunicação, de circulação de idéias aumentam. O consumo torna-se mais complexo na sociedade, constituindo-se como um importante fator de explicação e explicitação das diferenças. A pobreza assume a dimensão de carência de bens e serviços, tendo como um de seus elementos configurativos a capacidade de consumo das pessoas e as formas de efetuação desse consumo. Nessa ótica os pobres são vistos como “marginais”, alvo de políticas estatais que visam a sua integração ao desenvolvimento. A pobreza é entendida como um problema grave, porém, passível de enfrentamento.

E, uma terceira concepção acerca da pobreza, que, segundo o autor, corresponde às estratégias mais contemporâneas de sua explicação e intervenção é a denominada pobreza estrutural globalizada. Essa interpretação tende a naturalizar a pobreza como uma decorrência inevitável e até necessária das formas de organização do trabalho e do capital no mundo. O autor observa que a pobreza nesses termos se apresenta como generalizada, permanente e global. Trata-se, portanto, de um problema disseminado, deslocalizado e sem solução. Em razão da sua naturalização, não incita condenação, ao contrário situa os pobres como objeto de cepticismo. Como estratégias de intervenção propõe programas mais localizados e segmentados que se direcionam a indivíduos em situações específicas.

As considerações anteriores mostram que a explicação da pobreza implica, necessariamente, na compreensão dos antagonismos que se desdobram na dinâmica de uma sociedade capitalista. As relações de produção nas sociedades contemporâneas não se constituem em processos simples, não compõem uma unidade, haja vista a sua complexidade e o seu caráter contraditório. As mesmas relações geradoras de riqueza, também são

geradoras de pobreza. Esse movimento contraditório retrata a complexidade das relações sociais que produzem a pobreza na sociedade contemporânea.

Compreendendo a pobreza a partir de sua complexidade, Rocha (2003, p.9-10) assinala que se trata de um problema que pode "... ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada". E acrescenta que,

Definir o conceito de pobreza relevante e escolher os procedimentos de mensuração adequados é o resultado de análise sensata e cuidadosa de cada realidade social específica. Por um lado, trata-se da questão de identificar os traços essenciais da pobreza em determinada sociedade. É generalizada, atingindo a maior parte da população, ou, ao contrário, é geograficamente localizada? Quais são seus determinantes? É um fenômeno crônico ou está associado a mudanças econômicas e tecnológicas? Quais são seus sintomas principais - subnutrição, baixa escolaridade, falta de acesso a serviços básicos, desemprego ou marginalidade? Quem são os pobres em termos de um conjunto de características básicas, ou em outras palavras, qual o perfil dos pobres?

Segundo a autora trata-se de uma compreensão preliminar para a compreensão da pobreza em um contexto historicamente determinado, bem como para o estabelecimento de referências para a análise e formulação de ações interventivas nesta problemática. As perspectivas apontadas permitem a desconstrução da categoria pobreza como natural, como dada, uma vez que mostra a pobreza como uma categoria que não é simples, imutável; ao contrário, uma vez submetida a análises e investigações científicas, revela profundas complexidades históricas. É, portanto uma construção relacional que se explicita mediante a compreensão do movimento da totalidade social.

Esforços empreendidos no sentido de compreender a pobreza se defrontam com problemas relacionados às suas múltiplas dimensões, seu agravamento e seu caráter renitente em diferentes sociedades. Há uma multiplicação de estudos¹³ no intuito de compreender os processos que engendram a persistência e o aumento da pobreza e suas implicações nos padrões civilizatórios das sociedades denominadas modernas. Essa compreensão, em verdade, trata-se de um desafio, considerando-se três aspectos centrais: a persistência da pobreza na sociedade brasileira; a estigmatização dos pobres; e a negação dos pobres como sujeitos.

O primeiro aspecto remete ao que parece óbvio, o porquê da pobreza no Brasil. Segundo Telles (1992, p.2) questionar a pobreza ou o porquê da pobreza, embora a primeira vista possa aparentar uma banalidade, apresenta algo de enigmático haja vista a persistência da pobreza em uma sociedade que avançou no processo de urbanização, industrialização e modernização institucional; consagrou direitos; instituiu um Sistema de Proteção Social; vivenciou conflitos e – bem ou mal – criou mecanismos de negociação de interesses. Contudo, reitera a autora, se trata de uma sociedade onde a miséria de ampla maioria aparece nos discursos oficiais e nos pronunciamentos públicos de representantes e lideranças políticas, denotando uma desigualdade social inaceitável para padrões de vida civilizados em um país que aspira a categoria de desenvolvido. Ademais, essa persistência,

¹³ Ressaltam-se, especificamente neste trabalho, os estudos de Buarque (1999); Demo (1996; 2003); Henriques e Barros (2000); Lima (2003); Rocha (2003); Sachs (2000); Sen (1999; 2001 e 2002); Sarti (2003); Sprandel (2004); Telles (1994; 1998) e Zaluar (1985).

segundo Sprandel (2004), tem dado margem a interpretações que insistem na perspectiva naturalizadora da pobreza.

Um segundo aspecto diz respeito à profunda estigmatização a que são submetidos os pobres. Tomando por referência esse aspecto, Zaluar (1985), nas suas análises, refere-se à forma como os pobres têm sido apreendidos pelo pensamento dos intelectuais que discorrem sobre a pobreza, e mostra que, como objeto de reflexão das teorias sociais, os pobres não têm ocupado espaço na perspectiva de mudanças ou de transformação. Ao contrário, segundo essa autora (1985, p. 35), “... sobre eles caiu grande parte da culpa pela ausência de mudanças significativas e pela conseqüente estagnação política e econômica” nas sociedades em desenvolvimento. Não resta dúvida de que na sociedade brasileira, um amplo contingente de trabalhadores têm permanecido à margem de um processo de estabilização, muitos sequer chegaram – ou chegarão – a participar ativamente do mercado de trabalho ou mesmo ter acesso a garantias e direitos sociais que possam viabilizar mudanças efetivas nas suas condições de vida.

A constituição dos direitos sociais no Brasil mostra as lacunas de uma cidadania construída de forma segmentada, adjetivada, compartimentalizada, segundo a posição social, política e econômica dos sujeitos. Essa segmentação tem sido objeto de estudos no campo das Ciências Sociais e se expressa em noções como “não – cidadãos” utilizada por Fleury (1994), “cidadania regulada” (Santos, 1979), “cidadãos de segunda categoria” (Carvalho, 1995). Isto se dá, principalmente, em conseqüência de processos levados a efeito pelo Estado brasileiro por décadas – e reiterados na atualidade – de socialização das perdas e privatização dos benefícios. Segundo Oliveira (1994), isto expõe uma estratégia implacável do Estado brasileiro em responsabilizar os trabalhadores e a população empobrecida em geral pelos problemas de ordem econômica, social e política, transferindo a estes os prejuízos decorrentes destes problemas.

Zaluar (1985) denuncia a forma dicotomizada como a pobreza tem sido apreendida nos estudos e pesquisas, atribuindo aos pobres a responsabilidade de “... carregar o peso do fisiológico em oposição ao ideológico, do tradicional em oposição ao moderno, do atraso em oposição ao avanço, do pessoal particularista em oposição ao impessoal universal e, acima de tudo, do material imediato em oposição aos ideais mais amplos, gerais e prementes da sociedade material”. Neste sentido, ainda segundo essa mesma autora, os pobres se tornaram vítimas de um processo de demarcação de posições, bem ao estilo *nós e os outros*, mediante o qual as elites procuram distinguir e distanciar, com as devidas marcas, o que é inferior, inculto, menor e atrasado, demarcando o que é dos pobres e o que é dos não-pobres.

Corroborando com as considerações acima expostas, Sarti (2003, p.35) se pronuncia, ressaltando as imagens construídas sobre os pobres. Diz a autora: “muitas coisas foram escritas e ditas sobre os pobres e muitas categorias usadas para defini-los, cada uma correspondendo a uma maneira de vê-los. Nas diferentes imagens que foram construídas pelas ciências sociais brasileiras, percebe-se uma identificação por contrastes, fazendo dos pobres um ‘outro’, que muitas vezes diz mais de quem fala do que de quem se fala, num mecanismo de tipo projetivo”, ou seja, foi projetado nos pobres o que se pensa acerca deles.

E como terceiro aspecto, merece relevância o que Sarti (2003, p. 36) identifica como uma tônica presente na literatura sobre a pobreza: a anulação do pobre como sujeito. Para a autora, essa tendência marcante, sobretudo a partir dos anos 1960/1970, se expressou no fato de que “... falou-se mais da pobreza do que do pobre; ao se denunciar o sistema elidiu-se o sujeito”. Ainda com relação a esse aspecto, cabe ressaltar a questão da ausência,

da falta, como referencial para a definição da pobreza, a qual assume uma conotação de negatividade seja em relação a bens materiais, à consciência de classe ou a direitos. Isto expressa o que Telles (1994) caracteriza como olhar negativo, o avesso do que os pobres deveriam ser. Vistos, dentre outros aspectos, do seu lugar na produção, das suas estratégias de sobrevivência e das suas condições de moradia, em geral precários, os pobres passam a ser referenciados a partir do pressuposto da ausência e, conseqüentemente, da precariedade.

Consoante pronunciamento de Telles (1992, p.3), a pobreza ao ser traçada como uma realidade em negativo é transmutada em uma espécie de “limbo” para onde são projetadas as carências, as precariedades, as minoridades, os atrasos do país. Essa perspectiva oculta não só os termos mediante os quais a pobreza se expressa, mas também como é tematizada na sociedade brasileira. Termos que podem fornecer elementos que explicitem a persistência da pobreza em uma sociedade que, afinal, adentrou os meandros de uma civilidade democrática.

No que diz respeito aos paradigmas utilizados para categorizar a pobreza, destaca-se a partir das reflexões de Sarti (2003) os paradigmas da produção, da cultura, dos valores tradicionais. Sarti (2003, p.39) enuncia os limites que estes expressam na compreensão da pobreza como uma problemática permeada por múltiplas determinações e dimensões. Para essa autora, o paradigma da produção não esgota a análise dos pobres, mesmo em suas relações de trabalho. Particularmente, na realidade brasileira, a autora ressalta que,

...o mundo do trabalho (...) constituiu-se dentro de um universo social onde as relações capitalistas se entrecruzam com os traços escravistas e clientelistas de nossa formação histórica. Essa característica do trabalho no Brasil reflete-se na identidade entre *pobre* e *trabalhador*, reconhecida pela literatura. O que essa literatura ‘produtivista’ não diz é que tal identidade, na qual se reconhecem os trabalhadores, implica que sua concepção do trabalho envolve referências diversas das que constituem a lógica mercantil do mundo capitalista.

As considerações da autora mostram que o paradigma da produção concebeu os pobres a partir de uma perspectiva na qual eles próprios não se reconhecem. A partir de tal perspectiva foram tidos como desprovidos de consciência ou portadores de uma falsa consciência. Isto significa que os pobres foram pensados como se a construção de sua identidade social se efetuasse apenas mediante a sua determinação de classe. Considera-se que embora essa determinação seja fundamental na definição estrutural do espaço ocupado pelos pobres na sociedade capitalista, não pode constituir a única referência a partir da qual operam e constroem suas formas de explicação da realidade e das relações sociais que estabelecem.

Com relação ao paradigma da cultura, a autora em referência aponta o privilegiamento dos componentes simbólicos da ação humana, com ênfase em temas como o cotidiano, o trabalho, a família, o lazer, as relações de poder, de gênero, experiências políticas. A questão expressa por esse paradigma refere-se à operação com categorias do pensamento dominante, inferindo um triunfo à ideologia conservadora burguesa, haja vista partir do pressuposto de uma homogeneidade necessária aos trabalhadores para fundamentação de uma consciência de classe. Tal perspectiva pode tornar implícita a idéia de que “... os pobres pensam ‘errado’, porque não compartilham (...) a visão crítica da

sociedade” (SARTI, 2003, p. 43), além de desconsiderar os significados e os sentidos que os pobres atribuem às suas relações e à realidade.

Também merece destaque o que Sarti (2003) denomina de valores tradicionais associados aos pobres. Tais valores foram assinalados na literatura como a herança cultural da pobreza gerada no meio rural durante a colonização. A pobreza seria concebida como uma marca histórica à qual determinados indivíduos estariam condenados. Tratam-se de valores articulados à idéia de fatalismo, de conformismo e resignação. A expressão desses valores encontra-se presente nas noções de “universo simbólico da pobreza” ou de “cultura da pobreza”, inscritas em uma tradição de estudos antropológicos sobre a pobreza (Schwartzman, 2004). Oscar Lewis (1975) se destaca como um dos expoentes dessa tradição a partir do desenvolvimento de estudos sobre populações denominadas “marginalizadas” na América Latina. Silva (2002, p.77) assinala que para Lewis, a subcultura da pobreza

apresenta estruturas e razões próprias, modo de vida herdado de geração em geração, através das linhas familiares. Essa subcultura transcende as diferenças regionais, rurais, urbanas e nacionais, expressando extraordinária semelhança no que se refere a estruturas familiares, relações interpessoais, orientação em matéria de tempo, sistemas de valores e esquemas de consumo.(...) Nessa perspectiva a falta de participação efetiva e de integração dos pobres nas instituições mais importantes da grande sociedade é apontada como uma das principais características da subcultura da pobreza.

A contribuição de estudos da assim denominada “tradição cultural”, segundo as análises de Schwartzman (2004), é que estes permitem a compreensão das estratégias de sobrevivência construídas pelas populações pobres, bem como, o entendimento acerca dos recursos públicos e privados, direcionados ao enfrentamento dos problemas da pobreza, as dificuldades de adoção de políticas que, no geral, não conseguem alcançar os resultados esperados. No entanto esse autor ressalta como problema comum nesses estudos, o risco de colocar o problema da pobreza como insolúvel ou como uma mera preferência “cultural” de grupos acomodados e entregues à própria sorte.

Trata-se de uma noção que busca explicar as causas da pobreza não em processos estruturais, mas em valores morais e tradicionais. Acerca dessa noção Lima (2002, p.36) ressalta que “a pobreza, em grande medida, é um fenômeno herdado, no qual os pobres vão reproduzindo os problemas e a pobreza dos outros”.

A denominada cultura da pobreza sustenta que, os pobres, devido à sua situação em uma sociedade estratificada, desenvolvem uma cultura exclusiva caracterizada por formas precárias e mínimas de organização, falta de interesse pelas instituições sociais, ausência de cultura de classe e desconhecimento do acervo cultural e simbólico da sociedade moderna. Zaluar (1985, p.41), em crítica importante a essa corrente, assinala que,

o perigo disso (...) reside em supor que a pobreza tenha o mesmo significado em diferentes partes do mundo, onde a população pobre tem origens étnicas muito distintas. Suas características objetivas, aquelas não registradas em censos e estatísticas, (...) podem muito bem dever-se a processos culturais distintos e ter, portanto, significados também distintos para os que vivem a pobreza.

A citada autora considera que, “... a pobreza é um conceito comparativo, e sua qualidade relativa aos outros gira em torno da desigualdade social. Esta não é uma consequência de sua cultura, mas o resultado de políticas públicas que provocam uma real privação material e uma material exclusão”. Ademais, não se pode perder de vista o processo de consolidação da desigualdade em um país como o Brasil onde, não obstante possuir uma mesma nacionalidade, com língua e direitos civis comuns, há uma diferença explícita entre os grupos sociais, uma diferença que vem conduzindo a mecanismos de separação em diversos setores da vida social como forma de garantir e ampliar a concentração de privilégios. Com isso tem-se uma crescente diferenciação no bem-estar, no acesso a propriedade e aos serviços sociais.

2.1.1 Tendências do debate sobre a pobreza

2.1.1.1 A abordagem liberal / neoliberal

As abordagens de orientação liberal / neoliberal na explicação da pobreza, orientados, segundo Silva (2002, p. 83) são orientadas por três aspectos fundamentais:

- 1) defesa do mercado em nome da capacidade de desenvolver a produção e eliminar as vantagens indevidamente adquiridas, o que significa poderem a pobreza absoluta e a desigualdade só ser superada pelo livre funcionamento do mercado;
- 2) pressuposto de que o desenvolvimento ilimitado da população, isto é, o crescimento tende a satisfazer, mais e mais, às necessidades fundamentais do indivíduo e, conseqüentemente, a superação da pobreza absoluta é uma decorrência da expansão da produção;
- 3) as desigualdades necessárias ao funcionamento do mercado podem subsistir, porém toda vantagem inicial tem seus efeitos desaparecidos no tempo. Deste modo, as diferenças de renda não podem ser explicadas senão pelas diferenças do esforço dos indivíduos a título de trabalho, da oferta de oportunidade e dos riscos suportados. Portanto, a supressão das desigualdades relativas acompanha a intensidade relativa da concorrência e de desvios sociais, o que subsistir é atribuído à irresponsabilidade dos indivíduos.

Considerando-se a hegemonia que esse paradigma vem assumindo no atual contexto, há que se pensar nas conseqüências oriundas da consolidação desse paradigma. Neste sentido Silva (2002, p.84), ressalta dois aspectos: “1) a classificação dos pobres pelo critério do mérito; e 2) as políticas adotadas para esses pobres enquadrados em categorias estereotipadas”.

Sob a ótica da orientação liberal / neoliberal a compreensão da pobreza se pauta em elementos de natureza moral, conservadora presentes em unidades como, a responsabilização dos indivíduos, a necessidade do esforço individual, a satisfação das necessidades em detrimento do direito (NISBET, 1981), a ênfase nas relações familiares, comunitárias e associativas como suportes indispensáveis à vida humana e, ainda, a relação estreita entre propriedade privada e liberdade, e a igualdade restrita ao plano moral (MANNHEIM, 1981) articulada a categorização dos indivíduos segundo suas virtudes morais.

À categorização pelo mérito corresponde a classificação, arbitrária obviamente, pelo critério do mérito, o que segundo Silva (2002, p. 83), responde a questão referente a quem deve ou não receber ajuda. Trata-se de uma questão nada recente.

Conforme enuncia Bresciani (2004), no século XIX no contexto da industrialização na sociedade inglesa, emerge entre os pensadores da época a preocupação com os indivíduos recuperáveis e os não recuperáveis em face da expansão da denominada degeneração social provocada pelo crescimento da pobreza na sociedade industrial. Assim era corrente entre os pensadores a classificação dos pobres a partir de três elementos considerados como valores constitutivos da vida social: o trabalho, a propriedade e a razão.

Neste sentido os pobres, com limites por vezes bastante tênues podiam ser categorizados em trabalhadores respeitáveis (mantinham a si e sua família mediante ocupação formal); os trabalhadores irregulares (mantinham a si e suas famílias, mas não possuíam vínculos regulares com o trabalho) e o *residuum*, o resíduo social indesejável composto por “extensas, miseráveis e incontroláveis massas...” que estavam fora da sociedade (CHESNEY, apud BRESCIANI, p. 40). Contudo, ainda se podiam distinguir no resíduo social, os pobres incapazes de regular suas vidas pela disciplina do trabalho, os degenerados física e moralmente, que deviam ser abandonados à própria sorte e impedidos de procriar; e os pobres que podiam ser integrados ao trabalho, merecedores, portanto da caridade, conforme explicita a autora:

“Se a pobreza fora aceita pela sociedade, mesmo representando um ônus, era porque ela figurava bolsões de resistência ainda não absorvidos pelo mundo do trabalho, mas passíveis de a ele serem introduzidos. Esses pobres não se encaixavam na figura de maus elementos, eram antes considerados como pessoas que por suas fraquezas físicas e sobretudo morais não haviam ainda respondido ao chamado do trabalho. Deles cuidava a caridade pública e privada, que também acudia à privação causada pelo desemprego temporário do trabalhador”. (BRESCIANI, 2004, p.40)

Neste sentido os métodos de persuasão para a introdução ou reintrodução ao trabalho deviam ser rigorosos, desconfortáveis. As Casas de Trabalho “*Workhouses*” desempenharam essa função de assegurar vida em família, refeição e intensa disciplina moralizadora para os seus ocupantes de modo que estes se sentissem premiados a desocupá-la o mais rapidamente possível mediante a busca de trabalho.

A perspectiva moralizadora da pobreza é identificada por Silva (2002, p. 85) como uma postura que obteve respaldo em diferentes teorias do século XIX, como a teologia protestante, a teoria evolucionista de Darwin, e se estendeu pelo século XX com as teorias eugenistas. Um importante elemento convergente entre essas teorias, sem dúvida foi o caráter classificatório dos indivíduos a partir de critérios discriminatórios que culminaram com um processo evidente de estigmatização social dos pobres.

O processo de classificação dos pobres, não obstante ser questionado mediante elementos empíricos e analíticos (SILVA, 2002, p. 85) que colocam em cheque a sua viabilidade, sobretudo em face da complexidade da pobreza e suas mediações históricas, políticas, culturais e sociais, ainda perdura nas interpretações mais atuais sobre a pobreza sendo utilizada por técnicos, burocratas, políticos e cientistas sociais que insistem nos aportes moralistas para classificar a sociedade. Segundo a autora procuram demonstrar e legitimar, obviamente, a relação entre virtude e êxito pessoal como legitimadora da economia política

capitalista. Assim o inverso seria o tratamento punitivo e a identidade estigmatizada como forma de estimular o trabalho.

À semelhança da distinção entre os pobres e os miseráveis para efeitos de intervenções assistenciais no século XIX, o “novo olhar” que se desenha na atualidade, sob o ideário liberal / neoliberal re-institui a categorização ou gradação da pobreza, estabelecendo níveis como pobres e miseráveis, indigentes, extremamente pobres, sendo estes últimos, transmutados em “objeto da assistência pública e, conseqüentemente, tornando-se objeto de estigmatização” (SILVA, 2002, p. 85). Daí decorrem dois problemas: a negação dos pobres como sujeitos transformados em objeto de políticas sociais (CHAUI, 2000) e, como decorrência a imputação de uma identidade estigmatizada por quem se autoriza a classificá-los como pobres ou extremamente pobres; e a culpabilização pela condição de pobreza, posto que sua causa é identificada no indivíduo.

A categorização da pobreza mediante o critério moral, segundo Silva (2002, p. 86) acompanhou a transição para o capitalismo, para a democracia e permaneceu como elemento justificador das formas de tratamento destinadas aos pobres, de forma que o componente moral como definidor da pobreza não chegou a ser superado. Há uma flexibilização desse componente com o avanço do pleno emprego mediante a edificação do *welfare state* no pós-guerra. Silva (2002, p. 86) informa que, a despeito das elevadas taxas de emprego, permanece a distinção entre os indivíduos inseridos no mercado formal de trabalho, aos quais era destinado o seguro social; e, os indivíduos não inseridos, os dependentes aos quais era destinada a assistência pública.

No contexto da denominada crise econômica, desencadeada a partir da década de 1970 em que o mercado assume centralidade como regulador das relações sociais, as disparidades se desdobram e se acirram em diferenças que retratam o imenso abismo entre o crescente contingente de trabalhadores pobres, em geral desempregados ou imersos nas relações precarizadas do trabalho “informal” e os trabalhadores inseridos nos sistemas modernos do mercado. Essa diferenciação vai se traduzir em padrões de vida e de consumo bastante segmentados, díspares. Também vai se traduzir em um dos principais dilemas das políticas sociais na atualidade: a privatização dos serviços públicos.

É nessa lógica que vem se efetivando um movimento de privatização dos serviços públicos, em curso, institucionalizando a restrição da população no acesso a direitos e a segmentação entre os que acessam os serviços ofertados pelo mercado e os que recorrem aos serviços públicos oferecidos pelo Estado, cada vez mais precarizados e destituídos de qualidade, caracterizados como “coisa de pobre” (Telles, 1998, p.17). Esse movimento opera em um círculo ideológico insidioso que reafirma o trabalhador em situação de pobreza como um “desvalido da sorte”, alguém que não foi “capaz de prover suas necessidades”.

O que se pode depreender das abordagens apresentadas é que embora pautadas em perspectivas diferentes, operam com uma mesma lógica, a classificação dos indivíduos a partir de elementos designados como constitutivos de uma determinada sociedade que se tornam mais diversificados e complexos a medida em que as relações sociais também se complexificam. A partir desses elementos que podem ser a renda, o trabalho, a propriedade, o acesso aos serviços sociais, o tipo dos serviços, os bens culturais, o padrão de consumo, a participação na política, dentre outros, que, segundo Paugam (2003), estão relacionados à classe, status e poder, os indivíduos são arbitrariamente categorizados com posições demarcadas e identidades definidas na sociedade.

Neste sentido as concepções que têm predominado no tocante à pobreza operam com as idéias de precariedade econômica e social para definir uma situação que

acaba por se tornar muito mais do que um estado de ausência ou destituição de bens materiais, mas um estado específico, inferior, desvalorizado, naturalizado que acaba por configurar uma condição de “inadaptação”, “atraso” na denominada “lógica inexorável do desenvolvimento” (ILLICH, 2000, p.156). Certamente que se tratam de concepções que incidem sobre a identidade dos que se encontram nessa situação, no sentido de definir quem são.

As diferentes concepções de pobreza fundamentam-se sob uma lógica de diferenciação assentada em relações sociais que historicamente criaram e recriaram a imagem do pobre como “inferior”, “subalterno”, “destituído” da renda, da propriedade, do poder, da fala, da razão, alguém merecedor ou da proteção tutelar ou da punição disciplinadora da sociedade ou do Estado (OLIVEIRA, 1999; TELLES, 1992).

Como construções historicamente consolidadas que atravessaram diferentes contextos políticos e econômicos, as concepções de pobreza mais correntes sedimentaram elementos difíceis de romper¹⁴, haja vista a sua relação orgânica com a dinâmica da reprodução e acumulação do capital e com a lógica do poder pertinente a essa dinâmica nas suas diferentes configurações históricas. Dentre esses elementos difíceis de romper pode-se destacar o que Telles (1992, p. 102) denomina de acusação prática da pobreza como foco da desrazão, da desordem moral, da miséria, da ignorância, da desorganização familiar, da convivência promíscua e da perversão. Tratam-se de construções que traduzem uma identidade negativa dos pobres e da pobreza, ou seja, a persistência secular de um mal que ameaça uma sociedade moderna e civilizada.

Destaca-se que, essas construções conduzem a uma negação dos pobres como sujeitos, bem como a uma negação dos conflitos presentes nas relações sociais entre classes, grupos e indivíduos. Conflitos inerentes a uma sociedade avessa à igualdade como regra e como valor de sociabilidade. Conflitos que são constitutivos de relações sociais regidas por códigos de diferenciação mediante os quais a pobreza caracteriza a marca do atraso, da inadaptação, da inferioridade social.

2.1.1.2 As abordagens multidimensionais

Autores como Paugam (2003) e Santos (2000) assinalam que não obstante o pensamento dominante trabalhar com concepções de pobreza que remetem a inadaptações, destituições, fracassos e, por conseguinte, inferioridades sociais, é inegável, e cada vez mais freqüente no debate de estudiosos dos problemas sociais, a constatação da complexidade e das multiformas da pobreza.

Em importante crítica às concepções que associam pobreza só a dificuldade de acesso ao mercado e à insuficiência de renda, ou escassez de bens e serviços, Amartya Sen (1999; 2002) assinala que outros elementos diferenciais devem ser considerados, uma vez

¹⁴ A dificuldade de ruptura de determinados elementos constitutivos de concepções como a pobreza se dá em razão da sua construção se pautar em relações de poder que operam com o que Telles (1992, p. 102) denomina “efeitos de verdade”, em que determinadas construções, categorias, representações definem como verdade relações e identidades que são apresentados como intrínsecos, inerentes a grupos e situações. Como um dos exemplos mais correntes a autora ressalta a relação entre pobreza, negritude e criminalidade, o que cria e recria uma identidade negativa e estigmatizada dos sujeitos.

que o volume de recursos que os indivíduos têm à sua disposição está relacionado às possibilidades que possuem para convertê-los em renda.

A revisão conceitual da pobreza desenvolvida por Amartya Sen (2002) refuta a tendência economicista e propõe uma ampliação do conceito ao introduzir dimensões ético-filosóficas e políticas, ressaltando a centralidade das amplas inter-relações inscritas situadas entre as liberdades políticas e a compreensão e satisfação das necessidades inscritas no plano econômico.

Na perspectiva apontada por Sen (1999, p.109), a pobreza se configura como impossibilidade das capacidades básicas para o alcance de determinados níveis de vida minimamente aceitáveis, o que incluiria desde as necessidades elementares até as necessidades mais complexas como a participação política, por exemplo. Para esse autor, é relevante considerar as vantagens individuais que em função das capacidades que as pessoas possuem, como as liberdades subjetivas para escolher padrões de vida válidos numa determinada sociedade. Diz o autor:

“Nessa perspectiva, a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação de pobreza. A perspectiva de pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da idéia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação da capacidade de uma pessoa”.

Sen (1999, p. 112) avança no enfoque multidimensional da pobreza ao inserir a questão das capacidades. A pobreza não se configura, nessa perspectiva, como ausência ou escassez de bens e recursos, mas como incapacidade para aquisição de um padrão de bem estar em função dos meios para tanto. Como assinala o autor,

Embora seja importante distinguir conceitualmente a noção de pobreza como inadequação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda, essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, também esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduzisse a um maior poder de auferir renda, e não o inverso.

Com relação ao aumento da capacidade de auferir renda, o autor destaca, ainda, que se trata de uma relação que

...pode ser particularmente importante para a eliminação da pobreza de renda. Não ocorre apenas que, digamos, melhor educação básica e serviços de saúde elevem diretamente a qualidade de vida; esses dois fatores também aumentam o potencial de a pessoa auferir renda e assim livrar-se da pobreza medida pela renda. Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria.

Neste sentido, Sen (1999, p.120) assevera que “talvez o ponto mais importante para se levar em conta é que a suficiência de meios econômicos não pode ser avaliada independentemente das possibilidades reais de ‘converter’ a renda e os recursos em capacidades para ‘funcionar’”.

Trata-se de uma perspectiva que não comporta a classificação de pobreza absoluta, amplamente utilizada nas intervenções tradicionais de combate à pobreza, haja vista se pautar na relatividade presente nas possibilidades (ou não) das pessoas converterem em funcionamento a renda e os recursos adquiridos. Aqui se destaca a relação que Sen (1999, p.122) estabelece entre liberdades e oportunidades. Para o autor:

se queremos identificar a pobreza em termos de renda, não podemos olhar somente a renda independentemente da capacidade de funcionar derivada da renda. A suficiência desta renda para fugir da pobreza varia parametricamente com as características e as circunstâncias pessoais (...). A pobreza deve ser definida, então, a partir da variabilidade interpessoal na conexão entre renda e capacidades. A suficiência de determinados níveis de renda deve ser julgada em termos de capacidades.

O autor em referência ressalta as particularidades assumidas pela pobreza em determinados contextos históricos, em geral desconsideradas pelas concepções e medições convencionais, as quais não refletem as desigualdades, as efetivações existentes no âmbito da pobreza.

Dupas (1999) aponta um elemento interessante acerca das análises de Sen. Este não se utiliza da classificação marxista de classes sociais por considerá-la insuficiente para a compreensão da relação entre oportunidades e liberdades e por existirem outras variáveis que permitem um enfoque em termos de liberdade ou da garantia da satisfação das necessidades. No entanto, reconhece a contribuição do próprio Marx na superação desse limite ao criticar a visão do Partido Alemão dos Trabalhadores, que defendia a igualdade de remuneração ante a igualdade de trabalho. Segundo Sen (apud Dupas, 1999, p. 31), Marx a define como “... extensão de um direito burguês, segundo o qual os seres humanos são vistos apenas como produtores”, argumentando em contraposição a essa visão, variáveis como a diferença no tamanho das famílias ou famílias com necessidades específicas como, por exemplo, ter membros idosos, com deficiências ou doenças crônicas etc.

Outro aspecto relevante refere-se à questão dos contrastes inter-regionais na questão do funcionamento das capacidades, considerando-se, por exemplo, a relação entre PIB *per capita*, expectativa de vida e as políticas relativas à educação e saúde. Complementando esse aspecto, Sen analisa a questão da igualdade, interrogando a que esta se refere.

Neste sentido, Sen (1999, p.132) considera fundamental enfrentar a diversidade da espécie humana e da pluralidade de espaços relevantes para que se possa julgar a igualdade com relação à renda, riqueza, liberdade, bens primários, utilidades e capacidades. As exigências de igualdade entre segmentos diferentes são muito distintas, até porque os seres humanos são distintos. Assim a igualdade em um determinado espaço pode ser acompanhada de desigualdade em outro. O autor destaca como exemplo as “diferenças na mortalidade que podem, de fato, servir como indicador de desigualdades muito profundas que dividem raças, classes e os sexos...”. Destaca ainda que a desigualdade econômica não se

refere apenas à desigualdade de renda. Entendendo que a pobreza mais que insuficiência de renda, é insuficiência de desenvolvimento, Sen avalia que desigualdade de renda e desigualdade econômica, em geral confundidas, precisam ser distintas e explícitas:

“...Dar uma maior fatia de renda a uma pessoa que em mais necessidades – digamos, devido a uma incapacidade – pode ser visto como contrário ao princípio de igualar as rendas, mas isso não contesta os preceitos mais amplos da igualdade econômica, uma vez que a maior necessidade de recursos econômicos devido à incapacidade deve ser levada em conta ao julgarem-se os requisitos da igualdade econômica”

Com base nessa compreensão o autor sustenta que a necessidade de levar em conta “heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas relativas e distribuições nas famílias”, o que remete à necessidade de considerar variações circunstanciais que afetam a conversão da renda em funcionamento e, conseqüentemente, o padrão de vida que os indivíduos poderiam ter.

E o autor destaca no que se refere à redução da desigualdade que esta favorece e é favorecida pela distribuição de diferentes fatores do desenvolvimento que, obviamente, extrapolam a renda. Uma distribuição de renda sustentável exige que outros elementos sejam distribuídos, uma vez que a distribuição igualitária de renda tende a se concentrar naqueles que possuem maiores capacidades, possibilitadas por outros elementos do desenvolvimento, como o conhecimento, poder, o que propicia a conversão da renda em capacidades e, tendencialmente, em acumulação.

As construções de Sen acerca da pobreza fornecem bases interpretativas relevantes para a superação de um viés conservador que restringe a renda e a inserção no mercado como elementos centrais para a compreensão da pobreza. Suas reflexões fornecem elementos importantes que além de ampliar o debate sobre a pobreza, permitem questionar a supremacia do mercado como regulador da sociedade nos termos propostos pelo neoliberalismo. Embora não proponha a superação do contexto neoliberal e da responsabilidade dos indivíduos, o autor propõe uma combinação entre o crescimento e a democracia, entendendo o crescimento como um meio para atingir a democracia. Uma combinação questionável no capitalismo, sobretudo no seu atual estágio, em razão do caráter concentrador do mercado liberal.

Telles (1992; 1998) também se destaca por criticar as concepções convencionais acerca da pobreza, denunciando armadilhas que acabam por apreender uma questão complexa e multidimensional a partir dos seus sinais mais evidentes. A autora refere-se fundamentalmente a concepção de pobreza absoluta, concepção que sedimenta a privação, a destituição e a carência como elementos relevantes na definição da pobreza e na proposição de intervenções. Por se tratar de uma concepção amplamente utilizada nas propostas de enfrentamento à pobreza essa concepção apresenta problemas que podem conduzir a “armadilhas” (TELLES, 1992, p. 87) que estatizam a realidade e negam a dinâmica dos conflitos e das lutas sociais, despolitizando a pobreza como problema.

A autora (1992, p.88) destaca três aspectos dessa armadilha: o primeiro refere-se ao risco de a realidade ser objetivada e se tornar um objeto a partir das suas próprias evidências; o segundo remete a urgência e emergência de estratégias de intervenção que exigem equidade e justiça social, para tanto acionam um imaginário que se confunde com o

real, a reposição do Estado tutelar que deve proteção aos desamparados; e como terceiro aspecto, a negação dos sentidos da destituição, uma vez que se trata de destituição de direitos que não podem se resolver e nem se efetivar nas garantias formais e legais, sendo que se trata de uma destituição que nega o poder da fala (OLIVEIRA, p.1999), da ação, da escolha, da reivindicação e do reconhecimento do trabalhador como sujeito portador de direito.

A partir do exposto constata-se que a pobreza como objeto de estudo, como categoria socialmente construída integra uma relação de rupturas e continuidades que assume especificidades em determinadas formações sócio-históricas, sendo, portanto dinâmica e inscrita em processos eminentemente políticos. Configura uma relação permeada por noções que exprimem determinados sinônimos, associações e oposições que adquirem significados no contexto de transformações econômicas e sociais, o que remete a necessidade de apreensão desses significados na particularidade da sociedade brasileira.

2.2 A Construção da Concepção de Pobreza no Debate Brasileiro

Tendo presente a historicidade da concepção de pobreza, bem como suas dimensões econômica, política, ideológica e cultural, concordo com Valladares (1991) que se trata de uma construção que vem sofrendo mudanças significativas, compostas de rupturas e continuidades ao longo do processo de constituição do país como nação moderna.

Sprandel (2004), nas suas análises, busca apreender a construção das concepções de pobreza no pensamento social brasileiro desde o processo de formação socioeconômica do país até contextos mais recentes, explicitando os diferentes modelos explicativos e seus elementos constitutivos, bem como as mudanças que se processam na compreensão da pobreza no Brasil. Tratam-se de construções que, embora inspiradas em modelos interpretativos externos (pensamento europeu e americano), representaram um esforço de interpretação da realidade brasileira a partir de suas especificidades, de elementos referentes ao que se pode denominar de questão brasileira.

No contexto de construção da nação brasileira, segundo Sprandel (2004), sobretudo a partir dos debates travados pelos pensadores brasileiros no período que compreende o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX é que a pobreza começa a emergir com frequência na pauta pública, não como tema central, mas como um tema cuja transversalidade era necessária para a compreensão de questões colocadas como “grandes problemas nacionais” (2004, p. 11), os problemas relacionados à miscigenação e da desorganização nacional. Recorrendo ao pensamento dos clássicos e seus debates sobre os “problemas nacionais”, a autora identifica a questão racial, ou mais especificamente a questão da miscigenação ou mestiçagem como eixo das preocupações nacionais, assim como a questão climática, a doença e a desnutrição.

Essas questões se configuravam como principais elementos presentes nas discussões relacionadas à pobreza. Importa ressaltar que não apenas caracterizavam a pobreza, como também eram apresentados como determinantes, o que deu margem a categorizações expressas em estereótipos ou mitos como o “pobre mestiço”, o “caboclo pobre”, o “pobre indolente” dentre outros. Nos debates mais correntes sobre os problemas sociais no final do século XIX e meados do século XX no pensamento social brasileiro, a pobreza aparece articulada às condições climáticas adversas, à mestiçagem, à doenças e surtos epidêmicos (o personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato é emblemático da associação pobreza, doença e indolência), e ainda à desorganização social e ausência de ideais revolucionários.

A pobreza surge assim, nos debates como adjetivação associada a questões centrais como raça, povo e organização nacional que passaram a demandar um maior esforço de interpretação em face de um processo de transição para os moldes capitalistas que se instituía com mudanças gradativas nas relações sociais de padrão escravista para um padrão capitalista.

Os esforços iniciais de interpretação dos problemas nacionais, conforme Sprandel (2004), tiveram como principais bases de fundamentação teórica o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o darwinismo social. São essas matrizes teóricas que vão fundamentar os debates de uma intelectualidade¹⁵ composta por romancistas, juristas, médicos e engenheiros que passaram a discutir, produzir diagnósticos e prescrever tratamentos para os problemas sociais.

Destaca-se nesse momento histórico a categoria povo associada ao pobre, compreendida como uma categoria composta por segmentos tributários de um passado escravista, miscigenados (figura do mestiço), sem cultura de organização, sem noção de economia, trabalho e organização nacional. Constata-se uma categorização que associa povo, mestiço e pobre a um conjunto de destituições como condições, como identidades e como elementos caracterizadores dos indivíduos em situação de pobreza. Elementos como analfabetismo, atraso, miséria, indolência, propensão a doenças e endemias, tornam-se constitutivos de um *fenômeno natural*, de causa individual, que se configura como uma *patologia* na sociedade brasileira.

Neste sentido, Valladares (1991) e Sprandel (2004) apontam três aspectos centrais presentes nos discursos sobre a pobreza: a sanitização, a manutenção de uma ordem social necessária a um padrão socioeconômico que se institui, e a inserção no trabalho, ou seja “transformar o homem livre (escravo liberto e imigrante pobre) em trabalhador assalariado, submetido a uma sociedade ordenada pelo trabalho” (Valladares, 1991, p. 84).

Na virada do século até as primeiras décadas do século XX tem início um processo de interiorização do país mediante realização de expedições científicas e atividades de infra-estrutura que vai levar ao conhecimento público aspectos da vida rural que vão contribuir para o acréscimo de novos componentes à interpretação sobre a pobreza no país (Sprandel, 2004). Elementos como condições climáticas, desnutrição e doenças, registrados a partir de evidências empíricas, passam a compor os debates sobre a pobreza. Sprandel (2004, p.58) considera os elementos empíricos como um avanço nesse contexto uma vez que:

“O discurso racial, embora ainda forte, precisou curvar-se ante as evidências empíricas, registradas e fotografadas nos cadernos de campo de expedições científicas. As imagens de população sertaneja, divulgadas para o grande público, tornavam-se incômodas. Os mestiços degenerados agora tinham um rosto, um nome, um local de residência. Tinham sobretudo voz, com a qual falavam de seus males aos sanitaristas”.

A denúncia dos sanitaristas tornou-se relevante ao abrir espaço para intervenções no sentido de *sanar* a pobreza, uma vez que a realidade das epidemias, da

¹⁵ A autora refere-se aos clássicos da formação social brasileira com destaque para: Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Oliveira Viana, Manoel Bomfim, Capistrano de Abreu, dentre outros.

ausência de saneamento básico, sobretudo abastecimento de água, das condições habitacionais precárias e insalubres era uma realidade constatada não apenas nas áreas rurais do país, mas também nas áreas urbanas em expansão, sobretudo nos grandes centros, o que configurou no país, a denominada questão sanitária-higienista (CASTRO; ABREU, 1986). Uma questão que vai se expressar na precariedade das condições de vida de populações sertanejas e das populações residentes nos centros urbanos impulsionados pela indústria. Pautado na lógica da “redenção dos sertões” (SANTOS, 1985, p. 208) e da “desodorização do espaço urbano” (RAGO, 1985, p.190), o pensamento sanitarista se constitui naquele contexto como uma ideologia de construção de nacionalidade.

Santos (1985) identifica nesse pensamento duas correntes que sinalizam o caráter nacionalista do país: a luta pela modernização via desenvolvimento urbano e a inserção da população rural no projeto de construção nacional. A adoção de medidas de caráter sanitário-higienistas assume papel determinante junto aos poderes públicos, ressaltando o valor da higiene e da saúde pública. Como ressalta Schwarcz (2000, p. 160), a cura das enfermidades do país mediante a amputação da parte enferma com base em um projeto médico-eugênico torna-se necessidade urgente de caráter público, porém articulado a um processo de manutenção da ordem social.

A necessidade de manutenção da ordem constitui-se num elemento importante no pensamento social brasileiro que se torna consistente a partir do início da República, partindo do entendimento de que os focos de epidemias, insalubridades e precariedades eram mais propensos à desordem e à desorganização social, configurando um potencial de periculosidade. Essa leitura social tem como base a noção de “classes perigosas”¹⁶ à semelhança do pensamento social dominante na Inglaterra vitoriana e na França, no contexto da emergência e expansão da sociedade industrial, conforme Bresciani (2004). Nesse pensamento, pobreza, sujeira, desorganização, aversão à ordem e criminalidade eram elementos estreitamente articulados.

A partir da década de 1930 ocorrem mudanças relevantes no padrão explicativo de base evolucionista, principalmente com o surgimento das primeiras universidades, o que inaugura um estilo diferente de pensar a realidade e sinaliza algumas rupturas com o padrão explicativo conservador. Isto não significa, porém, que alguns elementos constitutivos desse padrão não permaneçam expressos em categorizações negativas acerca dos pobres. Sprandel (2004) destaca dentre os clássicos desse período Caio Prado Júnior e sua referência às “populações vadias” ou “à margem da ordem social”, aos

¹⁶ A denominação “classes perigosas” é discutida por Bresciani (2004) mediante análise da literatura acerca da visão da pobreza no contexto da industrialização na Inglaterra e na França do século XIX. Na Inglaterra, Bresciani identifica na literatura a teoria da “degeneração urbana”. Corrente entre os pensadores ingleses da época, essa teoria transmuta-se em “teoria da degeneração humana do pobre” para explicar a ameaça representada pela pobreza para a sociedade industrial em ascensão. Essa teoria associada a outras como o “darwinismo social” foi utilizada para caracterizar os pobres como ameaça, flagelo para a sociedade, vulneráveis à criminalidade e à violência, avessos à lei e à ordem, onerosos para o Estado e a sociedade, sobretudo os não-trabalhadores, vistos como resíduos da sociedade. Na França, foram construídas as categorias “classes pobres e viciosas” e “classes perigosas”, esta última utilizada por Chevalier e Buret para explicitar a ameaça que o trabalhador desempregado representava para a sociedade. A pobreza era pensada como uma ameaça social que indicava a deterioração das condições de vida. Vistos como subproduto da sociedade do trabalho, sobra sem lugar no social e ameaça na forma do crime e da violência, eram temidos principalmente pelo suposto potencial revolucionário, ou seja, pela ameaça que representavam na “perigosa” forma da Revolução.

“grupos degradados, incômodos e nocivos” numa configuração depreciativa da pobreza, em particular dos pobres não integrados ao mercado de trabalho.

Nesse contexto em que elementos de inspiração marxista são introduzidos ao pensamento social e aos debates e produções acadêmicas, a pobreza, não considerada propriamente como um problema, é desconfigurada numa relação em que trabalho e vadiagem se opõem. Tal oposição é colocada como um determinante essencial da pobreza. Como bem ressalta Valladares (1991), num contexto de instituição das relações trabalhistas ante a emergência do modelo urbano industrial, o hábito e a obrigatoriedade do trabalho passa a constituir a única forma de corrigir os desordeiros e assim regenerar a sociedade. O trabalho como elemento moralizador da sociedade assume centralidade nos debates acadêmicos e políticos. Os não trabalhadores, categoria que, segundo Prado Júnior (1977, p. 271), se inseria “no vácuo” ou compunha um “resíduo” como analisa Valladares (1991, p. 91), formavam um contingente humano improdutivo. Segundo essa autora,

“Quem não trabalhasse em fábrica ou oficina (domínio dos artesãos) ou junto aos serviços públicos não era trabalhador. A concepção de trabalho era portanto restrita e ligada às atividades econômicas que definiam a nova ordem industrial e urbana que se implantava. E, no limite, só o trabalho assalariado era considerado trabalho”.

Trata-se de uma construção ideológica que inscreve a pobreza no mundo do não trabalho, avesso à produção e à ordem. Nessa construção, portanto, o pobre “... era aquele que não se transformava em trabalhador. Aquele que permanecia fora do mercado de trabalho formal, apenas sobrevivendo. Aquele que ficava fora do controle da nova ordem instituída, não tendo se deixado convencer pelo pressuposto da positividade do trabalho” (Valladares, 1991, p.91). Nessa relação de oposição entre trabalhador e não-trabalhador, enquanto o primeiro assume conotação de virtude, o segundo representa uma ameaça permanente à sociedade.

Concebida como uma responsabilidade individual, a pobreza é associada a recusa da venda da força de trabalho ao mercado capitalista, bem como a recusa à ética do trabalho, ressalta Valladares (1991). Em outras palavras, os indivíduos não se integram ao mundo do trabalho por uma decisão individual de permanecer na miséria. A noção de “vício da pobreza” torna-se corrente nos debates e discursos para expressar o risco de contagiar demais setores com a opção pelo não trabalho.

É construída uma visão polarizada e dualista da sociedade que consolida associações que, segundo Valladares (1991, p.93), opõem o imigrante branco inserido no mundo do trabalho e da ordem ao não-trabalhador negro ou mestiço do mundo da desordem. Sobre estes últimos são reiteradas nos discursos associações relativas ao atraso, a inferioridade denotando o desconhecimento dos pobres como sujeitos.

É inegável a amplitude que os debates e interpretações sobre os problemas brasileiros assumem ante a introdução de novos padrões explicativos, sobretudo de inspiração marxista. Sprandel (2004) menciona autores como Josué de Castro e Victor Nunes Leal que, embora não tratem especificamente da pobreza fornecem elementos centrais para sua compreensão: a questão do desenvolvimento econômico e sua relação com a produção e distribuição de alimentos nas análises de Josué de Castro sobre a fome; e o sistema político brasileiro como determinante das relações de dominação e de atraso ante o embaralhamento do público e do privado. Sem dúvida, elementos importantes que permitem certo

deslocamento de questões antes inseridas na lógica natural para a lógica estrutural. Contudo a pobreza e os pobres permanecem imersos em conotações negativas, como um aspecto à parte na lógica estrutural, haja vista esta comportar apenas os inseridos na relação capital e trabalho.

Em reflexão sobre essa questão, Guimarães (1981, p.2) considera que tal depreciação em relação aos pobres pode ter ocorrido pelo fato de estes estarem enquadrados, na ótica marxista tradicional, na categoria de *lumpemproletariado*¹⁷, categoria vista como perigosa e conservadora. Consoante Prado Júnior (1977, p.360), tratava-se de uma categoria improdutiva, sem capacidade revolucionária, que coloca em risco o equilíbrio do sistema.

A partir dos anos 1960 rupturas significativas vão ocorrer em relação aos padrões anteriores mediante significativa ampliação das pós-graduações em universidades brasileiras. Particularmente no campo das Ciências Sociais consolida-se a influência da ótica marxista, com destaque para o pensamento latino-americano, que passa a ter considerável prevalência nas análises sobre os problemas sociais brasileiros. Sob a perspectiva das classes sociais a pobreza passa a ser compreendida como uma decorrência da relação de exploração entre capital e trabalho.

Mediante um movimento que pode ser caracterizado como de continuidade e de rupturas novas formas de pensar a sociedade brasileira e novas percepções sobre a pobreza vão sendo construídas na década de 1960 quando questões relacionadas a clima, raça, doença e fome foram perdendo centralidade nos debates nacionais e dando lugar a questões de ordem mais estrutural. Sprandel (2004) ressalta que especificamente no contexto da ditadura militar ante o aprofundamento das especializações universitárias questões relacionadas a classes e estrutura social foram priorizadas como temas de estudo. Certamente que não se pode perder de vista os debates anteriores a esse contexto e seus rebatimentos sobre as Ciências Sociais como o questionamento acerca dos modelos interpretativos externos as particularidades da realidade brasileira, bem como as iniciativas críticas que emergem na sociedade brasileira e que passam a instigar novos olhares sobre os problemas sociais, particularmente a pobreza.

Nessa nova construção, a pobreza passa a ser percebida como uma questão de ordem estrutural articulada à dinâmica do capitalismo brasileiro. Elementos como relações de trabalho, exploração, desigualdade social, organização social e política, consciência crítica, questão agrária e urbana, movimentos sociais, passam a compor as análises relativas a pobreza no pensamento social brasileiro, sobretudo nos anos 1970 e 1980.

Valladares (1991, p.94) assinala nesse contexto o reconhecimento da pobreza como questão social mediante sua crescente visibilidade e propagação. Inúmeros fatores contribuíram para essa compreensão numa conjuntura de mudanças estruturais importantes tais como, a expansão do setor terciário, do trabalho industrial, crescimento do movimento migratório campo-cidade, desequilíbrios regionais e setoriais (em especial nas regiões Norte e Nordeste), reforçados pela desarticulação de economias regionais em face de uma urbanização que se acentuava em algumas regiões mais do que em outras. Nos principais centros urbanos do país, conforme a autora destaca, ocorre "... um processo de 'inchação',

¹⁷ Em suas reflexões sobre as denominadas classes perigosas no Brasil, Alberto Passos Guimarães identifica que a categoria *lumpemproletariado* data de 1845 na obra "A ideologia alemã" de Marx e Engels, sendo utilizada para definir os estratos mais baixos da sociedade, tendo sua origem no contexto da decadência do feudalismo. Segundo o autor, Engels se refere ao *lumpemproletariado* como "escória", relacionada à depravação de todas as classes, constituindo-se no pior dos aliados pelo seu caráter venal e descarado.

integrando um quadro que a literatura dos anos 1960 denominou de superurbanização ou ‘urbanização sociopática’”.

Os debates sobre a pobreza se ampliam mantendo a inserção no mercado de trabalho como componente central, mas estendendo-se para outros componentes como a questão da modernização, da marginalidade e demais obstáculos às mudanças sociais. A compreensão de elementos estruturais (classe, relação capital e trabalho, exploração) como determinantes da pobreza permite um deslocamento da responsabilidade individual pela pobreza. A questão da capacidade do sistema em absorver os indivíduos como força de trabalho torna-se o eixo dos debates, partindo do entendimento de que a não inserção no trabalho não partia da própria recusa dos indivíduos e sim da incapacidade de um mercado excludente em absorver a mão-de-obra excedente.

Como um importante instrumento de análise dessa “exclusão” de mão-de-obra, a teoria da marginalidade vai fornecer as bases para compreensão da pobreza como um fenômeno de natureza estrutural, inerente ao sistema capitalista e às sociedades dependentes como a brasileira, como demonstra Kowarick (1975) em sua análise sobre o fenômeno da marginalidade no capitalismo latino-americano.

Neste sentido os pobres que compunham a “população marginal” ou o “exército de reserva” (OLIVEIRA, 1975, p. 75) passam a ser concebidos não mais como vadios mas como uma ampla massa de marginalizados, situados à margem do sistema econômico com possibilidades restritas de participação, em geral relegadas à condição de subemprego.

Podemos constatar mediante as exposições acima que novas conotações vão sendo construídas compondo uma concepção de pobreza que se amplia mediante padrões interpretativos que possibilitam pensar a pobreza nas suas dimensões econômicas, históricas, políticas e sociais. Contudo, não se visualiza a ruptura com a marca do atraso. Associações de caráter estigmatizante e categorizações negativas são consolidadas em imagens expressas no que Valladares (1991) identifica como pobre-marginal-fome-trabalho-sobrevivência-periferia.

A autora prossegue nas suas análises destacando novas associações que vão sendo acrescentadas na construção da concepção de pobreza, particularmente no período pós-ditadura. Destaca-se nesse contexto a consolidação de um discurso oficial, pautado na tecnoburocracia que se instala na nova capital do país, Brasília, onde são formuladas propostas de intervenção no campo da assistência social, direcionadas à população pobre, também reconhecida como população “carente” (Valladares, 1991, p.99 - 100). Um componente importante é acrescentado à concepção de pobreza nesse momento, a definição de “população de baixa renda” proposta pelo Banco Mundial e demais organismos internacionais que, além de sugerir e exportar propostas de políticas em diferentes áreas como saúde, educação, habitação e assistência social, também introduz elementos conceituais. A introdução do elemento renda, segundo a autora teve como objetivo principal a melhor orientação e racionalização dos recursos governamentais, mediante definição de linhas de pobreza e de critérios de elegibilidade.

Essa categorização inscreve no âmbito do discurso oficial uma concepção de pobreza, que se consolida a partir dos anos 1970, como decorrência da insuficiência de renda, mediante inspiração dos organismos internacionais. A partir dessa concepção pobreza torna-se oficialmente “sinônimo de carência, situação em que o atendimento das necessidades biológicas e sociais dos indivíduos ou de suas famílias está abaixo de um patamar mínimo” (Valladares, 1991, p.100). Esse princípio de categorização pautado no salário-mínimo

permite a diferenciação entre pobres inscritos acima ou abaixo da linha de pobreza a partir da renda como elemento definidor e divisor.

As políticas sociais promovidas pelo Estado direcionadas à “população de baixa renda” são emblemáticas do significado de população de baixa renda, como assinalam Valladares (1991), Sposati et al (1986), ou seja, políticas sociais expressas em programas, projetos e serviços de tipo, tamanho e qualidade *condizentes* com a baixa renda da população, configurando o que Simionato e Nogueira (2001, p.160) denominam de “um patrimônio para os pobres”, um patrimônio caracterizado pela baixa qualidade dos serviços e produtos ofertados.

Esse marco divisor centrado na renda introduz, na administração das políticas públicas, um novo princípio classificatório no conjunto da força de trabalho: indivíduos elegíveis ou não aos programas de combate à pobreza, bem como indivíduos que têm ou não acesso aos bens e serviços socialmente produzidos além da renda. Consoante Valladares (1991, p. 101),

“Este ‘novo’ recorte da pobreza veio juntar-se a outros (...): trabalhador x vadio, empregado x subempregado, assalariado x não assalariado. (...) Nestes o eixo da diferenciação era dado pela forma de inserção da força de trabalho na estrutura produtiva. Agora a ênfase se desloca para os ganhos auferidos pela participação na atividade econômica, independentemente do tipo de vínculo que se mantém com o mercado de trabalho. O que interessa é identificar quem tem ou quem não tem capacidade de satisfazer suas necessidades básicas dentro de padrões de consumo que podem variar entre famílias e indivíduos. Quem tem ou não tem renda para adquirir no mercado bens e serviços essenciais a um mínimo de bem-estar”.

Três eixos se tornam constitutivos dos discursos sobre a pobreza, não obstante a multiplicidade destes na sociedade brasileira nesse período: a crescente heterogeneidade e complexidade da pobreza; a sua inserção diversificada num mercado de trabalho em plena expansão; e, a diferenciação quanto à posição na estrutura social em termos de consumo de bens e serviços.

Claro está, a partir do exposto, que as mudanças que se desdobram nas concepções de pobreza guardam relações estreitas com a dinâmica que se processa na sociedade em termos de instituição de modelo socioeconômico e mercado de trabalho. Santos (1985) enfatiza que a partir dos anos 1970 paralelo às mudanças que transformam o país em oitava economia do mundo, importantes mudanças transcorrem na estrutura econômica e social. No plano econômico a consolidação do processo industrial torna-se o principal elemento propulsor fundamentado nas grandes empresas (nacionais e multinacionais), nos mercados oligopolistas e na expansão de setores de insumos básicos e bens de capital. No plano social no âmbito do denominado “milagre econômico” ocorre o aprofundamento da convivência entre acumulação e miséria, acentuando os índices de desigualdade social.

Novas associações emergem compondo a vasta categorização da pobreza a partir de seus aspectos mais visíveis, como o “morador da periferia”, em referência ao crescimento da periferização da pobreza em face do processo de especulação imobiliária nos centros urbanos. Contudo cabe registrar esforços¹⁸, principalmente a partir dos anos 1980, no

¹⁸ Destaque aos estudos de Gohn (1985) “A força da periferia” e Durham, “A construção da cidadania” (1984).

sentido de resgatar a partir das condições adversas e estigmatizantes a identificação dos pobres como sujeitos coletivos. Elementos como cidadania, movimentos sociais e direitos sociais tornam-se presentes nos debates sobre a pobreza que começa a emergir (SORJ, 1995) como um problema a ser superado mediante ampliação e consolidação do processo democrático.

Num quadro social de disseminação da pobreza cresce consideravelmente o desafio de compreender as mudanças que se processam mediando essa questão e superar estigmas mediante a busca de novos elementos analíticos, o que suscita inquietações em pesquisadores e estudiosos no campo das Ciências Sociais. Ampliam-se as tensões e polêmicas nos debates expressos em críticas relacionadas à visão dual, à concepção marginal, ao predomínio das tendências economicistas e politicistas (SORJ, 1995) e como decorrência o obscurecimento de aspectos sociais e culturais relativos à pobreza no Brasil.

Como bem nota Hasenbalg (1999, p. 21), referindo-se aos debates e estudos dos anos 1970 e 1980, os trabalhos sobre a pobreza podem ser assim classificados: diagnósticos e caracterizações do mercado de trabalho com ênfase à questão do desemprego e do subemprego; inserção da população nos setores formais e informais do mercado de trabalho; trabalho e condições de vida das populações pobres em termos das formas de organização da produção; estratégias de sobrevivência dos trabalhadores e famílias de baixa renda; e, análises e mensurações da pobreza mediante indicadores de renda e linhas de pobreza.

Sprandel (2004, p.124) destaca ainda estudos relacionados à pobreza e direitos humanos, ressaltando a importância dos trabalhos que, embora não rompendo completamente com o padrão marxista dicotômico que criou oposições entre classes, pobres e Estado, incorporaram a questão da defesa da cidadania na perspectiva de um modelo de nação na qual deveriam ser incluídos os pobres das áreas rurais e urbanas. Esse debate denota um deslocamento importante na construção da concepção da pobreza no que se refere à noção do social que é transmutado de campo de patologias ou mesmo de entrave ao desenvolvimento em campo de possibilidades de construções democráticas mediante ações organizadas dos sujeitos coletivos, o que denotava, segundo Palmeira (1978), uma visão instrumental do marxismo, bem como o desconhecimento de processos mediadores de caráter político, cultural e social apontados por Sorj (1995, p.328) relativos “... às forças desintegradoras das relações sociais, à fragilidade dos sistemas de valores modernos, à prática de desvalorização dos homens, às limitações das elites, à privatização e deformação na manipulação do bem público”.

O debate sobre a pobreza nos anos 1970 e 1980, embora reproduzindo antigos diagnósticos e interpretações, assume, inegavelmente, novos contornos mostrando a sua fundamentação em bases sociais que não são apenas econômicas, materiais, políticas, mas também culturais, morais. Relaciona-se diretamente a constituição de identidades dos indivíduos mediante negações, oposições que classificam quem não se encontra submetido aos valores dominantes. Assim, a despeito de avanços e rupturas presentes em esforços que procuravam retratar os pobres como sujeitos, como agentes sociais de uma classe em formação,¹⁹ a noção de pobreza mais disseminada remete ao mundo da carência, da

¹⁹ Referência ao estudo contido no livro da Alba Zaluar “A máquina e a revolta, as organizações populares e o significado da pobreza” publicado em São Paulo pela Editora Brasiliense em 1985.

periferia, da ameaça social, componentes centrais para qualificar negativamente um contingente cada vez mais amplo de trabalhadores.

A partir da segunda metade dos anos 1980 o debate sobre a pobreza se redimensiona como uma questão problemática pela sua relação com os dilemas de um país que acabara de sair de um regime ditatorial imposto pelos militares. No bojo de uma luta pela redemocratização da sociedade, de emergência de novos sujeitos sociais, de amplos movimentos reivindicatórios em torno dos direitos e da cidadania, a pobreza adentra a pauta pública como tema central de reflexão e de ação política. A Constituição Federal de 1988 evidencia essa preocupação ao garantir, no seu artigo 3º como um dos quatro objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: “erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (SPRANDEL, 2004, p. 12). No entanto, em termos governamentais, as intervenções na pobreza *como problema* se configuram a partir dos anos 1990 no âmbito da “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida”, proposta e liderada pelo sociólogo Herbert de Souza em 1993; e da realização de ciclos sociais de conferências da ONU²⁰ (SPRANDEL, 2004, p. 12).

Ao final do século XX e início do século XXI, numa trajetória de construção de uma concepção que atravessa uma multiplicidade de discursos cujas bases passam por aportes naturalistas, evolucionistas, economicistas, culturalistas até constituir-se política e publicamente como um problema nacional e como manifestação da questão social, há que se questionar as mediações presentes nessa construção como problema. Telles (2001) assinala um movimento paradoxal com relação à centralidade da pobreza como problema público: de um lado registra-se uma longa trajetória de construções, desconstruções e reconstruções de um tema que adquire politicidade na agenda pública, assumindo um lugar politicamente construído, o lugar do dissenso, da crítica, da polêmica; de outro constata-se um problema publicamente reconhecido, porém deslocado desse lugar politicamente construído para o lugar da não-política, sendo relegado para o lugar da administração técnica.

Nos anos de 1990, a pobreza é colocada como eixo dos debates políticos, configurando um problema social e nacional. Contudo, paradoxalmente, nos discursos de dirigentes políticos, burocratas, técnicos (em particular economistas) é percebida de forma diacrônica, como produto e ao mesmo tempo decorrência de um conjunto de fatores isolados e localizados, como um dado inerente ao processo de desenvolvimento econômico. E neste sentido Sprandel (2004) denuncia que não obstante a centralidade assumida por essa temática no debate nacional, o eixo da questão não é propriamente a pobreza, mas o novo modelo de desenvolvimento que se efetiva no país. A autora identifica nesse debate outra perspectiva naturalizadora da pobreza distinta do pensamento clássico e seus pressupostos raciais, climáticos e nutricionais; uma naturalização que percebe a pobreza como um dado, uma pobreza quantificada, tecnicizada, a-historicizada e descontextualizada, ou seja, uma pobreza desconectada de uma formação sócio-histórica determinada, pautada nas orientações e nos discursos dos organismos internacionais.

Com relação a esses organismos, especificamente o Banco Mundial, Pastorini (2004, p. 77) lembra que o Banco Mundial desde o seu surgimento na década de 1940 até a

²⁰ Destacam-se a Cúpula da Criança em Nova York no ano de 1990; Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992; II Conferência de Direitos Humanos em Viena no ano de 1993; Conferência sobre População e Desenvolvimento no Cairo em 1994; Conferência sobre Desenvolvimento Social em Copenhague no ano de 1995, Conferência sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz em Pequim no ano de 1995 e Conferência sobre Direitos Humanos em Istambul no ano de 1996.

atualidade tem passado por diferentes estágios, com objetivos e prioridades específicas. A partir dos anos 1990 seus esforços têm sido orientados no sentido de implementar programas de estabilização econômica nos países da América Latina, o que inclui controle do *déficit* fiscal, redução dos gastos públicos, reformas tributárias, abertura de mercados, além de propor estratégias que viabilizem o pagamento a dívida externa e monitoramento do processo de ajuste. No conjunto dessas medidas foram propostos programas direcionados ao alívio da pobreza como uma questão restrita a situações de extrema miséria e fome.

Torna-se cada vez mais evidente por parte desses organismos o reconhecimento dos efeitos perversos em termos econômicos, sociais e políticos do processo de ajuste estrutural. Contudo assinala Pastorini (2004, p. 78), essa realidade aparece entendida como um desequilíbrio transitório e necessário, considerando-se que por muito tempo um grande contingente de pobres permaneceu em situação de risco. Assim desponta nos discursos dos organismos internacionais e também nos discursos travados em âmbito nacional a preocupação com a pobreza, e como decorrência, proposições de reformas sociais que priorizem a "extrema pobreza" ou a "exclusão".

E, o mais grave, adverte Sprandel (2004), é que se trata de uma pobreza em cuja discussão, dificilmente são incorporadas críticas ao modelo vigente de acumulação capitalista, quando o são, ficam restritas ao plano do discurso, o que significa muito considerando a força e a competência que este possui (CHAUÍ, 2000) em termos de instituição e legitimação de conceitos e propostas. O discurso ao longo da história como bem assinala Chauí (2000), tem se constituído num instrumento poderoso na instituição e universalização do que é restrito, particular. É inegável a importância do discurso na construção e implementação de concepções e de políticas sociais.

O debate nacional sobre a pobreza, especificamente o debate que integra a pauta de organismos como o Senado, o Congresso e demais organismos governamentais vinculados à formulação e implementação de políticas sociais, em muito tem se inspirado nas orientações dos organismos internacionais. Em discursos que segundo Paiva et al (2000) poderiam ser caracterizados como "modernos" haja vista apresentarem dados atualizados de grandes centros de pesquisa, de técnicos do PNUD e do IPEA, bem como reflexões de acadêmicos e editoriais da grande imprensa, as concepções de pobreza que passam a incluir a pauta do debate dos organismos nacionais expressam uma perspectiva permeada por ambivalências mesclando interpretações tradicionais e conceitos modernos, sem maiores rupturas com a matriz naturalizadora e de caráter conservador²¹.

Concordando com Sprandel (2004) autores como Sposati (2000; 2001), Paiva et al (2000) e Simionato e Nogueira (2001) ressaltam que nos debates travados nos

²¹ Dentre os autores que discutem a inclusão da temática da pobreza na agenda dos organismos nacionais, destacam-se Paiva et al (2000); Sposati (2001) Simionato e Nogueira (2001) e Sprandel (2004) ao enfatizarem o Congresso Nacional e o Senado brasileiro, especificamente a Comissão Mista Especial criada no âmbito do Senado com o objetivo de estudar "causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e regionais", na perspectiva de "erradicar a pobreza e humanizar a globalização", conforme orientação do FMI. Também é destacada pelos autores a proposta do Fundo de Combate e de Erradicação da Pobreza, apresentado pelo senador do PFL / BA Antônio Carlos Magalhães. Segundo Sprandel (2004) a proposta do senador, explicitamente tradicional é marcada por ambivalências, mediante a incorporação de interpretações modernas e conservadoras. A experiência da Campanha da Fome foi utilizada para introduzir a lógica da "parceria" Estado / sociedade, segundo a qual os governantes sem o engajamento popular não poderão erradicar os bolsões de fome e de miséria.

organismos governamentais²² prevalece uma concepção reducionista que se traduz no desconhecimento da identidade dos pobres como sujeitos portadores de direitos denotando um ocultamento dos pobres como cidadãos, na forte seletividade interna entre os desiguais, ou seja, uma concepção que direciona o olhar sobre a miserabilidade, fracionando a pobreza no intuito de torná-la menor (SPOSATI, 2000, p.53).

A partir dessa lógica reducionista são fundamentadas propostas que desconhecem contextualizações, diferenças e heterogeneidades, de caráter suplementar, pautadas em cálculos redutivos, como linhas de pobreza e de indigência que visam a elevação do corte de indigência. Os atuais programas sociais direcionados ao combate da pobreza reiteram essa lógica, além de consolidar o que Sposati (2000) denomina de “possibilidade perversa” que é a de viver a centavos.

As reflexões de Sprandel (2004) a partir dos ciclos de audiências públicas no Congresso Nacional brasileiro, que tiveram como pauta a pobreza, reafirmam o olhar reducionista sobre essa questão. Com a participação de bispos da Igreja Católica, representantes do IPEA, políticos de diferentes partidos, Secretários de Estado, Ministros e pesquisadores universitários (destaque a Rodolfo Hoffmann – Unicamp; Paul Singer – USP; José Márcio Camargo – UFRJ; e Aldáisa Sposati – PUC / SP) os debates tiveram como eixo o problema da pobreza em sua relação com o modelo de desenvolvimento sócio-econômico vigente no país.

Os principais destaques no conjunto dos diferentes discursos foram: a necessidade de focalização e redirecionamento dos gastos sociais para a erradicação da pobreza; a necessidade do aperfeiçoamento dos programas sociais tendo em vista a sua maior eficácia e focalização nos mais pobres, e uma compreensão de pobreza centrada na ausência de renda, propriedade e riqueza tendo como principais determinantes, a baixa escolaridade ou ausência desta, a ausência de qualificação profissional ou baixa qualificação, a ausência de cultura e o não acesso aos serviços sociais básicos. Obviamente que polêmicas e controvérsias se fizeram presentes, sobretudo com relação à questão da focalização dos gastos sociais, sendo colocada como medida mais “barata” a instituição de uma renda cidadã de caráter universal, haja vista os altos custos de programas sociais focalizados e “considerando o estabelecimento de mecanismos de reversão aos cofres públicos de renda concedida aos que dela não necessitarem” (SINGER apud SPRANDEL, 2004, p165).

Mesmo os discursos que reconheceram as características estruturais marcadas por um passado colonialista e escravocrata, a desigualdade histórica e a brutal concentração de renda como determinantes da pobreza não deixaram de ressaltar a relevância da implantação do novo modelo econômico de desenvolvimento, o qual implica necessariamente na modificação dos parâmetros estruturais articulados à organização interna da economia e sua relação com a produção externa, e como decorrência as modificações nos padrões de produção e consumo e o estabelecimento de novas relações democráticas mediante a criação de mecanismos de participação e controle social.

²² Sposati (2001) e Paiva et al (2001) tomaram como referência de análise os debates da Comissão Mista Especial do Senado brasileiro que estabeleceu dentre seus objetivos a proposição de um conjunto de programas especiais de combate aos efeitos da pobreza. Além desse debate as autoras analisaram a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 0067 / 99 que cria o Fundo de Erradicação e de Combate à Pobreza, institui uma Comissão Permanente do Conselho Federal de Combate à Pobreza e propõe um Plano de Combate à Pobreza. Sprandel se atém mais precisamente aos debates e aos ciclos de audiências públicas travados a partir de agosto de 1999 por iniciativa da referida Comissão.

Neste sentido houve um destaque majoritário às seguintes prioridades: ações direcionadas aos grupos em situação de extrema pobreza tendo em vista o enfrentamento de insuficiência de renda e precariedade de serviços básicos; a retomada do crescimento econômico como ponto de partida para a reconstrução das bases democráticas no país; e, a implementação das reformas estruturais pautadas na democratização do Estado e da propriedade e na *transformação do social no eixo do desenvolvimento social*.

Certamente que houve exceções e discordâncias, dentre as quais se destaca Sposati (apud SPRANDEL, p. 166) que considerou inviável a proposição de programas de erradicação da pobreza sem mudanças substanciais e estruturais no modelo econômico concentrador. Ressaltou que combate à pobreza não pode ser reduzido ao objetivo de superação de carência de renda, denunciando a predominância no país de uma cultura de que “para o pobre qualquer coisa serve”. Tal cultura tem se revelado claramente nos programas sociais que são propostos no país configurando-os como inócuos no combate à pobreza.

Não resta dúvida que a inserção da pobreza na pauta da agenda pública brasileira representa um avanço, segundo Sposati (2000, p. 46) trata-se de um reconhecimento tardio de uma questão crucial da realidade brasileira. E o mais relevante é o seu reconhecimento como um problema. Contudo a questão central é qual a dimensão desse problema, sendo que daí decorre a natureza e o significado das estratégias propostas para combater a pobreza. É inegável, como assevera Sprandel (2004, p. 174), a predominância da dimensão “técnica” do problema da pobreza no discurso dos organismos governamentais, ou seja, a pobreza como um problema técnico, “capaz de ser contornado com focalizações e redistribuições orçamentárias”, o que revela “uma aceitação naturalizada da relação entre números e realidade observada...”. Contudo entendo que essa realidade revela muito mais complexidades, desafia o quantitativo oficial, por se tratar de uma realidade construída e vivenciada por sujeitos que se movimentam em uma história que tem desafiado as interpretações mais correntes.

Compreendo que, a despeito da predominância da dimensão técnica, que não deixa de ter uma conotação política na discussão da pobreza como um problema nacional, não se trata de uma relação unilateral, haja vista se tratar de uma relação constituída por diferentes sujeitos que constroem racionalidades e simbologias diferentes, atribuem significados diversos aos elementos constitutivos de uma determinada realidade.

Em se tratando especificamente de um programa governamental parte-se do pressuposto de que circulam diferentes concepções que denunciam dimensões para além da técnica. Um programa decorre de determinações e decisões políticas, está inscrito em relações de poder. As concepções que integram um programa expressam racionalidades construídas com o intento de legitimar processos mais amplos que remetem a consolidação de projetos sociais e de relações sociais entre sujeitos que ocupam posições desiguais numa estrutura social.

Telles (2001) identifica, no contexto de uma modernização balizada pela lógica dos mercados globalizados, um processo de esvaziamento do sentido crítico de um esforço histórico de interpretação do país e de seus problemas, esforço este que se traduz nas polêmicas, nas tensões, nas revisões históricas da formação social brasileira. De marca do atraso a ser superada mediante mobilização das forças progressistas, a pobreza teria sido transmutada em saldo da modernidade, um fator externo às tendências inexoráveis do mundo globalizado em tempos de avanços tecnológicos. Como atesta a autora (2001, p. 142), a pobreza teria retornado ao lugar de uma *paisagem* à parte do mundo social evidenciando nos

indivíduos pobres a falta de qualificação para competir ou mesmo se inserir na ordem do capitalismo globalizado.

Tendo presente que o debate sobre a pobreza nos últimos anos vem assumindo uma conotação muito mais política, no sentido de proposição de estratégias de enfrentamento, do que intelectual, na perspectiva de re-interpretação de um problema histórico, político e social, Telles (2001, p. 9) assente que esse debate tem sido desativado no bojo de um processo histórico de interpretações sobre o Brasil, denotando uma “construção interrompida”. Essa interrupção refere-se ao processo de politicidade da pobreza como questão que põe em foco a estrutura social brasileira e as particularidades de uma organização desigual, concentradora de bens e privilégios, uma organização que não tem proporcionado ao conjunto da sociedade iguais oportunidades de acesso e usufruto das riquezas socialmente produzidas.

A pauta da pobreza, sobretudo a partir de meados da década de 1990 até a atualidade tem sido orientada fundamentalmente pelos organismos internacionais, o que é preocupante, considerando que consolida uma relação de submissão na qual o país pode perder o seu lugar de fala e se tornar “falado” a partir da ótica desses organismos (SPRANDEL, 2004; TELLES, 2001).

A retomada dessa “construção interrompida” remete necessariamente à renovação do arsenal teórico no sentido de permitir a apreensão do movimento da sociedade fora da influência de um neoliberalismo (OLIVEIRA, 2005) que apregoa uma pobreza dissociada de noções de justiça e igualdade, deslocada de uma questão social que remete fundamentalmente às expressões das desigualdades sociais que se forjam na sociedade capitalista brasileira e às lutas pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos dos sujeitos. Remete, portanto a um debate que preconize, em vez do enfrentamento dentro dos limites permitidos pela dinâmica do capitalismo e suas exigências de rentabilidade econômica, a superação da pobreza a partir da construção e implementação de um novo projeto societário que proporcione iguais oportunidades de acesso e usufruto aos bens e serviços sociais.

As últimas décadas foram centrais na ampliação e enriquecimento da construção da pobreza como uma manifestação da questão social relacionada às formas históricas de organização e estruturação das formas históricas de produção. Urge reconstruir essa concepção a partir da política, da crítica, o que remete segundo Telles (2001), à apreensão da sua dinamicidade histórica e política como conceito e como problema na particularidade de um modelo econômico que se moderniza no âmbito de um mundo globalizado. A pobreza precisa ser apreendida a partir da sua funcionalidade num sistema que se reproduz mediante relações de exploração que cria e recria desigualdades a partir de uma lógica que a cristaliza como marca de uma inferioridade que descredencia os indivíduos como sujeitos portadores de direitos.

3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: concepções, significados e pressupostos da pobreza

Parto do entendimento de que um programa social como o PBF compõe um conjunto complexo, heterogêneo formado por discursos, instituições, regulamentações, programas, legislações, normas administrativas, conceitos, proposições técnicas e morais, obrigações, podendo constituir no que Foucault (1979, p. 244) denomina de dispositivo. Segundo esse autor, os dispositivos em determinado momento histórico são construídos como respostas a uma questão urgente, o que lhes confere uma função estratégica de controle e dominação²³ sobre determinadas situações, consideradas socialmente incômodas. Os dispositivos estabelecem relações, posições e viabilizam re-interpretações ou novas racionalidades compatíveis com determinadas sociabilidades e se fundamentam em relações de poder.

Neste sentido compreende-se a documentação²⁴ como um produto socialmente construído, um dispositivo legal que como produto de relações sociais expressa racionalidades, expressa um projeto político em construção, apresenta classificações, institui e legitima concepções, designa identidades e estabelece formas de relacionamentos entre sujeitos, define lugares e competências. Para além da normatização e disciplinamento de um processo de formulação e implementação de um programa, a documentação estabelece, disciplina e normatiza relações sociais entre diferentes sujeitos sociais.

O PBF, como produto de relações sociais, no contexto de uma realidade social marcada por uma pobreza persistente, mobiliza discursos, orientações políticas e ideológicas que determinam o seu alcance e os seus limites, no âmbito das estratégias sociais de combate à pobreza. Esses aspectos acerca do Programa serão abordados a seguir, partir da documentação analisada, bem como de estudos e avaliações produzidos acerca do PBF.

²³ Consoante Foucault (1979, p. 244 – 246) os dispositivos possuem natureza estratégica, “cumprem uma função estratégica dominante, (...) o que supõe que se trata de certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las (...)”. O autor ilustra como exemplo, a construção de instituições, programas, proposições, saberes, enfim dispositivos construídos para dominar e controlar situações como a loucura, a doença mental, a sexualidade ou mesmo massas da população consideradas incômodas e sobrantes numa economia mercantil.

²⁴ A Documentação utilizada para a análise desenvolvida nesta tese foi dividida em dois grupos assim distribuídos: Legislação que cria e rege o Programa Bolsa Família Federal: Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004: institui o Programa Bolsa Família; Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004: regulamenta o Programa Bolsa Família; Portaria Interministerial nº 2.509 de 18 de novembro de 2004, dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de saúde relativas às condicionalidades das famílias do PBF; Portaria nº 551 de 09 de novembro de 2005, regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família; Portaria nº 246 de 20 de maio de 2005, aprova instrumentos para termo de adesão com os municípios. Documentação de caráter informativo e avaliativo: Manual de Orientação do Ministério da Saúde, Discurso do Presidente Luis Inácio Lula da Silva na ocasião do lançamento do Programa, além de outros pronunciamentos do presidente acerca do programa; Documentos contendo entrevistas com o Ministro do MDS Patrus Ananias, com a Secretária Nacional de Assistência Social Márcia Lopes, com a Secretária Nacional de Renda de Cidadania Rosani Cunha, Relatório de avaliação de 02 anos do Programa Bolsa Família; artigos de jornais e revistas referentes a estudos, pesquisas e avaliações sobre o Programa, bem como Cartilhas e panfletos informativos produzidos pelo MDS.

3.1 O Programa Bolsa Família no Contexto dos Programas de Transferência de Renda no Brasil

O Programa Bolsa Família – PBF criado pelo Governo federal e implementado pelos municípios brasileiros se configura na atualidade como um programa de transferência de renda com condicionalidades²⁵ e integra o Sistema de Proteção Social brasileiro. No atual contexto o PBF vem assumindo relevância como uma das principais estratégias de combate à pobreza tendo como eixo o repasse monetário articulado à possibilidade de acesso e inserção a demais serviços sociais nas áreas de educação, saúde, trabalho, na perspectiva da autonomização das famílias beneficiárias. Integra um processo de desenvolvimento dos Programas de Transferência de Renda no país, expressando a proposta atual de unificação desses programas em um único programa que viabilize mais recursos para as famílias e racionalize a utilização dos recursos públicos (MDS, 2003).

O PBF é concebido no discurso oficial do MDS como uma “evolução em relação aos programas de complementação de renda no Brasil” em função das seguintes inovações:

“a) passa a proteger a família inteira ao invés do indivíduo; b) aumenta, e muito, o valor dos benefícios pagos; c) simplifica, juntando todos os programas num só; mais que dobra os recursos destinados à complementação de renda no país; e) exige um maior compromisso das famílias atendidas; f) potencializa as ações do governo, articulando União, Estados e Municípios”. (fomezero.gov.br, 2003, p. 2)

As análises de Silva (2006) acerca dos Programas de Transferência de Renda, especialmente, o PBF pontuam dois pressupostos básicos norteadores desses programas: o primeiro é de que o repasse monetário para as famílias pobres pode possibilitar a retirada das crianças da rua e trabalhos considerados penosos e degradantes, bem como viabilizar a ida dessas crianças para a escola, o que pode interromper o denominado “ciclo vicioso da pobreza” (MDS, 2000, p.2). O pressuposto coloca a interrupção do denominado *ciclo da pobreza* como uma possibilidade, expressando o limite claro do Programa no enfrentamento de uma situação como a pobreza. O Programa pode contribuir, nessa interrupção, não garante essa interrupção, a qual exige ações de caráter estrutural mais amplas, além do “empenho individual” como preconizam seus formuladores (MDS, 2005, p.3).

O segundo pressuposto é de que a articulação do repasse monetário a políticas e programas de caráter estruturante na área da saúde, educação e trabalho, para as famílias pobres, pode configurar uma estratégia efetiva de enfrentamento da pobreza e desigualdade no país. Segundo essa mesma autora esse pressuposto implica, necessariamente, na ampliação e democratização dos serviços sociais básicos de educação, saúde e trabalho, uma vez que demanda uma expansão em nível quantitativo e qualitativo dos Sistemas de Saúde,

²⁵ As condicionalidades são objeto de reflexão mais precisa nessa tese no sub-ítem 3.3.4. Segundo informações dos formuladores do Programa, as condicionalidades são estabelecidas como contrapartidas sociais que devem ser cumpridas pelas famílias. Tratam-se de ações nas áreas de educação, saúde e educação alimentar que devem ser observadas pelas famílias para que possam permanecer no Programa (fomezero.gov.br, 2003, p.5).

Educação e Trabalho, os quais, no Brasil, são insuficientes e precários, dificultando inclusive o cumprimento das condicionalidades exigidas pelo PBF (SILVA, 2006).

Tendo presente a inserção dos Programas de Transferência de Renda no contexto do Sistema de Proteção Social brasileiro e da Política Nacional de Assistência Social²⁶, Silva (2006), pontua que esses programas representam, na atualidade, a dimensão mais significativa e abrangente do Sistema de Proteção Social em razão do quantitativo do público atendido e do volume de recursos aplicados nesses programas²⁷. Em razão de sua expansão, os Programas de Transferência de Renda vêm conferindo uma nova conotação ao Sistema de Proteção Social.

A expansão dos Programas de Transferência de Renda no país integra um movimento mais amplo desencadeado em âmbito internacional. Trata-se de um movimento em que os programas denominados de renda mínima vêm sendo preconizados em substituição aos padrões tradicionais de proteção social instituídos no pós-guerra. Esses programas integram um modelo de intervenção social, inspirado nos ideários neoliberais, que enfatiza a participação do mercado, bem como de setores não-governamentais e não-mercantis da sociedade (o denominado terceiro setor), a minimização do Estado e a atuação do mercado. Isto revela que esses programas pautam-se, predominantemente, por um modelo interventivo direcionado para o mercado com a função regulatória de corrigir distorções e aperfeiçoar o seu funcionamento (SILVA, 2006).

Não por acaso a emergência e expansão dos Programas de Transferência de Renda são efetuadas num contexto socioeconômico marcado pela precarização das relações de trabalho, pelo aumento do desemprego, e conseqüentemente, da pobreza, provocando o agravamento de problemas como o trabalho infantil e a violência, sobretudo, nos grandes centros urbanos.

No âmbito da política, tem-se um contexto marcado por um processo denominado por alguns autores (CARVALHO, 2001; PEREIRA, 2001) de contramão histórica, sendo que de lado, houve um processo denominado de redemocratização da sociedade que culminou com importantes conquistas no campo das políticas sociais, materializadas na expansão de direitos constitucionalmente reconhecidos. Por outro lado, com o avanço do projeto do neoliberalismo, as políticas sociais passam a ser pensadas de modo residual, apenas para complementar o que não foi conseguido através do mercado ou dos recursos familiares e comunitários (SCHONS, 2000).

Como perspectivas para as políticas sociais, duas estratégias principais ganham realce: a descentralização, direcionada para o aumento da eficácia e eficiência dos gastos sociais, visando uma maior integração com o nível local; e a focalização, como garantia de que os recursos alcancem o público-alvo, no caso os mais pobres ou

²⁶ Silva (2006) considera dois elementos na relação entre a Política de Assistência Social e a configuração dos Programas de Transferência de Renda: são destinados ao mesmo público-alvo, ou seja, os pobres; e a concessão do benefício, no caso a renda mínima, independente de contribuição prévia, para quem dela necessitar (artigos 1º e 2º da LOAS).

²⁷ O PBF, como principal Programa de Transferência de Renda no país, segundo informações do MDS (2005), encontra-se em implementação nos 5.564 municípios brasileiros. Até junho de 2006, segundo o MDS, o Programa atendia 11,1 milhões de famílias, com um orçamento equivalente a R\$ 8,3 bilhões para o ano todo. Dados oficiais (PNAD, 2001), informam que a estimativa de famílias pobres no Brasil é de 11.206.212 famílias. Em julho de 2006 foram atendidas 11.120.363 famílias com um investimento de R\$ 683.130.503,00. O Programa atende, no país, a mais de 99% das famílias, consideradas pobres, repassando um valor médio de transferência monetária de R\$ 60,26.

extremamente pobres. Também é preconizada a necessidade do controle social das políticas e programas sociais, mediante a instituição de conselhos de gestão ou comitês gestores em todas as áreas das políticas sociais (SILVA, 2006).

Convém ressaltar que as análises críticas apresentadas nessa tese, não desconhecem a pertinência e viabilidade dos Programas de Transferência de Renda, particularmente o PBF, como estratégia de combate à pobreza. Num contexto em que a pobreza assume proporções tão imensas e tão absurdas (TELLES, 2001) é inegável a contribuição, ainda que limitada, que esses programas proporcionam na redução dos efeitos mais visíveis da pobreza, bem como a possibilidade de acesso a serviços sociais básicos, constitucionalmente concebidos como direitos de cidadania.

Importa ter presente que esses programas expressam a importância e reconhecimento, na pauta pública, de problemas estruturais como a pobreza e a desigualdade, conferindo a estes, visibilidade como questões urgentes passíveis de debates e proposição de estratégias de intervenção. Contudo, entendemos que as propostas de intervenção na pobreza como o PBF suscitam desvelamento crítico visto que expressam embates relacionados à configuração do sistema de proteção social. E mais, esses programas, dada a sua relevância em face do agravamento da pobreza suscitam indagações quanto às concepções que os fundamentam, tendo presente que estas desvelam relações mais amplas envolvendo projetos societários.

3.2 O Programa Bolsa Família: construção histórica de uma resposta ao problema pobreza

O debate que impulsiona a instituição de programas de transferência de renda no Brasil, segundo Silva (2004, p.1) tem início nos anos de 1990, mais precisamente no ano de 1991. A proposta inicialmente caracterizada como Renda Mínima adentra a agenda pública do país com maior intensidade a partir das proposições do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy²⁸. Através do Projeto de Lei n. 80/1991, o referido Senador propõe a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM, como estratégia de enfrentamento da pobreza. O PGRM tinha como objetivo beneficiar todos os indivíduos residentes no país, maiores de 25 anos, com renda mensal inferior ao que, hoje, seria o equivalente a dois salários mínimos. Os indivíduos teriam direito a receber uma renda complementar igual a 30% da diferença entre o patamar estabelecido e a sua renda.

A partir dos anos 1990 com o debate inicial²⁹ sobre Renda Mínima, Silva (2004, p. 2) assinala a construção de uma trajetória histórica dos programas de transferência

²⁸ Senador do Partido dos Trabalhadores – PT, pelo Estado de São Paulo.

²⁹ Embora o debate sobre Renda Mínima tenha assumido maior visibilidade na pauta pública a partir dos anos 1990, Silva (2006) e Silva et al (2004) assinalam que a primeira discussão acerca da proposição de um programa de renda mínima no Brasil data de 1975 inserida na construção de uma agenda de combate à pobreza no país. Destaca-se nessa discussão a proposta de “Redistribuição de Renda” apresentada por Antônio Maria da Silveira em artigo publicado na Revista Brasileira de Economia. A proposta desse autor era fundamentada na relação entre crescimento econômico e bem-estar social, partindo do entendimento de que a estruturação da economia brasileira não correspondia às necessidades de sobrevivência de todos os

de renda no país, composta por cinco momentos específicos identificados pela autora. Na construção histórica desses momentos, a autora pontua as novas configurações que vão conferindo visibilidade e amplitude não apenas ao debate, mas, sobretudo, ao formato das propostas de Transferência de Renda e seu significado no bojo das políticas de proteção social no Brasil, particularmente, as políticas direcionadas à pobreza.

O primeiro momento (SILVA et al, 2004; SILVA, 2006) foi o próprio debate inicial acerca da instituição da Renda Mínima no Brasil com o projeto acima referido de autoria do senador Eduardo Suplicy. Esse debate inicial se efetiva numa conjuntura de crise recessiva, associada ao crescente endividamento externo e aumento da inflação no bojo de um modelo econômico que orientava uma política governamental focada no combate a inflação, no crescimento da economia e no aumento das exportações, com pouco espaço para uma política direcionada à pobreza. Aqui o enfrentamento a pobreza era entendido como uma consequência do crescimento econômico e da estabilidade monetária, reiterando a concepção tradicional de caráter conservador que associa questão social e pobreza a crescimento econômico.

O período compreendido entre 1991 e 1992, caracterizou-se, na sociedade brasileira, como um período de intensa mobilização, marcado por mudanças significativas, particularmente no âmbito da política. Telles (1998) destaca o Movimento pela Ética na Política e o movimento cívico de repúdio a corrupção que culminou com o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo. Esses movimentos contribuíram para o avanço de debates que incluíram na pauta pública temas sociais como a fome e a pobreza. A Campanha Nacional contra a Fome, a Miséria e pela Vida, já referenciada nesta tese, assumiu centralidade nessa conjuntura ao pontuar a dimensão ética do problema da fome e da miséria, além de interpelar a opinião pública no tocante ao senso de responsabilidade pública em relação ao problema da miséria. Contudo, Telles (1998) enfatiza que, a despeito do apelo solidário, a Campanha se configurou numa tentativa, séria e articulada, não apenas de combate à fome em seus aspectos mais emergenciais e urgentes, mas de enfrentamento da pobreza. E mais, continua a autora, a Campanha – e talvez esse tenha sido o seu maior feito – conferiu uma projeção decisiva da pobreza no centro do debate político brasileiro, mobilizando técnicos e especialistas de diferentes áreas, lideranças políticas e representantes governamentais em torno da relação difícil e conflituosa que envolve economia, direitos, políticas sociais e qualidade de vida (TELLES, 1998, p.2).

A projeção da pobreza na pauta do debate público conferiu impulso à discussão em torno da Renda Mínima, inaugurando o segundo momento dessa trajetória. Segundo Silva (2004), esse momento se caracteriza, pela articulação da renda mínima familiar com a educação, mediante o repasse de transferência monetária no valor de um salário mínimo às famílias que mantiverem seus filhos ou dependentes na faixa de 07 a 14 anos de idade na escola. Essa discussão emerge a partir de proposição apresentada por José Márcio Camargo (1991; 1992; 1995) em que esse autor destaca a necessidade de se

indivíduos, mesmo os inseridos no mercado de trabalho. Para Silveira, o enfrentamento da pobreza exigia uma intervenção governamental efetiva. Assim o autor apresentou uma proposta de transferência monetária fundamentada no Imposto de Renda Negativo de Friedman (1962), cuja transferência seria proporcional à diferença entre um nível mínimo de isenção e a renda auferida pelos pobres, a partir de um referencial de subsistência. Também é assinalada pelos autores as proposições de Bacha e Unger em 1978 direcionadas ao repasse de uma renda complementar para famílias pobres na perspectiva de uma redistribuição de renda, tendo presente a democracia política, cuja sobrevivência requer um limite nos níveis de desigualdade e miséria.

estabelecer um vínculo com a escola pública como termo para garantia de focalização nos segmentos mais pauperizados. Dois argumentos principais dão suporte ao debate sobre renda mínima: o custo elevado para que as famílias pobres mantenham seus filhos na escola; e a deficiência da formação educacional como fator de reprodução do denominado ciclo vicioso da pobreza. Para Silva et al (2004, p.90) essa perspectiva confere uma nova conotação ao debate sobre Renda Mínima no Brasil, expressa em dois elementos considerados inovadores: a introdução da família como unidade beneficiária dos programas em lugar do indivíduo; e a articulação entre a transferência monetária e a educação.

O terceiro momento é identificado por Silva (2004, p. 3) a partir de 1995 com a concretização dos Programas de Renda Mínima como alternativa de política social. Propostas de programas de renda mínima passam a polarizar as atenções no cenário público brasileiro, sendo colocadas como alternativas viáveis e promissoras no combate á pobreza. Nesse ano se inicia a implementação de programas criados em municípios brasileiros como Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), além de Brasília (DF) dando impulso à expansão de experiências municipais e estaduais no país. A essa expansão seguem-se experiências de iniciativa do governo federal com a implantação em janeiro de 1996 do Benefício de Prestação Continuada – BPC (artigos 20 e 21 da Lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993) e com a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, também em 1996. Telles (1998) assevera que a partir de 1997 as propostas de renda mínima no país consagram-se como políticas sociais viáveis ancoradas por um amplo apoio oriundo de diferentes orientações político-partidárias no cenário brasileiro.

Cabe assinalar que a expansão dos Programas no país tem como suporte uma conjuntura em que a estabilidade monetária assume centralidade como política governamental em decorrência da inserção do Brasil na economia globalizada. Uma conjuntura dinamizada pela elevação dos índices de pobreza, tendo como principal determinante o aumento do desemprego e a precarização das relações de trabalho, configurando e agravando um quadro social marcado pela deterioração das condições de vida de amplos segmentos de trabalhadores, de jovens e crianças, pelo aumento da violência nos grandes centros urbanos, esta última associada, principalmente, à expansão e consolidação do denominado crime organizado como possibilidade de inserção social, ainda que nos meandros da ilegalidade (OLIVEIRA, 1997; MARTINS, 2002).

Ante um quadro conjuntural marcado por manifestações sociais que suscitavam intervenções urgentes, consolida-se o debate sobre uma Política de Transferência de Renda no país, uma Política que assume visibilidade mediante a proliferação de programas de iniciativa do governo federal implementados de forma descentralizada nas esferas municipais, configurando o que Silva et al (2004, p. 92) caracteriza como o quarto momento da trajetória dos Programas de Transferência de Renda na sociedade brasileira.

O quarto momento, segundo Silva et al (2004, p.92), inicia-se no ano de 2001. Destaca-se nesse momento a transformação do Programa Nacional de Garantia de Renda – PGRM em Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – “Bolsa Escola”. Dois aspectos caracterizam esse momento: a expansão de programas de iniciativa do governo federal, com abrangência geográfica relevante no país, constituindo-se, na concepção do discurso oficial em eixo central de uma rede nacional de proteção social no país implantados nos 5.564 municípios brasileiros; e a proposição de uma Renda de Cidadania mediante debate iniciado pelo Senador Suplicy que apresenta ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 266 / 2001 para instituição de uma Renda de Cidadania no país.

E, como quinto momento os autores identificam, a partir do ano de 2003 com o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o debate direcionado à proposição de uma Política de Transferência de Renda. Nesse debate são destacados como aspectos centrais: prioridade ao enfrentamento da fome e da pobreza mediante ações que se propõem articuladas a uma política que viabilize crescimento econômico, redistribuição de renda e elevação dos níveis de emprego; construção de uma proposta de unificação dos programas de transferência de renda. Além desses aspectos, a autora destaca a elevação de recursos para os programas de transferência de renda; a sanção em janeiro de 2004 do Projeto nº 266 / 2001 de autoria do Senador Suplicy, instituindo a Renda Básica de Cidadania; e a criação em janeiro de 2004, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Como se pode constatar, a transferência de renda não só assume centralidade, mas também amplitude no sentido de reestruturação das políticas sociais, particularmente do padrão de proteção social no Brasil. Destaca-se a questão da unificação que se materializa na proposição do PBF e que se fundamenta na elaboração de um diagnóstico (SILVA, 2004, p.5) elaborado no período de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1999 – 2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006). Neste diagnóstico foram identificados alguns problemas relacionados à sobreposição de programas direcionados ao mesmo público-alvo e com o mesmo objetivo; ausência de coordenação geral dos programas; pulverização e desperdício de recursos; ausência de comando gerencial dos programas; comandos dispersos em diferentes Ministérios; insuficiência de recursos alocados; e, não alcance do público-alvo conforme os critérios de elegibilidade estabelecidos.

Na perspectiva de superação desses problemas, a unificação é proposta sob a justificativa de ampliação dos recursos, de elevação do valor dos benefícios e melhoria no atendimento dos denominados “beneficiários”. Assim é lançado em outubro de 2003 o PBF (Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003) propondo a unificação inicial de quatro programas federais: O Programa Bolsa Escola Federal, o Programa Bolsa Alimentação, o Programa Auxílio Gás e o Cartão Alimentação. Na perspectiva da descentralização que vem norteando a implementação das políticas e programas sociais no Brasil, a unificação preconiza a responsabilidade partilhada entre as esferas federal, estadual e municipal e a sociedade.

Certamente que os aspectos acima relacionados estão inseridos em uma teia complexa na qual, questões de caráter político circulam num movimento tenso e polêmico, como é analisado nesta tese. Contudo trata-se de aspectos que demarcam a centralidade que a pobreza e a transferência de renda assumem na pauta da agenda pública, especificamente no que se refere às políticas sociais.

As análises de Silva et al (2004, p.36 – 7) mostram que o debate em torno dos programas de transferência de renda os situa como “possibilidade de solução para a crise do desemprego, e o enfrentamento da pobreza, sendo defendidos por políticos, organizações sociais e estudiosos das questões sociais de diferentes matizes teóricas”. A partir de estudos acerca das principais abordagens que norteiam o debate sobre a transferência de renda e de avaliações de experiências implementadas no Brasil, os autores destacam duas principais orientações político-ideológicas que têm inspirado as iniciativas de transferência de renda no país:

- a) Transferência de Renda enquanto programas compensatórios e residuais cujos fundamentos são os pressupostos do mercado, orientados pelo entendimento de que o desemprego e a exclusão social são inevitáveis. Têm como objetivos

garantir a autonomia do indivíduo enquanto consumidor, atenuar os efeitos mais perversos da pobreza e da desigualdade social, sem considerar o crescimento do desemprego e a distribuição de renda, tendo como orientação à focalização na extrema pobreza, para que não ocorra desestímulo ao trabalho. O impacto é, necessariamente, a reprodução de uma classe de pobres, com garantia de sobrevivência no limiar de uma determinada Linha de Pobreza;

b) Transferência de Renda enquanto programas de redistribuição de renda, orientados pelo critério da Cidadania Universal, tendo como fundamentos pressupostos redistributivos. Nesse caso, o objetivo é alcançar a autonomia do cidadão e a orientação é a focalização positiva capaz de incluir todos os que necessitam do benefício ou os cidadãos em geral, visando a garantia de uma vida digna para todos. O impacto desejado é a inclusão social.

O exposto explicita que diferentes tendências de natureza teórica, política e ideológica podem orientar as proposições de transferência de renda no país³⁰. Considerando, porém, a arena política na qual, estas propostas são formuladas e implementadas, a questão que se coloca é: até que ponto as tendências norteadoras desses programas se opõem, se mesclam ou até se complementam, em uma espécie de “rpto ideológico” (Lefévre, apud Martins, 2000) no qual, elementos de orientação progressista, obviamente, esvaziados de seus significados e deslocados do projeto político em que foram construídos, são incorporados a projetos que visam a manutenção ou a reprodução de um determinado estado sócio-político, buscando a sua legitimação.

A transferência de renda como estratégia de enfrentamento da pobreza se inscreve em um terreno de disputas e tensões. Trata-se de disputas, relacionadas à dimensão pragmática dos processos políticos. Disputas que colocam questões concernentes à concepção dos programas e sua forma de implementação. Questões que extrapolam a dimensão técnica relativa à eficácia, efetividade, condições de implementação etc, visto que se inscrevem fundamentalmente no campo político.

Os programas de transferência de renda, segundo as análises de Telles (1998, p. 8), parecem ter conseguido articular um “poderoso” consenso sobre sua validade no conjunto das políticas sociais no Brasil. Em referência ao Programa Bolsa Família, o discurso oficial enuncia que se trata de um “processo de evolução das políticas sociais” (ANANIAS, 2004, p.5), uma “inovação” nas políticas e programas sociais (MDS, 2003, p.2) ou ainda como “uma grande evolução dos programas sociais no Brasil” (SILVA, 2003. p.3). Evidentemente que se trata de um aspecto que merece ser problematizado, como é feito posteriormente nesta tese. Importa demarcar que, como programas sociais constituem produtos de relações sociais entre diferentes sujeitos, expressam diferentes racionalidades, são permeados por interesses e projetos sociais conflitantes, o que lhes confere certo grau de complexidade.

Como produto social o PBF é uma construção da qual participam organismos internacionais ou multilaterais (SIMIONATO, 2001; PASTORINI, 2004), instituições nacionais, governantes, lideranças políticas, burocratas, profissionais e os denominados

³⁰ A partir das orientações político-ideológicas apresentadas pelos autores, o que se pode constatar, tomando por referência os programas de transferência de renda em implementação no país, é a predominância de programas regidos pela primeira orientação. Embora os autores apontem na perspectiva da segunda orientação a Renda de Cidadania, proposta pelo Senador Eduardo Suplicy do PT, esta não se encontra em efetivação no país. Há que se ressaltar, no entanto, que as diferenças entre as duas proposições, podem se inscrever no plano meramente conceitual, tendo presente os atuais processos sócio-políticos que dinamizam a sociedade e a formulação e implementação de políticas e programas sociais.

“beneficiários” dos programas. Enfim, uma rede de instituições e sujeitos sociais direta ou indiretamente relacionados num processo em que determinadas concepções estão sendo postas em prática, dentre as quais a concepção de pobreza.

A seguir são analisadas as concepções de pobreza que fundamentam o pensamento e o debate dos principais sujeitos que participam do processo de formulação e implementação dos programas de transferência de renda no país, particularmente o PBF.

3.3 A pobreza segundo os formuladores do Programa Bolsa Família: a construção das concepções denominadas oficiais

Um exame da documentação designada como oficial, haja vista a sua produção por sujeitos vinculados aos organismos nacionais, responsáveis pela formulação e implementação dos programas, relacionadas, direta ou indiretamente às instâncias governamentais, permitiu o desenvolvimento de uma análise dos elementos constitutivos das concepções de pobreza que fundamentam os Programas de Transferência de Renda a partir da ótica dos formuladores. Partiu-se do entendimento de que há uma construção em movimento, uma construção que vem consolidando concepções que se constituem ações dinâmicas compostas por discursos, dados estatísticos, programas, orientações, prescrições os quais, por sua vez integram um projeto político mais amplo que define e redefine papéis políticos e sociais do Estado, das políticas sociais e, conseqüentemente, dos programas sociais. Esse movimento de construção/reconstrução de concepções de pobreza é complexo, requer um processo investigativo que, sem a pretensão de esgotar as complexidades, possibilite a identificação e análise das ambigüidades, dilemas e pressupostos em que se ancoram esse movimento.

A documentação analisada permitiu a identificação de um conjunto de elementos que compõem a compreensão da pobreza, ou seja, elementos configurativos que estão sendo movimentados no sentido de dar consistência e legitimação ao que está sendo entendido como pobreza para os formuladores do PBF. Nesse conjunto de elementos pode-se enumerar desde elementos de caráter mais estrutural como as dimensões da pobreza no país, a instituição de um “novo formato” de políticas sociais, bem como a relação exclusão / inclusão e o acesso à rede de serviços públicos e, a questão da focalização; elementos de caráter moral como a questão da ajuda, da solidariedade; até elementos de caráter emancipatório como a questão da garantia de direitos sociais, a questão da autonomia, da mobilização e emancipação das famílias “beneficiárias”.

3.3.1 As dimensões da pobreza no Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família conforme caracterizado anteriormente coloca-se na atualidade como uma das principais estratégias de enfrentamento à pobreza no Brasil.

Dentre suas premissas básicas³¹ o PBF destaca o “combate à pobreza e a promoção da cidadania” (MDS, 2005, p. 4). Criado a partir de uma proposta de unificação inicial de quatro programas de transferência de renda (Programa Bolsa Escola Federal, Programa Auxílio Gás, Programa Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação), o PBF foi instituído pela Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº5. 209 de 17 de setembro de 2004. Constitui-se no programa de transferência de renda com condicionalidades, integrante do Programa Fome Zero.

A Lei nº10. 836 / 04 (anexo 01) que cria o Programa dispõe no seu artigo 2º, incisos I e II os benefícios financeiros assim caracterizados: o benefício básico destinado a unidades familiares em situação de extrema pobreza e o benefício variável, destinado a unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza. Para efeito de definição de extrema pobreza e pobreza a referida Lei estabelece nos parágrafos 2º e 3º do artigo em referência: extrema pobreza, situações em que a família possui *renda per capita* de R\$ 60,00 (sessenta reais); pobreza, situações em que a *renda per capita* entre R\$ 60,01 (sessenta reais e um centavo) a R\$ 120,00 (cento e vinte reais)³². Evidencia um corte de renda ou de baixa renda inscrito no limite da miséria e que segmenta a pobreza entre pobres e extremamente pobres. Denota uma clara expressão do “olhar” oficial, um olhar que, conforme Bresciani (2004), divide e agrupa, localiza e identifica a partir dos sinais mais evidentes, no caso nos sinais mais evidentes são a baixa renda, a precariedade e a dificuldade de acesso aos serviços sociais.

Elementos como renda, insuficiência de renda e segmentação da pobreza, segundo Vieira (2004), são intrínsecos às concepções tradicionais de pobreza haja vista a sua importância na construção do que se denominou de gradação da pobreza, uma denominação criada nos anos 1980 em razão do distanciamento entre os extremos de riqueza e pobreza face ao acirramento da desigualdade e da concentração. Tal distanciamento culmina com o que o autor (2004, p.105) define como “múltiplos níveis de escala de pobreza” compostos por pobre, extremamente pobre, em vias de ser pobre, quase pobre. Segundo esse autor, nesse mesmo movimento emerge e consolida-se a expressão “excluído”, expressão controversa uma vez que não ocorre uma exclusão. O que ocorre, de fato é um alargamento dos extremos (HOBBSAWN, 1995) impondo diferentes designações a pobres e ricos, o que pressupõe formas diferenciadas de inclusão (MARTINS, 2000) e não propriamente exclusão como é analisado posteriormente no item 3.3.3.

Tendo presente a questão da insuficiência da renda familiar, o Programa propõe, na sua formulação, dois grandes objetivos, conforme expresso em documento informativo emitido pelo MDS (fomezero.gov.br, 2003, p.2):

“a) Combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio de transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar;

³¹ Segundo informa o MDS (2005, p. 4) o PBF apresenta como premissas básicas, além do combate à pobreza e promoção a cidadania, a instituição de um novo padrão de relacionamento entre governo federal e demais entes da federação, visando uma contraposição às relações verticalizadas; o enfoque na família como unidade de ação do Estado; a criação e divulgação de critérios tendo em vista a universalização da cobertura do programa; a relevância da participação da população na sociedade; e o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e controle.

³² Esses valores foram alterados a partir de abril de 2006. Até esse período os valores *per capita* eram de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e R\$ 100,00 (cem reais) para famílias extremamente pobres e pobres, respectivamente.

b) Promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram“.

Em documento complementar, também emitido pelo MDS (fomezero.com.br, 2005, p.2), a unificação e a eficiência do Programa também são apresentadas no documento como aspectos centrais para a compreensão da pobreza partindo do entendimento de que: “a pobreza não é um fenômeno setorial e isolado e o seu enfrentamento só será possível se associarmos ao programa de transferência de renda ações articuladas que garantam o acesso aos serviços públicos básicos”. A unificação e a eficiência justificam-se ainda, pelo fato de que:

“os programas atuais inteiramente separados uns dos outros, têm diferentes cadastros de beneficiários, e parte significativa das famílias inscreve-se em apenas um programa. Algumas famílias recebem o Auxílio Gás, mas não ganham o Bolsa Alimentação, mesmo tendo filhos pequenos. Outras famílias recebem o Bolsa Alimentação mas não fazem parte do Bolsa Escola, ainda que tenham filho em idade escolar. Conclusão: o dinheiro que cada família recebe não corresponde ao que ela tem direito.”

O referido documento expressa ainda no tocante à pobreza:

“O crescimento da pobreza e da desigualdade social em nível mundial teve como um de seus efeitos a formulação de políticas sociais dirigidas aos mais pobres e vulneráveis. No Brasil, onde grandes contingentes populacionais foram excluídos do mercado e do acesso aos direitos básicos, a partir dos anos 90, a pobreza também passa a ser objeto de novas políticas. Seguindo uma tendência internacional, os programas de distribuição de bens e alimentos começam a ser substituídos por programas de transferência de renda, garantindo à população carente uma renda mínima, vinculada ao cumprimento de certas condicionalidades nas áreas de saúde e/ou educação.”

A legislação que rege o PBF, bem como os discursos e informações designadas como oficiais acerca do Programa, consentem num ponto essencial sobre a pobreza: a renda, ou melhor, a sua ausência ou insuficiência como principal componente definidor da pobreza. O parâmetro da renda estreitamente articulado à concepção de pobreza absoluta, não só nos programas de transferência de renda, mas nos programas sociais direcionados à pobreza tem prevalecido como um mecanismo institucionalizado que reitera o problema da pobreza, além de acomodar os pobres no sistema vigente assumindo uma função político-ideológica de escamotear desigualdades e acomodar possíveis conflitos.

Ademais, as concepções expressam uma tendência insistente no pensamento econômico brasileiro referente à associação entre pobreza e crescimento econômico, reiterando inclusive o modelo do *crescimento do bolo* para maiores investimentos no combate a pobreza: “Esperamos unificar todos os programas de transferência de renda do país para que possamos atingir mais pessoas e, quanto mais rápido crescer a economia brasileira, mais a gente vai aplicar porque esta é uma prioridade (...) da nação brasileira”

(SILVA, 2004, p.2). Contudo há o reconhecimento de que não é suficiente “crescer para incluir”, expresso no princípio de que “é preciso incluir para crescer” (ANANIAS, 2004, p.6; MDS, 2005, p.14). Com base nesse princípio o MDS (2005, p.14) ressalta que o PBF não deve ser entendido “como um mero corretivo das distorções sociais decorrentes do mercado, mas orientado para a universalização de direitos e inclusão social”.

Colocando esse entendimento em forma de questão cabe interrogar: as imagens de pobreza que o PBF expressa mediante os parâmetros, denominações e associações efetuadas na sua construção como estratégia de combate à pobreza reiteram qual horizonte? O da correção das distorções sociais ou da universalização dos direitos? Trata-se de uma indagação que não é simples, porquanto, remete a importantes dimensões de caráter conceitual, político, ideológico desse programa. Dimensões que segundo Telles (1998, p.9) são importantes para explicitar até que ponto vem sendo reafirmado o pressuposto miserabilista dos “mínimos de pobreza” que até agora vem regendo os programas sociais, ou se este programa está sendo pautado por padrões de civilidade, os “mínimos sociais”, a serem conquistados e negociados como conjunto de direitos a serem garantidos a todos. E neste sentido, continua a autora, as imagens de pobreza muito têm a revelar, sendo que espelham critérios de justiça, regras de equivalência, padrões de civilidade, exercício de direitos, enfim, as imagens de pobreza revelam como uma sociedade nas suas diferentes práticas sociais organiza e viabiliza entre os seus membros os valores constitutivos da denominada civilização moderna.

Conforme aludido nesta tese, a pobreza como construção teórica no pensamento social brasileiro, apresenta uma trajetória conflituosa de rupturas e continuidades que possibilitaram a ampliação dessa concepção mediante sua articulação aos processos econômicos, políticos e culturais que dinamizam a sociedade. Nessa trajetória elementos de ordem moral, econômica, política, cultural foram movimentados no sentido de compreender uma questão persistente na sociedade brasileira. Uma questão que, de fenômeno natural e moral transforma-se em problema estrutural articulado aos processos de produção e consumo, sem apresentar, contudo, rupturas significativas com traços estigmatizantes que a fixaram como expressão da inferioridade, uma marca persistente que caracteriza formas de existência em que os sujeitos são descredenciados para o acesso e o exercício dos direitos. Em fins da década de 1990 é incluída no centro das questões nacionais em consonância com a nova pauta dos organismos internacionais, fortemente caracterizada como uma temática de economistas (SPRANDEL, 2004, p. 133).

A pobreza como objeto de intervenção por parte dos organismos oficiais no Brasil na atualidade tem como principal base explicativa a abordagem economicista, sendo configurada como um obstáculo à emancipação coletiva e autônoma (SPRANDEL, 2004; VALADARES, 1994). Essa abordagem se caracteriza fundamentalmente pela utilização do critério da renda que tem norteado a tecnoburocracia brasileira na elaboração de programas direcionados à pobreza. Na lógica da tecnoburocracia oficial a variável renda, assim como a renda *per capita*, permite melhor definição de linhas de pobreza e de indigência³³ e critérios de elegibilidade.

³³ Segundo Barros et al (2000), linha de indigência refere-se ao padrão de custos da cesta básica alimentar, estabelecida em determinadas regiões para suprir as necessidades mínimas em termos de consumo calórico. Já a linha de pobreza é calculada como múltiplo da linha de indigência, considerando os gastos com alimentação e outros como vestiário, habitação e transportes. Os autores utilizam os indicadores do IPEA que definem como valor da linha de indigência ¼ do salário mínimo, e, como linha de pobreza ½ salário mínimo. Rocha (2003, p. 44) enuncia que, as linhas de pobreza, no estabelecimento de seu valor podem pertencer a duas

Trata-se de uma categorização que adota o salário mínimo como parâmetro e afirma a noção de pobreza como um fenômeno de insuficiência de renda. A pobreza é reiterada na sua histórica associação com a carência, situação em que a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos e suas famílias encontra-se abaixo de um patamar mínimo. Este princípio classificatório possibilita uma gradação de grupos e subgrupos no interior da população pobre: aqueles que estão situados acima ou abaixo da linha de pobreza; aqueles com ou sem renda regular tomando como referência o salário mínimo.

A concepção oficial de pobreza, embora expresse claramente a abordagem economicista, remete a um movimento em que, elementos de caráter conservador que tradicionalmente têm orientado programas sociais direcionados à pobreza, são associados a elementos de inspiração mais progressista, em especial no que se refere às múltiplas dimensões da pobreza, que ultrapassam a questão da renda e, também à questão dos direitos sociais. Esse movimento revela ambivalências em termos conceituais, políticos e técnico-operacionais. O PBF preconiza objetivos amplos que têm como horizonte a erradicação da pobreza e da desigualdade mediante a promoção da emancipação social partindo de uma classificação restritiva de pobreza que tem como parâmetro a privação extrema que preconiza o mínimo vital para a existência das famílias pobres.

A visão restritiva de pobreza ancorada na concepção de pobreza absoluta também é ressaltada em denominações como “população de baixa renda” (MDS, 2003, p. 3), “população carente” (fomezero.gov.br, 2003; MDS, 2005), “população excluída” e “famílias em condição de extrema pobreza” (MDS, 2005, p. 7). A adoção dessa concepção tem historicamente servido para justificar e fundamentar programas sociais que não enfrentam a pobreza. No limite têm contribuído para amenização dos seus efeitos mais perversos e mais visíveis. Definida como extrema pobreza a pobreza em termos de ações interventivas, legítimas ações de caráter emergencial (PEREIRA, 2002) e restritivo sendo que essas ações são perpassadas por uma rigidez conceitual que privilegia programas minimalistas orientados para a garantia da sobrevivência. É a concepção que tem, no geral, embasado os programas sociais direcionados à pobreza e que também têm contribuído para fragmentar esse problema (SILVA org., 2001) ao preconizar a focalização nos segmentos mais pobres. Além disso, essa concepção tende a conferir ao problema da pobreza um tratamento técnico, preconizador do gerenciamento adequado para obtenção de resultados eficazes.

As prerrogativas macroeconômicas associadas à lógica da racionalidade técnica para enfrentamento da pobreza coadunam-se às orientações unidimensionais do Banco Mundial quando este, em Relatório de Avaliação sobre a pobreza no Brasil, reconhece que

“O Brasil está em posição (surpreendentemente) favorável para restaurar a estabilidade macroeconômica e retomar o crescimento. A economia está agora em recuperação, as reservas internacionais se encontram em níveis recorde e os pagamentos da dívida externa foram regularizados. (...) Reformas estruturais foram iniciadas, nas áreas de comércio, privatização e desregulamentação. Além disso,

categorias: uma categoria arbitrária, que segundo a autora são estabelecidas sem que haja garantias de que seu valor possibilite o atendimento de um conjunto de necessidades básicas; e uma categoria observada, baseada na estrutura de consumo da população de baixa renda, obtida mediante pesquisa de orçamentos familiares. A autora acrescenta ainda que, a rigor, as linhas de pobreza também podem ser definidas a partir da definição de cestas alimentares otimizadas, obtidas mediante programação linear com base em informação sobre preços e aportes nutricionais, como também sobre as necessidades nutricionais da população em questão.

evitando o congelamento de preços e outras formas de intervenção direta, as autoridades parecem mais comprometidas do que nunca com soluções racionais, pautadas pelo mercado” (BANCO MUNDIAL, 1995, p.14).

Partindo desse reconhecimento, o Banco Mundial prescreve alterações na distribuição dos gastos sociais para redução da pobreza, argumentando que, “... o simples fato de serem ampliados os gastos sociais muito pouco contribuirá para mitigar a pobreza. Preferivelmente, a prioridade deve ser reestruturar os dispêndios públicos em todos os programas e melhorar a administração e a eficiência dos gastos sociais”.

Há que se ressaltar, no entanto, que, não obstante o significado assumido pela variável renda, outros organismos internacionais que influenciam fortemente os programas sociais brasileiros como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, diferentemente da abordagem unidimensional do Banco Mundial, instituiu o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH composto por três elementos: longevidade (esperança de vida ao nascer); nível educacional (taxa de alfabetização de adultos e taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior) e indicador de renda definido a partir da renda *per capita*. Para esse organismo, mais importante do que a quantidade e qualidade do capital acumulado é definir “... de que maneira os recursos gerados pela economia são utilizados para melhorar a qualidade de vida da nação”. Isto significa “... colocar o ser humano no centro do processo de desenvolvimento, criando uma distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento econômico” (PNUD, 2000, p.3).

O PBF mereceu aprovação e elogios por parte do presidente do Banco Mundial, James Wolfenson, para quem a criação do Programa não só revelou os “acertos do governo brasileiro para o setor social” como também se constitui numa experiência a servir de modelo para os demais países do mundo. “Os programas do Brasil não são apenas para o Brasil, são para as Américas e para o mundo” (WOLFESON, 2003, p. 2). Não por acaso o PBF é concebido na atualidade, como o maior programa de transferência de renda não só do país, mas de todo o mundo (SILVA, 2005; ANANIAS, 2004; MDS, 2003, 2005).

As considerações anteriores apontam que as concepções de pobreza que embasam o PBF são construídas a partir de abordagens, orientações e associações que têm como eixos: a renda, o crescimento econômico, a racionalidade técnica e os direitos sociais. Eixos assentados sobre uma base polêmica permeada por ambivalências, tensões, contradições e imprecisões. Uma base que justifica e legitima uma conjugação insidiosa entre perspectiva democrática, desigualdade e empobrecimento (SANTOS, 1999).

Em Documento informativo, por ocasião do lançamento do PBF no Brasil, este é apresentado ao país como um programa que, além dos seus objetivos vinculados ao combate da pobreza, representa uma inovação que permite “potencializar as ações de governo (...) vencer a superposição de funções e desperdícios de recursos públicos” (fomezero.gov.br, 2003, p.2). Nas palavras do presidente da República, o Programa expressa uma “correção e aperfeiçoamento dos programas de transferência de renda no país” (SILVA, 2003, p.3). No ano de 2005, em Documento sobre avaliação do Programa após dois anos de sua implantação, a sua implementação nos municípios, requisita e estimula nestes a efetuação de “boas práticas de gestão” mediante um permanente “processo de aperfeiçoamento da gestão” (MDS, 2005b, p.14). Isto significa uma “transformação que (...) consiste em incorporar eficácia e eficiência aos programas de transferência de renda implantados pelo Governo Federal” (MDS, 2005b, p.1).

Essa premência da dimensão técnica que vem preconizando na atualidade o gerenciamento técnico da pobreza (TELLES, 1994, 1998, 2001; VIANNA, 2001; DEMO, 2003) afina-se com uma ótica de erradicação da pobreza mediante gestão adequada e baixo custo. Conforme denuncia Demo (2003) trata-se de um barateamento da acomodação dos pobres. Segundo Vianna (2001, p. 176), na esteira dessa ótica alguns mitos vêm se consolidando como o “mito do tecnicismo” que, para essa autora caracteriza-se pela supremacia do enfoque técnico e apresenta como problema central a despolitização dos interesses públicos. Ribeiro (2004, p.21) adverte que,

“... a pobreza tem sido gradualmente distanciada dos debates em torno das concepções de democracia e transformada em um objeto técnico ‘em si’. Essa transformação, que é discursiva e prática, isola a compreensão do pauperismo da dinâmica territorial da riqueza. É assim que o trabalho, nos termos da ideologia dominante, deixa de ser o centro ordenador das políticas sociais, transformado-se em oportunidade (individual) de obtenção de renda, o que individualiza a experiência da pobreza”.

Neste sentido, continua a autora,

“A hipervalorização das análises técnicas da pobreza não pode ser explicada somente pela falta de recursos, o que exigiria uma eficiente hierarquização das necessidades sociais. Existem razões mais largas, que ultrapassam a busca da eficácia. A questão social tem sido sistematicamente (res) significada pela ação instrumental, pelos códigos de um novo economicismo, fechado ao diálogo com a vivência da pobreza. Esta afirmação sustenta-se nos vultosos investimentos em formatação técnico-instrumental das políticas públicas, que deixam intocada a apropriação da riqueza”.

Problemas como a pobreza, ao serem capturados por abordagens que enfatizam as relações numéricas, variáveis organizacionais, termos como eficiência e eficácia, e tratados de forma essencialmente burocrática, gerencial, distanciam-se dos mecanismos democráticos e políticos que possibilitam a participação da sociedade. Ao analisar os processos decisórios que se desdobram no capitalismo contemporâneo, Hirsch (1977) utiliza o conceito destematização para caracterizar o movimento mediante o qual o Estado imprime um caráter técnico a determinadas políticas que implementa – em geral controversas, apresentando baixo grau de consenso entre os diferentes interesses em jogo – gerando decisões que aparentam neutralidade.

Enfatizar a natureza técnica do problema da pobreza implica em esvaziá-la como problema estrutural e dissociá-la de sua dinamicidade histórica, de sua contextualidade. Segundo Ribeiro (2004), trata-se de uma leitura instrumental que despolitiza a ação do próprio Estado, do trabalho possibilitando que o pobre seja desapropriado da experiência da pobreza, interpretada, por sua vez, por parâmetros que fogem aos lugares, às orientações morais pautadas no compartilhamento de vivências marcadas por privações. Este plano de fuga, sedimentado pelo excesso de informações e cálculos, tende a racionalizar necessidades, retirando-lhes a dimensão histórica. Daí ocorre um ocultamento dos circuitos de riqueza que

permeiam a ação do Estado, bem como uma negação dos vínculos entre a política econômica e a política social.

Documento avaliativo do PBF informa que "no Brasil (...) grandes contingentes populacionais foram excluídos do mercado e do acesso aos direitos sociais a partir dos anos 90...", associando o crescimento da pobreza no país ao "crescimento da pobreza e da desigualdade em nível mundial" (fomezero.gov.br, 2005, p.2). Um problema identificado nessa compreensão refere-se ao que é convencionalmente denominada exclusão, bem como a dificuldade de acesso aos direitos sociais básicos integra o processo de constituição da sociedade brasileira e tem sido historicamente funcional à sua dinâmica produtiva e acumulativa. E mais, dessa compreensão pode decorrer um deslocamento do problema e das mediações que o cercam para os métodos de enfrentá-lo, uma vez que, a ênfase recai muito mais nas formas de tratar o problema do que nas determinações que o geram.

A unificação, se por um lado se justifica em razão do re-direcionamento dos gastos para intervir num problema de "proporções absurdas" (TELLES, 1998, p14) numa sociedade como a brasileira; por outro lado, ganha sentido nessa perspectiva gerencial de tratar a pobreza como estratégia de "racionalização dos custos operacionais dos programas de transferência de renda" (MDS, 2005a, p.2). Racionalizar os custos do enfrentamento a pobreza tem se constituído num ponto relevante do debate dos organismos oficiais em âmbito nacional e internacional. Conforme alusão anterior, uma das argumentações do Banco Mundial³⁴ em relação aos gastos sociais no Brasil é que estes, a despeito do seu volume, não se têm traduzido na melhoria dos indicadores sociais ou na redução da pobreza.

Essa argumentação é confirmada por técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA que assentem na má focalização dos gastos sociais como "a única razão" para que não haja erradicação ou pelo menos redução da pobreza no país (BARROS; FOGUEL, 2000, p.719). Para esses autores os recursos despendidos para os programas sociais direcionados à pobreza, se bem focalizados abrem espaço para a redução da pobreza sem necessidade de aumento dos gastos na área social. Os autores fazem referência a uma "focalização perfeita" (2000, p. 722) em substituição a práticas tradicionais expressas na dispersão de gastos e sobreposição de ações que em última instância não atingem os mais pobres. Daí sugerem que o re-desenho dos programas é a alternativa mais viável no momento de ajuste fiscal que o país está atravessando e consentem que "uma solução do problema da pobreza, depende mais do aperfeiçoamento das políticas públicas do que da elevação dos gastos" (BARROS, FOGUEL, 2000, p.739).

Pelo exposto pode-se constatar que, abordar a pobreza como uma questão de adoção de métodos e técnicas implica na sua descontextualização. Poovey (1998) nas suas reflexões acerca da supremacia de cálculos e técnicas em propostas de intervenção em problemas sociais denuncia a tendência moderna, em que concepções e metodologias se sobrepõem a realidade de tal maneira que esta se enquadre a fórmulas e modelos predefinidos. Assim dissemina-se uma concepção de pobreza dissociada das especificidades históricas da realidade brasileira, cujo enfrentamento é moldado a uma lógica reducionista e

³⁴ Joachim von Amsberg, Peter Lanjouw (economistas do Banco Mundial) e Kimberly Nead (consultora do Banco Mundial) a partir de dados da Pesquisa sobre Padrões de Vida – PPV, realizada, no período 1996 / 1997 no país, pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística – IBGE, com o apoio do Banco Mundial, analisam o direcionamento dos gastos sociais no Brasil e concluem que muitos programas são menos efetivos porque, sobrepostos e fragmentados, não melhoram o padrão de vida dos pobres, assim apontam a viabilidade de um programa uniforme de transferência de renda para os brasileiros pobres.

linear da realidade. Um enfrentamento que requisita muito mais a capacidade técnica do perito a partir das evidências empíricas (BOURDIEU, 1999) em detrimento das negociações democráticas articuladas as demandas socialmente construídas pela sociedade.

Num esforço de incorporar os debates travados pelo IPEA e PNUD com relação a uma compreensão mais ampla da pobreza que preconiza outros elementos além da renda, o PBF adotou para efeito de elegibilidade das famílias a serem beneficiadas, indicadores como escolaridade, acesso a saneamento e luz elétrica, condições de saúde, condições de moradia, composição das famílias etc. Segundo informa o MDS, trata-se de informações que permitem identificar “os potenciais beneficiários dos programas sociais” (MDS, 2005a, p.9). Mediante um instrumento denominado Cadastro Único³⁵, os governos federal, estaduais e municipais têm acesso a um diagnóstico socioeconômico das famílias que possibilita a análise de suas principais necessidades (MDS, 2005a, p.9).

É inegável a relevância de instrumentos que permitam visualizar e caracterizar os traços essenciais da pobreza a partir de diferentes dimensões numa sociedade como a brasileira. Como ressalta Rocha (2003, p. 10), identificar os pobres a partir de um conjunto de características básicas no sentido de caracterizar o seu perfil constitui-se em elemento essencial na definição de um quadro de referências para a formulação de políticas interventivas. A questão central é o sentido político atribuído a esse instrumento no âmbito de debates e práticas sociais que vêm imprimindo à pobreza significados oriundos de abordagens conservadoras e restritivas.

Em termos técnico-operacionais a adoção de variadas dimensões para fins de seleção das famílias se coaduna com a perspectiva da focalização e da baixa linha de pobreza utilizada no sentido de associar um conjunto de elementos que contribuam para uma melhor focalização nos “mais pobres dentre os pobres” preconizada pelo PBF (fomezero.gov.br, 2003, p.4). Por essa perspectiva, o que é proposto como um programa orientado pelo princípio da universalização dos direitos de cidadania (ANANIAS, 2004, p.1; SILVA, 2003, p.4; MDS, 2003, 2005a, 2005b) e pela concretização dos direitos sociais e constitucionais termina por efetivar um desvirtuamento de conquistas legalmente instituídas como universais (TELLES, 2001). Esse desvirtuamento se expressa por um lado no estabelecimento de uma renda mínima, o mínimo prescrito como possibilidade de reprodução da existência dos pobres, e por outro lado na estipulação de artifícios legais manipulados segundo conveniências e interesses na partilha dos recursos públicos. Neste sentido, o que é formalmente proposto como política para viabilizar direitos de cidadania acaba por se transformar em simulacro de como, no Brasil a exclusão se dá na forma como leis e programas sociais são formulados, nas formas como tipificam situações, indivíduos e como prescrevem condições para direitos que a princípio deveriam ser assegurados a todos.

³⁵ Instituído pelo Decreto nº 3.377, de 24 de julho de 2001, o Cadastro Único é um instrumento para identificação das famílias em situação de pobreza de todos os municípios brasileiros. É composto por dados que permitem nortear a implantação de políticas públicas voltadas para as famílias de baixa renda. As principais informações das famílias cadastradas são: características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de membros, existência de gestantes, idosos, mães amamentando, deficientes físicos); qualificação escolar dos membros da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; rendimentos; despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros). Em outubro de 2005 foi implantada a versão 6.0 do Cadastro Único que incorpora várias funcionalidades, com destaque ao trabalho em rede possibilitando maior agilidade na movimentação dos cadastros – bloqueios, desbloqueios e cancelamentos (MDS, 2005a; 2005b).

A definição de um corte de renda irrisório, bem como de situações caracterizadas pela precariedade e escassez para credenciar indivíduos para o exercício de direitos constitucionais, expressa, no país, a existência de um processo de formulação de políticas, desprovido do que Telles (1998) denomina de medidas de referência de valores, que não são técnicas, mas políticas, negociadas política e publicamente como referência para a definição de direitos a serem assegurados a todos os cidadãos, em todos os patamares de vida.

A documentação do PBF estabelece dentre os objetivos principais do Programa a possibilidade de autonomização e emancipação das famílias “beneficiárias” mediante a oferta de oportunidades para que estas possam superar a condição de pobreza em que vivem. Importa questionar como se efetuará tal possibilidade ante as mudanças sócio-políticas que se vem processando na atualidade.

No âmbito do social tem-se o aumento da pobreza, afirmação da cultura do consumo, consolidação da mercantilização das relações sociais, tendo o modelo de sociedade mercantil como um dado. Movimento funcional à lógica cultural do atual estágio do capitalismo no âmbito da denominada pós-modernidade. A retórica pós-moderna impulsiona a erosão de vínculos e padrões de sociabilidade assentados no coletivo em prol de um ideário que tem como foco a individualização. A idéia é da centralidade do indivíduo em detrimento da sociedade, o que Hobsbawn (1995, p. 328) denomina de prevalência do indivíduo sobre a sociedade, ou seja, uma ruptura dos fios que ligavam os seres humanos em texturas sociais.

Em nível político, acentuam-se as complexidades de problemáticas históricas como a tensão entre o projeto político burguês, expresso no crescente movimento pela financeirização em escala global e os movimentos sociais articulados por gênero, raça, etnia, opções sexuais, dando impulso à ampliação democrática, contudo, esbarrando na questão da articulação e universalização da pluralidade de interesses (Netto, 1996), o que compromete as potencialidades emancipatórias.

A partir dessas considerações cabem algumas reflexões acerca do sentido ou dos sentidos da emancipação e autonomização das famílias preconizados pelo Programa. Associado ao objetivo de combater a fome, a miséria e a desigualdade, o PBF se propõe a promover a emancipação dos pobres no sentido de que estes construam meios e condições para que possam sair da situação de vulnerabilidade em que vivem (MDS, 2003; fomezero.gov.br, 2004; SILVA, 2003; CUNHA, 2005). A proposição desse objetivo tem como pressuposto que a posse de um determinado patamar de renda, associado a serviços básicos, contribui para promover a autonomia dos indivíduos ao assegurar o consumo necessário para a sua sobrevivência e estimular sua inserção no mercado de trabalho.

Consoante as reflexões críticas de Sen (1993, p.314), a questão da autonomia e da emancipação na forma como é preconizada nos programas sociais dá margem a ambivalências. Se por um lado a autonomia se constitui num valor importante, objeto de lutas e conquistas, por outro lado pode apresentar problemas quanto à sua concepção. O foco do problema segundo esse autor reside no viés reducionista e utilitarista que caracteriza os atuais programas sociais. Estes operam com o pressuposto de que a melhoria das condições ou da qualidade de vida pode ser reduzida à posse e distribuição de renda e acesso a bens e serviços.

A questão, ainda segundo Sen, é que, por esse pressuposto não há como refletir sobre as condições dos indivíduos converterem a renda e os serviços em possibilidades concretas de escolha e efetivação de padrões válidos em uma determinada

sociedade³⁶. Telles (1998), na mesma direção, adverte que tal pressuposto pode elidir a responsabilidade pública no processo de promoção das capacidades mediante conjunto amplo e multifacetado de políticas sociais, bem como a construção e ampliação de espaços democráticos nos quais a qualidade de vida como valor e referência de padrões de vida, possam ser debatidos e ser alvos de escolha e deliberação política.

Trata-se de um pressuposto afinado com a lógica mercantil que ofusca as relações e condições sociais determinantes da pobreza, sendo que estas podem ser reduzidas – e compreendidas – à ausência de renda e a falta de acesso a bens e serviços. Por esse ângulo, a pobreza pode ser entendida como algo que escapa ao mercado, afirma Telles (1998), ou ainda como um fenômeno relacionado à capacidade – ou incapacidade – dos indivíduos em se adequar às racionalidades econômicas com suas exigências de competência e eficácia.

Neste sentido, as relações de poder assimétricas sob as quais o mercado se organiza, bem como os problemas sociais gerados – ou agravados – no âmbito do mercado são neutralizados como problemas que implicam em mediações como direitos, negociações de interesses conflitantes, e passam a referir-se, às adversidades da vida com as quais os indivíduos não só devem lidar como aprender a superar a partir de sua vontade, habilidade e esforço (EWALD, 1985).

Partindo dessa compreensão o Programa enfatiza nos indivíduos “a responsabilidade de superar e sair da condição de pobreza em que vivem” (MDS, 2005a, p.3). Como bem expressa o presidente da República acerca do PBF “... queremos que as pessoas aprendam a pescar, pesquem seus peixes e possam comer, sem precisar, a vida inteira, depender do Governo. É por isso que queremos que as pessoas se cuidem, vão para a escola e, ao mesmo tempo, os adultos possam fazer cursos profissionalizantes e se alfabetizem” (SILVA, 2003, p.4). E o presidente ainda ressalta a necessidade de que as famílias olhem para si mesmas e descubram suas “próprias forças de emancipação” (SILVA, 2003, p. 5), isto se traduz na concepção de que através do Programa são criadas condições para que “os mais pobres e vulneráveis possam se incluir econômica, política e culturalmente na sociedade” (MDS, 2005a, p.2).

O estímulo a iniciativas empreendedoras torna-se um importante desafio mediante o entendimento de que,

“é consenso que a injeção de recursos por meio da transferência direta de renda para as famílias proporciona à economia local significativo efeito multiplicador quando os recursos são repassados para as famílias, transformam-se em aumento de consumo e em possibilidades de iniciativas de autogestão econômica [...]”. (MDS, 2005b, p. 15)

³⁶ Para Amartya Sen, a partir de referências de padrões de vida e atividades considerados válidos numa determinada sociedade “(...) a avaliação da qualidade de vida toma a forma de uma avaliação dessas efetivações e da capacidade de efetuar-las. Essa avaliação não pode ser feita levando-se em conta apenas as mercadorias ou rendimentos que auxiliam no desempenho daquelas atividades, e na aquisição daquelas capacidades, como ocorre na aferição da qualidade de vida baseada em mercadorias (...). As efetivações terão, elas próprias de ser examinadas e a capacidade da pessoa de realizá-la terá de ser apropriadamente avaliada (...)”. (SEN, 1993, p. 315)

A despeito da relevância de programas sociais que viabilizem ações de geração de trabalho e renda, o exposto no documento sugere que o enfrentamento á pobreza, na melhor das hipóteses, consiste em capacitar os indivíduos para a disputa – em condições bastante desiguais – de um lugar no mercado, concebido como espaço de modernização, produção de bens, riquezas e serviços que os indivíduos devem se apropriar, desde que devidamente qualificados. Para Telles (1998) trata-se de uma perspectiva afinada com os cânones do liberalismo clássico e que na atualidade encontra-se no centro da reorganização neoliberal que tem inspirado a redefinição das políticas sociais, sob esse foco, programas de transferência de renda como o PBF são direcionados à inclusão no mercado e terminam por priorizar objetivos sintonizados com a ótica do desenvolvimento econômico, da equidade e do mercado.

Cabe ressaltar que, o PBF como programa integrante do Sistema de Proteção Social Brasileiro não enfrenta um problema que é central nesse Sistema: a garantia de direitos e de segurança contra riscos e instabilidades num cenário de mudanças econômicas geradoras de desemprego, precarização no trabalho e agravamento da pobreza. Pelo contrário, o debate sobre a construção de estratégias capazes de alterar uma estrutura econômica geradora de baixos níveis de renda é praticamente colocado à margem, como advertem Pastorini (2004), Telles (1998) e Marques (1997). O ministro do MDS afirmou em entrevista que o PBF como eixo de desenvolvimento econômico permite “enfrentar também os fatores estruturais que determinam os padrões de apropriação e distribuição da renda e da riqueza” (ANANIAS, 2004, p.3). Trata-se , no entanto, de uma afirmação retórica, sendo que no contexto do discurso, encontra-se articulada à lógica do crescimento da dívida pública como elemento limitador da capacidade do Estado em dar respostas às demandas sociais. Como decorrência, alterações no perfil dos gastos sociais públicos e necessidade de eficiência dos recursos alocados nos programas sociais (ANANIAS, 2004, p. 4).

Não resta dúvida acerca dos significados que programas de transferência de renda como o PBF, apresentam em termos da ampliação do debate sobre a desigualdade de renda e da pobreza absoluta. Contudo, na sua essência, mantém o caráter distributivo e compensatório, constituindo-se em atenuante dos efeitos mais visíveis e danosos da pobreza. Considerando que as políticas governamentais no Brasil, tradicionalmente não têm primado efetivamente pela desconcentração de renda e crescimento de empregos, iniciativas como o PBF, amenizam a desigualdade, garantem certo nível de sobrevivência, enquanto que, alternativas mais efetivas não são colocadas em prática (MARQUES, 1997; LAURELL, 1994).

Na medida em que a questão do trabalho e do mercado não são enfrentadas o Programa termina por promover e reiterar as formas tradicionais de atenção aos pobres, bem como criar a ficção de direitos, no caso o direito a mínimos, que além de manter o pobre no patamar mesmo da pobreza, uma pobreza pretensamente menos perversa, criam vínculos fora das relações de trabalho, sem base para a construção de prerrogativas concretas dos indivíduos ante o Estado e a sociedade (TELLES, 1998, p. 7). Com isso o objetivo da autonomia e da emancipação torna-se ilusório, visto que a autonomia pretendida, além de circunscrita aos pressupostos da posse de renda e bens, restringe o pobre aos patamares mais baixos, inserindo-o de forma subalterna como consumidor (MARTINS, 2003). Ademais, a emancipação da forma como incorporada à proposta do Programa encontra-se destituída dos

significados políticos³⁷ que circulam na sua construção, uma vez que não interpela um sentido de responsabilidade pública capaz de garantir condições econômicas, institucionais e políticas que viabilizem a capacidade de escolha dos sujeitos.

Um aspecto relevante identificado na documentação e nos discursos diz respeito às denominações utilizadas para definir os pobres. A despeito da utilização de categorias como emancipação, das referências aos direitos, as designações denotam a prevalência de elementos de orientação conservadora que historicamente afirmaram categorizações e estigmas a partir da renda, da posse, do trabalho e da posição social. A partir de designações como “população carente” (MDS, 2003, p. 2; fomezero.gov.br, 2003, 2004, 2005; SILVA, 2003), “população necessitada” (MDS, 2003, 2005a, 2005b, 2005c), “à margem da sociedade” (MDS, 2005a), “excluída” e “vulnerável” (MDS, 2003, 2005, 2005b, 2005c; SILVA, 2003, 2004; ANANIAS, 2004, 2005; CUNHA, 2005; LOPES, 2005) é reafirmada no Programa a imagem tradicional do pobre categorizado a partir da ausência e da negação do seu papel como sujeito e como classe (TELLES, 1994; ZALUAR, 1995).

Certamente que as designações utilizadas assumem significados distintos, não só no âmbito do projeto político mais amplo que orienta a formulação do Programa, mas na sua dinamicidade, nas suas dimensões política e operacional. E mais, as denominações empregadas para designar os pobres expressam a construção de identidades sociais oficialmente aceitas, instituídas que significam mais do que simples nomeação ou etapa inaugural de uma trajetória de marginalização, enuncia Ogien (1986, p.29). Para esse autor, os sentidos das designações para quem institui e para quem é designado residem nas manifestações das conseqüências práticas dessas designações. Assim, o pobre, o extremamente pobre, o carente, o necessitado se tornam designações legítimas porque são postas em prática, mediante programas sociais que mediatizam dividendos concretos, acesso à fonte de renda e serviços sociais, o que por sua vez legitima a intervenção estatal como necessária.

A documentação e os discursos permitiram constatar que as diferentes designações expressam sentidos específicos, dado o contexto em que são empregadas. Quando os pobres são considerados “população carente”, “de baixa renda”, “excluídos”, “vulneráveis” ou “à margem da sociedade”?

Os documentos e discursos assim expressam: “O crescimento da pobreza e da desigualdade social teve como um de seus efeitos a formulação de políticas sociais direcionadas aos mais pobres e vulneráveis”. Neste mesmo documento o Brasil é referenciado como um país onde “amplos contingentes são excluídos do mercado e do acesso aos direitos básicos”. Neste sentido, “os programas de transferência de renda garantem à *população carente* o acesso a uma renda mínima, vinculada ao cumprimento de condicionalidades nas áreas de saúde e educação” (MDS, 2005a, p.2). Outro documento informativo assim define o Programa:

³⁷ A compreensão de emancipação segundo as análises de Marx (1991) refere-se à construção de formas de sociabilidade que possibilitem aos sujeitos sociais a condução livre e consciente dos processos sociais de superação dos antagonismos sociais fundados na propriedade, na exploração e na dominação. Implica num processo em que as forças dos trabalhadores associados criem mecanismos de geração de riquezas que sejam colocadas a serviço de todos os trabalhadores e que propiciem o seu pleno desenvolvimento, o qual não será possível sem a superação do capital, da propriedade e do Estado.

“É o maior e mais ambicioso programa de transferência de renda da história do Brasil. O BOLSA FAMÍLIA nasce para enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, que é o de combater a fome e a miséria, e promover a emancipação das famílias mais pobres do país. Através do BOLSA FAMÍLIA, o governo federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias mais necessitadas”. (fomezero.gov.br, 2005, p.1)

O exposto sugere a existência do carente, do necessitado ou do excluído como um fato que não só justifica a necessidade do Programa como também lhe confere plausibilidade, além de legitimá-lo como política de um governo que se vem afirmando pelo compromisso com a área social³⁸. O que se pode constatar é a reprodução de algumas marcas históricas persistentes na tradição das políticas direcionadas aos pobres: a evidência das carências e necessidades como prerrogativa para a proposição de programas governamentais que acabam por reiterar o caráter paternal e personalista que tende a associar pobreza a necessidade de tutela, o que possibilita a utilização dos programas como bandeira para fins eleitorais³⁹.

Em discurso recente o presidente da República expressou que o grande “mal do país... é a existência de crianças, mulheres e homens que não conseguem... o necessário para ter uma boa qualidade de vida” (SILVA, 2006, p.3). Essa afirmação denota uma compreensão de pobreza que remonta ao campo das evidências, expressando o que Bourdieu (1999) denuncia como deslocamento do problema para o terreno das evidências, ou seja, o

³⁸ Em contraposição ao governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), o Governo Lula tem como uma das principais características de seu governo “o compromisso com o social”, pelas “oportunidades de acesso e de inclusão da população mais carente” (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, 2004, p.2). Na afirmação desse compromisso o PBF vem se configurando como o “carro-chefe da política social do governo Lula”, conforme assinala Constantino (2006, p.5). Para essa autora não resta dúvida que a recuperação dos índices de aprovação do governo entre as camadas mais pobres, mesmo após os escândalos e denúncias de corrupção que envolvem o presidente, deve-se à capitalização do fato de ter ampliado a abrangência do BF (11,1 milhões em comparação aos 5,7 milhões de beneficiários de diferentes programas no governo anterior – dados do MDS em junho de 2006) e do aumento do valor dos benefícios (até 2002 nenhuma família recebia mais do que R\$ 45,00 atualmente equivalentes a R\$57,00 corrigidos pela inflação. Com o PBF esse valor é de até R\$ 60,26). Segundo Camargo (2006, p.6) “Eleitoralmente vai ser um ponto forte em favor do Lula. O apoio dele entre os mais pobres está relacionado à melhoria da renda. E ele irá capitalizar muito em cima disso. O que o Lula fez foi tornar o programa mais abrangente e universalizá-lo entre os pobres. Isso fará diferença nas eleições”, configurando-se no que Góes (2006, p.6) denomina como um “bolsão de potencial eleitoral muito forte para o Lula”.

³⁹ Segundo Salomon, (2003, p.2) o presidente Lula nos 100 primeiros dias de seu governo reforçou uma imagem que o comparou a Getúlio Vargas, conhecido como o “pai dos pobres”, uma imagem reforçada pelos tons paternais, morais e apelativos de seus discursos ao referir-se ao Fome Zero e ao Bolsa Família como estratégias redentoras da pobreza no Brasil. Em entrevista, no contexto de sua campanha para reeleição à presidência da República, o presidente Lula (2006, p.15) declarou que “nunca em toda a história do país houve um programa social como o Bolsa Família”. Referindo-se ao presidente Lula, o Senador Edson Vidigal, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal e candidato ao governo do Estado do Maranhão afirmou ser “...o presidente que mais se preocupou como o social em toda a história do Brasil” e reforça que “...a intervenção no social e o combate a pobreza, na história do Brasil podem ser divididos em antes e depois do governo Lula”. (VIDIGAL, 2006, p.2). Na mesma direção, o ministro do MDS, Patrus Ananias, assinalou que “o Bolsa Família representa hoje, no país a estratégia mais ousada e abrangente na luta pela erradicação da pobreza” (ANANIAS, 2006, p.3).

mal, representado pela pobreza, é expresso nas necessidades que os indivíduos não conseguem suprir, configurando um deslocamento do problema das suas determinações e mediações para as suas expressões mais visíveis, no caso a necessidade ou a carência e mesmo a *incapacidade* dos indivíduos em *não conseguir* prover suas necessidades.

Designar os pobres como carentes, excluídos em função dos níveis de renda que os situa abaixo da linha de pobreza, ou ainda em função da precariedade dos padrões de moradia, da subnutrição da qualidade escolar e profissional, dentre outros fatores que restringem as capacidades de reprodução de suas condições de vida, reafirma na prática histórica das políticas sociais brasileiras o *lugar* tradicionalmente reservado aos pobres, denominado por Telles (1992, p.40) como “lugar da não-cidadania”. Segundo essa autora, nesse *lugar*, não obstante as terminologias de caráter democrático utilizadas para revesti-lo de nuances progressistas, problemas como a pobreza são esvaziados de suas dimensões e convertidos – e também restringidos – em carências, em necessidades. E mais, reflete a autora, nesse *lugar*, os direitos e a justiça social são transmutados, respectivamente, em caridade e ajuda a que os pobres têm acesso não por sua condição de cidadãos, mas justamente pelo contrário. Não por acaso categorias como direitos, justiça social e participação, embora integrem os debates e propostas oficiais, permanecem, nestes, atrelados aos termos da tradição tutelar, por sua vez, ancorada na visibilidade da pobreza (TELLES, 2001).

Trata-se de uma prática que expressa uma relação peculiar entre o Estado e a pobreza. Uma relação que cria e consolida mecanismos excludentes como a comprovação da condição de não-cidadão, o que Sposati (1988) denomina de “mérito da necessidade”. Nessa relação o Estado (re) institui na pobreza o estigma da carência ou da necessidade mediante a evidência pública do fracasso, uma vez que os indivíduos para terem acesso à renda e aos serviços precisam comprovar, como denuncia Telles (1992, p.41) que seus filhos se encontram em situação de subnutrição, que sua renda é insuficiente para o seu sustento e de sua família, que sua escolaridade e capacitação profissional se encontram abaixo da média, enfim que sua carência o credencia para merecer a ajuda do Estado. Trata-se de uma relação em que a noção de responsabilidade pública é esvaziada nas suas prerrogativas societárias e civilizatórias, sendo que estas dão lugar a uma noção naturalizadora da existência de indivíduos que não “conseguem... o necessário para ter uma boa qualidade de vida” (SILVA, 2006, p.3).

Para o ministro do MDS, “a prioridade do Bolsa Família são os pobres expostos à vulnerabilidade causada pela violência e desagregação familiar” (ANANIAS, 2005, p.4). Um ano antes, o ministro ressaltou a importância do Programa pelo seu objetivo de “romper o círculo vicioso de perpetuação da miséria” (ANANIAS, 2004, p. 2). Dois aspectos merecem destaque nessas afirmações: um primeiro refere-se à questão da vulnerabilidade como designação para a carência; e um segundo, a referência ao círculo vicioso reproduzido de forma permanente entre as gerações como enfatiza a abordagem culturalista.

Empregada nos documentos e discursos para qualificar a pobreza como “situação de vulnerabilidade” (MDS, 2003; 2005a; 2005b; fomezero.gov.br) e os pobres designados como “pobres e vulneráveis” (SILVA, 2003, 2005; CUNHA, 2006; MDS, 2005a) no geral a vulnerabilidade integra o contexto da “falta de acesso aos serviços sociais básicos” (MDS, 2003, p.2) ou da “exposição a riscos pessoais, sociais e familiares” (MDS, 2005, p.2) em consonância com o pensamento do ministro. A vulnerabilidade passa a integrar o debate nacional sobre a pobreza e estratégias para o seu enfrentamento mediante inspiração do

debate internacional (SPRANDEL, 2004; PASTORINI, 2004). Em relatório do Banco Mundial acerca da pobreza no Brasil os pobres,

“... são considerados vulneráveis devido à sua exposição a ambientes insalubres, à violência, crimes, e a riscos ambientais como inundações e deslizamentos de barreiras. Os fatores que deflagram crises pessoais ou familiares levando ao empobrecimento e à privação são, perda de emprego, doenças, mortes de parentes, separação entre cônjuges e despejo de terra urbana ocupada” (BANCO MUNDIAL, 1999, p.4).

O exposto reitera a perspectiva naturalizadora da pobreza, reciclando a noção de “classes perigosas” ao associar pobreza e vulnerabilidade ao crime, à violência e a desagregação familiar, expressa na necessidade de assegurar serviços como estratégias de segurança contra o risco de violência e criminalidade a que os pobres estariam *naturalmente* expostos. Outros componentes dessa perspectiva podem ser identificados como a caracterização do pobre pela precariedade de suas condições de vida e trabalho (YAZBEK, 1993), o que denota uma compreensão das condições de vida e do trabalho precarizado, situações caracterizadas como vulnerabilidade social e áreas denominadas de risco como *o lugar* do pobre na sociedade. Também as questões de caráter pessoal / individual como doença, separação, morte, são apontadas como fatores agravantes do empobrecimento, o que reafirma a predominância das evidências sobre as determinações.

Cabe destacar, ainda, a denominação “sujeitos sociais, hoje à margem da sociedade” (MDS, 2005b, p.9) em referência às condicionalidades exigidas pelo Programa com relação à educação e aos serviços de saúde. O sentido proposto no Documento é de que os referidos *sujeitos à margem*, possam “reivindicar o acesso ao que Amartya Sen chama de ‘condições necessária para o desenvolvimento de capacidades essenciais dos indivíduos’”. Tal denominação, assim como as demais, anteriormente aludidas reitera a prática persistente no debate oficial brasileiro de associar pobreza à condição de estar fora do contrato social (TELLES, 2001). Por estarem fora desse contrato os indivíduos devem empreender esforços para “fazer por merecer” (SILVA, 2003, p.11) os benefícios que lhes são concedidos.

Como assevera Ewald (1986, p. 14), trata-se de uma conotação que não só naturaliza como também confere uma conotação moral à pobreza. Ficar à margem, reproduzir um círculo vicioso, estar vulnerável evoca uma compreensão dos pobres como destituídos de virtudes como a capacidade de controlar a própria sorte, de ser providente, uma vez que todos os indivíduos estão sujeitos a inseguranças e incontingências. As causas da pobreza, portanto se encerram na própria pobreza, nos seus dispositivos morais. Neste sentido a pobreza configura-se como uma conduta a ser combatida ou um círculo vicioso a ser rompido. Na sua crítica, Ewald (1986, p. 14) assinala que, “numa sociedade constituída segundo o princípio da liberdade, a pobreza não dá direitos, ela confere deveres”.

O programa enfatiza a necessidade da mobilização e solidariedade social em torno do objetivo de “combater a fome e a miséria no Brasil” (SILVA, 2003, p.3) tendo presente o entendimento de que “a responsabilidade de vencer a miséria neste país (...) não é apenas do Governo”. Considerada como “... um desafio que deve envolver toda a sociedade” (MDS, 2004, p.2) a superação da pobreza no país, propõe uma “nova articulação entre Estado, família e sociedade” (MDS, 2005b, p.16).

A análise dos documentos e discursos permitiu constatar que a família assume centralidade no Programa, sendo definida como “um grupo ligado por laços de parentesco ou afinidade, que formam um grupo vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros” (MDS, 2003, p.3). Também é definida como “unidade de ação do Estado” (MDS, 2005a, p.16) pela sua responsabilidade na superação da pobreza (ANANIAS, 2004; FONSECA, 2003; SILVA, 2003). A existência de “potencial de solidariedade” (SILVA, 2004, p.4), bem como “a manutenção da unidade do grupo familiar como questão de sobrevivência” (MDS, 2005a, p.7) foram destaques identificados na articulação da família com o Estado para a superação da pobreza.

Certamente que as afirmações acima suscitam reflexões pelas implicações históricas das relações instituídas entre o Estado, a sociedade e a família no tocante a pobreza. Estudos que enfocam as famílias pobres (TELLES, 1992; DURHAM, 1978; SARTI, 2003), ressaltam que a importância da família para os pobres está relacionada à característica das instituições públicas no país que se têm mostrado incapazes de substituir as funções privadas das famílias. De acordo com Sarti,

“Num país onde os recursos de sobrevivência são privados, dada a precariedade de serviços públicos de educação, saúde, previdência, amparo à velhice e à infância, somados à fragilidade dos sindicatos e partidos políticos como instrumentos de mediação entre o indivíduo e a sociedade, enfim, diante da ausência de instituições públicas capazes (...) o processo de adaptação (...) a vida cotidiana dos pobres (...) é estruturalmente mediado pela família.” (SARTI, 2003, p.52)

Ante os imperativos da dificuldade de sobrevivência associados à ausência de instituições públicas que assegurem uma proteção social efetiva, as relações familiares fundam-se em códigos de lealdades e obrigações mútuas que viabilizam e moldam as formas de vida, fazendo da família um valor essencial para os pobres (DURHAM, 1978; SARTI, 2003).

No movimento de redefinição de políticas e programas sociais, não por acaso a família e a comunidade vêm assumindo centralidade cada vez maior, assim como suas práticas relacionadas ao amparo e cobertura das necessidades sendo incorporadas às propostas oficiais de combate à pobreza. A reiteração da capacidade de enfrentar os reveses da sobrevivência associada a mecanismos de “restituição dos vínculos familiares” (MDS, 2005c, p.7) se apresentam dentre os princípios dos programas de assistência social que têm foco na pobreza. Tendo presente que não só o Estado é responsável pelo enfrentamento à pobreza, é mister que as famílias pobres não só mantenham sua “capacidade de convivência” (MDS, 2005c, p.7) mas que permaneçam coesas em sua unidade e, em caso de desagregação ou ruptura dessa unidade, faz-se necessária a sua restituição mediante ações sócio-educativas que viabilizem o “fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (MDS, 2005c, p.7), tendo por princípio que “nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social” (MDS / SNAS, 2005, p.35).

Cabe esclarecer que as reflexões aqui apresentadas não têm por objetivo negar ou desconhecer o papel e o significado da família na formação social e na proteção dos indivíduos mediante um conjunto de aportes de ordem moral, psicossocial, afetiva, cultural dentre outras. A questão centra-se no processo de incorporação e transmutação das práticas familiares como substitutivas de ações relacionadas à proteção social, que a rigor – do ponto de vista legal e institucional – deveriam ser garantidas e assumidas pelo poder público.

Trata-se, de um processo que reflete a crescente desconfiguração da pobreza como problema público (TELLES, 1998) representando o que Soares (2000, p.79) caracteriza como um “retrocesso histórico”. Para essa autora, esse retrocesso expresso no retorno à família e à comunidade como agentes de bem-estar social,

“...vem implicando a renúncia explícita do Estado em assumir responsabilidade na prestação de serviços sociais (...) em bases universais. A opção pelos mecanismos de auto-ajuda se dá mais pela ausência de impacto financeiro sobre o setor público do que pelos méritos organizativo-participativo da sociedade. O problema da utilização desses mecanismos está no seu caráter *substitutivo* dos serviços públicos e *não* na sua possível atuação complementar, sobretudo na democratização, fiscalização e controle desses serviços, que passam a ser precários ou inexistentes” (SOARES, 2000, p.80).

Outro agravante refere-se ao componente ideológico que, de um lado associa a pobreza à desagregação familiar, e de outro responsabiliza a família em dar conta de si mesma de modo a “não precisar a vida inteira depender do governo” (SILVA, 2005, p.4). Tendo recebido o peixe e aprendido a pescar, a família pobre tem o dever de não fracassar em pescar seus próprios peixes. Afinal de contas, tradicionalmente a dependência do governo para a provisão da sobrevivência tem apresentado conotação depreciativa associada ao fracasso.

As práticas solidárias também assumem significado em relação à pobreza. Para o PBF a solidariedade encontra-se relacionada ao “compromisso e participação da sociedade para acabar com a fome e a miséria” (fome zero.gov.br, p. 11). As considerações críticas já apresentadas acerca das concepções de pobreza no PBF permitem apreender que a idéia de solidariedade presente nos documentos e discursos sobre o Programa, ultrapassa o senso comum de ajuda aos pobres. Gusmão (2000) ao discutir como a idéia de solidariedade tem sido propagada como remédio para os males sociais, políticos e econômicos, adverte que tal idéia como valor preconizado pela lógica neoliberal tem como fundamento o consentimento entre classes e grupos antagonicos.

Partindo dessa lógica, a desigualdade e a pobreza poderiam ser pensadas não em termos de estruturas e modelos político-econômicos, mas de desvantagens pessoais ou falta de oportunidades, como sinaliza Fukuyama (1989). Assim, como estratégia viável a essas desvantagens a solidariedade é apresentada, mediante cooptação de setores populares e intelectuais, como saída para a humanidade propondo uma convivência solidária entre grupos e classes desiguais numa sociedade dominada pelo mercado.

Gusmão (2000) analisa a idéia de que prevalece na sociedade atual uma ideologia da solidariedade. O próprio discurso dominante é um discurso ideológico que integra o processo histórico de acumulação capitalista. Nesse discurso a idéia de solidariedade como valor, apresenta uma conotação de apoio, colaboração e consentimento entre grupos e classes sociais. No discurso do presidente Lula no lançamento do PBF essa idéia é expressa na seguinte afirmação: “A ponte que estamos construindo hoje aproxima solidariamente os extremos da nossa sociedade e dá uma nova oportunidade histórica ao nosso país” (SILVA, 2003, p.5). Trata-se de um pensamento fundado na idéia de consentimento, uma nova aliança simbolizada pela ponte que aproxima os extremos sem lutas e sem conflitos.

Como bem mostra Gusmão (2000, p.104), na perspectiva em que é empregada, a solidariedade tem uma conotação de categoria apolítica e unificadora da sociedade. Sob a aparência de aproximação de ricos e pobres ou de *extremos*, a solidariedade na ótica neoliberal, como afirma a autora "... procura, inversamente a colaboração dos trabalhadores com os donos do capital, pela via do consentimento na fratura de sua solidariedade e de sua união" (GUSMÃO, 2000, p.104). Esse consentimento significa para os pobres a concordância com a negação dos direitos em troca dos benefícios recebidos, bem como a afirmação de sua condição de carente, necessitado da solidariedade pública.

Os elementos identificados na construção da pobreza como uma categoria que compõe as propostas e os discursos oficiais acerca do PBF permitiram a apreensão de alguns pressupostos que norteiam essa construção. O pressuposto do subdesenvolvimento, do atraso como responsável pela existência de indivíduos carentes, necessitados, excluídos e, portanto, privados da capacidade de definir seus interesses e prover a reprodução de sua existência. Dessa forma cabe aos que se encontram em posição superior em termos de conhecimento e de poder, assisti-los mediante técnicas adequadas associadas à solidariedade social e à participação dos "beneficiários" do Programa, a qual é estimulada no sentido da sua adesão, e sobretudo, da sua responsabilidade na superação da própria condição de pobreza.

Outro pressuposto é a associação entre crescimento econômico e superação da pobreza. Pressupor o desenvolvimento como chave para um programa de erradicação da pobreza ou pensar um programa de erradicação da pobreza como eixo do desenvolvimento, configura a pobreza como um fenômeno que escapou à lógica da modernização, e precisa, portanto, ser capitulado e transformado pelo Programa, mediante um desenvolvimento supostamente capaz de estender seus benefícios àqueles que não tiveram oportunidade (TELLES, 2001, p.4). Na esteira desses pressupostos são reafirmados mitos e estigmas que historicamente têm concebido a pobreza e os pobres como integrantes de um mundo à parte em relação aos modernos padrões de organização e acumulação capitalista do atual modelo econômico e social.

O debate oficial não prima por uma interpretação estrutural sobre a pobreza, mas por uma interpretação conjuntural, sob a perspectiva da globalização, das condições de vulnerabilidade, de exclusão e carência como atestam os documentos e discursos analisados. A partir dessa interpretação a pobreza não é concebida na sua totalidade, como expressão de uma questão social que é histórica, dinâmica, mediada por embates entre grupos e classes com interesses e racionalidades diferentes; como produto de relações que a produzem e reproduzem nas suas diferentes dimensões, socioeconômicas, políticas, culturais, morais, mediante múltiplos mecanismos de destituição. Pelo contrário, o que predomina nesse debate é uma pobreza tratada como um problema imune a teorias explicativas ou interpretações (SPRANDEL, 2004). Uma pobreza conceitualmente fundamentada nos debates de cunho mais conservador, construídos pelo pensamento social brasileiro, cujas dimensões pautam-se na renda, na materialidade. Uma pobreza pensada como um problema técnico, passível de erradicação desde que devidamente gerenciado mediante focalizações, distribuições orçamentárias e re-definição das responsabilidades do Estado, do governo e da sociedade.

3.3.2 Uma nova modalidade de políticas sociais no combate à pobreza?

O atual movimento de reconfiguração das políticas sociais, em curso, vem apresentando mudanças que trazem inquietações quanto a sua compreensão. Consoante Oliveira (2005), as políticas sociais vêm sendo orientadas para o atendimento às situações consideradas extremas, conforme demonstra a legislação do PBF, o que denota um caráter de excepcionalidade das políticas sociais, ou seja, dirigidas a situações extremas vivenciadas por aqueles que não dispõem de meios para gerar uma renda mínima. Daí se pode compreender, problematizar e explicitar a pobreza como “objeto de novas políticas sociais”, conforme assinala o Documento informativo (fomezero.gov.br, 2005, p.2) referente ao PBF.

Cabe ressaltar, a esse respeito, as afirmações do Ministro Patrus Ananias em entrevista concedida ao Boletim Informativo “Em Questão” do MDS no qual se refere ao PBF como uma “nova forma de fazer política social”. O próprio presidente da República em discurso proferido na ocasião do lançamento do PBF referiu-se ao mesmo como uma “inovação da política social” ou mesmo uma “nova cara das políticas sociais”. Trata-se de uma questão que remete a reflexões críticas acerca da configuração e dos significados que as políticas sociais vêm assumindo nesse contexto de reestruturação da economia, da política e da sociedade.

Segundo Faleiros (1985), do ponto de vista metodológico, as políticas sociais implicam necessariamente no movimento do capital na sua relação com os movimentos da sociedade. Não podem ser convertidas em medidas boas em si mesmas, como geralmente são apresentadas por dirigentes políticos e burocratas, ou nocivas como denunciam apologistas da esquerda radical. Sua compreensão reside na apreensão da dinâmica entre o Estado, a sociedade e a acumulação de capital.

As políticas sociais se caracterizam por um processo de intervenção do Estado que se materializa mediante implementação de programas, projetos, serviços e benefícios sociais. Dentre suas funções mais prementes o autor destaca a contenção de conflitos e ameaças sociais, o movimento de reprodução / amenização das desigualdades, a legitimação de determinado projeto político, em geral dominante, configurando-se em mecanismo ideológico de busca de consenso. Contudo, num movimento contrário a essas funções, as políticas sociais se direcionam, fundamentalmente, ao atendimento das necessidades, visando a reprodução social dos trabalhadores. Como mediações as políticas sociais constituem-se fundamentalmente em relações de conflito expressando interesses, projetos e racionalidades divergentes. Como produto de relações sociais, encontram-se estritamente vinculadas a projetos econômicos e políticos de classes ou grupos sociais em confronto.

Em discurso referente à amplitude que o PBF vem assumindo no país o presidente da República mencionou que as políticas sociais tradicionalmente têm ficado “a reboque das políticas econômicas”, sugerindo a partir do que denomina de “evolução das políticas sociais”, que estaria havendo com o PBF uma ruptura com as formas tradicionais, pela expansão das metas, pelo foco na pobreza e pelo formato do programa. Nessa ruptura, dentre outras inovações, destacar-se-ia a relação entre políticas sociais e políticas econômicas (MDS, 2005, p. 2). Essa compreensão é partilhada pelo Ministro do MDS ao referir-se às políticas sociais como “políticas econômicas em si, orientadas pela universalização de direitos e inclusão social”, baseadas “no princípio de que não basta crescer para incluir; é preciso incluir para crescer” (ANANIAS, 2004, p.3).

Cabe questionar mediante o exposto como se configura essa relação entre as políticas econômicas e sociais, bem como o que está sendo pensado e proposto como políticas sociais na relação com o projeto econômico em curso. Vieira (2001, p. 17) alerta para a necessidade de examinar o significado das políticas sociais e das políticas econômicas

no Brasil e assevera que a distinção políticas sociais e econômicas obedece a uma questão didática, pois não existe nada mais social que o econômico e nada mais econômico que o social. Destaca (2004, p.142) que políticas sociais e políticas econômicas compõem uma unidade estreitamente relacionada com o processo de desenvolvimento e acumulação do capital, podendo expressar mudanças nas relações entre classes ou grupos sociais. Para esse autor não se pode analisar a política social sem remeter à questão do desenvolvimento econômico, a transformação quantitativa e qualitativa das relações econômicas decorrentes de um processo particular de acumulação do capital, o mesmo se observando para as políticas sociais que por expressarem estratégias governamentais concretizadas em forma de relações jurídicas e políticas, não podem ser compreendidas por si mesmas, haja vista se constituírem expressões de relações sociais que têm sua gênese no mundo da produção.

Como parte constitutiva do movimento capital e trabalho, as políticas sociais emergem dos conflitos, dos reclames sociais que, historicamente têm sido incorporados pelo Estado, pelo menos aqueles reclames que são aceitáveis para os grupos dirigentes em determinado momento histórico. Nos diferentes estágios do capitalismo, o que vem se consolidando e, apresentando certa predominância, é a priorização da política econômica em detrimento da política social, o que vai se expressar no denominado redirecionamento das políticas sociais.

Na perspectiva de implementação dos processos de ajuste sob a orientação neoliberal, as prerrogativas para as políticas sociais em países como o Brasil, norteadas, em grande parte, por organismos internacionais, seguem na direção do que Santos (1989, p. 37) designa com “escolha trágica”. Partilhando dessa compreensão, Soares (2000), ao analisar o processo de redirecionamento das políticas sociais no Brasil, assinala que tem havido uma crescente fragmentação da gestão do social, bem como um movimento de restrição e retrocesso das políticas sociais dado o seu caráter cada vez mais focal e emergencial direcionado a situações extremas de pobreza. Ante essa constatação a autora questiona: “será que o que resta hoje como alternativa de política social são as ações específicas e focalizadas...?” (SOARES, 2000, p. 82).

Corroborando com o questionamento levantado pela autora, Vieira (2004, p. 107) se posiciona assentindo que a política social no neoliberalismo atende “aos indigentes, ou seja, aqueles que não têm meios de gerar uma renda mínima”. Mas o autor questiona também se tais mecanismos podem ser configurados como política social e, interroga sobre a existência ou não de políticas sociais no Brasil considerando que estas se constituem estratégias governamentais que pretendem intervir nas relações de produção ou no campo dos serviços sociais. Para esse autor, a partir da década de 1990, tem-se presenciado uma “confusão da política social com a política pública, e ainda a aplicação (...) de diretrizes e programas socioeconômicos gerados nas agências internacionais de financiamento...”.

Em se tratando especificamente das políticas sociais Vieira (2004), destaca na sua atual composição elementos como: “privatização, parceria do público com privado, descentralização, renda mínima (...), segundo-cheque, (...), bolsa-família e outras medidas como programa de erradicação do trabalho infantil, programa agente jovem, os quais passaram a representar o que há de mais atualizado no combate à desigualdade” (2004, p. 111). Não obstante a centralidade e urgência que tais medidas assumem no país, o autor ressalta que não se trata de políticas sociais e sim de “programas tópicos”, dirigidos a determinados focos, seletivos e sem controle efetivo da sociedade.

Trata-se de imputar uma nova concepção de políticas sociais, um conceito que colide com as concepções centradas na perspectiva do conflito, uma concepção que se pauta

pela lógica de um novo modelo de desenvolvimento que requisita o que Yazbek (2002, p. 412) caracteriza como “propostas reducionistas” que desconfiguram os mecanismos institucionalizados de proteção social, denotando uma clara incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia aos ditames internacionais e os investimentos públicos no social. A autora esclarece que essa incompatibilidade é legitimada pelo discurso, pela política e pelos atuais padrões de sociabilidade que vêm sendo engendrados pelo ideário neoliberal. O ministro do MDS (ANANIAS, 2004, p. 3) assim se pronuncia com relação a essa incompatibilidade assentindo que:

“o crescimento acentuado da dívida pública limitou drasticamente a capacidade do Estado de responder às crescentes demandas da sociedade. Criou-se, portanto, uma situação em que o financiamento das políticas sociais requer uma profunda alteração do gasto público, hoje voltado primordialmente para transferências à terceiros e pagamento da dívida externa e interna”

Ante a necessidade de alteração do gasto público com relação aos investimentos sociais, o ministro coloca como proposição do governo federal a consolidação de um novo modelo de “desenvolvimento social com justiça social”, destacando que se trata de um modelo que prioriza dois aspectos centrais: a implantação de um novo modelo de desenvolvimento baseado na redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira e na recomposição das finanças públicas; e, o aumento da eficiência e eficácia dos recursos alocados em políticas sociais, razão pela qual o governo estabeleceu diretrizes claras para aumentar a eficiência dos recursos alocados em políticas sociais. Tais diretrizes podem ser resumidas em quatro pontos: integração das ações da área social, no sentido da superação da fragmentação e superposição de esforços no combate à pobreza; a busca da intersetorialidade na formulação e implementação de políticas e programas sociais; parcerias com a sociedade civil organizada tendo em vista a superação das dívidas sociais; e a conjugação de esforços entre as diferentes esferas governamentais (união, estados e municípios).

O exposto revela algumas questões relevantes para a compreensão das políticas sociais preconizadas pelo discurso oficial. Destaca-se a conotação atribuída ao modelo de desenvolvimento em curso, o qual impõe racionalidades que têm incidência direta sobre as diferentes dimensões da vida social, sendo marcante a expansão da pobreza. Trata-se de um modelo que a despeito da sua incompatibilidade com perspectivas amplas e universais de garantias sociais na ótica do direito é denominado como “desenvolvimento com justiça” (MDS, 2004, p. 2), numa clara reatualização de princípios de justiça pautados na necessidade.

Destaca-se, ainda a questão referente ao que Yamamoto (2001, p.23) denuncia como um movimento de inversão e subversão, no sentido de que ao invés das demandas sociais orientarem a distribuição das verbas orçamentárias, demandas sociais asseguradas como dever legal do Estado são submetidas à disponibilidade de recursos. Trata-se na compreensão da autora de um condicionamento dos investimentos sociais às sobras orçamentárias numa relação em que as definições orçamentárias – vistas como dados impassíveis de questionamento – se constituem parâmetros para a implementação das políticas sociais, justificando as prioridades governamentais. E a autora sustenta ainda que, “a leitura dos orçamentos governamentais, apreendidos como uma peça técnica, silencia os

critérios políticos que norteiam a eleição das prioridades nos gastos, estabelecidos pelo bloco no poder”.

Alguns aspectos são destacados na Documentação do PBF que demarcam a reconfiguração das políticas sociais no país, a necessidade de seletividade e focalização no denominado público-alvo os “pobres e os extremamente pobres”, destacando-se também a focalização dos recursos destinados às políticas sociais. A focalização associada a elementos como a privatização e a descentralização compõem as estratégias mais disseminadas de orientação neoliberal, preconizada pelos organismos internacionais para a re-configuração das políticas sociais no país.

Tendo como pressuposto a escassez de recursos como obstáculo à universalização das políticas sociais, a focalização, como assinala Soares (2000, p. 53), pauta-se na necessidade de concentrar as ações e os gastos sociais nos pobres como uma exigência da equidade, segundo a qual, não se pode aplicar a mesma solução em situações sociais distintas. A privatização segundo essa autora orientada por uma “falsa idéia de auto-financiamento”, tem conduzido a uma série de questionamentos sobre sua viabilidade como estratégia mais adequada para obtenção de “maior eficiência e maior justiça social”, reservando para os pobres os serviços públicos, uma vez que tem apresentado como principal consequência uma “dualidade discriminatória” expressa pela distinção cada vez mais explícita entre os serviços privados de melhor qualidade e os serviços públicos de pior qualidade.

Com relação à descentralização, não obstante a sua divulgação e amplitude nas políticas sociais de diferentes áreas, nos termos em que está sendo efetivada, deixa inúmeros questionamentos relacionados à sua natureza política e operacional. Estudos⁴⁰ já realizados acerca dessa temática têm mostrado que, na realidade, a descentralização tem se caracterizado por uma desconcentração de serviços, ou ainda, como ressalta Soares, (2000, p. 77) por uma “... mera transferência de responsabilidade sobre serviços (...) sem financiamento para os níveis locais de governo”. A autora prossegue argumentando que os municípios brasileiros, em geral “... com menor poder de arrecadação que o nível federal, recebem os serviços para mantê-los num nível mínimo de funcionamento. Dessa forma, o nível central de governo libera-se de seus serviços não para descentralizar de forma gradual e consistente um sistema, senão para transferir um problema”.

As políticas sociais, segundo as considerações críticas de Soares (2000), Werneck (2000) e Vieira (2003), vêm sendo perpassadas por uma visão focal em que o local se afirma como o único espaço capaz de efetuar respostas supostamente mais eficazes às necessidades da população. Esta última análise, não por acaso, tem sido reduzida à

⁴⁰ Estudos como o de Pereira (2000), Silva coord. (2001) e Soares (2000) têm mostrado que a descentralização emerge no debate nacional na perspectiva da redemocratização propondo a redistribuição do poder para as diferentes instâncias de governo (autonomia dos estados e municípios) e para a sociedade tendo em vista, além do fortalecimento da pressão popular, possibilidade do exercício do controle da sociedade sobre as funções do Estado. Contudo a sua apropriação como estratégia de reorganização das políticas sociais vem se efetuando muito mais como uma desconcentração caracterizada como mera transferência de encargos, responsabilidades e competências sem a devida redistribuição de poder, bem como dos recursos necessários à sua efetivação. Os estudos destacam, ainda, a forma homogeneizadora e linear na relação com os diferentes municípios brasileiros, em que são desconsideradas suas heterogeneidades regionais e locais, bem como suas diferentes estruturas organizacionais e administrativas. Soares (2000, p.83) denomina de “descentralização destrutiva” sendo que por um lado ocorre o desmonte das políticas sociais de âmbito nacional sem deixar outras em substituição; e por outro lado a delegação de competências aos municípios sem recursos correspondentes e/ou necessários.

comunidade. Com isso os autores consentem na ocorrência de uma visão comunitária em que os indivíduos e as famílias tornam-se responsáveis por sua condição de bem-estar na perspectiva do empoderamento (*empowerment*) dos pobres. Uma construção questionável e importada que legitima a desresponsabilização do Estado no seu papel ativo e determinante no enfrentamento da pobreza como um problema estrutural e político.

Outra questão reside na própria conotação atribuída ao social que é reorientada no sentido do desenvolvimento expressando, como afirma o ministro do MDS (2004, p.3), uma transformação, ou seja, a “transformação do social em eixo do desenvolvimento” citada anteriormente como proposição do Banco Mundial e que significa, nas palavras do ministro, “uma revalorização dos direitos sociais básicos e o enfrentamento dos fatores estruturais que determinam os padrões de apropriação e distribuição da renda e da riqueza”. Evidentemente que tal enfrentamento se configura em retórica discursiva tendo presente uma perspectiva de desenvolvimento em que o social é apresentado como um mundo constituído pelo pobre, um mundo de carências e necessidades regido pela lei da sobrevivência como ressalta Telles (1998, p. 18).

A compreensão de políticas sociais que vem sendo veiculada nos discursos e documentos pertinentes ao PBF aponta para a instituição de políticas mistificadoras, excepcionais, o que coloca a necessidade do desvelamento de seu significado como um importante mecanismo político que é produto de conflitos sociais, como assinala Vieira (2004). Constatam-se nessa “evolução” de políticas sociais uma predominância de forças políticas externas expressas em orientações, predefinições, concepções construídas no bojo de um modelo de desenvolvimento que se impõe na ordem capitalista atual. Segundo Sachs (2000, p.21), a adesão a esse modelo de desenvolvimento é posta na agenda pública mediante políticas integradoras que pressupõem aos segmentos populacionais que se encontram no “fim da fila” a possibilidade de alcançar (o que dificilmente poderá ocorrer) as dimensões mais elevadas da vida social moderna, sobretudo em termos de produção, consumo e participação.

Nessa perspectiva as políticas sociais assumem uma conotação integradora, composta de ações restritas direcionadas a um público que é quantificável e mensurável no sentido de ser melhor focado pelas ações propostas. Como enfatiza Telles (2001, p.20), as políticas sociais na contemporaneidade estão cada vez mais circunscritas a um campo político que institui a binaridade entre trabalhadores e pobres ou entre incluídos e excluídos. E neste sentido as políticas sociais, particularmente no campo da proteção social, orientadas pela lógica mercantil – de caráter regressivo, avessa aos critérios universalizantes – terminam por referendar práticas tradicionais de instituição da carência como condição social permanente, bem como da segmentação entre os sujeitos a partir do acesso aos serviços sociais públicos.

E Telles (2001) ainda enfatiza que, para os pobres, em particular, sujeitos a inseguranças e incertezas, as políticas sociais embora representem uma possibilidade concreta de acesso aos direitos, estes acabam por perder o sentido mesmo de direito em razão da impossibilidade prática de seu exercício e também em razão do descredenciamento da condição própria de pobre e suas implicações na determinação do acesso dos pobres aos serviços sociais públicos.

Como adverte Vieira (2004, p.59), dissociadas da questão dos direitos e da justiça, as políticas sociais perdem seu sentido político de mecanismos democráticos resultantes do conflito e são transmutadas em ações técnicas, medidas burocráticas, mobilização controlada ou, ainda controle da política, quando conseguem traduzir-se nisto.

É neste sentido que concordo com as posições de Pereira (2000) e Oliveira (2005) quando estes autores ressaltam a importância de se avançar, bem como de se colocar à disposição da sociedade e das instituições responsáveis pelo gerenciamento e regulação das políticas sociais um arsenal teórico que possa nortear outras formas de compreensão, propostas alternativas de intervenção e atendimento das demandas sociais que não aprisionem os demandatários em “armadilhas da pobreza”. Isso, por sua vez, requisita um avanço em termos de discussão teórica, no sentido de desvelar, na empiria, controvérsias, equívocos, alternativas políticas, bem como experiências nacionais e externas que refletem a predominância do pensamento conservador e o desenvolvimento de políticas sociais tributárias desse predomínio.

3.3.3 Relação exclusão / inclusão social na compreensão da pobreza no Programa Bolsa Família

Os conceitos de exclusão e inclusão social vêm sendo amplamente utilizados nas últimas décadas ante a visibilidade crescente da pobreza no país. Despontando na cena pública, utilizados de forma exaustiva como elementos constitutivos das análises sobre a pobreza, tornaram-se assíduos nos discursos de estudiosos e políticos, bem como na fundamentação de programas e projetos direcionados ao combate da pobreza. Os programas sociais de transferência de renda são apresentados nos discursos e nas documentações oficiais (MDS, 2005, p.3) como estratégias centrais de inclusão social, conforme explicita documento informativo do PBF:

“os mais pobres e vulneráveis adquiram as capacidades necessárias para que consigam se incluir econômica, social, política e culturalmente na sociedade. **A inclusão social é um processo multidimensional**, que exige políticas específicas voltadas para melhoria de seu nível sócio-econômico e cultural, **rompendo o círculo vicioso de reprodução da pobreza entre as gerações.**” (grifos meus)

A necessidade de inclusão social é colocada como objetivo central em razão do reconhecimento de que amplos segmentos sociais se encontram em situação de exclusão social. A compreensão de pobreza na documentação e nos discursos acerca do PBF como estratégia de combate à pobreza no Brasil refere-se à exclusão como um “mal a ser combatido” (MDS, 2003, p.2), “o maior problema social a ser enfrentado no país” (MDS, 2005, p.2) ou ainda a “principal causa da pobreza” (MDS, 2003, p. 3), configurando-se como expressão e como determinante da pobreza. Expressando uma compreensão da “inclusão social como fator de desenvolvimento”, o presidente Lula em referência ao PBF como possibilidade de inclusão social (MDS, 2004, p.3 - 4) menciona dois mundos: “o mundo dos que têm acesso aos bancos (...) dos que têm cidadania” e o “mundo dos que não têm” para os quais precisa ser construída “a ponte da oportunidade”, uma ponte que “aproxima solidariamente” os dois mundos.

“Nós que estamos entre os que têm cidadania, sabemos que se o Brasil incluir socialmente essa grande parte da população secularmente excluída, o nosso país

vai melhorar e, não tenho dúvida, melhorar muito. É preciso construir uma ponte entre esses dois mundos. E o nome dessa ponte chama-se oportunidade. Toda a Nação vai se beneficiar com isso”.

Essa mesma compreensão aparece nas reflexões acerca do PBF no discurso do Ministro do MDS (ANANIAS, 2004, p.5) como possibilidade de “erradicação da exclusão social” e em Documento Informativo (MDS, 2005, p.9) ao referir-se a este programa como “política de combate à exclusão” e “estratégia de inclusão social” pela promoção do “acesso aos direitos sociais básicos a partir da concessão de benefícios financeiros às famílias pobres”. A proposta do Fome Zero a qual o PBF integra como programa de transferência de renda, é apresentada como uma “estratégia de desenvolvimento econômico e social com equidade e inclusão social” (INSTITUTO DE CIDADANIA, 2001, p.9).

Também compactua dessa compreensão a secretária nacional de Renda de Cidadania, Rosani Cunha, ao afirmar que o Programa vem propiciando aos “beneficiários” a possibilidade de “inclusão nas diferentes dimensões da vida social” (CUNHA, 2006, p.2).

Na citação inicial deste item aparece em destaque a inclusão social como “processo multidimensional” relacionado à ruptura com o “círculo vicioso da pobreza”. Trata-se de uma ambivalência, sendo que se por um lado há um reconhecimento dos diferentes níveis em que deve se efetivar a inserção social; por outro lado persiste a conotação conservadora da reprodução voluntária e individual da pobreza articulada a uma visão polarizada da sociedade como um sistema constituído de dois pólos, expressa na relação entre os incluídos e os excluídos.

Partindo do entendimento da importância de problematizar essa relação, dada a sua expressividade no PBF, questiona-se: quem está incluído ou excluído e do que? Ademais, como considerar excluída uma população que compõe grande parte de uma sociedade e é explicitamente considerada como não cidadã? Tratam-se de questões que colocam a necessidade de desmistificar os significados dessa relação como elemento central na concepção oficial de pobreza.

A exclusão social, segundo informa Donzelot (apud, DEMO, 2002, p. 22), como terminologia relacionada à pobreza, data dos anos 1970, mais precisamente 1974 com René Lenoir (1994) autor francês, cujas reflexões emanam do pensamento liberal. Esse autor denuncia o abandono de segmentos em situação de vulnerabilidade, sem lugar no mundo, desvinculados de unidades de pertencimento: pessoas com deficiência, idosos, presidiários... A exclusão social é utilizada no pensamento francês, para analisar o surgimento dos resíduos ou supérfluos que o desenvolvimento dos denominados 30 anos gloriosos esqueceu (OLIVEIRA, 1997, p.49). No contexto do esgotamento do modelo clássico de integração na sociedade moderna pela via do pleno emprego e da participação no mercado de consumo, uma ampla massa de trabalhadores é excluída, desfiliada ou ainda desqualificada, caracterizando o que pensadores como Castel (1996), Rosavallon (1995) e Paugam (2002) assinalam como surgimento de “nova pobreza” expressão de uma “nova questão social”.

No pensamento social brasileiro nos anos 1970 e 1980, autores como Cardoso (1975), Kowarick (1979) e Jaguaribe (1989), no esforço de compreender os processos atinentes ao desenvolvimento do capitalismo em economias periféricas, fazem referência ao termo “excludente” para caracterizar o sistema social do país.

Segundo Oliveira (1997, p.52), a centralidade da questão reside no aparecimento e consolidação de uma cisão social, na adoção de uma perspectiva dualista que

define que uns estão fora e outros estão dentro, mas dentro e fora do que? Interroga o autor. Compartilhando dessa mesma inquietação, Pastorini (2004, p.87) acrescenta a essa interrogação: quem os coloca nessa situação de exclusão ou de inclusão?

No âmbito do pensamento social brasileiro acima referido em que o termo “excludente” assume centralidade para configurar as diferenciações decorrentes do agravamento da desigualdade social, Francisco de Oliveira (1972), na crítica à razão dualista, procura resgatar, tomando como referência a questão do desemprego e do subemprego, a unidade de um processo em que a gênese e a funcionalidade se articulam como partes constitutivas de um mesmo movimento. Ao contrário de “dois mundos”, um formado por incluídos e outro por excluídos, há um mundo em que exclusão e inclusão se articulam e se alimentam como elementos necessários a uma mesma lógica: a lógica da acumulação. Exclusão e inclusão decorrem de um mesmo processo que gera e acumula simultânea e contraditoriamente riqueza e pobreza. A exclusão é, portanto funcional à acumulação.

As reflexões críticas de Pastorini (2004) e Martins (2002) são bastante fecundas em relação ao conceito de exclusão. Esses autores entendem que, pela conotação dual, arbitrária e conservadora, ausente de maiores questionamentos na forma como vem sendo utilizada, a noção de exclusão tem conduzido não só a uma perda do sentido da processualidade nas análises dos problemas contemporâneos, como também a uma naturalização desses problemas. Sem a devida compreensão da processualidade a exclusão e a pobreza se apresentam como fatos dados, isentos de uma relação de conflitos. Em razão da orientação conservadora desse conceito, Martins (2002, p. 35) adverte que o conceito de exclusão lamenta e caracteriza os problemas sociais existentes, mas não toca nas contradições que os gera. Segundo esse autor, o movimento caracterizado como exclusão é equivocado porque ao invés de excluir, “empurra para dentro, para a condição subalternizada de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicam, nem protestem em face de privações, injustiças e carências (MARTINS, 2003, p.17). Nessa mesma direção Pastorini (2004, p. 87) complementa: “cria-se e alimenta-se a ilusão de um futuro melhor e / ou resignação diante do fatal acontecer das coisas, quando na verdade todos esses fenômenos são produtos da opressão econômica, política, ideológica e cultural exercida pelas classes dominantes na ordem capitalista”.

É neste sentido que ganham legitimidade as propostas de inclusão social dos excluídos. Os protestos sociais e políticos de programas de inclusão social como o PBF (MDS, 2005, p. 4) reiteram a possibilidade de “combater a fome e a pobreza”, e de “uma nova oportunidade histórica para o país”, oportunizando aos excluídos a integração ao mundo dos incluídos, o mesmo mundo que os exclui, como nota Martins (2002, p. 38). A inclusão no sistema bancário, no mercado de consumo, nos serviços sociais públicos efetuada de forma subalternizada, dentro dos limites permitidos pelo sistema capitalista, configura uma inclusão que, além de excluir, reproduz e conforma a sociedade atual. O sistema capitalista exclui para simultaneamente incluir, visto que a reprodução ampliada do capital se efetiva pela produção e pelo consumo. Na medida em que consomem os excluídos contribuem para o sistema capitalista, estando, permanecendo, portanto, incluídos nesse sistema.

A ausência de compreensão da processualidade nega e absorve os conflitos sociais inerentes ao que é concebido como exclusão social, e reitera uma noção de sociedade rígida, estável e acabada. Uma sociedade moderna e estabilizada cujo acesso não foi possível a todos os indivíduos. Ora, a sociedade se constitui num processo permanente de estruturação e desestruturação e, nesse processo as rupturas são recriadas e reparadas continuamente.

Embora se possa considerar na sociedade a existência de processos sociais excludentes não se pode considerar que haja exclusões permanentes (MARTINS, 2002, p. 46).

Uma sociedade que tem como eixo a acumulação de capital, cuja contrapartida é a privação social, material, política e cultural tende pela sua própria lógica a excluir, porém trata-se de uma exclusão funcional para que haja inclusão ainda que, como sustenta Martins (2002, p. 46), de forma subalternizada, degradada, em condições sociais adversas. É neste sentido que a autor reafirma o caráter equivocado, fetichizado do conceito e da sua utilização massiva, generalizada e auto-explicativa, assegurando que, a rigor ninguém está excluído nas sociedades, o que ocorre é que os atuais processos sociais vêm criando uma sociedade paralela na qual se observa um duplo movimento de inclusão do ponto de vista econômico e exclusão do ponto de vista social, moral e político (MARTINS, 2003, p. 34).

Neste sentido concorda-se com o autor acima referido quando este afirma que os discursos que propalam a relação exclusão / inclusão numa perspectiva transformadora, como se constata na documentação do PBF, tratam-se em verdade de discursos “em favor das relações sociais existentes, mas inacessíveis a uma parte da sociedade”.

A consolidação da relação excluído / incluído presente na documentação, nega e absorve os conflitos sociais entre classes e grupos sociais e o faz mediante o que já foi aludido nesta tese como “discurso competente” (CHAUI, 2000), discurso que tem se constituído historicamente no país como um dos principais mecanismos ideológicos de lidar com os conflitos sociais: negando-os ou absorvendo-os⁴¹. Na atualidade, particularmente, em relação aos programas sociais de transferência de renda, estes têm cumprido uma função ideológica central: promover a inclusão social, para a qual são apresentados como estratégias principais, como solução contemporânea capaz de restabelecer a coesão social (PASTORINI, 2004, p.88).

Conceber problemas sociais como a pobreza ou mesmo a exclusão social e seus desdobramentos, desconectados das relações de conflito entre classes e grupos sociais, bem como da atuação política dos sujeitos, pode conduzir a uma compreensão restritiva da pobreza como expressão de uma cisão social. Nessa ótica, as demandas sociais são configuradas como estratégias construídas por grupos que ameaçam a coesão social, e as respostas apresentadas a essas demandas reduzidas a mecanismos institucionalizados direcionados à busca ou à manutenção de um suposto equilíbrio, agora apresentado nos discursos e nas fundamentações dos programas sociais sob a denominação de “equidade social”. Destacou-se anteriormente, que o conceito de exclusão remete à idéia de uma sociedade rígida, desconhecendo, portanto, os confrontos e embates inerentes a uma sociedade capitalista, permeada por interesses contraditórios.

Como nota Martins (2002, p.47), os sujeitos sociais que pleiteiam a causa da inclusão social devem ter a clareza e assumir o caráter conservador presente nessa luta, visto que se trata de uma luta que afirma e reitera “... valores que definem o que a sociedade deve ser e não necessariamente o que pode ser [...]”, bem como o que pode ser construído ou desconstruído no embate processual entre os diferentes sujeitos sociais.

⁴¹ Cerqueira Filho (1982, p. 91) em referência ao discurso político dominante acerca da questão social no Brasil, denomina de “ilusão ideológica” o processo ideológico de negação e absorção dos conflitos que tem se efetuado no país, principalmente mediante a combinação de propostas integradoras e paternalistas. Para esse autor se trata de um mecanismo tipicamente liberal e conservador: a negação do conflito, a articulação de uma visão de mundo pautada na inclusão social por oposição ao conflito.

Ademais, o conceito de exclusão também enrijece a concepção de pobreza como construção, na sua processualidade, na sua dinamicidade, confirmando a conotação naturalizadora e conservadora de uma “paisagem” (TELLES, 2001; SPRANDEL, 2004), algo que destoa da sociedade moderna. Valladares (1995, p. 12), adverte ainda que ao configurar os pobres como excluídos, o que para essa autora representa uma reedição da teoria da marginalidade dos anos 1970 / 1980, retira-se destes a sua função de sujeito político, caracterizando uma condição de não cidadãos.

O discurso oficial ao assinalar “o mundo dos que têm cidadania” reflete essa compreensão, ao evidenciar como fundamentos da exclusão, além do aspecto sócio-econômico, a imagem construída acerca dos pobres como excluídos. Uma imagem que reforça para a sociedade a dualidade entre o cidadão que exerce seus direitos e o pobre ou o excluído que necessita da tutela estatal. Essa imagem reforça a necessidade de criação de mecanismos de inclusão para evitar ou amenizar a agudização da exclusão. Além disso, e tendo presente uma imaginária relação de causa e efeito entre pobreza e *classes potencialmente perigosas*, o pensamento oficial afirma o local de moradia dos pobres como elemento constitutivo da concepção que identifica os pobres como residentes em “regiões (...) onde a situação de risco social é mais severa, devido aos problemas de concentração demográfica, violência e desagregação familiar”, segundo o ministro do MDS (ANANIAS, 2004, p.2).

A questão da raça e etnia é também identificada como fator de exclusão social, de modo que o MDS estabeleceu como prioridade a inclusão do que denomina de “comunidades tradicionais”, ou seja, “povos indígenas e comunidades remanescentes de quilombos” (MDS, 2005b, p.14). A prioridade desses segmentos no Programa, sobretudo a partir do ano de 2005, é justificada pela “promoção da cidadania” dessas comunidades.⁴²

Partindo dessa lógica, que mecanismos poderiam ser propostos para incluir ou que intervenções poderiam ser construídas para combater o “... mal que a pobreza, a exclusão e a fome representam” (MDS, p. 2004, p. 4) nesse modelo socioeconômico moderno e desenvolvido? Certamente que, se se trata de uma lógica que sedimenta e legitima a visão de um mundo cindido entre incluídos e excluídos, entre cidadãos e não-cidadãos, os programas sociais se apresentam como estratégias de inserção no mundo da cidadania. Neste sentido, segundo Pastorini (2004, p. 89), as intervenções se efetivam mediante a celebração de um novo pacto social em que são combinadas políticas de integração social (para os segmentos inseridos no trabalho formal) e políticas de inclusão social (para os segmentos em situação de pobreza e extrema pobreza, como os programas de transferência de renda). Intervenções que se fundamentam e devem ser analisadas, segundo a autora, na perspectiva da integração social tendo como eixo a restituição dos vínculos sociais.

No interior da perspectiva da integração social, como nota Cerqueira (1982, p.27), manifestações da questão social como a pobreza são convertidas do plano ideológico ou mesmo do plano político para o plano natural, visando neutralizar os conflitos sociais mediante a restituição dos vínculos sociais. A inclusão efetuada mediante programas de transferência de renda além de sedimentar essa conversão induz a desresponsabilização do

⁴² A Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC, tendo em vista o alcance da “eficácia social” do Programa vem debatendo a questão da inclusão dos segmentos indígena e remanescentes de quilombos no Cadastro Único com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, a Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial – SEPPIR e o Sistema Nacional de Saúde Indígena - SIASI. O debate com esses órgãos, segundo a SENARC se explica pela necessidade de respeitar as especificidades culturais e sociais desses segmentos.

sistema produtivo e do Estado num contexto que aderiu ao novo padrão capitalista reproduzindo o que Pastorini (2004, p. 90) designa como “excedente populacional em condições miseráveis”. E mais, a inclusão, em última instância apenas acomoda os pobres à ordem estabelecida.

A pobreza e as estratégias utilizadas para o seu enfrentamento devem ser pensadas em estreita articulação com os problemas de integração nacional, participação política e redistribuição de riqueza. Neste sentido, cabe a ponderação de Fleury (1994, p.147) em relação à proteção social quando afirma que esta não pode ser pensada “apenas do ponto de vista da incorporação ao mercado de trabalho ou mesmo da necessidade de uma distribuição mais equitativa da renda nacional”. Trata-se de uma questão que vai mais além, tendo em conta os diferentes sujeitos envolvidos e os interesses em jogo nos âmbitos nacional e internacional.

Conceber os pobres a partir da relação inclusão / exclusão revela uma construção conceitual descolada de uma realidade específica com problemas que possuem uma especificidade histórica. A história do capitalismo na sociedade brasileira sempre alimentou formas extremas e desqualificantes de pobreza como assinala Demo (2002, p. 2). Essa construção conceitual além de cristalizar e descontextualizar o problema da pobreza e configurando-o a partir de uma lógica externa, oculta o protagonismo dos pobres como classes trabalhadoras no cenário das lutas políticas. E o mais grave é que os serviços e benefícios sociais são deslocados da arena política do direito e da cidadania para a esfera do favor, da dádiva, como uma concessão do Estado, dos partidos políticos e dos grupos solidários com a *construção da ponte da oportunidade para os excluídos*. Com isso ocorre uma reiteração das desigualdades e da subalternidade, sendo que os sujeitos portadores de direitos são reduzidos a “beneficiários” de programas compensatórios, de caráter temporário.

O Estado ao responder de forma humanitária e solidária ao problema da pobreza atenua possíveis conflitos, reproduz a acumulação sem alterar as desigualdades, uma vez que movimenta e constrói estratégias de combate a pobreza dentro dos limites impostos pela lógica acumulativa e pelo jogo político atinente a essa lógica.

As construções conceituais presentes nos discursos e no pensamento hegemônico, neste sentido, tem se movimentado no sentido de naturalizar as desigualdades e neutralizar os conflitos na sociedade capitalista, buscando legitimar uma visão social de equilíbrio e inclusão. As intervenções propostas ao combate à pobreza tornam-se, portanto, tangenciais aos conflitos e às lutas políticas, o que concorre para transformar o problema da pobreza em um problema de falta de solidariedade, falta de oportunidade e, ainda um problema relacionado à dificuldade de inclusão.

3.3.4 Garantia de direitos sociais e condicionalidades: elementos de uma relação controversa

Um dos objetivos centrais do PBF a partir dos discursos e documentos informativos é a viabilização do “acesso aos direitos sociais básicos – de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar”. (fomezero.gov.br, 2003, p.5). Associado a este acesso o Programa estabelece condicionalidades ou contrapartidas que visam “a concretização de direitos sociais e constitucionais” (fomezero.gov.br, 2003, p.5). Na concepção do presidente da República “as obrigações estabelecidas pelo Bolsa-Família, na verdade, são direitos de cidadania” (MDS, 2005, p.5). O ministro do MDS declarou que este

Programa tem como objetivo “a universalização dos direitos sociais da cidadania” (ANANIAS, 2006, p.21).

Os discursos e informações em torno do Programa se movem no sentido de instituir um consenso sobre a garantia dos direitos sociais mediados pelo Programa. Entende-se que os direitos sociais como realizações, como produtos sociais se desenvolvem por intermédio de particularidades históricas e por mediações que precisam ser apreendidas a fim de que os direitos, como alerta Vieira (2004, p.61) não se tornem aprisionados por leis, propostas e discursos irrealizáveis.

Várias questões merecem destaque a partir das colocações dos documentos no que se refere à questão dos direitos. Antes, porém importa destacar uma questão fundamental de caráter contextual, a incontornabilidade das operações mundiais do capitalismo (Mészáros, 2000) e suas conseqüências, em particular para os Estados nacionais e suas políticas sociais. No bojo dessa incontornabilidade emergiu a discussão acerca da capacidade ou não de humanização do capitalismo em face do acirramento das desigualdades, da questão social e suas manifestações. Contudo a questão principal, segundo Vieira (2004), é a dificuldade dos Estados nacionais no controle das operações mundiais ante a predominância das operações financeiras.

A internacionalização tem-se constituído um movimento inerente ao capitalismo. No contexto da denominada “globalização”,⁴³ a universalização tem sido sugerida e imposta aos Estados nacionais como forma de implementação das atividades econômicas, políticas, sociais e culturais, aludindo a inserção dos países na economia mundial, bem como nas trocas econômicas, políticas, sociais e culturais vigentes no mundo, em especial no mundo designado como desenvolvido.

Dessa inserção decorrem mudanças relevantes não apenas no sistema produtivo, mediante o reconhecimento da crise socioeconômica, mas também no sistema político, tais mudanças são reforçadas pela “retórica” da reforma dos estados como alternativa para a promoção de políticas sociais (SILVA, 2003) focadas para um movimento ambíguo: de um lado a intervenção na pobreza ante o agravamento do desemprego e do empobrecimento de parcelas cada vez maiores da população; e de outro a necessidade de regulação mínima do capital. É neste sentido que a autora assinala num contexto de agravamento da pobreza e de reação aos ditames neoliberais, a vinculação de alguns projetos formulados por organismos internacionais como o Banco Mundial e o Banco Internacional de Desenvolvimento – BID ao compromisso de combate à pobreza, o que explicita a “tendência internacional”, expressa no documento do PBF brasileiro (MDS, 2003, p.1).

Na esteira dessas mudanças consolida-se a mercantilização dos serviços sociais que representavam garantias de condições de vida, legalmente instituídas como direitos sociais, as quais se transmutam em mercadorias a serem vendidas no mercado (Vieira, 2004), conflitando com as propostas construídas mediante as lutas sociais pela ampliação de direitos na segunda metade da década de 1980 no contexto da democratização.

⁴³ Por “globalização”, autores como Vieira (2004), Silva (2003), denominam um processo de inserção nas relações mundiais que não se efetiva da mesma forma e no mesmo grau para os diferentes países do mundo. Não se constitui um processo igual para todos os países haja vista que nem todos têm a mesma capacidade de competição em termos econômicos, políticos e sociais que os países considerados hegemônicos. Trata-se, portanto, de uma competição desigual, articulada à inserção de concorrentes heterogêneos na economia, na política e na cultura. Contudo, assentem os autores, a dimensão mais premente e aparente da “globalização” reside na supressão das barreiras nacionais que possam impedir o livre comércio.

A Constituição Federal de 1988 consubstancia importantes direitos, particularmente na área da proteção social com a instituição da Seguridade Social composta pelas políticas de saúde, previdência e assistência social, sendo esta última, pela primeira vez na história do país, reconhecida como política pública, direito de cidadania, fruto de amplo movimento de articulações e lutas pelo seu redimensionamento e deslocamento da sombria esfera do favor e da benesse para o campo da política, na ótica do direito.

A instituição de um sistema de seguridade na sociedade brasileira sinalizou a possibilidade de incorporação de um contingente majoritário da população, situada à margem do mercado formal de trabalho e dos sistemas públicos de proteção social. A Constituição Federal de 1988 acenou para a possibilidade de construção de um sistema de proteção social capaz de garantir seguranças contra incertezas, riscos e vulnerabilidades sociais, apontando caminhos para a ruptura com a fragmentação e invisibilidade a que historicamente estiveram relegadas as ações direcionadas à pobreza.

Na década de 1990, as mudanças transcorridas no país e no mundo associadas a um legado histórico de apartação social e relações sociais pautadas em um autoritarismo conservador na condução da política (Buarque, 1999), aparentemente, minaram o debate e a mobilização em torno das possibilidades de uma reconstrução política. As mudanças que pareciam se processar no campo dos direitos e demais conquistas legalmente asseguradas, bem como a perspectiva de nova relação entre o Estado e a sociedade, sofreram considerável encolhimento. Tal ocorrência remete a inquietações quanto a um legado presente na tradição política brasileira, que é o da descontinuidade, inscrita em uma lógica política que afeta os diferentes segmentos sociais, e que parece demolir o que desponta no cenário político como nova possibilidade.

Nesse movimento, determinado por peculiaridades da política brasileira e processos mais amplos de reorganização da dinâmica de acumulação e produção do capital em escala mundial, a proteção social brasileira é re-configurada em novos moldes, orientados por uma lógica que associa a construção de um sistema de proteção social pautado em direitos universais, a um ônus para a modernização da economia, e isto se traduz na focalização das ações públicas em situações emergentes e na responsabilização de agentes e agências sociais, como as empresas, por exemplo, pela proteção social, mediante apelos à solidariedade, ao voluntariado, à responsabilidade social etc..

Apesar do avanço e consolidação desse movimento, contudo, não dava para negar a marca histórica construída pelas lutas dos sujeitos sociais e da visibilidade que essas lutas atingiram na cena pública. Importa ter presente, neste sentido a mobilização de sujeitos coletivos na luta pela ampliação dos espaços públicos (mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, negros...) demandando o seu reconhecimento como sujeitos de direitos e não apenas “usuários” ou “beneficiários” de programas sociais, exigindo, assim, a participação no processo de deliberação de políticas relacionadas às suas vidas, bem como à construção de programas assentados em padrões de dignidade.

Certamente que, padrões de dignidade não são mensuráveis mediante indicadores estatísticos relativos à renda, bens e serviços. Como bem enfatiza Telles (1998), a construção desses padrões implica na existência e ampliação de espaços públicos que propiciem a visibilidade das demandas sociais. Espaços nos quais essas demandas possam ser articuladas, reconhecidas e referenciadas no campo dos direitos.

Quando se coloca a questão dos direitos sociais entende-se que estes estão referidos não apenas à condição jurídica, mas à qualidade de se concretizar em políticas públicas mediante o comprometimento efetivo do Estado com a melhoria das condições de

vida dos grupos e indivíduos sociais. Neste sentido a positividade dos direitos, como afirma Bobbio (1992), implica necessariamente na ampliação das responsabilidades do Estado, principalmente nas esferas do legislativo e do executivo, ante às exigências, que vão além do reconhecimento das liberdades individuais em relação ao poder do Estado e requisitam a proteção pública contra os riscos e incertezas da sociedade contemporânea.

Autores como Nogueira (2005) ressaltam que, o desafio referente à possibilidade de re-construção das noções de direitos ou talvez de construção dessas noções, em se tratando especificamente da sociedade brasileira, encontra-se seriamente ameaçado pelos impactos e implicações da globalização. Dentre outros aspectos, destaca-se a crescente redução da soberania dos Estados nacionais, o que vem esvaziando a capacidade destes Estados de regular, controlar e proteger, afetando, sobremaneira, a garantia de expectativas legais.

Neste sentido, os direitos, e em particular os direitos sociais, afirma o autor, “ficam sem anteparo estatal, correndo o risco de se perderem ou de simplesmente não serem efetivados” (Nogueira, 2005, p.9). Como agravante, ressalta-se a emergência de espaços outros de produção de direitos, deslocados de garantias ou proteções mais consistentes, cuja efetivação fica a mercê da vontade política dos governantes, da luta e até mesmo da obrigatoriedade (condicionalidades) dos sujeitos interessados, podendo inclusive abrir precedentes para barganhas e negociações nem sempre pautadas por critérios de justiça social, pelo menos nos termos propostos por Barry⁴⁴.

Certamente que essa questão remete às mudanças que se processam no significado dos direitos na sociedade brasileira, no contexto da “ordem” globalizada. Sem a pretensão de esgotar tal questão em função da sua complexidade, considera-se pertinente apontar alguns elementos concernentes aos direitos. Tomando por referência autores como Bobbio (1992); Sader (2004) e Nogueira (2005), destaca-se como um primeiro aspecto na questão dos direitos a sua inserção no campo das conquistas políticas e a sua relevância como mecanismo de reprodução social e reposição da força de trabalho. Traduzem juridicamente o processo de socialização política que acompanha a modernização do capitalismo e se manifesta na instituição de níveis progressivos de cidadania e participação.

No âmbito de um contexto de restrição da justiça, exacerbação da desigualdade em que amplos segmentos têm ameaçado o direito à vida, cabe questionar o que se configura como direito no que Bobbio (1992) denomina de “era dos direitos”. Sader (2004) e Nogueira (2005), reportando-se a Bobbio, consideram que, não obstante os avanços e conquistas alcançados, os direitos na atualidade se expressam muito mais como direitos proclamados, às vezes restritos a um patamar meramente discursivo, de retórica, do que direitos usufruídos, denotando uma defasagem entre a norma jurídica e a sua efetiva aplicação. Em se tratando especificamente dos direitos sociais, essa defasagem assume maior complicação, sendo que sua viabilidade depende de decisões políticas que por sua vez são tomadas em função de inúmeras contingências de caráter econômico, político ou financeiro. Como ressalta Nogueira (2005, p. 10)

⁴⁴ Argelina Cheibub Figueiredo (1997, p.74) em suas reflexões sobre as concepções de justiça social identifica Brian Barry como um autor que difere da visão clássica de justiça social relacionada à virtude. Para esse autor a justiça social “tem a ver com a forma como benefícios, encargos, ganhos e perdas são distribuídos entre os membros de uma determinada sociedade como resultado do funcionamento de suas instituições: sistemas de propriedade, organizações públicas, etc”. Constitui-se, portanto, em um atributo das instituições sociais que, no conjunto determinam o acesso – ou as possibilidades de acesso – dos membros de uma sociedade a recursos indispensáveis para a satisfação de um conjunto variado de necessidades.

“Os direitos sociais trazem consigo, (...), a necessidade de alocações expressivas de recursos: financeiros, humanos, técnico-científicos, organizacionais, políticos, seja para que se financiem os direitos, seja para viabilizá-los no plano organizacional. Como são recursos de natureza ampla, quase sempre mexem com interesses estabelecidos, e por isso acabam ficando na dependência de acertos, acordos, pactos societários, decisões de natureza governamental e política, que muitas vezes comprometem a efetiva aplicação, implementação e proteção desses direitos”.

É neste sentido que, segundo o autor cabe uma importante interrogação formulada por Bobbio (1992, p. 77) acerca da designação como direitos, programas ou serviços que são juridicamente assegurados, mas cujo reconhecimento e efetiva proteção podem ser adiados, “confiados à vontade de sujeitos cuja obrigação de executar o ‘programa’ é apenas uma obrigação moral ou no máximo política”.

No atual contexto vive-se um estado de dificuldades e restrições dos direitos, agravadas pela crise dos Estados nacionais, o que coloca os direitos à mercê dos movimentos internacionais, escassez de recursos, processos de ajuste pressões e planos de estabilidade, o que remete a um segundo aspecto: a consolidação da mercadorização dos direitos tendencialmente transmutados em bens “compráveis”. Os que podem comprar, o fazem no campo do privado, ao passo em que os direitos sociais (assegurados na esfera pública, universais, custeados mediante os impostos recolhidos pela sociedade) tornam-se cada vez mais restritos aos mais pobres. Soma-se a isso, a tradição conservadora que persiste na sociedade brasileira e que, historicamente, tem se mostrado avessa à constituição do público como espaço acessível a todos, inscrito no campo da esfera democrática e dos direitos (GRAU e BELLUZZO, 1995).

Um terceiro aspecto pode estar referido ao que Nogueira (2005, p. 14) denomina de colisão entre o social e o institucional, uma situação grave na sociedade brasileira, segundo o autor, sobretudo em razão de as instituições não estarem dando conta dos problemas sociais de caráter nacional. Afirma o autor que,

“... a defasagem entre o mundo social, o mundo dos interesses, o mundo das pessoas e o mundo das instituições é uma defasagem que não só torna extremamente difíceis a reprodução e a renovação dos pactos fundamentais, como torna também extremamente árdua a organização dos instrumentos com os quais podem ser implementadas políticas sociais, e sobretudo as mais agressivas. Não há como lutar por direitos sem luta institucional – luta mediante instituições, dentro e em defesa delas – mas, a luta institucional não pode substituir a social”.

Como quarto aspecto destaca-se a questão da reforma da administração pública e seus efeitos perversos sobre os direitos, sobretudo pela sua conotação técnico-administrativa e fiscal-financeira. A reforma implementada pelo Estado⁴⁵, em função das

⁴⁵ As análises de Carvalho (1999) são bastante esclarecedoras dos processos mediadores da reforma do Estado brasileiro. Segundo a autora, trata-se de um processo engendrado na perspectiva do ajuste à nova ordem de acumulação de capital. A partir desse processo o Estado redireciona toda a sua dinâmica para a viabilização de uma inserção, subalterna e periférica à nova ordem do capital, em consonância com o programa estratégico estabelecido pelos centros hegemônicos.

exigências do ajuste, implicou em mudanças substanciais no seu perfil, formato e dinâmica, expressas em mudanças de políticas, mecanismos e estratégias. O Estado ao assumir esse novo formato, configura o social como um campo de carências, de caridades solidárias em contraposição ao direito, numa lógica que preconiza o enxugamento dos gastos públicos e restringe as ações da Seguridade Social a programas seletivos e focais de combate à pobreza. Para Nogueira (2005, p.15), trata-se de um formato fundamenta-se na lógica do “barateamento dos serviços e no enxugamento da burocracia”. Uma lógica que se dinamiza mediante operações gerenciais demolidoras das instituições públicas, gradativamente substituídas por organizações mais *modernas* em razão do *despreparo* daquelas para os atuais processos competitivos da administração pública.

Como último aspecto, organicamente articulado aos anteriores coloca-se uma questão problemática: a crescente tendência de articulação dos direitos, em especial os direitos sociais, à disponibilidade financeira do orçamento público, o que dificulta não só a sua implementação, mas a sua própria garantia como direito. O determinismo econômico associado a mecanismos fiscalizadores como exigência do “fundamentalismo de mercado” (NOGUEIRA, 2005, p. 18) tendem a consolidar uma noção de direitos como peças orçamentárias, despolitizando a sua construção e o seu significado no campo das relações entre o Estado e a sociedade.

A partir desses aspectos se pode questionar as condicionalidades apontadas na proposta do PBF e sua relação com a garantia dos direitos sociais como preconiza o Programa. Segundo informa o MDS (2003, p. 5), as condicionalidades “visam certificar o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas. Representam o acompanhamento que, a médio e a longo prazos, aumentam a autonomia das famílias, na perspectiva da inclusão social. Elas também ampliam as condições para o aumento das oportunidades de geração de renda das famílias”.

As condicionalidades (MDS, 2003, p. 5) foram propostas com o objetivo de viabilizar a superação da pobreza das famílias atendidas. Trata-se de um conjunto de contrapartidas que devem ser cumpridas pelo grupo familiar, constituindo-se em ações que devem ser obrigatoriamente observadas pelas famílias como condição para permanência no programa. O programa prevê além das condicionalidades ações de caráter complementar denominadas de “fortes recomendações”, sem o mesmo caráter compulsório. Tanto as condicionalidades como as “fortes recomendações” envolvem a implementação de direitos sociais e constitucionais nas áreas de saúde, educação, alimentação e assistência social.

São três as principais condicionalidades recomendadas pelo programa (MDS, 2003, p.5): acompanhamento de saúde e do estado nutricional das famílias beneficiárias, devendo todos os membros participarem de ações relativas ao acompanhamento de saúde; frequência à escola, todas as crianças em idade escolar devem estar matriculadas e frequentando o ensino fundamental; e , educação alimentar mediante a participação de todas as famílias beneficiárias em ações de educação alimentar oferecidas pelo governo federal, estadual e municipal, caso sejam ofertadas.

Um ponto importante a ser destacado é: em se tratando de direitos sociais constitucionalmente assegurados nas áreas de saúde, educação, assistência social e alimentação deveriam estar condicionados a contrapartidas? A legislação que rege e disciplina esses direitos sociais dispõe que os mesmos se constituem direitos dos cidadãos e

deveres do Estado⁴⁶, devendo este último assegurar condições efetivas para implementação e acesso dos serviços sociais aos indivíduos, confirmando no plano jurídico e institucional a obrigatoriedade do Estado para com os direitos. Contudo a reorganização administrativa do Estado e de suas instituições conforma uma nova perspectiva na qual os direitos sofrem duplo deslocamento num movimento que Bourdieu (1998, p. 12) caracteriza como dissolução do coletivo em individual e transposição do público para o privado.

Na perspectiva neoliberal, como assevera Laurell (1997, p. 155), não é admitido o direito de se ter acesso aos bens e serviços sociais, bem como a obrigação da sociedade em garanti-los a todos os seus membros através do Estado. Pelo contrário, na lógica neoliberal ao acesso a bens e serviços sociais corresponde uma contrapartida. A garantia de um nível mínimo de bem estar só é admitida aos comprovadamente pobres ou excluídos que também são sujeitos a uma contrapartida. Lavinias (2000, p. 528) compartilha dessa crítica ressaltando o surgimento do conceito de “responsabilidade cívica” como uma contrapartida que passa a compor os sistemas de proteção social. Passa-se a exigir dos “beneficiários” das transferências o cumprimento das obrigações sociais que lhes forem exigidas, sem as quais podem ser objeto de sanções. Decorre dessa concepção um deslocamento do direito de cidadania fundado na incondicionalidade para o direito condicionado, numa clara colisão com a noção de direitos sociais e humanos, como destaca Navarro (2000), sendo que esta não condiz com imposições e exigências.

Como produtos socialmente construídos, Vieira (2004, p.60) adverte que, os direitos têm sido desconfigurados pela busca do imediato, pela direção única, pela homogeneidade, e, principalmente pela ausência de mediações, o que pode conduzir a um esvaziamento do significado político dos direitos, e em decorrência, a sua redução ao enfoque da eficiência, que busca, em última instância, compatibilizar a garantia de direitos com a disponibilidade de recursos, dentro da lógica do mercado.

A perspectiva acima referida além de expressar a desresponsabilização do Estado com a garantia dos direitos sociais legalmente instituídos denota e reitera a ausência do protagonismo dos pobres como sujeitos de direitos. Ressalta-se na condicionalidade dos direitos a idéia de que os pobres *só buscam seus direitos se isto lhes for exigido* sob pena de alguma sanção.

Se por um lado é criada nos sujeitos a necessidade do cumprimento das condicionalidades, esta se mostra muito mais como uma garantia de permanência no Programa, “fazer por merecer” o benefício na expectativa de alcance de outros patamares como o emprego; por outro lado expressam o reconhecimento de que o acesso aos direitos, não totalmente assegurado pelo Estado, deve ser isento de condicionalidades que em última instância são cumpridas dentro dos limites permitidos pela estrutura precária de oferta dos serviços sociais públicos. Para além dos serviços que o programa estabelece como

⁴⁶ A Lei Orgânica da Saúde – LOS, n. 8.080 de 19 de setembro de 1990 dispõe no seu artigo 2º que: “a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício”; A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei n. 9394 / 96 estabelece no seu artigo 4º, inciso I, que “o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito inclusive aos que não tiveram acesso a ele na idade própria”; a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS n. 8742 de 7 de dezembro de 1993, preconiza no seu artigo 1º a assistência social como “direito do cidadão e dever do Estado”; o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais assevera que o direito à alimentação deve ser garantido pelo Estado não apenas no acesso, mas na qualidade e confiabilidades dos alimentos oferecidos à população; e no Fome Zero o direito a alimentação é reconhecido como “um direito humano e social básico”.

condicionalidades, é colocada a necessidade de ampliação dos serviços prestados no sentido de que estes como direitos legalmente instituídos extrapolem os limites do que vem sendo convencionalmente denominado como básico⁴⁷.

Dessa forma o que se pode constatar é a desconfiguração dos direitos sociais, especificamente, em relação aos pobres, circunscritos aos limites do que é definido como básico ou ainda, como o mínimo que o Estado pode assegurar no âmbito da esfera pública. Ademais o reconhecimento do controle sobre os “beneficiários” reitera uma relação de troca, de concessão que implica numa relação linear entre Estado, “beneficiários” e direitos sociais, o que tem legitimado processos históricos de peregrinações institucionais burocráticas a que os pobres têm sido submetidos, conferindo a estes uma condição de menoridade em relação aos serviços que recebem.

Tais serviços, em geral, permeados por relações que instituem e consolidam a tutela, a obrigação e, em decorrência a negação do direito. Como na lógica neoliberal, a instituição do direito pressupõe uma troca entre equivalentes, então os pobres, a rigor, não teriam direitos, nessa lógica, sendo seus reclames destituídos de obrigações jurídicas uma vez que não contribuem. Assim sendo, têm o dever de retribuir pelo que recebem. As colocações do presidente da República, acerca das condicionalidades no PBF, são claras: “todo mundo embora tenha direitos quer retribuir de alguma forma os benefícios que recebe (...) todo mundo sente orgulho de fazer por merecer” (SILVA, 2003, p.5).

Posicionando-se e problematizando a questão das condicionalidades nos Programas de Transferência de Renda, Silva (2006, p.10) assinala que estas, segundo a lógica do Programa, são propostas no sentido de garantir o acesso aos direitos sociais básicos. No entanto, continua a autora, apresentam problemas e desafios relativos a dois aspectos: o primeiro é o princípio da não-condicionalidade inerente ao direito de todos os cidadãos a ter trabalho, renda e acesso a programas que lhes assegure uma vida digna; e segundo, a insuficiência, em termos quantitativos e qualitativos, que a maioria dos municípios brasileiros têm, na garantia de serviços no campo da educação, saúde e trabalho que atendam as necessidades das pessoas “beneficiárias” do PBF. Neste sentido, para a autora,

“... as condicionalidades deveriam ser impostadas ao Estado, nos seus três níveis e não às famílias, visto que implicam e demandam a expansão e democratização de serviços sociais básicos de boa qualidade, que uma vez disponíveis seriam utilizados por todos, sem necessidade de imposição e obrigatoriedade. (...) o que poderia ser desenvolvido seriam ações educativas, de orientação, encaminhamento e acompanhamento das famílias para a adequada utilização dos serviços disponíveis. Assim concebidas, as condicionalidades, ao contrário de restrições, imposições ou obrigatoriedades, significariam ampliação de direitos sociais”.

⁴⁷ Pereira (2000) num esforço de distinguir mínimo e básico assinala que este último expressa algo fundamental, essencial e refere-se a investimentos sociais de qualidade no sentido de ampliação dos atendimentos a serem prestados. Para Illich (2000) o básico se constitui num adjetivo “traioeiro” pela sua utilização e divulgação no contexto dos discursos desenvolvimentistas. No bojo desse contexto o básico tem sido historicamente associado a um padrão minimamente aceitável para a satisfação das necessidades dos pobres. Necessidades de viver restritas a limites extremamente reduzidos. Nessa lógica os direitos a que os pobres têm direito como garantia pública se encontram circunscritos ao que a sociedade define como padrão minimamente aceitável. Padrão que, no contexto neoliberal encontra-se no limite da sobrevida.

Há que se ter presente, contudo o movimento dialético que perpassa a questão dos direitos: se por um lado estão sendo questionados e em certa medida desconfigurados pelas mudanças que a inovação tecnológica, a globalização da economia e a reorganização das relações internacionais vêm impondo à estrutura produtiva, ao Estado e às relações sociais em geral; por outro lado, retratam um sistema social injusto, desigual, permeado por contradições, o que mantém na cena pública e política uma luta que é histórica e socialmente inevitável: a luta por direitos, uma luta que repõe a sociedade no centro dos conflitos, e também repõe na cena pública o confronto entre os ditames da reorganização das relações produtivas e as demandas socialmente construídas.

Trata-se de uma luta que implica na ampliação e/ou recriação de espaços públicos. Espaços nos quais as demandas sociais possam ser articuladas, reconhecidas e referenciadas no campo dos direitos. Na sociedade brasileira isto constitui um grande desafio, haja vista que o direito nesta sociedade tem se efetivado muito mais no que Bobbio (1992) configura como “expectativa de direitos”, ou seja, aqueles direitos cujo reconhecimento e efetivação é confiada à vontade política ou mesmo à obrigação moral e não a uma obrigação jurídica de caráter político-institucional. O mais grave é que na “era do mercado” (Sader, 2004) mesmo essa expectativa de garantia de direitos tende a se retrair.

É nesse cenário de tensões políticas, de retração de direitos sociais que os programas de transferência de renda, em particular o PBF, circulam num movimento contraditório em que a proposição de programas sociais que viabilizem direitos e a amenização das carências sociais se confrontam, retratando o dilema da complexa relação entre o Estado, a sociedade e as políticas sociais no que se refere ao universo público dos direitos.

4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA FRENTE À REALIDADE DE POBREZA: o pensamento dos sujeitos sociais

4.1 A Pobreza no Maranhão: principais expressões e dimensões no Estado

Compreender as diferentes determinações da pobreza e da desigualdade no Estado do Maranhão remete à compreensão do seu processo de formação, o qual oferece elementos relevantes que desvelam a realidade de pobreza, bem como as suas concepções e formas de enfrentamento. Procedendo a uma breve digressão histórica, constata-se que o Estado do Maranhão é formado a partir da expansão mercantilista no período colonial, Segundo afirmações de Feitosa (1998), mediante a articulação da ideologia elitista da burguesia e as características próprias dos Estados absolutistas, o Maranhão foi profundamente marcado por práticas calcadas no autoritarismo e no mandonismo político.

O desenvolvimento econômico do Estado se efetivou de forma tardia, haja vista a implementação de atividades agro-exportadoras só se efetivarem a partir da segunda metade do século XVII e metade do século XVIII. Entretanto, o Estado experimentou um período de ápice produtivo, inclusive integrando a divisão internacional do trabalho no início do século XIX, com a produção e exportação de algodão.

O declínio do ciclo do algodão atingiu a economia maranhense acarretando profundas mudanças no início do século XX. A partir de então as bases econômicas são reorganizadas pautadas na pequena unidade familiar camponesa com a produção do arroz, milho, feijão e mandioca. Esses produtos passam a sustentar de forma significativa a economia maranhense.

A partir dos anos 1960 e 1970 ocorre um processo de desestruturação da economia pautada na unidade familiar. Isto se dá fundamentalmente com o plano de integração nacional implementado na ditadura militar, o qual favoreceu a penetração e expansão do grande capital no campo com a venda de terras devolutas e a ampliação e financiamento de projetos agropecuários de grande porte. Nesse contexto o Maranhão vivenciou um projeto de modernização, com a constituição do “Maranhão Novo” com o governo Sarney.

Esse processo acirrou a migração de camponeses para os centros urbanos da capital, uma vez que as terras utilizadas por estes para a produção agrícola foram gradativamente sendo substituídas por pastagens, consolidando no Estado um ciclo crescente de pecuarização.

Segundo Feitosa (1998), a inserção do capital no campo, bem como a expulsão dos camponeses é impulsionada pela implantação do Programa Grande Carajás que, além de promover o acirramento da concentração fundiária no Estado, favorece todo um processo de exploração e especulação de matéria prima com a implantação e profusão de projetos madeireiros, agropecuários e instauração de indústrias metalúrgicas como a Alumínios do Maranhão – ALUMAR. Com isso, a produção agrícola sofre uma profunda desestruturação com repercussões sociais significativas para a população do Estado.

Feitosa (1998, p. 145) ressalta que a economia maranhense adentra o terceiro milênio apresentando uma desordem imensa no mundo do trabalho, apresentando um produto interno que não chega a 2% do produto interno nacional e altas taxas de desemprego nos centros urbanos e no meio rural, além de uma crescente precariedade nas formas de trabalho que emergem com os grandes projetos nas áreas de mineração, metalurgia e agricultura empresarial. Em decorrência o Maranhão apresentou quedas

crescentes nos salários reais e empobrecimento nas suas variadas dimensões a partir da década de 1990.

A produção agrícola tradicional vem sendo substituída pelo cultivo da soja, sobretudo na região sul do Estado, de forma mais intensiva, a partir da década de 1990, como mecanismo de inserção das áreas competitivas em termos de produção na dinâmica do mercado globalizado. Em função desse mecanismo, assentado em um discurso modernizador, o Estado do Maranhão passou por uma reforma administrativa no primeiro mandato do governo Roseana Sarney (1994 – 1998), justificada pela necessidade de integrar o Estado aos modernos processos de administração e gestão pública, visando articulação setorial e flexibilidade administrativa⁴⁸ na perspectiva da eficiência e da eficácia. Na esteira dessa reforma o Estado recebe nova divisão regional tendo em vista, pelo menos no plano do discurso oficial⁴⁹, a descentralização e a redução das desigualdades regionais, passando a compor o Estado 18 Gerências Regionais vinculadas ao executivo estadual. Cabe assinalar que o Estado do Maranhão, sob o governo de José Reinaldo Tavares (2004 – 2006), implementou uma nova Reforma Administrativa que extinguiu o sistema de Gerências Estaduais e Regionais e re-instituiu as Secretarias de Estado.⁵⁰

Articulado a organização econômica peculiar do Estado, destaca-se também uma forma peculiar de organização política caracterizada, segundo Reis (1993) por um processo de oligarquização da política, e segundo Caldeira (1978), por longos mandonismos políticos, capazes de imprimir estabilidade ou mesmo estagnação política, econômica e cultural ao Estado. Ironicamente, essa estabilização no Maranhão se sustenta por um discurso ideológico modernizador. Na reprodução dessa organização os referidos autores ressaltam as formas peculiares de relação entre o poder central e a sociedade civil, as divisões internas intra-regionais e a formação de oligarquias locais que favorecem a dominação política em áreas de influência mediante a construção de pactos e alianças com os grupos detentores do poder.

É assim que a oligarquia Sarney, denominada por Caldeira (1978) de “sarneísmo”, vem dominando o Maranhão há várias décadas. Instituído no Maranhão desde 1966, o “sarneísmo” tem se colocado como um projeto de modernização em oposição ao conservadorismo, se pautando em um esquema que articula, de um lado, o personalismo e o ilustrismo (Sarney referenciado como a figura de maior visibilidade pública no Estado, no país e no exterior, em diferentes campos que não apenas o político, visto que representa, no Estado, um patrimônio cultural e simbólico); e de outro, o perfil político e a liderança popular. Esse esquema tem se consolidado e se reproduzido na continuidade do mandonismo do grupo Sarney no Maranhão⁵¹, articulando formas modernas e

⁴⁸ A Reforma Administrativa no Estado do Maranhão no primeiro mandato do governo Roseana Sarney (1994 – 1998) preconizou a construção de um novo modelo de gestão, visando uma estrutura mais ágil, enxuta e eficiente que possibilitasse a articulação administrativa entre as diferentes regiões do Estado. Assim foram extintas as Secretarias de Estado e criadas 07 Gerências Administrativas Centrais e 18 Gerências Regionais regulamentadas com a Lei nº 5.356 de 29 de dezembro de 1998.

⁴⁹ A esse respeito, confira-se, GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, **Reforma do Estado**: um novo modelo de gestão para o Maranhão. São Luis, 1999.

⁵⁰ A Reorganização Administrativa do Estado do Maranhão no Governo de José Reinaldo Tavares entrou em vigor com a Lei nº 8.153 de 08 de julho de 2004.

⁵¹ A eleição para governador do Estado do Maranhão realizada em outubro de 2005, sinaliza uma possibilidade de ruptura com esse mandonismo com a derrota (em segundo turno) da candidata Roseana

conservadoras na reprodução de uma extrema concentração de renda, riqueza, poder e propriedade, pautadas em relações patrimoniais, paternalistas e clientelistas que propiciam a subtração das possibilidades de desenvolvimento do Estado e, conseqüentemente, do seu usufruto pela população.

O Estado do Maranhão se localiza na Região Nordeste do país, possui 217 municípios distribuídos em 05 mesorregiões e 21 microrregiões. Apresenta uma área geográfica de aproximadamente 333.365,6 quilômetros quadrados, sendo o oitavo estado do país em extensão, com uma área de 3,9% do país e 21,3 % da Região Nordeste. De acordo com o Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000) apresenta uma população de 5.638.381 hab., correspondente a 3,33% do país, com uma densidade demográfica de 16,9 % habitantes por quilômetro quadrado. É o quarto estado mais populoso da Região Nordeste. Na última década a população do Estado apresentou um crescimento de 1,52% a taxa anual, sendo que houve uma concentração urbana de 59,5% no ano de 2001. Segundo a PNAD (2005) a concentração urbana no Estado, no ano de 2005, atingiu 65,2%.

Dentre os 217 municípios que compõem o Estado na atualidade, 81 foram emancipados em 1997. Pesquisa desenvolvida por Lima et al (2002) destaca que o Maranhão possui 20 municípios com população inferior a 2.000 habitantes, destes 18 se encontram entre os recém emancipados, o que demonstra a ausência de critérios na criação de municípios e a supremacia dos interesses políticos em relação às condições efetivas de funcionamento e organização social destes.

O Nordeste do país se configura como uma região que, em 2001, segundo o Atlas da Exclusão Social organizado por Pochmann e Amorim (2003) apresentava 53,7% de pobres só na área rural. Nessa Região, segundo o referido Atlas, o Maranhão e o Piauí se destacam como os Estados com maior índice de exclusão social. Os municípios maranhenses na sua totalidade são pobres, cuja principal fonte de receita é constituída pelo Fundo de Participação Municipal – FPM. Segundo Silva (2006, p. 38) o FPM associado a transferências de renda oriundas das aposentadorias rurais e de Programas como O PBF, compõe um montante que representa quase toda a renda que circula em muitos municípios.

Estudos e pesquisas acerca do perfil socioeconômico do Maranhão (IBGE; PNAD, 2000, 2005; LIMA et al, 2002; FEITOSA, 1998; LEMOS,2003) demonstram um quadro social marcado por desigualdades, expressas em baixos padrões no que se refere às condições de vida da maioria da população do Estado.

Segundo a pesquisa de Lima et al (2002, p.14) o Maranhão se configura como um Estado marcado por contradições, dentre as quais as autoras destacam o fato de ser possuidor de um amplo e significativo patrimônio cultural, arquitetônico, histórico e ambiental e ser classificado como um Estado detentor dos piores indicadores sociais. O Seminário “Combate à Fome e à Pobreza” realizado pela Folha de São Paulo e pelo IPEA no ano de 2002 divulgou dados sobre a posição do Brasil no mundo com relação à questão da indigência. O Brasil foi apontado como o país com o índice de indigência mais elevado, associado ao agravamento da desigualdade social e concentração de renda. Dentre os estados brasileiros o Maranhão foi apontado como o Estado com maior percentual de indigência, 61,27%, o que demonstra, segundo as autoras “... a ineficiência estatal na

Sarney, senadora do Partido da Frente Liberal – PFL, e eleição do candidato Jackson Lago do Partido Democrático Trabalhista – PDT. O governador eleito, Jackson Lago é representante da Frente pela Libertação do Maranhão, grupo de oposição ao grupo “sarneísta” no Maranhão.

aplicação dos recursos destinados ao combate da pobreza, desconsiderando as grandes vulnerabilidades sociais que repercutem nas condições de vida da maioria da população”.

Informações do Censo Demográfico (IBGE, 2000) referentes aos indicadores sociais demonstram que o Maranhão apresenta um quadro preocupante no que se refere à qualidade de vida. Com relação à expectativa de vida ao nascer a taxa é de 64,5%, o quarto pior do país. Em termos de saúde os números mostram que a taxa de mortalidade infantil é de 54,2%, também a quarta pior do país. Segundo essa mesma fonte os pobres no Maranhão, considerando a renda e o acesso aos serviços básicos como saúde, educação, habitação, representam 64,28% da população total do Estado, evidenciando que mais da metade da população do Estado sobrevive em condições de precariedade, privada do acesso aos bens e serviços socialmente produzidos.

A PNAD (IBGE, 2005) informa que População Economicamente Ativa do Estado – PEA corresponde a 63,8%, o que é considerado um indicador elevado, contudo há um percentual considerável de atividades laborais concentradas nas relações informais de trabalho, no denominado “trabalho por conta própria” (34,7%), registrando-se, ainda, um percentual de 24,9% de atividades não remuneradas.

Em relação ao rendimento médio do trabalho os números evidenciam um agravante, considerando que, o rendimento mensal das pessoas com 10 anos ou mais de idade, ativas ou inativas, é de apenas R\$ 236,00 (duzentos e trinta e seis reais), valor inferior ao salário mínimo. Nesse mesmo grupo, composto por um universo de 4.766.806 pessoas, 39,5% não possuem rendimento e 39,5% recebem até 01 (um) salário mínimo, valor inferior ao Nordeste, 48,5%. Das pessoas ativas e inativas com 10 anos ou mais de idade, apenas 3,6% recebem mais de 03 (três) salários mínimos, percentual que cai drasticamente no meio rural maranhense, 1,4% em relação a 4,8% no meio urbano. Em termos de renda esses dados evidenciam a situação de pobreza presente no Estado.

As informações acima demonstram um quadro grave que exige questionamentos sobre as bases da organização social do Estado, marcadas por disparidades sociais e econômicas. O que essas informações revelam? Estudos acerca da realidade maranhense - Caldeira (1978), Batista (1990), Feitosa (1994) - mostram que o Maranhão é um Estado situado em uma área privilegiada na região Nordeste, ocupando parte da região amazônica, fora do perímetro das secas. Possui uma vastidão de terras devolutas e férteis, propícias para as mais variadas possibilidades econômicas. O que determina, então, tanta pobreza e desigualdade no Estado? A construção de respostas a essa indagação exige um esforço de reflexão que remete à compreensão das bases políticas, econômicas, culturais e ideológicas presentes na formação social do Estado.

Neste sentido, alguns elementos podem ser apontados, destacando-se inicialmente a inserção do estado na região Nordeste, considerada como uma das regiões mais subdesenvolvidas do país a partir da referência urbano-industrial. Pochmann e Amorim (2003) na elaboração do mapa da exclusão no Brasil apontam a região Nordeste como aquela de maior concentração dos índices mais elevado de pobreza e exclusão social, haja vista persistirem nesta região a pobreza estrutural, tradicional decorrente do processo de desenvolvimento econômico instaurado no país, o qual apresenta como peculiaridade a reprodução de disparidades inter e intrarregionais.

As disparidades têm consolidado ao longo da história um processo de sedimentação de miséria, de segregação entre ricos e pobres, e produção de bolsões de pobreza no Norte e Nordeste em contraposição aos elevados patamares em termos de qualidade de vida presentes na região Sul-Sudeste. Além disso, cabe ressaltar a construção

de uma identidade regional que opõe e, ao mesmo tempo caracteriza o Nordeste e, conseqüentemente, o Maranhão, como o pobre, o atrasado, o inferior em relação ao Sul-Sudeste.

Embora a região Nordeste, segundo Pochmann e Amorim (2003) apresente cerca de 28% do total da população brasileira, possui apenas 32% dos municípios aproximadamente. Contudo concentra 72,1% dos municípios com Índice de Exclusão Social⁵² – IES, abaixo de 0,4, que é um indicador de graus elevados de exclusão social.

Dados mais recentes divulgados pelo IBGE (PNAD, 2005) confirmam as condições de vulnerabilidade e exclusão impostas à população do Estado, com relação ao trabalho, educação e condições de saneamento. Revelam, concernente, ao trabalho, que a População Economicamente Ativa (PEA) no ano de 2005 era composta de 4.766.806 trabalhadores, correspondente a 63,8% das pessoas de 10 anos ou mais de idade. Destes, 61,8% na área urbana e 38,2% na área rural. A média de anos de estudo, segundo a PNAD (2005) revela números preocupantes, sendo que das pessoas com 10 anos ou mais de idade, 42,1% apresentam menos de 04 anos de estudo, configurando-se em analfabetos funcionais. Na questão do analfabetismo, o Maranhão, com relação ao Nordeste e ao Brasil apresenta considerável desvantagem, sendo que no Estado, da população com 07 anos ou mais de idade, composta por 5.167.369 pessoas, 22,7% são analfabetas. Na Região Nordeste, esse percentual é de 20,6% e no Brasil, 10,5%.

No que se refere às condições de saneamento da população maranhense os dados do IBGE (PNAD, 2005) evidenciam que no ano de 2005, a população residente em domicílios permanentes com algum tipo de esgotamento sanitário era de 68,2%. Excluindo fossas rudimentares, o percentual cai para 49,5%, mostrando a situação inferior do Estado em relação a outros Estados da Região Nordeste como Alagoas (87%), Ceará (86%), Paraíba (91,6%) e Pernambuco (88,9%), e em relação à própria Região, onde esse percentual era de 84,6%. Com relação ao abastecimento de água nos domicílios particulares permanentes, os dados mostram que 48,4% destes possuíam abastecimento de água viabilizado por rede geral de canalização interna. No Piauí esse percentual era de 57% e no Ceará, 67%, enquanto que, na Região Nordeste esse percentual era de 73,9%. Os dados também mostram baixo percentual com relação à coleta direta do lixo nos domicílios maranhenses, 54,3%, inferior aos Estados da Paraíba (91,6%), Pernambuco (88,9%), Alagoas (87%) e Ceará (57,2%). No Nordeste foi registrado um percentual de 61,4%. As informações evidenciam que, em relação à garantia de serviços públicos de infra-estrutura, considerados essenciais à qualidade de vida da população, o Maranhão se encontra em situação de desvantagem em relação a outros Estados nordestinos.

As desvantagens apresentadas em relação à educação e às condições de saneamento têm incidência direta sobre o padrão de vida da população maranhense, como demonstram o IDH e o Índice de Exclusão Social – IES. Informações divulgadas pelo

⁵² O Índice de Exclusão Social – IES, foi construído a partir de 07 (sete) indicadores referentes à 03 (três) dimensões das condições de vida: 1 - Vida digna : pobreza, emprego formal e desigualdade social; 2 – Conhecimento: alfabetização e escolaridade; 3 – Vulnerabilidade: juventude e violência. À semelhança do IDH, o IES varia de 0 a 1, sendo que , quanto mais próximo do zero maior a exclusão. Cabe assinalar que, Lemos (2003) ao desenvolver pesquisa com o objetivo de aferir, no Maranhão, o percentual da população privada do acesso à água tratada, saneamento, coleta sistemática de lixo, educação e renda, constrói IES a partir de cinco variáveis: 1 - água tratada; 2 - saneamento adequado; 3 - coleta sistemática do lixo; 4 – população maior de 10 anos não alfabetizada; e 5 – renda diária, por pessoa, maior ou igual a 1 (hum) dólar. A partir desses elementos a pesquisa constatou que o Maranhão possui 43 milhões de excluídos.

PNUD / IPEA / Fundação João Pinheiro mostraram que o Maranhão no ano de 2000 apresentou um IDH equivalente a 0,636, um valor inferior aos estados do Piauí (0,656) e do Ceará (0,700). O valor registrado no Brasil foi de 0,739.

Segundo o Índice de Exclusão Social construído por Amorim e Pochmann (2003), o Maranhão apresentou, no ano 2000 um índice equivalente a 0,197, o que lhe conferiu a 27ª posição no *ranking* dos estados brasileiros, a última posição. No Brasil, nesse mesmo ano, o índice foi de 0,527. Com relação aos indicadores do IES, a pesquisa mostrou um índice de 0,001 para pobreza e emprego; 0,003 para desigualdade; 0,172 para a alfabetização e 0,142 para escolaridade; 0,121 para juventude; e, 0,996 para o indicador violência que apresentou níveis mais satisfatórios. Os índices demonstram a situação de pobreza extrema que assola o Estado do Maranhão, um Estado que, segundo Lemos (2003), vem se caracterizando por uma elevação dramática dos níveis de pobreza, em decorrência, principalmente, de concentração fundiária, desaceleração das atividades econômicas e dos salários urbanos e sucessivos projetos de ajuste econômicos. O autor ressalta, ainda, a ocorrência de migrações desordenadas no Estado, associadas a ocupações também desordenadas do espaço urbano, o que impulsiona a expansão de moradias insalubres, ampliação de contingentes de mão-de-obra com pouca ou nenhuma qualificação, desemprego crescente e conseqüente degradação da qualidade de vida.

As informações demonstram que o modelo sócio-político instaurado no Estado do Maranhão e suas formas peculiares de desenvolvimento vêm historicamente desencadeando um grave quadro social que põe em questão os discursos e propostas até então apresentados e implementados pelas lideranças políticas que dominam o Estado. O Maranhão desponta no cenário brasileiro como um dos Estados mais pobres, com maior concentração de renda⁵³, onde a maioria da população é impelida a uma sobrevivência situada nos limites e até abaixo da indigência.

4.2 O que é Pobreza: elementos constitutivos de uma construção em movimento

Neste item apresento uma análise das concepções dos sujeitos que *fazem* o PBF na cidade de São Luis, gestores, coordenadores e técnicos, dando particular atenção aos oficialmente denominados “beneficiários” do Programa. Destes últimos foram analisadas além das concepções, as condições de vida, tendo como material empírico, relatos de vida coletados mediante depoimentos desses sujeitos.

Foram coletados relatos de dez mulheres que vivenciam além da experiência da pobreza, a situação social de “beneficiárias” do PBF. Os relatos nos mostraram fragmentos de condições de vida histórica e socialmente construídas, expressas em realidades marcadas por elementos comuns, mas também distintos. Numa diversidade de situações que se particularizam em trajetórias, histórias e concepções que distinguem os sujeitos na forma como pensam e constroem o seu *lugar social*, surgem as convergências da necessidade, caracterizadas por algumas “beneficiárias” como situação de “precisão”, e da construção de identidades marcadas pela experiência da pobreza. Identidades forjadas e dinamizadas por um movimento contínuo no qual o processo de destituição e a luta pela sobrevivência definem e consolidam o *lugar* dos pobres na vida social.

⁵³ Dados recentes divulgados pelo IBGE (2006) informam que dentre os estados brasileiros o Maranhão apresenta um dos maiores percentuais de concentração de renda, correspondente a 63%.

Os relatos nos mostraram indignação e inconformismo, conflitando com resignação e acomodação num movimento de aceitação e negação de uma situação de vida que lhes impõe uma partilha desigual e injusta do que é socialmente produzido. São relatos de mulheres, cujas experiências colocam em evidência a construção de um novo papel social em contraposição a uma cultura que, historicamente, lhes relegou uma posição subordinada e secundária na relação com os homens. As mulheres entrevistadas evidenciaram nos seus relatos uma lida constante com a insalubridade, com os riscos ambientais e sociais dos locais de moradia, com os conflitos de vizinhança, a preocupação em relação aos riscos de os filhos adentrarem os caminhos – em geral sem volta – da criminalidade e das drogas, a carência alimentar, a enfermidade, a necessidade de cuidados com pessoas idosas ou deficientes, problemas conjugais, o alcoolismo do companheiro ou ainda o abandono deste e o insatisfatório rendimento familiar.

Estudos como os de Telles (1992), Lima (2002) Guimarães (2005) têm demonstrado um padrão de mudanças nas relações de gênero, identificadas nas áreas de maior concentração de pobreza, na medida em que aumentam as responsabilidades das mulheres. O processo chave que têm estruturado essa mudança está articulado às transformações no mercado de trabalho. As mulheres têm sido incorporadas de forma crescente ao mercado de trabalho informal e em ocupações de baixa qualificação e remuneração. No contexto de trajetórias compostas pela lida diária contra situações de precariedade e destituição recorrem aos serviços sociais, particularmente os de assistência social na busca de alternativas para sobreviver. Dentre essas alternativas o PBF têm assumido significado como uma “ajuda pra gente ter como passar, enquanto não arranja coisa melhor” segundo o depoimento de uma das entrevistadas.

Interessa-nos particularmente nessa análise compreender, como pensam esses sujeitos, como constroem suas concepções de mundo, de sociedade, de suas situações de vida. Compartilhando de uma indagação formulada por Yazbek (1993, p. 83) em seu estudo acerca das classes subalternas, interessa-nos também compreender as vivências daqueles que são atingidos diariamente por diferentes formas e expressões de pobreza e impelidos a partilhar muito pouco dos bens e riquezas socialmente produzidos. Quem são esses sujeitos, cujas vidas e condições de trabalho, em geral marcadas pela privação, os desqualifica e destitui de direitos elementares como o direito à vida? Entendo que os elementos fornecidos pela versão desses sujeitos contribuem para uma compreensão de como são construídas suas concepções a partir de experiências e identidades marcadas por uma condição específica, a pobreza. A partir dessa condição os sujeitos, não só constroem suas práticas sociais e representações como expressam, mediante suas narrativas, a realidade social e coletiva que vivenciam.

A primeira narrativa coletada é de **Benedita**, de 49 anos, casada, mãe de dois filhos. A filha mais nova de treze anos está no Programa Bolsa Escola Federal desde 2002, migrou em 2005 para o PBF. Benedita define sua vida como “uma vida de muitas lutas e poucas melhoras”. Sempre lidou com a pobreza. Filha de lavradores que viviam de roça num interior chamado Olinda Nova situado no município de São João Batista – MA, veio aos 15 anos para São Luis com a família em busca de “melhorias”. Após a chegada em São Luis residiu em casa de parentes no Bairro da Liberdade, trabalhou como doméstica, segundo ela para se manter e também ajudar nas despesas, “pra não ter que ficar nas costas dos donos da casa”. Benedita concluiu o segundo grau e sonhava em cursar enfermagem, mas não deu, pois, do seu trabalho em casa de família dependia também ajuda aos pais e os cinco irmãos mais novos. Casou, “pensando que as coisas iam mudar”, mas segundo ela

afirma: “tive que lutar ainda mais, por que meu marido não se mexe pra nada... tive que me virar pra criar meus filhos”. Benedita nunca teve emprego fixo, atualmente, vende produtos da Avon e da Natura, vende bolsas artesanais que aprendeu a confeccionar nos cursos profissionalizantes ofertados pela coordenação do PBF na SEMED, também cultiva pimenteiras no quintal para preparação de condimentos e temperos para venda. “Eu faço tudo que me dá dinheiro, eu não quero é vê meus filhos passar fome, isso não”.

Reside no Anjo da Guarda, bairro caracterizado como periférico situado na área Itaqui-Bacanga em São Luis. Segundo Benedita, “é um lugar bom pra morar, mas tem muito marginal”. Benedita mora com o marido e o casal de filhos numa casa modesta, composta de cinco cômodos e diz que: “o bom de tudo é que a casa é minha, mas não consegui terminar de construir... pobre pra fazer casa e terminar, bota muito tempo...” Sua casa necessita de reparos no telhado, nas portas e janelas, falta o piso e o quintal precisa ser carpido, pois “o mato tá entrando dentro de casa”.

Benedita lamenta muito a sua vida, que considera difícil, pois luta sozinha sem a ajuda do marido (56 anos, desempregado há 18). “Ele não se mexe pra nada, nem os serviços de casa, ainda empata de eu receber ajuda dos outros, porque todo mundo vê que tem um homem em casa, aí não vem... o meu irmão mesmo, eu já pedi pra ele vir aqui limpar o quintal pra mim, mas ele me disse na cara: tu não tem marido?... tenho, só que de nada serve”, desabafa com indignação. Teve uma crise nervosa em razão da falta de dinheiro para a compra de alimentos, pagamento das contas e despesas escolares dos filhos. “Quase fiquei louca, eu sentia tontura, frieza pelo corpo todo... tinha dia que me dava tanta raiva de tudo, de todo mundo, até eu queria morrer... eu tremia de tanto desespero, tem dia que ainda me desespero, tá vendo meu cabelo como tá caindo? É só de preocupação, eu vivo estressada, tenho pressão alta”, diz, mostrando os cabelos esparsos com o couro cabeludo quase totalmente à mostra. Há sete anos Benedita está freqüentando a Igreja Adventista do Sétimo Dia, pois acredita que somente em Deus pode conseguir forças para continuar. Diz Benedita: “eu não acredito em justiça senão de Deus, esse mundo não tem jeito... aqui nada tem jeito... eu não acredito nem que possa melhorar...”.

Para Benedita o longo período de desemprego de seu companheiro é associado ao que Woortmann (1987) define como quebra do pacto familiar, ou seja, o não cumprimento de suas funções sociais de provedor, representa insegurança quanto a possibilidade de superar a situação-limite (TELLES, 1992) em que se encontra. Sentir-se só no enfrentamento das lutas diárias, assumir a responsabilidade na provisão das necessidades da família, particularmente dos filhos, tem implicado para Benedita uma sobrecarga de caráter físico e emocional, além de indignação com a impassividade do marido ante os problemas da família. Tem clareza quanto às dificuldades relacionadas a empregabilidade, especificamente no caso de seu companheiro em que pesam a questão da idade e da qualificação, mas argumenta:

“pelo tempo que ele tá desempregado, se ele corresse mesmo atrás, nem que fosse um bico como varredor de rua ele arrumava, o caso é que ele não se bota, tá parado esse tempo todo, nem bico ele faz. Eu já mandei ele embora, mas ele não sai, nem me livrar desse homem eu consigo... cai tudo nas minhas costas... e eu não agüento mais. Pra que eu tenho homem em casa? Ele não me serve pra nada... , eu só queria que ele me deixasse em paz... eu vivo doente é só disso, é muita preocupação na minha cabeça... eu tô aqui, mas minha cabeça tá lá... pensando o que nós vamos comer amanhã, se eu não conseguir vender nada, se não receber dinheiro de umas freguesas que me devem”.

A situação de Benedita em relação ao seu companheiro por um lado, denota o que as análises de Sarti (2003, p. 58) apontam como força simbólica dos valores tradicionais e padrões patriarcais presentes até a atualidade na família brasileira. Tratam-se de valores e padrões que reafirmam a autoridade masculina pelo papel central do homem na mediação com o mundo exterior, na provisão de teto alimento e respeito. O não cumprimento desse papel implica numa fragilização social da família, bem como numa desvalorização moral do homem. Por outro lado também denota a dificuldade em enfrentar sozinha a situação de pobreza que assola a família. Como assinala Durham (1978), dadas as condições de precariedade de recursos de sobrevivência, o cumprimento das obrigações mútuas da família, assumem um significado funcional no suprimento das necessidades. Assumir sozinha a responsabilidade pela sobrevivência da família, além do desgaste físico e moral, implica na perda da funcionalidade da família em relação à sua sobrevivência, bem como na redução das perspectivas quanto ao enfrentamento da pobreza pela própria família (SARTI, 2003; SAWAIA, 1999).

O relato de **Eunice**, 43 anos, casada, três filhos, também mostra uma trajetória marcada por lutas e dificuldades. Seus três filhos eram do PBF, agora só dois permanecem no Programa, um filho de 12 e uma de 09 anos (o filho mais velho completou 16 anos). Recebe o benefício desde 2002, seus filhos eram beneficiárias do Programa Bolsa Escola Federal, atualmente unificado no PBF. Eunice estudou até a oitava série e nos diz que sabe “muito pouco”, pois “... o estudo no interior é muito fraco, minha irmã”. Informou-nos que está fazendo Aceleração para concluir o ensino médio.

Eunice está morando em São Luis há dez anos, é natural de Gonçalves Dias, município maranhense, onde começou a trabalhar na lavoura e na quebra do coco babaçu desde a infância. Segundo nos informou, sua família (pai, mãe e sete irmãos e, posteriormente, ela e o marido) convivia com a dificuldade do acesso à terra: trabalhavam em terra “alheia”, tinham que pedir permissão para a construção das roças e para a coleta do coco babaçu, além de ter que dividir os parques “lucros” da produção com os donos da terra. Em razão disso Eunice veio para a capital “atrás de uma vida melhor”, com o marido “dois filhos no braço e um no bucho”, com “uma mão na frente e outra atrás... já peguei muito baque, mas eu sou guerreira”, falou entre risos. Mora na Estiva, área localizada na zona rural de São Luis. Sua casa, própria, foi adquirida mediante ocupação espontânea. A construção ainda não foi concluída. “Com muita luta consegui botar de tijolo, mas falta rebocar, falta arrumar o banheiro, falta o piso, falta muita coisa... quase tudo”.

Eunice informa que nunca teve emprego, o marido também não. Possuem uma pequena quitanda, situada ao lado de sua casa. Segundo ela, a renda da quitanda é a fonte principal de sustento de toda a família, composta pelo marido, por ela, os três filhos e uma irmã dela. “Sabe como é, tem dia que dá mais, tem dia que dá menos, tem dia que não dá nada”. Eunice, se “vira” para complementar a renda da família, fazendo bordado, crochê, costura, também compra objetos nas “lojas de R\$ 1,99 para revender”. Contudo revelou que se trata de uma atividade incerta, principalmente devido aos “calotes”. Diz que tem muitos prejuízos, pois “os freguês nem sempre pagam direito... tem uns que nem paga, e eu nem cobro porque é tudo pobre que nem eu... assim como falta pra mim falta pra eles também, agora é ruim pra mim porque eu fico no prejuízo, e eu também preciso...”. O dinheiro do PBF é utilizado para os gastos dos filhos: escola, roupas, “comprei um DVD – em dez prestações – para eles ficarem em casa”. Para Eunice, manter os filhos em casa,

longe das ruas, é uma preocupação e um desafio. Informou-nos que, na área onde mora “tem muita violência, rola muita droga, cachaça e... meu filho de 16 anos já bebe”. Eunice se emociona e chora ao mencionar o problema do alcoolismo, pois segundo ela, é uma “maldição em sua vida”, pois atinge o pai, o marido e o filho adolescente.

Com muita tristeza, Eunice define sua vida como “muito infeliz”. Disse não “ter sorte” com amizades. Com frequência tem desavenças com os vizinhos, “... sempre foi assim, desde que eu morava no interior, sempre eu tô arrumando briga com alguém, mas é por que eles falam mal de mim, me provocam, aí eu não agüento”. Está há alguns meses frequentando a Igreja Universal do Reino de Deus e questiona por que, apesar de sua fé, clamor, oração e choro, Deus não a ouve, continua sendo uma pessoa “sem sorte”. Revelou que sua “carência” é tanta, a ponto de haverem ocasiões em que não sai de casa, nem para ir à Igreja, por falta de roupa, calçado e dinheiro para a condução. Revelou-nos, ainda, que é com muito sacrifício que se desloca para participar dos cursos profissionalizantes oferecidos pela coordenação do PBF na SEMED, localizada no Centro de São Luis, devido ao custo das passagens de ônibus, equivalente a R\$ 1,80 (hum real e oitenta centavos).

O relato de Eunice aponta além das situações de privação material, problemas familiares relacionados ao alcoolismo do marido e do filho e às relações de vizinhança. Com uma auto-imagem bastante distorcida de si mesma, Eunice entende que a situação de constante privação em que se encontra, associada aos problemas familiares, deve-se à “falta de sorte”, ao seu temperamento. Uma associação que segundo Sawaia (1999) denota a culpabilização pela situação vivenciada, uma culpabilização mediante a qual o sujeito incorpora a idéia de “merecer” as adversidades que lhe são impostas. Isto se expressa no dilema entre a crença nos princípios de sua religião que impulsionam a crer em perspectivas futuras diferentes das atuais e a incerteza associada ao temor de um futuro de fracassos ante a exposição da família a situações de risco.

Maria do Socorro, 51 anos, solteira, mãe de quatro filhos, também, revela uma trajetória que tem origem no êxodo rural. É proveniente do município de Pinheiro – MA, filha de lavradores. Sua família vivia da lavoura e da pesca. Trabalhou na roça até os 14 anos, quando veio para São Luis, trabalhar em casa de família para se manter e também parar “ter um lugar pra morar”. Sua família, muito pobre e numerosa (pai, mãe e 11 filhos) não tinha como se sustentar. A dificuldade de trabalhar e produzir na terra impossibilitou a sobrevivência da família no campo: “a gente não tinha terra e só trabalhava pra comer... não tinha nada. Em razão disso “os filhos tiveram que cada um dar seu jeito de viver”. Maria do Socorro nos informou que já “perambulou” muito. Já esteve no Pará na zona dos garimpos, em Porto Velho, Manaus em busca de “melhorias”. Sempre trabalhou em casa de família como empregada doméstica. Atualmente não está trabalhando mais devido a idade, doença (problemas de coluna e distúrbios neurológicos), dificuldade de conseguir emprego. Acredita que “as patroas” preferem as empregadas mais jovens por serem mais ágeis. Nunca se casou, teve quatro filhos. Sua filha caçula, atualmente com doze anos foi incluída no Programa Bolsa Escola desde 2002.

Há um ano atrás, Maria do Socorro sofreu a perda de seu filho mais velho, de 24 anos, em consequência de um aneurisma cerebral. “Fiquei tão mal... ainda não recuperei, tô com os nervos abalados até hoje, foi uma dor muito grande”. Maria do Socorro mora com os três filhos (dois de seus filhos, de 21 e 19 anos estão desempregados) em uma casa de quatro cômodos localizada no bairro da Liberdade, área periférica considerada de risco, devido aos índices de violência e criminalidade. A casa, própria, ela conseguiu através do PROMORAR. “Quando vim morar aqui só tinha um quartinho... cabia só um

fogão, uma cama de solteiro e uma mesinha, tudo apertadinho...”. Maria do Socorro conseguiu ampliar a casa, construindo mais um quarto, uma sala, cozinha e banheiro, mas não estão concluídos, segundo ela “falta tudo”, referindo-se a piso, reboco, acabamentos e reparos. Reclama da infraestrutura precária de sua rua: “é escura, não tem asfalto, é cheia de buraco...”. O mais grave, porém, é o abastecimento de água, deficiente. Socorro tem acesso à água através da ajuda de um vizinho que “joga a mangueira por cima do muro do meu quintal”. Ela contribui de forma irrisória com o vizinho (que possui uma cisterna), pagando ocasionalmente R\$ 5,00 pela água utilizada. Além da renda do PBF, Socorro conta com a “ajuda” do pai de sua filha mais nova que “manda alguma coisa quando pode”, confecciona trabalhos manuais para vender (bolsas, toalhas, peças de vestuário, tapetes...). Participa de todos os cursos profissionalizantes ofertados pela coordenação do PBF, buscando possibilidades de auferir mais renda. “A gente precisa atirar pra tudo que é lado”.

Problemas de ordem emocional associados a problemas físicos constituem-se preocupações centrais na vida de Maria do Socorro, sendo a impossibilidade de trabalhar e obter garantias ainda que mínimas de sobrevivência a causa principal desses problemas. Uma situação em que a doença se apresenta como elemento desestruturador das instáveis condições de vida que marcaram a sua trajetória de vida. A busca de estratégias de sobrevivência conforma uma trajetória marcada por migrações e tentativas de estabilidade mediante condições que permitissem “...botar meus filhos pra estudar numa escola boa, poder comprar as coisas prá eles, alimentar bem meus filhos, ter uma casa melhor... eu nunca quis luxo, não... eu só queria uma vida normal pra mim e pros meus filhos”. Uma vida “normal” segundo Socorro, significa garantir um padrão que possibilite a reprodução social da família em termos de alimentação, educação, saúde, moradia dentre outros elementos necessários à reprodução humana.

Maria do Socorro enfrentou e ainda enfrenta a responsabilidade de ser mãe solteira. Conseguir criar seus filhos sozinha, com ajuda de seus pais e irmãos, representou para ela um ato de “coragem”, sendo que

“... não foi fácil, parir quatro filhos e não ter pai pra ajudar a criar, enquanto eu trabalhava em casa de branco, minha irmã e minha mãe, as veiz uma vizinha me ajudavam com os meninos, mas não foi fácil, eu via meu filho as veiz de noite, as veiz só dia de domingo... as patroa não quer saber das dificuldade que a gente tem com casa ou com filho, quer que a gente dê conta do serviço. Agora tem só minha caçula pra terminar de criar, que não tá fácil, agora tá pior que eu não posso mais trabalhar como eu trabalhava antes... tem a idade, tem a doença, é muito difícil, todo dinheirinho que entra é só pra comer e mal”.

A experiência de mãe solteira vivenciada por Maria do Socorro denota o que autores como Sarti (2003) e Woortman (1987) definem como um código moral expresso na prova de um valor associado à coragem de quem assumiu as conseqüências de seus atos. Como nos revelou a própria Maria do Socorro: “... tá certo que eu dei minhas cabeçadas, mas assumi, nunca tirei nenhum filho, pari e criei, apanhei, mas não dei nenhum, passei muito aperto... muito mesmo... ah, eu já comi o pão... mas criei e ainda tô criando”.

As análises de Sarti (2003) a esse respeito⁵⁴ mostram que para a mãe solteira em situação de pobreza, trabalhar para garantir o sustento dos filhos significa redimir-se em

⁵⁴ Em estudo realizado acerca de famílias em situação de pobreza, Sarti (2003, p. 76) constatou que, para as mães solteiras, assumir a responsabilidade de criar os filhos se inscreve num código de honra feminino que

relação às “cabeçadas”. Contudo não dá para desconhecer que, para a mulher solteira e pobre, assumir a responsabilidade pelo sustento dos filhos torna-se onerosa, de forma que a autonomia moral mediante o trabalho, embora necessária, não é suficiente, haja vista os baixos rendimentos que auferem associados à precariedade de moradia, à dificuldade de cuidar dos filhos e à ausência de serviços e equipamentos sociais e comunitários que viabilizem essa autonomia dentro de um padrão que permita a reprodução dos filhos (BRUSCHINNI, 2000). Ademais, a consolidação de sua independência econômica depende do apoio e da garantia do suporte junto aos familiares e vizinhos.

A busca de Maria do Socorro por atividades que lhe assegurem algum rendimento que proporcione a reprodução de sua família reflete o drama de mulheres pobres, com baixo grau de instrução, na faixa etária acima dos 40 anos e que têm famílias dependentes do seu trabalho. Hirata (2000) e Bruschini (2000) alertam que se trata de um problema crescente na sociedade brasileira, agravado pelo elevado índice de desemprego e pela redução de perspectivas de empregabilidade, especialmente entre os jovens, impelidos a prolongar o período de residência com os pais como forma de assegurar a sobrevivência, o que ocorre com os filhos adultos de Socorro, desempregados, com os estudos inconclusos, dependentes dos poucos recursos da família que, segundo ela “... tem que dá pra todo mundo passar... bem não passa, mas passa”.

Odete, 42 anos, nos revelou uma história que, segundo ela, é “de muita luta e pouca melhora”, a exemplo de Benedita. Solteira, há dez anos mora com um companheiro com quem tem duas filhas, uma de nove e outra de sete anos. A inclusão inicial foi efetuada no Programa Auxílio Gás em 2002. Atualmente as duas filhas estão incluídas no PBF mediante migração efetuada em 2005. Odete estudou até a oitava série. Parou de estudar porque precisava trabalhar para se manter. Também é proveniente do interior do Maranhão, natural do município de Maracaçumé, onde vivia com a família (pai, mãe e 9 irmãos). Trabalhava com pesca e lavoura, trabalho que, segundo Odete, é um trabalho “que não dá em nada... às vezes a gente não tinha nem pra comer”, pois trabalhavam para “os outros”. Está em São Luis há 16 anos, para onde veio trabalhar em casa de família como faxineira. Diz que já “fez de tudo” para sobreviver, já trabalhou como faxineira, manicure, vendedora (produtos da Avon), mas agora quer mudar. Está aprendendo a confeccionar trabalhos manuais. A renda da família é oriunda de uma pequena barbearia, onde o companheiro de Odete trabalha por “conta própria”. Informou que “tem dia que ele tira R\$ 5,00... e é desse que nós come... de qualquer jeito tem que dá”.

Odete mora com o companheiro e as duas filhas no bairro da Santa Clara, localizado nas proximidades da zona rural de São Luis, numa casa que adquiriu mediante ocupação espontânea e que define como “tapera”⁵⁵, pois a construção está incompleta e ela acredita que não vai conseguir concluir: “vai demorar demais e falta tanta coisa... e o dinheiro que entra só dá pra comer e pras despesa das meninas”. Odete reclama de suas condições de moradia, diz que não poderia “ser pior”, principalmente durante o período das chuvas. Sua rua não dispõe de abastecimento de água – feito através de poço – “a água é horrível”, diz. A rede de esgoto inexistente, este corre a céu aberto. “Quando chove a rua vira

confere à mulher o mesmo respeito conferido ao homem como provedor da família. Neste código o trabalho é significativo como mediação que permite à mulher o mesmo reconhecimento e autonomia conferidos ao homem. Para essa autora, a mulher solteira e pobre “... trabalha e sustenta sua prole como forma de reparação do erro de ter uma vida sexual sem um parceiro fixo que legitime seu lugar de mulher...”.

⁵⁵ Expressão comum na linguagem da população rural maranhense, utilizada para definir construções habitacionais que se encontram em estado de deterioração ou em ruínas.

um rio de lama e sujeira”. Participa de todos os cursos profissionalizantes e diz que quer aprender “de tudo” para ter mais opções para “sobreviver e criar minhas filhas”.

As condições de moradia e saneamento básico constituíram a tônica do relato de Odete. Ao contrário das demais mulheres, Odete nos pediu que não fôssemos à sua residência, pois, segundo ela “faz até vergonha... receber gente de fora... não tem condição, não...”. Embora tenhamos observado que tais condições se encontram insatisfatórias para as demais entrevistadas, foi Odete quem mais enfatizou a preocupação com a precariedade em que habita. Uma preocupação que Santos (1999) e Lima (2004) entendem como a frustração com expectativas não cumpridas, pelo poder público quanto às condições de vida urbana, como também com a própria luta, que por vezes aparece como uma luta infrutífera por não viabilizar o objeto almejado: a conquista do espaço de moradia em condições dignas. Lima adverte (2000, p.222) que não se trata apenas do desejo de realização de um valor fundamental da sociedade capitalista que é a propriedade privada, sendo que se refere à necessidade de construção do próprio espaço de forma mais duradoura, no sentido da territorialização como forma de conferir sentido a uma existência marcada por adversidades.

Neste sentido a moradia, mais do que uma referência físico-espacial, representa um novo recomeço, a remontagem de um projeto de vida esfacelado pelas condições adversas da vida rural, representa, portanto um elemento essencial na construção de uma identidade social. Para Odete a vulnerabilidade da situação de moradia como limite de sua condição de sobrevivência representa uma ameaça constante de ruptura com projetos e perspectivas de mudanças futuras. Contudo não se pode desconhecer que a persistência das condições de precariedade, manifestas na própria existência em que o dinheiro “mal dá pra comer” ao mesmo tempo em que gera sentimentos de descrença, também revela a tenacidade e perseverança na busca de reconhecimento social e público como ressalta Lima (2004).

Odete, na sua busca por alternativas diversas de aquisição de renda, nas denúncias quanto às condições de moradia e saneamento básico ultrapassa estereótipos e estigmas que historicamente têm definido o lugar dos pobres na sociedade. A indignação, como bem nota Oliveira (2005), reflete o inconformismo quanto às condições que lhe são impostas, consideradas incompatíveis com as suas condições humanas.

“Sinceramente, minha maior vontade é morar num lugar melhor, onde eu vivo num é lugar pra gente viver, tá certo que a casa é nossa, mas, porque foi só essa que a gente teve condição de ter... pobre que nem nós, só vai pra invasão, pra lama, onde num tem nada, onde é ruim de tudo e aí a gente pergunta: por que é que pra gente tem que ser tudo tão ruim, tão difícil?”

A história de **Tereza** também mostra uma trajetória de muita luta pela sobrevivência. Solteira, 32 anos, mãe de dois filhos, um menino de doze e uma menina de dez. Os dois filhos estão no PBF desde 2003, incluídos, inicialmente, no Bolsa Escola. Tereza é natural de São Luis, estudou até a quinta série e parou para trabalhar e ajudar a família (pai, mãe e cinco irmãos). Aos quatorze anos de idade foi trabalhar em casa de família, inicialmente como babá e depois como faxineira. Mora na Cidade Olímpica, área periférica de São Luis, povoada, majoritariamente, mediante ocupação espontânea. Sua casa, “só tem as paredes e a coberta (telhado), falta piso, janela, tem que arrumar o banheiro

que é de fossa rudimentar, falta tanta coisa...”, possui quatro cômodos. “Só pra mim e meus filhos, tá bom...”. Seus pais e irmãos também moram na Cidade Olímpica, em outra rua, mas perto de sua casa, disse-nos que todos vivem lutando. “Essa casa foi minha mãe que me deu... quando o pessoal tava invadindo os terreno, ela aproveitou e conseguiu três terreno... me deu esse aqui, outro é dela e outro de minha irmã que também tem dois filhos”.

Tereza não tem companheiro, disse que “despachou” o último companheiro com quem vivia, pois este não a ajudava com as despesas e serviços de casa, “ele só queria ficar em casa vendo televisão o dia todo... pode uma coisa dessa?”. Desde os 14 anos de idade Tereza trabalha em casa de família como empregada doméstica, atualmente é faxineira para ter mais tempo para se dedicar aos filhos e aprender a fazer outras coisas para ganhar dinheiro. Além de faxinas, faz trabalhos manuais e pesca peixes e mariscos para vender.

“Eu faço qualquer coisa pra sobreviver com meus filhos... eu já vendi peixe na feira, já trabalhei de camelô na Magalhães de Almeida... o negócio é que essas coisas só da pra gente fazer por um tempo, depois num dá mais, aí a gente tem que se virar pra outro lado, mas eu não paro... eu não posso parar... eu agora vendo picolé, pego peixe, camarão, caranguejo boto no cofo⁵⁶ e saio vendendo mesmo na rua, oferecendo de casa em casa, eu não tenho vergonha de fazer isso, não... eu me virando do jeito que eu me viro falta tanta coisa pros meus filhos... e isso me dói... eu lhe digo mesmo, me dói. Eu chorei muito no Natal... eu não pude comprar um brinquedo pros meus filhos, ainda bem que eles não exigem, meus filhos me ajudam nesse ponto, eles sabem que eu não dou certas coisas pra eles por que eu não posso, aí eles não exigem... Quando foi esse ano agora na páscoa eu fiz um esforço e comprei um ovinho de páscoa pra cada um, eles ficaram contentes demais, e mais contente fiquei eu, mas isso é por que eu me viro feito doida... e se eu não fosse assim, pau pra toda obra?”.

Tereza ressaltou que a sua luta árdua é premida pelo desespero de enfrentar constantes situações de privação e escassez. “Eu já pensei em fazer muita besteira... pensei até em morrer, é sério, a gente olha pra todo lado e não vê saída, ainda mais com dois filhos pra criar... e sozinha...”.

As condições de moradia de Tereza não são satisfatórias, sua rua não é asfaltada, não possui saneamento básico, o abastecimento da água é feito através de um poço comunitário, “o gosto da água é ruim que só, a gente bebe por que é o jeito”. Segundo Tereza a energia elétrica é a única coisa positiva que existe na rua onde mora. Reclama das condições de segurança do bairro, diz que “tem muito bandido, toda dia acontece uma coisa aqui... é uma briga, é um assalto, uma morte...”. Também reclama do posto de saúde, “nunca tem nada...” e da escola que os filhos freqüentam, diz que as condições são “péssimas”. Participar dos cursos profissionalizantes é uma possibilidade de aumentar sua renda, mas também uma dificuldade devido ao custo das passagens de ônibus. A passagem é a mais cara de São Luis: R\$ 1,80 (Hum real e oitenta centavos), “tem dia que não tenho dinheiro pra passagem”. Aposta no futuro dos filhos através da educação: “quero que eles estudem pra ter mais sorte do que eu”.

⁵⁶ Cesto confeccionado com as folhas da palmeira do coco babaçu. Dentre as suas várias utilidades está a armazenagem e o transporte de alimentos.

Assegurar a sobrevivência garantindo o mínimo para o sustento dos filhos representa um drama na vida de Teresa que, como mãe solteira, defronta-se com a responsabilidade de prover as necessidades da família. A persistência e gravidade de condições de privação e escassez são uma constante ameaça na vida dessa “beneficiária” que se vê impelida a desenvolver o denominado trabalho duro ou o serviço pesado (SARTI, 2003), considerados como masculinos para minimizar os efeitos da privação em que vive.

A trajetória marcada pelo desenvolvimento de uma multiplicidade de trabalhos instáveis denota a resistência, aliás, uma resistência presente na vida dos pobres em relação a uma condição de vida que não escolheram (YAZBEK, 1993). Essa resistência, repleta de sentimentos que mesclam a esperança e impotência, se expressa nas lutas e no inconformismo ante às adversidades vivenciadas. Teresa enfrenta um cotidiano no qual cria e recria estratégias de luta pela sobrevivência. Nessa luta questões relacionadas ao trabalho, à moradia e saneamento básico, a educação dos filhos que considera “de péssima qualidade” e a violência tornam-se prementes provocando uma tensão constante expressa no temor de “não conseguir criar e educar meus filhos” e na esperança de que os filhos “tenham um futuro melhor”.

Selma, 37 anos, casada, é mais uma história de luta. É natural do município de Guimarães – MA, onde viveu até os doze anos de idade com a família (pai, mãe e dez irmãos) que trabalhava na lavoura. Veio para São Luis morar com uma tia para poder estudar e trabalhar para poder ajudar a família. Atualmente seus pais, idosos, ainda moram no interior, seus irmãos, estão “espalhados pelo mundo”. Concluiu o segundo grau (ensino médio) e desde então passou a trabalhar como comerciária, exercendo a função de caixa numa loja de confecções na Rua Grande (Centro Comercial de São Luis). A partir de 1995, já casada e com um filho pequeno as coisas mudaram: “fui demitida... e só trabalho assim... fim de ano quando tem muita venda e as lojas precisam de mais gente pra vender... aí eles chamam e depois mandam embora de novo... é assim”.

Selma tem três filhos, todos incluídos no PBF, um de doze anos, outro de dez e uma de sete. Há três anos recebe o benefício, mais utilizado para as despesas escolares dos filhos. Para complementar a renda familiar, Selma, atualmente faz “bicos” como faxineira em casa de família. “Não posso ficar parada, com tanta necessidade”. O marido trabalha “por conta própria” como pintor, submetido às oscilações das demandas de trabalho. “Às vezes ele fica mais de dois meses parado...corre atrás, mas nem sempre acha”. Os pais de Selma constituem grande preocupação para ela, pois é a filha mais próxima deles. Cinco de seus irmãos estão fora do Maranhão, os demais “não se importam” com os pais. Idosos e doentes, seus pais vivem com uma parca aposentadoria rural e contam com o apoio dela, que lamenta não poder ajudá-los como gostaria.

Selma não possui casa própria. A casa, situada no Bairro de Fátima, onde mora com o marido, os filhos, duas irmãs e um cunhado é “emprestada” pela família do marido. Trata-se de uma casa pertencente a cinco irmãos como herança de família. Como o marido de Selma é o único a não ter casa própria, houve um acordo entre os irmãos que ele ficasse residindo até conseguir casa própria. Selma demonstra uma grande preocupação em relação a essa situação, pois não vê saída. “Nós hoje não podemos alugar nem um quarto...”. A aquisição da casa própria constitui-se uma prioridade para a família de Selma. Sua busca é constante e incansável, participa de cursos profissionalizantes e também “espalha” o currículo em todas as lojas da Rua Grande na esperança de conseguir um trabalho mais estável. Disse que já esteve a ponto de ter um colapso nervoso em ocasiões que “...não tive dinheiro para comprar pão para os meus filhos”. Comprou uma máquina de

costura, de segunda mão, aprendeu a costurar, confecciona roupas e peças íntimas para vender e também faz reparos em roupas.

A situação atual de Selma é definida por ela como um movimento semelhante ao “rabo de cavalo, que cresce pra baixo”. Após ter trabalhado como comerciária em diferentes lojas, defrontou-se com o desemprego, o qual vem enfrentando há onze anos e desde então vive uma verdadeira peregrinação marcada por vínculos instáveis e temporários. Ante essa situação Selma foi impelida a desenvolver atividades consideradas por ela como não compatíveis com a sua formação e prática: faxineira, vendedora ambulante. Não se dispõe a buscar e exercer tais atividades, sendo que a premência da sobrevivência lhe impõe que assim seja, contudo desabafa com certa indignação:

“... olha é muito difícil, eu já faltei secar minhas pernas andando nessas lojas da Rua Grande, do João Paulo (bairro de São Luis), eu deixo o currículo, mas é como eu lhe falei... eles chamam quando tem muita venda... mais na época de Natal, fim de ano, quando chega o começo do ano eu já fico triste... lá vou eu ficar desempregada de novo, isso é muito sofrido, ainda mais pra quem tem um marido que vive de bico, sem casa própria, com três filhos pra criar, a gente corre atrás do emprego e o emprego corre da gente e aí a gente tem que se virar de qualquer coisa, fazer esses bicos que eu faço pra ajudar em casa... tem vez que dá, tem vez que não dá... e é assim”.

Como bem adverte Schiochet (1999) num quadro de crise do mercado de trabalho, reduz-se a relação de compra e venda da força de trabalho acompanhada de uma crescente informalização dessas relações e da necessidade de trabalhadores como Selma obterem renda através de outros meios. Em decorrência de todo um processo de redução de postos de trabalho e de mão-de-obra emerge o mercado sazonal no qual os trabalhadores convivem com oferta em temporadas específicas e escassez fora desses períodos. Decorre daí um agravante definido por autores como Werner e Moreira (2000) e Nascimento (1996) como perda não apenas do trabalho, mas da identidade. A luta vivenciada por Selma expressa, além da busca da sobrevivência, o resgate de sua identidade como “comerciária”. Tendo que buscar alternativas para o enfrentamento de uma economia heterogênea recorre aos chamados “bicos”.

A questão da moradia assume centralidade no conjunto das preocupações vivenciadas por Selma devido ao fato de não possuir casa própria. No seu relato deixou claro que a aquisição da casa própria significa para ela e sua família a possibilidade de enfrentar com menos sofrimento as condições de adversidade que o desemprego e baixa renda impõem à sua família. Não ter casa própria constitui um problema, motivo de preocupação constante: “a gente pode tá passando o pior, mas se tem seu canto pra cair dá pra agüentar... e quando não tem?... eu imagino muito se os pais de meu marido morrerem e os irmãos dele pedirem a casa, que é direito, não é? Como é que a gente vai ficar... ?”

O fato de não ter casa para Selma e sua família assume uma conotação que vai além de não ter a propriedade, o próprio espaço, e estende-se à questão simbólica relacionada à diferenciação entre o seu marido e os irmãos, fazendo dele o mais necessitado de todos: “... de todos os irmãos ele é o único que ainda não tem uma casa... às vezes eu acho que ele se acomoda um pouco com isso, a gente tá aqui, mas não é nosso... qualquer hora os donos podem pedir...”. Lima (2004, p. 224) assinala que ter casa própria significa

uma ascensão na base de uma hierarquia social em que os pobres se situam. Nesse processo de ascensão social, a aquisição da casa própria representa uma conquista significativa. Mais do que aquisição de um bem, significa uma condição de dignidade por não ter que viver de favor, sob a tensão de um possível despejo. Também significa, segundo a autora, um elemento diferencial em relação aos pobres que, numa escala de precarização, são qualificados como ainda mais pobres em razão de não possuir a moradia.

Outra história é a de **Maria Joana**, 52 anos, viúva, mãe de quatro filhos adultos, natural do município de Presidente Juscelino – MA. Maria Joana cria um neto de doze anos, filho de sua filha mais velha, registrado como seu filho. O neto de Maria Joana é beneficiário do PBF desde 2003. Maria Joana estudou até a quarta série, quando teve que parar para trabalhar e ajudar no sustento de sua família ainda no interior. Sua família, pobre e numerosa (pai, mãe e doze irmãos) vivia de pesca no interior e não podia sustentar os filhos. “Meu pai não tinha nem uma canoa pra pescar... era emprestada, ainda tinha que dividir o peixe de ‘meia’ (metade) com o dono da canoa... mal dava pra comer”. Veio para São Luis na década de 1960 para trabalhar em casa de família como empregada doméstica. Parou de trabalhar depois que se casou e teve filhos. Contudo, o falecimento do marido – há dez anos – “tornou as coisas mais difíceis do que já eram”. Seus filhos estão desempregados. A filha mais velha, de 24 anos vive na região dos garimpos no Pará em busca de melhores condições de sobrevivência. Os outros três com idade entre 22 e 19 anos estão “correndo atrás” de uma oportunidade de emprego, mas está difícil. O desemprego dos filhos associado a sua dificuldade para voltar a trabalhar como doméstica devido a problemas de saúde (Maria Joana tem problemas respiratórios devido à asma, bronquite e alergia) a levaram a buscar formas de aumentar sua renda. Recebe uma pensão (deixada pelo marido) equivalente a R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) valor reduzido à metade de um salário mínimo em razão de ser dividido com um neto de seu marido (nascido de uma filha já falecida que seu marido teve fora do casamento). Para complementar essa renda Maria Joana confecciona peças íntimas, bolsas artesanais e vende produtos da Avon. Quer investir na formação do neto: “sonho com um futuro melhor pra ele”.

Maria Joana reside no bairro da Vila Embratel, na área Itaquí-Bacanga, em uma casa de quatro cômodos que divide com três de seus filhos, mais o neto que cria. Gostaria de morar em outro lugar, “melhor pra se viver”. Considera seu bairro violento e teme pelas influências que pode causar no seu neto. As condições de moradia são consideradas “ruins” por Maria Joana. Não tem água encanada em casa. Através de um vizinho, que tem poço no quintal, ela tem acesso à água. Ainda não pôde construir a casa que precisa de reparos “do telhado até o chão” falou entre risos. Sonha em poder comprar uma máquina de costura para poder trabalhar em casa. As peças que vende são confeccionadas na máquina industrial da SEMED, na coordenação do PBF, isso para Maria Joana implica num custo considerável, em face do deslocamento da Vila Embratel para o Centro de São Luis. “É bom, mas nem sempre tem o dinheiro da passagem”, equivalente a R\$ 1,30 (hum real e trinta centavos). Maria Joana diz que se sente cansada de uma “vida de trambolhão”, mas que espera ainda ter “forças pra continuar a viver...”.

A semelhança de Maria do Socorro, Maria Joana defronta-se com a desestruturação das condições de vida familiar provocada pelo desemprego dos filhos, problemas de saúde que a impossibilitam de “trabalhar em casa de família”, a faixa etária acima dos 40 anos, acrescidos da perda do marido. Para Maria Joana a perda de seu marido agravou uma condição de vida marcada por constantes privações. Ressaltou que: “numa

fase da vida em que eu devia tá aposentada, descansado, ainda tenho que tá me virando, correndo atrás, sem condição, doente, mas eu não tenho outro jeito...”. Atribui sua situação ao baixo nível de instrução e ao fato de não possuir uma profissão, mas enfatiza que “não teve escolha: “era trabalhar ou morrer de fome e de necessidade”.

Telles (1992) e Guimarães (2005) destacam a perda dos companheiros por situação de separação ou falecimento como um dos fatores que impulsionam a mulher a assumir o papel de provedora da família. Ademais se constata que, em razão do desemprego dos filhos e da persistência das privações e dificuldades que assolam a família, o papel de mãe provedora tende a prolongar-se por mais tempo, impelindo a mulher a continuar buscando meios para manter o sustento da família mesmo quando se encontra sem condições objetivas de fazê-lo, sobretudo por motivos de enfermidade.

Trata-se de um fator que, dentre outros, confirma o significado da família na vida dos pobres como núcleo de segurança, sobrevivência material e espiritual, especialmente em tempos de escassez de recursos e possibilidades (TELLES, 1992; SARTI, 2003; LIMA, 2004). E outro aspecto que merece ser destacado refere-se ao prolongamento da jornada de trabalho na faixa acima dos 50 anos. O IBGE (2006), recentemente divulgou informação relativa a esse aspecto mostrando que já somam 6,3 milhões de brasileiros, o equivalente a 18,1%, os trabalhadores nessa faixa etária que são responsáveis pelo sustento da família, em decorrência, principalmente do desemprego dos mais jovens.

Assim como as demais entrevistadas Maria Joana ressaltou a preocupação com as condições de moradia, saneamento e segurança. Apontou a constante tensão em face da criminalidade que assola o local onde mora, e destacou o descaso e negligência das autoridades públicas em relação aos problemas vivenciados pelos pobres. Estabelecendo um paralelo entre ricos e pobres, assim se pronuncia: “... eu duvido que se fosse um lugar de gente rica que tivesse com esse problema de água se a CAEMA já não tinha mandado ajeitar, mas aqui? Pra eles tem polícia andando de carro nas ruas, tem toda facilidade... e pra nós? A gente sempre fica com a pior parte... eles não querem nem saber”.

A narrativa de **Lindalva**, 47 anos, solteira, reflete mais uma história que tem início com o êxodo rural. Lindalva é natural de Humberto de Campos – MA, onde viveu com a família (pai, mãe e oito irmãos) até os 13 anos de idade. “Lá não tinha futuro, a gente vivia de pescar... prá comer”. Veio para São Luis estudar e ter uma oportunidade melhor para viver. Estudou até a oitava série, interrompeu os estudos para “morar junto” e trabalhar. Teve quatro filhos, hoje adultos, e cria um sobrinho, registrado como seu filho, atualmente com doze anos, filho de sua irmã que é deficiente mental e mora com ela. O sobrinho de Lindalva é beneficiário do PBF há três anos. Lindalva mora no bairro da Vila Embratel, na área Itaqui-Bacanga. Mora com três de seus filhos, o sobrinho, uma irmã deficiente mental, um irmão deficiente físico e visual e o pai com 91 anos. O companheiro de Lindalva foi embora há dez anos: “... ele me largou pra ir morar com uma menina que tem idade pra ser filha dele”, informa. É ela quem cuida do pai e dos irmãos com deficiência. O filho mais velho de Lindalva é casado e mora no Fumacê, bairro também localizado na área Itaqui-Bacanga, os outros três: uma filha de 21, uma de 20 e um filho de 18 moram com ela e estão desempregados, o mais novo ainda não concluiu o ensino médio. Diz que sua vida é por demais cansativa, mas que encontra forças em Deus. Lindalva frequenta a Igreja do Evangelho Quadrangular, segundo ela é onde busca “forças e esperanças pra tocar a vida pra frente”.

Lindalva sonha em concluir a construção da casa, de cinco cômodos, “é desconfortável, apertada pra tanta gente... mas é o jeito, né?”. Lamenta não ter concluído os estudos, gostaria de ter cursado enfermagem. A fonte de sustento da família de Lindalva vem da pensão de seu pai, equivalente a um salário mínimo e da renda obtida do seu trabalho como feirante. Lindalva possui uma “barraca” na feira da Vila Embratel onde vende hortaliças e verduras. Há cinco anos trabalhou como camareira num hotel de São Luis durante um ano, mas foi demitida e desde então busca outros meios para garantir o sustento. A renda do PBF segundo ela, “ajuda nas despesas escolares do sobrinho”. Luta para conseguir uma pensão por invalidez para a irmã com deficiência, mas por enquanto, não conseguiu⁵⁷. “Todo mundo tem que viver é desse pouco que a gente tem”.

O elemento diferencial na situação vivida por Lindalva, também marcada por uma trajetória extensa de privações, reside num problema que, conforme apontado por Sen (2002) implica em desvantagem para as famílias pobres, ou seja, quando estas se defrontam com situações em que a renda obtida, além do garantir o sustento de seus membros ainda tem que ser convertida em assistência para pessoas idosas, portadoras de enfermidades ou com algum tipo de deficiência. Tendo por referência, segundo o autor, a relação entre renda e a capacidade de funcionamento da família, há que se considerar que essa relação é afetada por necessidades específicas de idosos, enfermos, pessoas com deficiência, número de membros da família, dentre outros. Segundo Lindalva informou os medicamentos necessários ao pai e aos irmãos, freqüentemente têm que ser sustados por falta de recursos,

“... e aí, é um problema por que eles não passam bem, principalmente minha irmã que precisa de remédio controlado, nem sempre a gente ganha da prefeitura, tem que comprar, e aí eu fico sem condição. Meu pai tem diabetes, pressão alta, meu irmão também, por isso eu quero ver se aposento eles (os irmãos, o pai é aposentado como trabalhador rural)... pra ver se garante ao menos o remédio deles, uma alimentação melhor... tratar melhor deles, por que a gente faz o que pode, mas é muito difícil. Em casa a gente reveza pra cuidar deles, eu e a minha filha que tá sem trabalhar, quando eu vou pra feira ou vou lá pro curso, ela fica com eles... mas é assim, todo mundo em casa ajuda com eles, pra aliviar a gente, por que não é fácil, viu?”.

Suely é a mais jovem dentre os sujeitos desta pesquisa, tem 28 anos, solteira, um filho de sete anos, beneficiário do PBF desde 2003. Viveu durante um ano com um companheiro, pai de seu filho, de quem se separou há seis anos, segundo ela por problemas de convivência. Os pais de Suely separaram-se quando ainda era criança (4 anos de idade). Ela e os quatro irmãos foram “doados” para os parentes. “Cada irmão foi pra um lado, eu fiquei com a minha avó que me criou e pra mim é minha verdadeira mãe”. Desde então Suely quase não tem notícias dos pais ou dos irmãos, os contatos são raros. Com certo ressentimento ela afirma: “minha família é minha avó e meu filho”. Mora com a avó de 77 anos e o filho numa casa de cinco cômodos, localizada no bairro do Cruzeiro do Anil. Suely é natural de São Luis, possui o segundo grau completo (ensino médio) e nunca teve emprego formal. Trabalha por “conta própria” confeccionando roupas, bolsas e bijuterias

⁵⁷ Com relação a essa preocupação foram prestadas à Lindalva informações relativas ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, destinado a pessoas como sua irmã. Lindalva disse que já tentou por diversas vezes junto ao INSS, mas que até o momento não obteve nenhum retorno.

para vender. Além da renda obtida com a venda desses produtos definida por Suely como “incerta”, a família se sustém com a aposentadoria da avó, equivalente a um salário mínimo. O pai de seu filho contribui ocasionalmente com as despesas escolares e alimentares, também complementadas com o recurso do PBF.

Segundo nos informou Suely, sua família, possui gastos elevados com tratamentos de saúde. Sua avó é hipertensa, seu filho tem intolerância alimentar e ela é portadora de insuficiência cardíaca desde a infância e também é hipertensa. Suely informou que já teve várias crises cardíacas, incluindo paradas cárdio-respiratórias e ameaças de enfarte. Os gastos com consultas, exames, medicamentos, além de produtos especiais para a alimentação do filho “consomem quase todo o dinheiro que entra”. Diz que está disposta a lutar para que seu filho alcance um futuro melhor. Considera-se uma lutadora, disposta a buscar todos os recursos para superar as condições adversas em que se encontra. “Não reclamo da vida, acho que a gente tem é que se dispor a correr atrás...”.

A história de Suely, a semelhança de Lindalva, traz a questão da desvantagem, aludida por Sen (2002), provocada por situação de doença, sendo que se trata de uma família em que todos os membros necessitam de mais recursos para o tratamento das enfermidades. Suely não se considera uma pessoa desempregada em razão de nunca haver exercido atividade no mercado formal de trabalho, para ela o trabalho assalariado “não compensa” pelo fato de “não garantir uma sobrevivência digna” e ainda restringir as possibilidades do trabalhador – em função de tempo e disponibilidade – em outras atividades “mais lucrativas” que segundo ela se inscrevem no trabalho autônomo.

“Meu sonho é botar meu próprio negócio, na área de confecções, roupa de cama, mesa e banho, bijuterias, acessórios.. é nisso que eu tô me capacitando, eu gosto... e eu não quero depender de patrão... a gente faz o horário de trabalho da gente, não depende de ninguém, não fica se sujeitando ao que não quer pra receber esse salário de vergonha que não dá pra nada... Eu conheço gente que é empregada do Estado, do município, só pra dizer que tem emprego, mas vive numa pindaíba... eu quero botar meu negócio, ser funcionária não dá pra mim, eu não vou poder pagar nem um plano de saúde... e a gente aqui precisa disso, eu, minha avó, meu filho, a gente precisa de um tratamento decente, um tratamento bom... eu tinha que levar meu filho pra consultar com um especialista no Rio... minha maior frustração é essa... eu ainda não pude, por isso é que eu tô me virando, aprendendo o que precisa aprender... o ponto vai ser aqui em casa mesmo pra começar... eu tô disposta...”.

O relato de Suely acerca do trabalho assalariado confirma o que autores como Barbosa (2000) e Tavares (2000) analisam como crescente dissociação entre trabalho assalariado e ascensão social ante a dificuldade cada vez mais incidente de satisfação das necessidades mínimas da família através do salário, sobretudo em tempos de redução salarial em face da crise no mundo do trabalho. Segundo Martins (2003, p.19) trata-se de uma consciência que vem sendo disseminada no contexto da crise no mundo do trabalho, de que quem trabalha para outrem não tem possibilidade de participar da riqueza produzida mediante acumulação propiciada pela obra coletiva. Com isso, o trabalho, particularmente o trabalho assalariado, passa a sofrer crescente desmoralização deixando de constituir-se meio privilegiado não apenas de ascensão social, mas também de integração positiva nas sociedades modernas.

No âmbito da crise no mundo do trabalho, pautado nos moldes salariais (CASTEL, 1999) o modelo de empresa individual através do empreendedorismo “parece sedutor” como assinala Kaufmann (2002, p.46). No entanto esse autor adverte que a questão acerca dessa “sedução” é mais complexa do que a simples possibilidade de alcançar um rendimento situado a um nível conveniente, como espera Suely. A questão é que não se pode no atual momento considerar o empreendedorismo como resposta ou mesmo como “panacéia” ao desemprego estrutural, à precariedade do emprego existente ou a desigualdade, uma vez que se trata de um modelo que funciona segundo o modo das profissões liberais sem grandes preocupações com a renda. No caso dos pobres, continua o autor, a realização desse modelo suscitaria de suportes pautados num sistema de renda universal garantida, o que ainda não se constitui realidade no caso brasileiro.

A despeito das reflexões acima não se pode desconhecer que Suely apesar das condições adversas se permite a esperança e a disponibilidade de lutar pela superação de uma situação que não aceita como digna. Demonstra seu inconformismo ao ressaltar a dissociação entre os ganhos auferidos pelo trabalhador e a satisfação das necessidades da família que geralmente extrapolam os elementos contidos na denominada cesta básica, uma cesta que exclui do seu conteúdo necessidades específicas de famílias como a de Suely. A garantia das necessidades de alguns membros da família implica em perdas para outros:

“pra alimentar meu filho muitas vezes eu deixo de comprar meu remédio, deixo de comprar roupa, deixo de comprar as coisas que eu preciso...só o leite que ele tem que tomar é mais de R\$ 100,00 (cem reais) até minha avó já quis fazer esse sacrifício por ele... eu é que não deixo... ela é idosa, se passar um dia sem os remédios ela passa mal... não posso perder minha avó... então eu me sacrifico, sou doente, mas sou forte, sou nova e batalhadora...”.

O último relato é de **Mariana**, 42 anos, casada, mãe de duas filhas: uma de treze anos e uma de nove. Apenas a filha mais nova é beneficiária do PBF desde 2003. Mariana é natural de Peri – Mirim, município maranhense de onde saiu aos doze anos com a família (pais e cinco irmãos) para “tentar a sorte na capital... lá o trabalho de roça era difícil e não dava pra nada”, diz. Mariana possui o segundo grau completo (ensino médio) e é funcionária pública, a única, dentre as entrevistadas com vínculo empregatício formal. Trabalha como operacional de serviços gerais na Secretaria de Estado da Educação e como forma de complementar a renda da família vende confecções, cosméticos e bijuterias. Seu marido tem problemas de alcoolismo, está desempregado há pelo menos oito anos e faz “bicos” ocasionais como pedreiro. Mariana reclama que os “bicos” do marido estão cada vez mais escassos: “ele passa mais tempo parado do que trabalhando, e por mal dos pecados desse pouco que ele ganha, quando ganha, ele ainda deixa nos botecos da vida, o dinheiro certo aqui em casa é o meu... mas é pouco pra tanta coisa que precisa”.

Mariana, mora com o marido, as filhas e a sogra numa casa de cinco cômodos localizada no bairro do Codozinho, área periférica de São Luis. Revelou que chegou a passar fome para poder construir a casa, que ainda não está concluída, “nem sei quando vamos terminar pelo tanto de coisa que falta... e pelas condições que a gente tem... sei não...”. A renda do PBF é utilizada nas despesas escolares das filhas que estudam longe de casa e precisam utilizar transporte coletivo para ir à escola.

Mariana deseja poder realizar o sonho da filha mais velha: entrar para a Escola de Música e aprender a tocar saxofone. Segundo ela trata-se de um instrumento musical “muito caro... por volta de R\$1.600,00 (hum mil e seiscentos reais) o mais barato”. A filha mais nova sonha em estudar balé clássico. Mariana está aprendendo a confeccionar trabalhos manuais através dos cursos profissionalizantes ofertados pela coordenação do PBF para aumentar sua renda. “Preciso de dinheiro para poder investir no futuro de minhas filhas”.

O relato de Mariana revela como um elemento diferencial em relação às demais entrevistadas a inserção formal no mercado de trabalho como funcionária pública, o que não torna sua condição de vida menos sofrível, considerando que recebe um salário mínimo que segundo ela “precisa ser esticado”. Mariana convive com a tensão do desemprego do marido o que lhe confere uma sobrecarga maior no sustento da família, levando-a a conjugar o emprego assalariado com estratégias instáveis de trabalho como as vendas que realiza. Como trabalha em apenas um turno como funcionária pública vem tentando conseguir um emprego em outro turno mediante contrato, para “melhorar as condições aqui em casa”.

Investir nos sonhos e no futuro das filhas mediante uma educação qualificada aparece como o foco central das preocupações de Mariana. Segundo nos informou sua luta gira em torno de assegurar “um preparo melhor pra que elas tenham condição de competir lá fora. Quem não souber informática, inglês, quem não tiver uma faculdade, não tem a menor chance... só que pra isso precisa pagar, e aí?”, interroga. A falta de suporte do marido, em decorrência do desemprego e do alcoolismo, tem provocado em Mariana a sensação de que,

“... não vale a pena continuar com ele... ele mais dá trabalho do que ajuda, eu preciso de ajuda pra terminar de criar e educar minhas filhas, é muito difícil lutar sozinha e lidar com tanta necessidade quando a gente não tem como resolver os problemas, parece que os problemas são maiores do que a gente... quando os dois lutam juntos aí, sim, mas se é pra lutar só, com um homem que não bota nem dinheiro, nem respeito dentro de casa, eu prefiro então ficar só... eu já tô ficando cansada, me enchendo...”.

A situação de Mariana traz a tona novamente a questão do não cumprimento do papel de provedor da família por parte do homem quebrando o que autores como Costa (1993) definem como autoridade paterna, ou seja, uma composição constituída não apenas pela provisão do sustento, mas também pela honra, pelo caráter, ameaçados em situações como o alcoolismo que conduz à perda de respeito na família e a iminência de desestruturação da família mediante separação. Trata-se de uma relação em que a fragilidade na complementação dos papéis na reprodução social da família tende a criar um círculo vicioso de *desmanche* das famílias mais pobres como atestam os estudos de Agier (1990) e Castro (1989).

A partir dessa apresentação geral dos sujeitos “beneficiários” verifica-se que, não obstante a experiência da pobreza, comum a todas as entrevistadas, situações específicas que particularizam essa experiência, são identificadas, denotando diversidades quanto aos problemas enfrentados na lida diária de cada uma. Trajetórias compostas por concepções, construção de estratégias que revelam fragmentos de uma luta diária premida pela sobrevivência. Não por acaso, questões relativas à moradia, trabalho, saúde, família,

assumem relevância nos relatos como questões ligadas à sobrevivência pessoal e familiar e ao enfrentamento da pobreza nas diferentes esferas que envolvem a vida desses sujeitos, formam os principais eixos articuladores dos seus relatos.

4.2.1 A pobreza na trajetória das “beneficiárias” do PBF em São Luis

Uma caracterização geral dos relatos dos sujeitos “beneficiários” do PBF dá conta de questões relevantes relacionadas à pobreza a partir das experiências vivenciadas pelos sujeitos. No geral são mulheres residentes em bairros periféricos de São Luis. A exceção dos bairros do Codozinho e do Bairro de Fátima os demais ficam localizados distantes do Centro de São Luis. No geral, são bairros com uma infra-estrutura bastante precarizada, compostos de ruas sem pavimentação, com serviços de saneamento insuficientes, quando não, ausentes, como nas ruas onde residem Teresa, Odete, Maria Joana, Maria do Socorro e Eunice.

As condições de moradia e saneamento das mulheres entrevistadas expressam uma realidade demonstrada pelo Censo Demográfico (2000) com relação aos domicílios particulares permanentes em São Luis. Quanto ao abastecimento de água, 78,8% dos domicílios têm acesso à rede geral de serviços públicos prestados pela Companhia de Água e Esgoto do Maranhão – CAEMA; 8,2% utilizam poço ou nascente na propriedade; e, 13,0% outras formas de abastecimento. O tipo de ligação de esgoto viabilizado pela rede geral de esgoto (CAEMA) é acessado por 41,3% dos domicílios. O uso de outros tipos de ligação de esgoto é bastante expressivo em São Luis presente em 47,8% dos domicílios. Também é comum na capital o uso da fossa séptica presente em 11,1% dos domicílios. Quanto à existência de banheiros ou sanitários os dados mostram que 68,9% dos domicílios possuíam pelo menos um banheiro, enquanto 31,1% não possuíam nenhum. E, em relação ao destino do lixo os dados mostram que a coleta é efetuada em um percentual considerável, 73,27% dos domicílios, enquanto que, 26,9 destes utilizam outras formas.

Os dados acima expressam uma situação que embora apresente quantitativos satisfatórios quanto ao abastecimento da água e destino do lixo, estes não atingem a totalidade da população, sobretudo a população residente nas denominadas áreas periféricas caracterizadas pela ocupação desordenada. Mostram, ainda condições precarizadas de acesso aos serviços de esgoto, o que configura um elemento importante na determinação de padrões válidos de condições de vida nos centros urbanos.

A questão da feminização da pobreza se apresenta como uma referência importante para compreender a trajetória vivenciada pelas entrevistadas. Estudos relacionados à questão da mulher⁵⁸ identificam a dimensão feminina como um elemento importante da pobreza, considerando que a maior parte das pessoas que vivem em situação de pobreza no mundo, é do sexo feminino. Como bem mostra Lima (2002), a mulher além de estar mais próxima da pobreza que o homem, assume diariamente o enfrentamento das situações de precariedade em que vive a família, sobretudo quando é chefe de família. Soares (2003) informa que nos últimos dez anos registrou-se que, o aumento de mulheres

⁵⁸ Autoras como Laura Soares (2003), Ieda Arriagada (1994, 2002), Cristina Bruschini (2000), Helena Hirata (2002) e Maria Beatriz Guimarães (2005) analisam elementos importantes acerca dessa temática.

em situação de pobreza foi desproporcional aos homens, especialmente nos denominados países em desenvolvimento.

No Brasil, segundo Arriagada (2002), com o processo de deterioração econômica associado ao aumento da pobreza, registra-se uma tendência ao crescimento do emprego precário – sem vínculo ou com vínculos instáveis – e do desemprego, afetando com maior intensidade a população mais pobre, com menos instrução, os mais jovens e as mulheres. Informações do Censo Demográfico (2000) referentes à questão do trabalho e rendimento nominal mensal, mostraram que a PEA de São Luis é composta por um total de 702.714 de pessoas com 10 anos ou mais de idade. Destas, 32,4% recebiam até dois salários mínimos e 47,8% não apresentaram nenhum rendimento, o que confirma o decréscimo nos rendimentos urbanos, ocasionados principalmente pelo desemprego e pela instabilidade (e expansão) das atividades informais que dificultam a comprovação de renda, conforme atesta Lemos (2003).

A partir dos anos 1980, as mulheres vêm sendo impelidas, com mais intensidade, ao ingresso no mercado de trabalho, em decorrência da crise que se instalou no país advinda do ônus com o pagamento das dívidas externa e interna, das conseqüências políticas do ajuste estrutural, que forçaram a uma reestruturação da vida cotidiana das famílias, sendo que a capacidade de consumo sofreu redução em razão dos rendimentos mais baixos⁵⁹ e as mulheres passaram a assumir uma responsabilidade maior na reprodução social da família. De modo geral, as mulheres tiveram que ingressar no mercado de trabalho como forma de aumentar a renda familiar, ante a elevação dos preços da cesta básica e da redução dos serviços sociais públicos, principalmente saúde, educação e moradia. Ademais, é sabido que, historicamente, recai sobre as mulheres a responsabilidade maior de administrar o consumo e a produção da família em face da escassez de recursos.

Soares (2000) destaca que, contraditoriamente ao processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, a recessão econômica, a instabilidade política associada ao processo de ajuste em todos os setores sociais têm condicionado ao aumento do desemprego e do subemprego, o que afeta, principalmente as mulheres. A autora ressalta a inexistência de sistemas de proteção social dirigidos às necessidades das mulheres, especialmente no que se refere aos sistemas de seguridade social que não levam em consideração a situação das mulheres que vivem em situação de pobreza. Os sistemas vigentes têm como base o princípio do emprego remunerado contínuo, o que em geral, não corresponde à realidade de muitas mulheres, em razão das interrupções que podem ocorrer no seu trabalho, que tende a oscilar entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado, incluindo trabalhos sem vínculo ou com vínculos instáveis.

Um aspecto importante refere-se à transformação na estrutura familiar no tocante ao aumento de lares chefiados por mulheres⁶⁰. Guimarães (2005) ressalta que essa

⁵⁹ A PNAD (2005) registrou que, no Maranhão, no ano de 2005, houve um acréscimo de 4,6% no rendimento médio das famílias em relação a 2004, o primeiro acréscimo desde 1996, há dez anos atrás, portanto. Contudo, segundo essa fonte, o rendimento ainda apresenta uma defasagem de 15,1% em relação a 1996, sendo que naquele ano, o rendimento das famílias atingiu 923 pontos contra 805 em 2005, o que evidencia a permanência de uma “queda” no rendimento e no consumo das famílias.

⁶⁰ Dados recentes do IBGE (2006) informam o aumento de mulheres chefes de família na sociedade brasileira. Elas somam 2.700.000, correspondente a 30% da população feminina, são submetidas a jornadas de trabalho mais longas, no geral, possuem baixa escolaridade. Em cada 5 (cinco) 1 (uma) trabalha como empregada doméstica; 63% têm mais de 40 anos; 50% não têm marido e 78,6% recebem menos de 3 (três) salários

incidência tem sido maior nas famílias em situação de pobreza. Também ressalta que nos extratos sociais mais pobres muitas famílias dependem da renda das mulheres mesmo quando os homens estão presentes. Isto, segundo Telles (1992) e Sarti (2003) pode revelar um problema para as famílias, pobres chefiadas por mulheres, sendo que estas se tornam mais vulneráveis à ameaça da miséria.

Dentre as dez mulheres entrevistadas, seis se declararam chefes de família. Destas, embora uma seja casada, morando com o marido, não o considera como chefe haja vista este não cumprir o papel social masculino de provedor da família. Sarti (2003, p. 95) reflete essa condição ao destacar o “valor moral” contido no trabalho masculino sob a ética denominada por Zaluar (1985) de “ética do provedor”. Para Benedita, o seu marido foi destituído de seu papel de provedor e chefe de família por que, além de não colocar dinheiro dentro de casa, não assume os trabalhos que geram renda para o sustento da família.

“Eu tenho homem em casa, mas é como se não tivesse... é mesmo que nada. Dentro de casa eu é que faço tudo e você pensa que ele me ajuda? Que nada... e quando eu peço pra ele fazer alguma coisa, fazer cobrança, eu digo (...) vai ali receber um dinheiro pra mim, ele nem faz caso. Eu peço pra ele levar umas coisa pra vender ali na feira, ele vai? Se você vai então ele vai... Pra me ajudar a preparar as pimenta que eu faço pra vender... quando ele faz, ainda não faz direito... minha filha, esse homem mais me atrapalha do que outra coisa... se fosse embora era um favor... .Ele não vai achar outra pra fazer por ele o que eu faço. E você pensa? Ele gosta de comer bem, reclama quando é uma coisa que ele não gosta, mas o que me dá raiva é que ele não me ajuda... só é homem porque veste calça”.

O relato de Benedita remete às análises efetuadas por Woortman (1984) em relação ao que este autor entende como projeto coletivo de família. Tal projeto implica em valor moral, relacionado a escolhas necessárias a vivência e sobrevivência que requisitam dos membros familiares o cumprimento de obrigações mútuas. No contexto familiar esse valor moral integra um compromisso, uma troca moral que extrapola a dimensão econômica do mercado, sendo que confere ao trabalho uma dimensão moral. Em concordância com esse autor, Sarti (2003, p.95) enfatiza que através do trabalho, os pobres constroem uma idéia de autonomia moral que atualiza e consolida valores historicamente atribuídos ao homem como a disposição, física e moral, para trabalhar. Nessa lógica, analisa a autora, para ser homem é necessário, além de ter uma família, também ser um *pai ou um chefe* de família, ou seja, “a moral do homem que tem força e disposição para trabalhar, articula-se à moral do provedor, que traz dinheiro para dentro de casa, imbricando-se para definir a autoridade masculina...”.

O exposto mostra como a situação de pobreza, acirrada pelo desemprego, provoca uma alteração no papel de provedor atribuído ao homem na família e modifica substancialmente a estrutura familiar.⁶¹ Confirma o que Sarti (2003) considera como

mínimos. Segundo a PNAD (2005) o nível de ocupação das mulheres atingiu um percentual de 46,6% no país, o maior registrado desde 1992. No Maranhão, segundo essa mesma fonte, as mulheres são pessoas de referência (chefes de família) em 29% dos domicílios maranhenses.

⁶¹ As famílias brasileiras vêm sendo substancialmente transformadas em vários aspectos, tendo como principal determinante, as mudanças culturais transcorridas nas últimas décadas nas sociedades

possibilidade de se estabelecer uma relação entre condições socioeconômicas e estabilidade familiar, no sentido de que nas famílias economicamente mais instáveis, a possibilidade de complementariedade de papéis sexuais na provisão das necessidades domésticas é mais frágil. Teresa, uma *das chefes* de família, expressou no seu relato que não compensava ter um companheiro em casa para “servir de enfeite”, a opção pela separação se deu em razão do descumprimento do papel de provedor por parte de seu companheiro.

“Hoje em dia tá muito difícil pra gente viver, a gente vive é por que a gente é dura na queda, por que se não for assim a gente não agüenta... então a gente precisa de alguém pra ajudar. O (...) não era má pessoa, me tratava bem, tratava bem meus filhos, apesar que não era pai deles, mas esse homem não me batia um prego numa barra de sabão. Ele dizia que ia atrás e não achava. Ora, mulher, eu sei que tá difícil... ele não tinha muito estudo assim como eu, mas eu me viro de todo jeito como já lhe disse. Por que ele não ia pescar comigo? Vender caranguejo de porta em porta como eu faço, mesmo sendo mulher? Por que comigo não tem disso, não. Eu não quero é ver meus filhos com fome... Ele não queria trabalhar, só queria ficar em casa no mole, aí eu não aceitei, e nem podia... Eu luto feito uma condenada desde criança... e agora com dois filhos pra criar... eu não vou tirar da boca dos meus filhos pra dá pra um homem com condição de trabalhar. Quando a gente foi morar junto ele sabia que eu tinha dois filhos e lutava sozinha pra criar, eu fui morar com ele, achando que ia ter alguém pra me ajudar... que nada...Olha eu prefiro tá só de que botar homem nas minhas costas, assim não dá...”

A vulnerabilidade da família pobre, centrada no homem como provedor, ajuda a explicar rupturas conjugais freqüentes, ante expectativas não cumpridas por parte do homem quando este *fracassa* na provisão do sustento da família, provocando, assim, um rompimento do pacto familiar. Para a mulher também implica no fracasso da possibilidade de melhorar suas condições de vida mediante o projeto do casamento, na busca da possibilidade de restaurar a segurança e a estabilidade associada à família organizada em seus papéis tradicionais (SALEM, 1981; SARTI, 1985; TELLES, 1992). Assim como Teresa, Maria do Socorro, Maria Joana, Suely e Lindalva também chefes de família, expressaram em seus relatos a preocupação em “arranjar” companheiros que não contribuam na provisão do sustento familiar, haja vista que isso implica em sobrecarregar a família, “dividindo o que já é pouco” como ressalta Lindalva.

A compreensão da família como espaço de suporte foi expressa por todas as entrevistadas, confirmando uma concepção pautada no que Telles (1992) e Sarti (2003) entendem como espaço de organização e realização da sobrevivência mediante um esforço coletivo, persistente, tendo em vista a mobilização de recursos e rendimentos. A responsabilidade e sobrecarga individual sem suporte dos companheiros ou dos filhos em idade de trabalhar mereceu destaque nos depoimentos como uma questão central para definir as condições de pobreza das famílias, sendo que diante do trabalho desqualificado,

industrializadas. Como decorrência, novos arranjos familiares vêm sendo construídos paralelos aos denominado padrão familiar tradicional. Como tendências mais prementes, destacam-se a redução do tamanho das famílias em razão da redução da taxa de fecundidade e da tendência crescente de famílias chefiadas por mulheres. No Maranhão, segundo a PNAD (2005) embora tenha-se registrado a predominância das famílias tradicionais, composta pelo casal com filhos (54,6%), as famílias compostas por mulheres sem cônjuge e com filhos representam 19,1%; casais sem filhos contabilizam 9,5% e unidades domésticas unipessoais, 6,9%.

instável, incerto e mal remunerado, a pobreza se impõe de forma quase irreversível para famílias que não podem contar com o trabalho de mais de um de seus membros.

Na totalidade das experiências, foi constatado que a preocupação com a questão da provisão por parte dos homens se encontra presente, sendo que, mesmo as mulheres que vivem com seus companheiros se encontram em situação de insegurança, de instabilidade, uma vez que os homens, desempregados, sem emprego formal, desenvolvem atividades denominadas de “bicos” que oscilam ante as flutuações da economia e as mudanças conjunturais.

As trajetórias das “beneficiárias” do PBF, embora apresentem aspectos que retratam experiências distintas, convergem em relação à situação de pobreza vivenciada pelos sujeitos. Tratam-se de experiências que particularizam a forma como os sujeitos vivenciam e concebem a situação de pobreza. A precariedade é expressa na maioria dos relatos como um elemento comum presente nos dramas individuais e coletivos que revelam a intensidade das experiências que são vivenciadas e subjetivadas pelos sujeitos. As experiências, no geral, seguem uma trajetória similar, marcada pela luta pela sobrevivência ainda que “no limite” como afirma Odete e pela “esperança de um futuro melhor” como anseia Suely.

A garantia das necessidades⁶² mais elementares emerge como mediação que denota as condições de destituição e precariedade vivenciadas pelas “beneficiárias” entrevistadas, evidenciando a premência do que Heller (1970) denomina de processo de limitação da natureza humana à dimensão biológica, econômica ou mesmo material. Tal processo para Heller (1970) constitui um equívoco tendo presente a amplitude das necessidades propriamente humanas. Numa direção similar Illich (2000), assinala como uma *artimanha* do modelo de desenvolvimento instaurado no pós-guerra, que institui o conceito de necessidades básicas associando-o de forma restritiva à satisfação das necessidades de sobrevivência das populações em situação de pobreza.

Outra questão que merece destaque refere-se à religiosidade destacada por três entrevistadas como um componente essencial no enfrentamento e resistência aos problemas vivenciados e aos reveses impostos pela pobreza. Guimarães (2005, p. 175) analisa a busca da religião como um aspecto que se contrapõe à diversidade que caracteriza a denominada modernidade: estilos de vida, hábitos e imagens influenciados pelos processos de globalização e que afetam dimensões sociais e pessoais da vida humana gerando um esvaziamento ético da sociedade com a predominância de valores racionais, científicos apresentados como formas legítimas de apreensão da realidade. Em consequência, continua a autora, tem-se a dessacralização do mundo, ou seja, a redução da influência da religião no mundo. Contudo não se pode desconhecer, num movimento contrário, uma busca maior por formas religiosas de expressão.

Estudos como os de Figueira (1996) e Valla (2002) mostram que os pobres sempre mantiveram uma relação de proximidade com o sagrado e uma visão religiosa da

⁶² Tendo como referencial a teoria social de Marx fundada na crítica da economia política (Grundrisse, 1977), Agnes Heller (1970, 78) refere-se a esse conceito como um conjunto que extrapola as necessidades naturais ou necessidades existenciais, segundo Marx, sendo que as necessidades humanas encontram-se fundamentadas na consciência da liberdade. Para a autora as necessidades humanas – para além da sobrevivência, tendo presente as dimensões históricas, culturais, sociais e políticas do ser humano – também ensejam qualidades relacionadas ao “...trabalho (objetivação), a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade. Estas qualidades essenciais já estão dadas na própria hominização, como meras possibilidades; tornam-se realidade no processo indefinido da evolução humana”.

vida, mas nos últimos anos houve uma intensificação dessa relação mediante uma busca maior pelo sagrado com maior incidência nas denominadas religiões evangélicas. Ademais essa busca também se intensifica como estratégia de confronto às adversidades impostas pela dinâmica do capital e suas conseqüências de caráter excludente sobre as condições de vida das maiorias, assumindo para essas um significado simbólico. Como afirma Benedita no seu relato,

“Esse mundo tá perdido, minha irmã, esse mundo não tem jeito, por isso a gente tem que se salvar enquanto pode... a ganância humana, o pecado tão acabando com esse mundo, por isso a gente tem buscar Deus e esperar nele. Se eu não tivesse Deus, eu não agüentava os baques dessa vida, mas eu tenho esperança em Deus, é ele que me dá força, quem não tem Deus não leva a vida que eu levo: ou fica doida ou tira a própria vida, como eu já pensei em fazer, mas ele me livrou, se ele me livrou é porque tem esperança pra mim, por isso eu continuo lutando”.

O processo de agravamento da crise econômica e social que tem acirrado o movimento que de um lado, leva o enriquecimento de poucos, e de outro o empobrecimento de muitos, num contexto marcado por violência e despojamento de esperanças e valores éticos, tem conduzido à procura pelas religiões. A busca da relação com o sagrado, como assinala Guimarães (2005, p. 178) é histórica, mas nos últimos três séculos, conforme a autora, a *dessacralização* se impôs, principalmente a partir do Iluminismo, quando a razão e a ciência passaram a se expandir como formas únicas e legítimas no campo do conhecimento. Nesse contexto, continua a autora, o desenvolvimento industrial e tecnológico assume preponderância num mundo que gira em torno dos interesses do mercado, tendo o consumo como um valor moral.

Corroborando com essa análise, Parker (1995) assente que os pobres foram prejudicados sobremaneira, nesse contexto. Conforme o autor, de um lado eles são impossibilitados de satisfazer suas necessidades mais elementares, sendo que os mecanismos impostos pela lógica do mercado e intensificados pelo processo de ajuste os empobrecem ainda mais; de outro lado eles se defrontam com os impactos apelativos do mercado incitando-os ao consumismo. Em conseqüência, o consumo é apresentado como uma das “saídas” para a crise seja o consumo de bens eletrônicos, bens relacionados às drogas (lícitas ou não) e jogos, ou ainda os bens relacionados a práticas e ritos religiosos.

Como assinalam Martins (2002) e Parker (1995), na sociedade contemporânea, as religiões vêm assumindo a conotação de mais um bem de consumo disponível numa espécie de “mercado neopentecostal” (MARTINS, 2002, p. 181). No entanto essas religiões, embora coexistam com o mundo moderno, atuam como estratégias de resistência à marginalização imposta pelo capitalismo e funcionam como outra cultura no âmbito da modernidade. Ademais, de modo geral, como atestam os estudos de Parker (1995), as religiões buscam o fortalecimento da auto-estima dos fiéis mediante um movimento de valorização dos dons espirituais em oposição aos bens materiais. O relato de Eunice assim expressa esse movimento:

“A melhor coisa que eu fiz na minha vida foi me converter, com essa vida miserável que eu tenho, só Jesus pra me fazer ver que eu não sou culpada, eu sou vitima de um inimigo que quer me destruir, mas o meu Deus é mais forte e me mostra que mesmo que eu não tenha dinheiro, mas eu tenho valor, eu sou filha

de Deus... eu me desespero muito como já lhe falei, mas é que é muito problema na minha vida, se não fosse a minha fé, eu não tinha como suportar, agüentar o rojão que eu agüento não é pra qualquer uma, é pra quem tem um Deus pra confiar e ter esperança...”

Lindalva, também integrante de uma igreja evangélica assim se pronuncia:

“Depois que me converti eu aprendi a confiar mais em Deus e ter forças pra viver ...a vida que eu vivo que não é fácil, se a gente não tiver fé, a gente desiste de tudo, me converti num momento muito difícil da minha vida, meu companheiro tinha ido embora, eu fiquei desempregada... a minha casa cheia de gente pra comer, com pouca condição, com pouco dinheiro... Olha, Deus é a esperança pros pobres, a gente só pode esperar justiça de Deus, dos homens nem adianta que não vem nada... Minha vida não tá fácil, aliás nunca foi... mas a minha fé no meu Deus me sustenta, eu tenho pouco, mas nem eu, nem ninguém de minha família passa fome... além do mais eu aprendi que sou alguém, tem esperança pra mim, por que eu sou filha de Deus.”

Os relatos confirmam que a participação na religião, além de consolidar outros valores que de certa forma se contrapõem à lógica mercantil prevalente nas sociedades modernas exerce um efeito terapêutico (FIGUEIRA, 1996) sobre os adeptos, em razão do apoio psicológico com palavras de conforto e estímulo e da provisão de um ambiente em que os problemas e dificuldades vivenciados são ouvidos, compartilhados e revestidos da possibilidade de superação ante a esperança no sobrenatural. Como relata Benedita: “a gente fala das dificuldades da gente e encontra conforto, esperança, a gente entende melhor as coisas, inclusive os problemas que a gente vive...”. O pronunciamento de Benedita expressa o que ocorre com a maioria dos fiéis que aderem as igrejas: encontram respostas satisfatórias e perspectivas de superação para os seus problemas, o que não significa a resolução desses problemas.

A atribuição de um sentido aos problemas e sofrimentos vivenciados pelos adeptos impulsiona a busca e permanência na religião, sendo que esta oferece princípios explicativos para os problemas, sofrimentos e atribulações que surgem de forma desordenada na vida dos indivíduos. A partir de sua inserção na religião Eunice interpreta as adversidades de sua vida como consequência da ação de “um inimigo que quer me destruir”. De forma ambígua, sente-se responsável pela sua “falta de sorte”, como ressaltou em sua narrativa, mas através da religião passa a compreender que não é culpada pela “vida miserável” que leva. A religião além de impulsionar, não apenas Eunice, como também Benedita e Lindalva a lutar e ter esperança de uma vida melhor contribui para retirar destas a culpa pelos problemas vivenciados. A religião não impede que circunstâncias adversas ocorram, como também não as supera, mas na medida em que atribui outro sentido a tais circunstâncias, oferece recursos que amenizam os sofrimentos causados por estas (MACHADO, 1996; FIGUEIRA, 1996).

Os relatos mostram que a religião, para as entrevistadas, se constitui como uma importante estratégia de resistência à pobreza. Guimarães (2005) assinala que, para os pobres, a fé em Deus redimensiona a vida dos fiéis, atribuindo-lhe uma abrangência maior do que as adversidades diárias que os impelem a lutar por melhores condições de vida. A fé ao fornecer um senso de coerência, atribui um sentido à vida do crente num contexto em

que a sociedade, da forma como organizada e estruturada, deixou de cumprir expectativas relacionadas às necessidades humanas. Benedita e Lindalva ao expressarem que esse “mundo não tem jeito” e que “não se pode esperar justiça dos homens”, mostram o seu descrédito num sistema social em que as possibilidades de mobilidade social se tornam cada vez mais exíguas e mais rígidas de modo a não oferecer alternativas de saída (MARTINS, 2003, p.36). Trata-se de um sistema como adverte Martins (2003, p.36) que cria e recria no bojo da humanidade, sub-humanidades baseadas em privações e insuficiências que extrapolam o econômico: não importa o que as pessoas têm ou o que são, elas são tratadas como cidadãos de segunda categoria ou mesmo não cidadãos, o que contribui para o crescimento de uma consciência, entre os pobres, de que para eles não há justiça, de que o sistema social, como afirma Eunice “não dá nada pros pobres... a gente não é nem considerada como gente...” . Segundo Eunice esse sistema,

“trabalha pra tirar cada vez mais da gente, a gente é tratada como se não fosse nada, como se fosse ninguém... eles (referindo-se às autoridades políticas e públicas) só pensam na gente quando têm algum interesse, pra levar alguma vantagem, você vê com é em tempo de eleição? Fora isso a gente não vale nada, basta olhar pra situação que a gente vive. A Bíblia diz que maldito é o homem que confia no próprio homem, e é verdade, por isso a gente só pode esperar em Deus... eu sei que pra Deus eu não sou uma coisa qualquer, e que só Deus pode fazer por mim o que ninguém aqui nesse mundo vai fazer, por que aqui é cada um atrás de levar vantagem...”.

Numa situação de extrema pobreza como ressalta Mariz (1994) a auto-estima e o senso de dignidade pessoal dos indivíduos são bastante abalados. Esse abalo agrava-se ante o descaso com que as autoridades públicas historicamente se comportam em relação aos pobres e aos problemas vivenciados por estes. Nas igrejas o trabalho de cunho espiritual e terapêutico busca restaurar uma identidade de pessoa humana que tem valor, que é importante para um ser maior, Deus, em contraposição a um *desvalor* imposto pelos homens.

Não se pode desconhecer que se trata de uma dimensão que atribui uma conotação significativa à pobreza ao desvincular a sua determinação da questão individual, atribuir um sentido diferente e coerente à pobreza para além das dimensões econômicas, políticas, culturais, bem como resgatar a auto-estima dos indivíduos mediante o que Eunice definiu como “cura espiritual”. Contudo cabe advertir que não se trata de uma construção de concepções que possam viabilizar mudanças na compreensão da pobreza como totalidade nas suas diferentes nuances. Weber (2002), nas suas análises sobre a ética protestante, demonstrou que as ações coletivas, e neste sentido cabe destacar as ações coletivas acrescidas de caráter crítico interventivo sobre uma determinada realidade, não são estimuladas pelas igrejas denominadas evangélicas. Ao contrário, para o autor são impulsionadas estratégias individuais de mobilidade ascendente mediante o desenvolvimento de uma nova conduta moral. Eunice revelou em seu relato que deve iniciar em breve sua participação em uma campanha de sua igreja na qual os *espíritos malignos* responsáveis pela pobreza são exorcizados no sentido de “... abrir as portas para a prosperidade, eu vou participar porque é uma forma de melhorar de vida... muita gente lá na igreja já conseguiu e eu também vou tentar... e vou crer...”.

Em que pese o significado atribuído á religião, na sua relação com a pobreza, alguns elementos precisam ser problematizados. Autores como Martins (2002) e Guimarães (2005) analisam a conduta moral estimulada pelas igrejas como uma tendência crescente que se consolida na expansão do movimento pentecostal moderno. Um movimento que segundo esses autores se caracteriza, dentre outros aspectos, pela busca da prosperidade concebida como expressão da benção em contraposição à maldição, manifesta na pobreza imputada aos indivíduos por uma ação demoníaca. Segundo os estudos de Guimarães (2005), a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular, freqüentadas respectivamente por Eunice e Lindalva, se caracterizam pelo estímulo ao que Löwy (2000) caracteriza como uma conduta desenvolvida em sintonia com uma lógica capitalista que preconiza a competição individual e a acumulação privada.

Conforme as reflexões de Martins (2003, p.19), a proliferação do “fundamentalismo pentecostal” e sua interpretação teológica acerca da pobreza pode contribuir, do ponto de vista sociológico, para o conhecimento por fornecer outras dimensões que integram o mundo subjetivo dos pobres, mas não contribui para a política no sentido da ação e da intervenção, visto que opera com técnicas sociais de reinclusão dos “desesperados” ou mesmo reinclusão preventiva dos “condenados” ao limbo da sociedade atual. Assim, termina por dar sentido a uma reinclusão subalternizada, justificando-a ao invés de condená-la, ressaltando nesta o fator da conversão e da salvação. Ademais, não obstante a desresponsabilização dos indivíduos pela situação de pobreza vivenciada, há que se considerar a questão da associação entre pobreza e *maldição* que faz pairar sobre os pobres o estigma do não pertencimento ao mundo dos eleitos e abençoados, supostamente, composto por aqueles que são *alcançados* pela *benção* da prosperidade (LÖWI, 2000).

Os relatos também apontam a migração como uma questão relevante, considerando que as mulheres “beneficiárias” do PBF são, na sua maioria (oito mulheres), migrantes, oriundas do interior do Maranhão, compondo o contingente de pessoas que consolidaram um êxodo rural sinalizado a partir da década de 1970 estendendo-se até os anos 1980, num contexto em que as cidades simbolizavam a melhoria no padrão de vida. São Luis se destaca como uma cidade de grande concentração urbana que, a partir dos anos 1970 vivencia um crescimento acelerado, porém destituído de um processo de planejamento, o que pode ser verificado nos aspectos sócio-econômicos, espaciais, infra-estruturais e nas práticas sociais dos sujeitos. A exemplo de outras capitais nordestinas, tem seu processo de urbanização acelerado a partir das décadas de 1960 e 1970 impulsionado, principalmente, pelo fluxo migratório campo-cidade, a partir da ideologia da promessa de prosperidade, bastante veiculada naquele período. Populações da zona rural maranhense, envoltas no crescente processo de mudanças na relação de trabalho e produção no campo, decorrentes da expansão e concentração fundiária, migram para a capital na “busca de melhores condições de vida e trabalho na capital” (SELMA, 2006). Além desse fluxo destacou-se a migração de populações de outros estados da região Nordeste, impelidos pelo fenômeno da seca e pela política de colonização do oeste maranhense.

Destacando-se no Estado do Maranhão como o maior centro urbano, São Luis apresenta uma concentração de populações oriundas da zona rural. No ano de 2002, segundo informações do IBGE (2004), a população de São Luis sofre um considerável crescimento, passando de 870.028 habitantes registrados pelo Censo de 2000 para um total de 978.824 habitantes residentes. Esse aumento populacional confere à capital maranhense, a posição de grande cidade, configurando-a, a partir de julho de 2005, como a 16ª metrópole brasileira. Até o ano de 2002, 837.584 pessoas residiam na área urbana do município e 32.444 na área

rural, o que denota concentração urbana e, em decorrência, implica no crescimento de demandas e reivindicações em torno de ações públicas que respondam às necessidades impostas pela dinâmica da urbanização, como questões relacionadas a trabalho, educação, moradia, saúde, segurança, além dos serviços de saneamento básico, dentre outros.

As razões do deslocamento para São Luis incidem, majoritariamente, nas precárias condições de vida no campo, na inexistência de terras e incentivos para a produção, bem como, na exploração do trabalho rural. Aliás, o trabalho rural merece destaque pela sua definição, feita por Maria do Socorro, como “um trabalho sem futuro”, pela dissociação que apresenta em relação ao que deveria se constituir num dos principais produtos do trabalho: a garantia da provisão das necessidades de reprodução humana. Como bem ressalta Martins (2000), a apropriação da terra como bem especulativo tolhe aos trabalhadores rurais essa possibilidade. Para o autor o que, em tese, deveria ser um meio de vida e trabalho, transforma-se em meio de destituição da sobrevivência. A expressão de Benedita define bem essa situação: “a gente se mata de trabalhar pra nunca ter nada... às vezes nem pra ter o que comer”.

É recorrente nos discursos a associação entre a vida rural e a ausência de possibilidades. A imagem revelada pelas entrevistadas associa a vida rural à experiência de privação extrema, dificuldade e falta de esperanças, uma marca que define a vida e o destino dos pobres no meio rural. A vinda para São Luis constituiu-se como possibilidade de mudanças no curso da vida, bem como de superação das difíceis condições de sobrevivência expressas na falta de acesso à terra, ao trabalho e equipamentos sociais e serviços públicos básicos como educação e saúde. A trajetória das entrevistadas confirma o que Durahn (1997) e Sarti (2003) assinalam como um traço essencial do processo migratório campo-cidade, qual seja, a percepção da impossibilidade de melhorias nas condições de vida. As diferentes trajetórias e percepções apresentam as marcas da vida difícil no meio rural: a origem pobre de famílias geralmente numerosas, a relutância em aceitar o destino incerto e precário da vida rural e o desejo de registrar uma nova história para si mesmas, e principalmente, para os filhos.

Cabe assinalar que a questão do trabalho infantil assume relevância fazendo-se presente nos relatos da maioria das entrevistadas. Em razão das possibilidades restritas oferecidas pela vida rural, e mesmo no meio urbano, para as famílias destituídas de posses, a inserção precoce no trabalho torna-se necessária como forma de assegurar a sobrevivência. O trabalho infantil no Brasil tem conduzido várias gerações a assumir de forma prematura as responsabilidades do trabalho, tendo como uma das conseqüências mais prementes a interrupção dos estudos. A inserção precoce no trabalho como bem nota Martins (2002) expressa uma relação de degradação e subalternidade e tem como principal determinante, a pobreza com incidência maior na área rural.

O meio rural maranhense, segundo estudos de Feitosa (1998) e Freitas (1999), tem se caracterizado por relações desiguais em termos de apropriação e uso da terra, expressa, de um lado na expansão e concentração fundiária mediante violência, exploração e mecanismos ilegais de privatização. De outro lado se expressa por situações de extrema pobreza vivenciada por famílias que desenvolvem unidades econômicas marcadas pela itinerância de cultivos anuais, construção de roças, queima de vegetação natural, criação de pequenos animais domésticos (aves e suínos) em pequena escala, pelo extrativismo de madeira e frutas nativas com incidência significativa da coleta do coco babaçu e produção da farinha de mandioca. A finalidade principal dessas unidades é a garantia da subsistência ou a compra de produtos e serviços necessários à reprodução do

grupo familiar. Os membros da família são integrados ao sistema de produção de acordo com a necessidade. Como ressalta Freitas (1999), em se tratando das famílias pobres sem condições que lhes permitam contratar diaristas para a execução das atividades, estas terminam por ocupar homens, mulheres e crianças no sentido de melhor aproveitar de forma quantitativa e qualitativa a força de trabalho familiar. Neste sentido quanto maior a família melhor o aproveitamento.

O estudo de Lima et al (2002) acerca do trabalho infantil no Maranhão revelou que, na área rural, a inserção de crianças e adolescentes se efetiva em atividades econômicas vinculadas à lavoura no plantio e colheita, criação de animais domésticos, pesca, extrativismo, casas de farinha dentre outras. As autoras ressaltam que, os empregadores, ao contratar os adultos chefes da família, terminam por adquirir na prática a força de trabalho de toda a família pelo preço de uma, sendo que o excedente beneficia o proprietário da terra. Assinalam que, não obstante as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes serem consideradas no contexto da produção e da subsistência familiar, não muda o sentido da exploração e dos prejuízos causados ao desenvolvimento físico e mental.

As entrevistadas procedentes da área rural vêm de famílias numerosas organizadas em torno da produção inteiramente voltada para uma subsistência marcada pela precariedade e pela exploração, envolvendo todos os membros da família.

O trabalho infantil na trajetória das “beneficiárias” que vivenciaram aparece como uma necessidade imposta pela precariedade da vida de famílias em situação de pobreza residentes na área rural maranhense. Como atesta o relato de Eunice:

“Lá em casa os meninos já nascia quebrando coco, era disso que a gente vivia... muito filho pra criar, todo mundo tinha que ir pra roça, era só crescer um pouquinho e já ia trabalhar. Eu quebrava muito coco, desde pequena, eu não me lembro com quantos anos comecei... quando eu me entendi já tava trabalhando, eu também plantava, me lembro que a gente apanhava arroz, ficava cheia de pico (coceira) no corpo, mas todo mundo trabalhava... escola a gente ia de tarde, de manhã trabalhava. Era uma vida muito dura, minha irmã... eu imaginava meus filhos passarem por isso, Deus me livre... era uma canseira...”.

Semelhante trajetória foi vivenciada por Maria do Socorro e Lindalva:

“Eu me lembro que primeiro eu ficava em casa cuidando das coisas, cuidando de meus irmãos mais novos, eu enchia água no poço, botava milho pras galinhas, pros porcos, fazia comida... eu devia ter uns oito anos, depois eu ia pra roça, ajudava plantar, arrancava mandioca pra fazer farinha, ajudava fazer farinha, quebrava côco... estudava de tardezinha, nem era uma escola era um barracão onde ia uma senhora que ensinava a gente, ela a professora lá do povoado... as brincadeiras era mais de noite antes de dormir, as vez a gente nem conseguia brincar... queria mais era dormir de tão cansada que tava...a gente dormia cedo pra pegar cedo no serviço...” (MARIA DO SOCORRO)

“A gente vivia mais era de pesca, meu pai pescava junto com meus irmãos (homens), quando chegava em casa com os peixes a gente ia tratar, eu, minha mãe, minhas irmãs, os irmãos mais novos, as vezes eles vinham de pescar no

comecinho da noite, saiam de madrugada as vezes ficavam dois, três dias no mar pescando, a gente ficava até tarde, até altas horas tratando peixe, os menores iam dormir, os outros ficavam até terminar... eu devia tá com uns nove anos... mas não tinha só isso, a gente também tinha umas linha de roça, criava porco, bode, galinha e todo mundo trabalhava com essas coisa... como você vê, trabalho a vida toda e ainda tô nessa situação”. (LINDALVA)

A trajetória de Teresa no meio urbano também apresenta a experiência do trabalho precoce:

“Eu e minhas irmãs fomos trabalhar em casa de família desde cedo, com quatorze anos eu já cuidava de criança, comecei sendo babá... mas é assim eles contratam a gente como babá, mas a gente acaba fazendo todo serviço, porque eu era babá, mas eu lavava e passava roupa, limpava casa, eu só não fazia a comida, mas o resto, eu fazia tudo e já era acostumada, porque na casa de minha mãe a gente aprendia era cedo a fazer todo serviço de casa... Lá em casa eu cuidava dos irmãos mais novos, eu era a mais velha dos irmãos... minha mãe trabalhava de doméstica e ela me levava pra casa que ela trabalhava e quando chegava lá eu ajudava ela... eu posso lhe dizer que já nasci trabalhando... agora meus filhos, não... meus filhos eu quero só pra estudar e brincar, ter infância, coisa que eu não tive...”.

A inserção precoce no trabalho associada à interrupção dos estudos e da infância como necessidade imposta pelos imperativos da sobrevivência assume uma clara conotação de *perda* como atestam os depoimentos. A experiência vivenciada como trabalhadoras incide no significado atribuído ao trabalho marcado por antagonismos, considerando o descompasso entre as expectativas não alcançadas através do trabalho e a realidade de exploração que marca essas experiências. Contudo, como será analisado posteriormente, o trabalho para as “beneficiárias” passa necessariamente pela ascensão social em função de seu efeito estabilizador na reprodução social do trabalhador.

Traço comum nas trajetórias de cinco das entrevistadas, o trabalho em casa de família⁶³, geralmente iniciado em tenra idade (infância ou adolescência) assume significado como possibilidade de ter uma vida diferente da vida rural, além do que se constitui num tipo de ocupação menos exigente em termos de qualificação e referências pessoais. Para Lima et al (2004), a inserção das meninas no trabalho doméstico na realidade maranhense, como em outros estados, apresenta-se como alternativa de sua sobrevivência e de sua família, o que se confirmou nas trajetórias de Benedita, Maria do Socorro, Odete e Maria Joana, procedentes do interior. “Pra quem vem do interior, sem eira nem beira sem estudo, com família pra ajudar, acostumada a trabalhar, só tem um jeito: casa de branco. Eu comecei a trabalhar e nem estranhei muito, apesar de novinha, porque lá em casa no interior eu tomava conta de casa...”, relata Maria do Socorro.

O trabalho doméstico é assumido com mais frequência por adolescentes do sexo feminino evidenciando um traço cultural machista que associa atividades relacionadas

⁶³ Dados da PNAD (2005) evidenciam, no Maranhão, a expressividade de mulheres inseridas no trabalho doméstico, 95,2%.

aos cuidados da casa e das crianças à mulher. Teresa, procedente de uma família pobre e numerosa no meio urbano, revelou que assumir as atividades da mãe como cozinhar, cuidar da casa e dos irmãos menores a “ajudou” a dar conta do trabalho quando aos quatorze anos de idade teve que ingressar em casa de família como trabalhadora doméstica.

Segundo Lima (2004, p. 201) em geral há um acordo informal de conciliação entre o trabalho doméstico e a garantia dos estudos, como aparece nas trajetórias de Maria do Socorro e Lindalva que deveriam trabalhar em casa de pessoas conhecidas com a garantia de que os “patrões” viabilizassem a continuidade nos estudos. Para a autora esse acordo dificilmente se cumpre, pois a aquisição da renda, ainda que baixa, acaba por despertar nas jovens o desejo de satisfazer vaidades ditadas pelos padrões de consumo da vida moderna, constituir família, o que atribui ao trabalho um poder de sedução bem maior que os estudos. Estes, geralmente efetuados à noite, após extensivas jornadas de trabalho, ou se tornam secundários ou são excluídos do conjunto de expectativas, por não possibilitarem o atendimento imediato dos interesses das jovens. Conforme a narrativa de Teresa:

“Depois de um dia cansativo de trabalho eu ia pro colégio (à noite) mais pra namorar do que estudar... a gente não presta atenção, não aprende nada, logo que já é um ensino fraco, e mesmo esse fraco é difícil pra gente acompanhar... eu acabei largando na sexta série... só agüentei até a metade do ano... logo depois eu fiquei grávida... fui morar com o Antônio, aí eu tive que cuidar de casa, de marido e depois de filho... eu podia pensar em estudar? Tinha que trabalhar pra ganhar a vida. Depois eu tive a minha filha... aí já não tava mais dando certo com o Antônio, a gente acabou se deixando, e aí mesmo que eu tive que trabalhar. Eu me arrependo de não ter terminado os estudos, mas eu não tinha condição... eu precisava de dinheiro... lá em casa as coisa era difícil... a gente nem tinha roupa, sapato... eu deixava de ir numa festa por que não tinha uma roupa, um sapato... e a gente precisa dessas coisa... eu tinha que me virar...”

Maria do Socorro, expressa uma compreensão similar a partir da experiência vivenciada na sua trajetória:

“Eu vim pra São Luis pra trabalhar, fui direto pra casa de família... depois que cheguei aqui fui pro colégio só um ano... eu não tinha casa, morava em casa de branco.. queria vê se fazia ao menos um barraco pra mim... eu fiquei grávida e sabe como é, não é toda patroa que quer empregada grávida, com filho, e depois... eu tinha que dar meu jeito... queria comprar minhas coisa, aí veio filho, eu tinha que sustentar... eu só achei pai pra fazer, nenhum me ajudou a criar... só o pai da mais nova que ficou com ela quando eu fui pra Belém, de vez em quando ele ajuda...mas é só, eu fui pai e mãe dos meus filhos... Eu tentei estudar... fazer uma aceleração (Educação de Jovens e Adultos – EJA), mas num dá mais... eu num tenho mais cabeça pra estudo... “

Os relatos atestam que assegurar a sobrevivência, ainda que em padrões minimamente aceitáveis, tornou-se uma prerrogativa essencial em relação a quaisquer outras expectativas consideradas necessárias na busca de melhores condições de vida, como os estudos no caso. No conjunto das entrevistadas foi constatada a predominância de baixos

níveis de instrução⁶⁴, confirmando a priorização dos imperativos da sobrevivência em detrimento dos estudos. Segundo Lima (2000), isto reflete um conjunto de determinantes que contribuem na reprodução da pobreza, dentre os quais o autor ressalta a baixa escolaridade, que por sua vez impõe o subemprego e as sub-ocupações como alternativas de trabalho ou ainda o desemprego.

Na garantia da sobrevivência, os relatos das oito entrevistadas migrantes convergem para a compreensão da cidade como foco de maiores possibilidades, não obstante a precariedade das condições de vida e trabalho que o padrão urbano de São Luis lhes impõe. Eunice reflete sobre essa questão através do seu depoimento:

“... Minha irmã, aqui com toda a necessidade que eu passo ainda é melhor do que se eu tivesse ficado lá (no interior)... a gente não tinha nem como trabalhar... e se trabalhava nunca tinha nada. Aqui a gente pode se virar com uns bico, e no interior? Aqui eu já fiz meu barraco.. e lá? Bem ou mal eu já tenho uma geladeira, uma televisão, o DVD que eu tô pagando pros meus filhos... eu me viro fazendo minhas coisa pra vendê... tenho a quitanda, hoje dá mais amanhã dá menos, no interior num tem disso... é miséria, é miséria mesmo... de num tê nada, nem o que o que comer, e o povo se acomoda, se acostuma, eu não... vim mi' mbora com meu marido e meus filhos... mesmo passando mal aqui a gente ainda ta melhor do que lá”.

Como bem nota Lima (2004, p.215), a cidade se apresenta como o centro da circulação de mercadorias e de dinheiro, local onde o valor de uso pode ser substituído pela força da valorização dos serviços. A valorização atribuída às possibilidades que a vida urbana oferece apresenta como um de seus componentes centrais o acesso ao trabalho, ao dinheiro e ao consumo de bens e serviços. Ademais, a vida urbana apresenta vantagens como a proximidade com equipamentos sociais públicos. Os serviços públicos de educação e saúde, embora precários, “pelo menos funcionam” como atesta Odete ao comparar os serviços da capital aos da área rural: “... se aqui é ruim, no Maracacumé era muito pior... nas escolas tem professor que sabe menos que os aluno... os posto de saúde, não tem médico, as veiz eles vão uma vez em cada dois ou três mês só pra receitar remédio pra verme... adianta alguma coisa?”, questiona Odete.

Como assinala Durhan (1988) ao analisar o deslocamento de contingentes populacionais do campo para a cidade, esse deslocamento se dá no sentido das regiões mais “atrasadas” para as regiões mais “desenvolvidas” e, geralmente, demarca uma transferência para sistemas econômicos mais produtivos, bem como, para sistemas de serviços sociais públicos com maiores possibilidades de acesso, sendo que a perspectiva de mudança na trajetória ocupacional se apresenta como a referência central para explicitar o deslocamento para a capital.

Provenientes da área rural ou da área urbana, tendo a pobreza como marca de suas trajetórias, as “beneficiárias” entrevistadas passam a integrar um universo social que lhes fornece bases para a construção de concepções e significados acerca de suas vidas.

⁶⁴ Dentre as dez mulheres entrevistadas apenas três, Benedita, Suely e Mariana possuem o ensino fundamental, as demais não concluíram os estudos, apresentam o fundamental incompleto, confirmando o baixo índice de escolaridade no Estado do Maranhão, conforme atesta a PNAD (2005), ou seja, 42,1% da população, possui menos de quatro anos de estudo.

Em suas narrativas evidenciam mudanças que incidem sobre o conjunto de relações que afetam suas formas de vida e trabalho. Novas modalidades de trabalho são assumidas, assim como a participação em novas instituições, diversificadas e mais complexas, na perspectiva de atendimento a diferentes necessidades.

“Eu acho que a vida não tá fácil pra ninguém, pra nós que somos pobres tá muito pior, mas eu ainda acho que com toda a dificuldade a gente tem muita possibilidade... pelo menos de pensar e lutar por uma coisa melhor pros filhos da gente. Agora pra isso tem que trabalhar, sem trabalho a gente não sai do lugar... pior ainda se não tiver estudo. Você conhece aquele ditado que cobra que não anda não pega sapo?... pois é...” (EUNICE)

“...a vantagem que eu acho que a gente tem, morando na capital, é que de tudo a gente pode arranjar um meio de ganhar a vida, até catando bagulho na rua você ganha dinheiro, de todo jeito a gente pode se virar, tem que fazer sua parte, correr atrás... pra quem é pobre só tem um meio de não ficar no fundo do poço, é trabalhando, seja de bico, seja do que for, sendo honesto, vale tudo, agora pra melhorar mesmo tem que ter um trabalho certo, seguro... é disso que eu corro atrás...” (SELMA)

“Acho que na vida a gente tem que tá pronta pra peitar qualquer coisa... mas tem que se preparar, estudar mais... sem esforço não dá... eu tenho só o segundo grau e acho que é pouco quanto maior o estudo, melhores as oportunidades de trabalho e de dinheiro... hoje só o curso superior não basta, precisa mais, precisa entender de informática, falar uma língua estrangeira... eu me arrependo de não ter me preparado melhor, mas não deu, não tive condição... agora eu vou correr atrás do que eu posso conseguir...” (SUELY).

Os depoimentos ressaltam um aspecto apontado pelo conjunto das entrevistadas, a aquisição do trabalho associado ao estudo, à qualificação profissional e ao empenho pessoal, como componente essencial para alcançar um padrão de vida melhor ante o seu efeito estabilizador na reprodução social dos indivíduos e a perspectiva de ascensão social.

Sarti (2003) e Durhan (1988) observam que a despeito de as condições sociais para a efetivação de mudanças substanciais no padrão de vida dos pobres sejam estabelecidas socialmente, as entrevistadas concebem as saídas para melhoria de vida, inscritas no plano individual ou familiar mediante o estudo associado à qualificação e ao esforço. Consideram que as dificuldades enfrentadas, especialmente em relação ao trabalho, devem-se, pelo menos em parte, à baixa escolaridade e à ausência de qualificação profissional, o que impele à ausência de restrições quanto às atividades que “aparecem”. Qualquer atividade que *der dinheiro*, desenvolvida de forma *honesto* é válida, tanto como forma de suprir as necessidades da subsistência, como também, suprir as lacunas da escolaridade, profissionalização e qualificação. Os depoimentos mostram como os imperativos da sobrevivência, redirecionam projetos e aspirações, no sentido de circunscrever a busca pelo trabalho a atividades de baixa qualificação profissional, que não exigem escolaridade, mas que possibilitam a aquisição de algum rendimento.

A falta de trabalho é apontada como um problema e como um determinante central na persistência de uma condição de vida marcada por privações de diferentes ordens. Como analisa Lima (2004, p. 289), o desafio da condição de existência é colocado

diante da vulnerabilidade da sobrevivência física, ante a ameaça do não suprimento das necessidades vitais, de forma que, a inserção no mercado de trabalho torna-se uma necessidade primordial, em face dos frágeis rendimentos familiares e da instabilidade empregatícia.

O desenvolvimento de atividades de caráter informal, como pequenos serviços de costura, confecção de artesanatos, vendas de produtos de beleza, os “bicos” e os arranjos domésticos, predominam no universo de trabalho das “beneficiárias” entrevistadas e são concebidas como estratégias de sobrevivência, “biscates”, uma forma de dar suporte à sobrevivência da família, enquanto não aparece um “trabalho certo” e “seguro”. Tratam-se de atividades que, embora não concebidas propriamente como trabalho, são dotadas de significados por permitir às mulheres a valorização por assumir a provisão da família, como traduz Benedita: “... eu digo é pra todo mundo que eu banco minha casa e meus filhos, mesmo com homem aqui dentro, com as minhas vendas eu não ganho muito, mas é esse trocadinho que vale a gente, é pouquinho, mas tá dando pra gente passar”.

As entrevistadas têm clareza dos limites das atividades que desenvolvem no suprimento de suas necessidades e de suas famílias, bem como, na dificuldade de ascensão para uma condição de vida melhor. Mas dada a ausência de escolaridade e formação profissional, razão de arrependimento e culpa, por parte da maioria, entendem que suas alternativas são restritas. A condição de pobreza, que marca suas existências, é apontada como a razão de não haverem continuado os estudos, como diz Maria do Socorro: “... cedo tive que largar os estudos pra trabalhar... Que outro jeito? A gente ia passar fome?”. Em decorrência, sofrem a dificuldade de acesso a um emprego “melhor” no mercado de trabalho, restando-lhes como alternativa os “bicos” e as denominadas sub-ocupações.

A despeito dessas dificuldades, a aspiração pelo trabalho regular, com vínculo empregatício, integra os projetos de vida das entrevistadas, como possibilidade de superar a condição de pobreza, uma condição interpretada, a partir das constantes lutas no enfrentamento de dificuldades e privações persistentes em suas trajetórias de vida, o que levou Eunice a afirmar que: “... pelo que a gente passa nesse mundo, parece que não era pra gente tá aqui, parece que não tem lugar pra gente”.

4.2.2 Pobreza: uma compreensão construída na vivência

“Por que é que pra gente tem que ser tudo tão difícil? A gente luta tanto e parece que não adianta nada... a gente vive no limite, e cada vez mais parece que fica pior... Meu Deus...”. A expressão de indignação é de Teresa ao referir-se às condições de vida que lhe são impostas. Na mesma direção Odete interroga: “Por que pra gente tudo é tão difícil, tão ruim?” e ressalta que: “Todo dinheiro que entra na mão de pobre é só pra comer... e mal”. Nessa observação as entrevistadas revelam uma situação de vida caracterizada por uma sobrevivência que se pauta e se esgota na reprodução das necessidades vitais. Três aspectos podem ser destacados nas observações das entrevistadas: a luta aparentemente infrutífera pela sobrevivência, visto que seu alcance não ultrapassa os limites da sobrevivência; as dificuldades próprias da estrutura social e política cuja dinâmica subalterniza a inserção e o acesso dos pobres (MARTINS,2000) e a incerteza quanto a um “futuro de melhorias”, uma incerteza que mina esperanças confirmando a reflexão de Martins (2003, p. 19) acerca

das atuais configurações da pobreza. Conforme esse autor se antes a pobreza oferecia perspectivas de ascensão social com base em pequenas economias efetuadas mediante privações ou ainda mediante a escolarização e estudo dos filhos quando possível, na atualidade não oferece essa alternativa. Pelo contrário, recai sobre o destino dos pobres, como “condenação”, formas de inserção precárias, instáveis e subalternas que os permitem viver “no limite”, como observa Teresa.

Nas lutas específicas de um dia-a-dia marcado por privações e dificuldades que permitem estabelecer um paralelo com os padrões de vida das classes e grupos sociais num contexto em que as diferenças demarcam as formas de relação com o Estado na condição de provedor dos serviços sociais públicos e dos direitos sociais, os pobres constroem concepções que articulam elementos de caráter estrutural, político e moral que expressam as diferentes dimensões da pobreza que marca suas histórias de vida.

A partir dos “limites” que caracterizam suas trajetórias de vida, as “beneficiárias” do PBF revelam uma multiplicidade de aspectos relacionados à pobreza, tendo presente as experiências vivenciadas articuladas a um contexto mais amplo. Nas compreensões acerca da pobreza a relação com a perspectiva da negação de posses, renda, possibilidades, capacidades, direitos, dignidade assume conotação fundamental entendendo a pobreza como uma situação de existência, um lugar social marcado pela privação, pela instabilidade e pela insegurança, como atestam os relatos a seguir:

“[...] Eu acho assim, que... o que faz a gente pobre é não ter nada certo, a gente não tem uma renda fixa, não tem um trabalho certo, não tem o que comer, não tem uma moradia fixa, não tem o que vestir... é ter a carência, a precisão e não ter como remediar... a gente tá aqui hoje pensando como vai fazer pra comer e dá de comer pros filhos amanhã... isso é muito triste”. (BENEDITA)

“[...] Antigamente, a gente ainda tinha a chance de melhorar com o trabalho, hoje nem isso, ninguém passa bem vivendo com salário... mas eu lhe digo mesmo que eu dava tudo pra ter um emprego certo... com salário, por que pior é ficar na dúvida se amanhã vai ter ou não... a gente tem que se virar de mil maneiras pra conseguir as vez um pouquinho... e isso cansa, eu tiro por mim, tem dia que eu tô morta, mas aí eu não tenho quem me dê e nem de onde tirar... aí em tenho que dá meu jeito”. (TERESA)

“Carência, precisão todo mundo tem, o problema é que muitos não tem como suprir... eu me considero pobre, mas eu acho que tem gente mais pobre do que eu, aqueles que vivem na rua, que pedem esmola, que passam fome e o que é pior, é que eles praticamente não tem chance de mudar de vida... sair daquela situação. Como? O que eles vão fazer? Pra mim que trabalho já tá difícil... e pra eles?”. (MARIANA)

As compreensões acima apresentadas permitem retomar explicações acerca da pobreza que remetem a três questões: a falta de perspectivas de superação, o que remonta a pobreza como uma situação intransponível; à questão do trabalho, como perspectiva de “viver a pobreza com dignidade” (SARTI, 2003, p.129) e a questão das gradações de pobreza que por sua vez estabelecem limites com a indignidade, inserindo esta num patamar em que as possibilidades de superação se apresentam como inexistentes. Mariana complementa que a pobreza se expressa “no dia-a-dia de necessidades, de falta de recursos, a começar pelo estudo...”, entendendo ser a educação um fator central na construção e

ampliação de perspectivas para os pobres, em concordância com autores⁶⁵ que relacionam a educação à possibilidade de ruptura com a situação de pobreza. Em concordância com Mariana, Teresa, Suely e Selma reafirmam a importância da educação como possibilidade de superação da pobreza, mas advertem que não se trata de uma relação mecânica, visto que “o fato de um pobre ter estudo não significa que ele vai sair da pobreza” diz Suely. E isto se deve fundamentalmente à desigualdade de condições em que a educação é acessada e viabilizada pelos sujeitos na sociedade atual.

A questão da desigualdade social na sua relação com as possibilidades de condições oferecidas aos sujeitos a partir do seu *lugar* na sociedade aparece nas colocações de algumas entrevistadas:

“As condições que a gente tem não são as mesmas que as dos ricos, e isso é em tudo... a gente vê, por exemplo, pelas escolas que os pobres freqüentam... o ensino não capacita pra entrar na universidade e nem pra passar num concurso público, aí eles têm que fazer um curso preparatório... e eu pergunto, eles podem? Não podem. Não têm condição, aí nem faz e se faz não passa, dificilmente tem chance... tá concorrendo com quem estudou num bom colégio, fez um cursinho. E a informação? Os pobres só têm acesso ao que a televisão mostra... e a televisão só mostra o que interessa pra quem tá no poder”.

(MARIANA)

“Pra quem pode pagar é tudo do bom e do melhor... e pra nós? Já reparou nos bairros e nos conjuntos que pobre mora? Começa pelo lugar... é o mais longe, onde o preço da passagem é mais caro. O tamanho das casa é o menor... até o material da construção é o pior... mas se me desse uma dessa eu queria, sabe por que? Por que é a única chance d’eu ter uma casa própria, hoje. Não é a melhor casa pra mim, mas na situação que eu tô, era uma coisa boa pra mim. Terreno pra construir eu tenho, desses terrenos de invasão, num sabe?... mas cadê a condição pra levantar ao menos uma parede? E depois, pra nós não é negócio morar longe do Centro, tem o transporte, tem o colégio dos meninos... A corrida no Centro atrás de emprego, atrás de bico pra fazer, com esse preço de passagem, não dá...”. (SELMA)

“Eu vivo em tratamento por caso daquele problema que eu lhe falei... mas é muito difícil pra mim... olhe eu tô com uma consulta marcada desde abril, eu tive que dormir na fila pra marcar... e eu nessa condição que você tá vendo...ficou pro final de maio... e eu tenho que esperar, se eu pudesse pagar particular eu pagava, por que hospital particular é outra coisa, é tudo rápido, mas eu num posso... pra gente se tratar aqui é um custo de tudo, pra fazer os exames tem que ir lá na Alemanha (bairro de São Luis) pedir a autorização, tem que pagar transporte, e as vez num tem, aí esse exame demora pra fazer... pra fazer tem que ir no Centro ou então na COHAB aí lá vai mais transporte... e nem sempre a gente tem... pra piorar a gente não é bem tratada... eles são ignorantes, grosseiros com a gente... a gente já vive doente, passando por tanta necessidade e ainda tem que agüentar maus tratos... não é fácil...”. (MARIA DO SOCORRO)

⁶⁵ Autores como Camargo (2000), Leal e Werlang (2000) e Buarque (1999) assinalam a educação como um fator essencial para o enfrentamento da pobreza considerando a relação entre grau de instrução, elevação da renda e acesso aos direitos básicos, às informações indispensáveis do dia-a-dia, aos serviços sociais e padrões humanos considerados mais adequados como alimentação, higiene dentre outros.

Os depoimentos trazem a questão dos serviços públicos destinados aos pobres, como a qualidade da educação ofertada para os alunos de famílias pobres, uma educação que os coloca em posição de desvantagem numa sociedade cujo acesso aos bens e serviços, é dinamizado pela competitividade; também a moradia que, para autores como Valladares (1991) e Buarque (1999), funciona como um elemento demarcador de fronteiras e de identidades entre os pobres e os não pobres. Não raro, a definição do local de moradia caracteriza a que grupo e classe social os indivíduos pertencem, configurando, portanto, o seu *lugar social* (TELLES, 1992). A infra-estrutura urbana nas cidades não tem sido direcionada para sanar os problemas das denominadas áreas periféricas, habitadas majoritariamente pelos pobres. Ao contrário, como ressaltam Lima (2004) e Sarti (2003), os serviços de infra-estrutura urbana são destinados a criar condições que possibilitem melhorias nos aglomerados de maior circulação de grupos pertencentes às classes média e alta.

As dificuldades e a precariedade dos serviços de saúde pública a que os pobres têm acesso aparecem no depoimento de Maria do Socorro que expressa, a partir de sua experiência, uma dinâmica que revela a diferenciação nos serviços públicos e privados. Com relação à área de saúde informações do DATASUS referentes ao ano de 2003, mostram que São Luis possui um total de 172 estabelecimentos de saúde, sendo que destes 84 prestam serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS. A maior demanda pelos serviços de saúde é apresentada ao setor público pela população de baixa renda. Em 2002 foi registrada maior demanda ao atendimento público de São Luis que responde por 61 estabelecimentos de saúde; os demais, 111 estabelecimentos, são de iniciativa privada. As informações registram que 39 estabelecimentos possuem capacidade de internação, sendo 18 na rede pública e 21 na rede privada. Os leitos disponíveis contabilizam 3.244, destes 2.702 se encontram a disposição do SUS.

As informações acima evidenciam a dificuldade de acesso da população mais pobre aos serviços públicos de saúde, considerando o número limitado das instituições em face da demanda por serviços públicos, o que revela insuficiência e precariedade no atendimento, visto que São Luis, atende não apenas a demanda local, mas também a demandas oriundas dos demais municípios do Estado do Maranhão, onde o atendimento é ainda mais insuficiente e precário que na capital. Cabe assinalar a questão da privatização dos serviços de saúde em São Luis, o que contribui sobremaneira para a restrição do acesso, bem como da qualidade dos serviços públicos de saúde ofertados aos pobres.

Formação educacional e profissional, elementos necessários à mobilização e mobilidade social numa sociedade competitiva tornam-se cada vez mais restritos *aos que podem pagar* como ressaltam Telles (1998) e Buarque (1999) e são praticamente inexistentes aos mais pobres. Para esses autores, a privatização do Estado, do espaço e dos serviços públicos constitui em mecanismo central para a consolidação, não apenas da desigualdade, mas da diferenciação entre classes e grupos sociais, uma diferenciação que se expressa na restrição das possibilidades, na qualidade do atendimento e dos serviços prestados aos pobres.

Nas últimas décadas, o Estado brasileiro ao invés de construir serviços que atendam às necessidades de toda a sociedade vem implantando serviços que solucionem os problemas de minorias privilegiadas em detrimento de amplos contingentes que utilizam os serviços sociais públicos. Em relação à questão específica da educação e saúde pública que atendem principalmente as famílias pobres, Buarque (1999) resalta a situação de degradação a que tanto a educação como a saúde pública vêm sendo submetidas ao passo

em que os custos da educação e saúde privadas se tornam cada vez mais elevados, suscitando apoio público para sua manutenção. O autor assinala que todo o sistema estatal brasileiro tem se constituído em instrumento viabilizador da concentração de renda, propriedade e privilégios de minorias e denuncia a diferença óbvia na qualidade do atendimento de órgãos de serviços sociais para a maioria, como hospitais e escolas públicas; e os órgãos de maior circulação de minorias. (BUARQUE, 1999, p. 65)

Nessa direção, coordenadoras e técnicas do PBF, assim se posiciona com relação à questão da desigualdade e diferenciação:

“Acho que pensar a pobreza hoje, dentre outras questões remete a pensar em como os pobres são tratados, de modo geral, como os pobres são tratados pelo Estado, pelos profissionais que trabalham diretamente com eles, e isso inclui a nós que somos assistentes sociais, como a gente vê os pobres, que tipo de tratamento, de serviço a gente acha que eles merecem, por que é muito fácil dizer que eles merecem respeito e humanidade e, na prática, achar que pra eles qualquer coisa serve... é uma grande contradição... e não condiz com uma visão de respeito e humanidade[...]”. (COORDENADORA DO PBF – FUMCAS)

A questão da desigualdade é também compreendida por técnicos do PBF como, “... uma questão que impossibilita os pobres de terem as mesmas oportunidades na sociedade, numa sociedade desigual como a brasileira, tudo é desigual, as formas de acesso, os bens e serviços oferecidos são desiguais, e isso caracteriza uma grande injustiça social” (TÉCNICA DO PBF). Essa compreensão é expressa por outro técnico que assim se manifesta:

“[...] a sociedade é organizada de um jeito em que os pobres dificilmente terão a mesma oportunidade, o mesmo atendimento, os mesmos direitos... há uma desigualdade muito grande que diferencia o que é pra eles e o que não é... o mais grave é que eles correm atrás de qualquer coisa, por que pra eles quase não tem muita escolha... pode ser pouco, inferior, mas pra eles, representa muito”. (TÉCNICA DO PBF)

Os depoimentos colocam em questão o que Sposati (2001) denuncia como cultura presente nas práticas sociais historicamente desenvolvidas na relação com os pobres, quer através de entidades civis ou através de entidades públicas: a cultura de que para os pobres *qualquer coisa serve*, o que se confirma na diferenciação dos serviços sociais públicos ofertados aos pobres, uma diferenciação que remete ao que Zaluar (1985, p. 35) identifica como processo de demarcação de posições e fronteiras entre pobres e não-pobres, o que expressa uma visão dicotômica que se afirma mediante oposições. No caso em questão, os serviços sociais de qualidade em oposição aos serviços mais desqualificados como elementos definidores de posições sociais dos sujeitos, configuram, segundo a autora em referência, o caráter determinante das políticas públicas na privação e exclusão dos pobres. A diferenciação nos serviços prestados, portanto, funciona como estratégia de perpetuação das relações de poder alimentadas por políticas que reproduzem e consolidam a desigualdade.

Os relatos das entrevistadas, no geral, deram enfoque a essa demarcação, considerando-a como um elemento caracterizador das relações sociais entre classes e grupos diferentes, sem, contudo destituí-la de seu caráter injusto e discriminatório, como bem sintetiza o depoimento de Lindalva:

“È claro que quem tem condição vive melhor, por que trabalha, tem dinheiro, pode ter tudo o que precisa, pra nós pobres tudo é sempre inferior, o atendimento pra nós é sem qualidade, os serviços pra gente são sempre péssimos, a escola dos nossos filhos é sempre a inferior, assim como o hospital e o posto de saúde que a gente usa, a rua que a gente mora, até os ônibus que a gente toma... quando eu trabalhava num Hotel ali no Calhau eu reparei que nas avenidas do Calhau e da Ponta D’Areia, quase não tem nem passarela pra atravessar, sabe por quê? Por que ali não anda pobre, quase não tem ponto de ônibus, só anda gente de carro, é tudo limpo, tem polícia que faz ronda por ali... não dá pra comparar com a Vila Embratel, aqui polícia quando vem não é pra fazer ronda, não, é pra bater e prender... Eu até entendo que as pessoas são diferentes por que tem aqueles que tem mais condição, mas acho que todo mundo devia ser tratado como ser humano”.

Ao estabelecer uma relação entre áreas consideradas nobres em São Luis e a área periférica onde reside, Lindalva aponta a diferenciação entre as pessoas pelo poder aquisitivo, o que em última análise determina e até justifica o acesso e o direito ao que a sociedade “tem de melhor”. Também coloca em questão as formas diferenciadas de intervenção das instâncias públicas e sua discriminação em relação aos mais pobres e questiona: “cadê os direitos que dizem que todo mundo tem?” Um questionamento similar aparece na revolta expressa no depoimento de Maria Joana, ao expressar, no seu entendimento, uma diferenciação social que nega os pobres como sujeitos sociais e como seres humanos: “[...]as coisas funcionam pra não dá chance pros pobres... aqui nesse mundo, pobre não tem vez, a gente não é nada, não tem direito a nada, a gente não é respeitada, não é aceita, não é nada [...]”.

A questão da negação dos direitos é colocada por algumas entrevistadas como um elemento que configura a pobreza na sociedade, denotando uma compreensão em que o acesso a direitos socialmente construídos tem como determinante a posição social dos sujeitos. Os direitos, legalmente regulamentados e assegurados mediante uma ampla e avançada legislação como a brasileira, praticamente inexistem na concretude de um dia-a-dia em que são negados, mediante práticas sociais nas quais esses direitos se desfazem como atestam os seguintes relatos:

“A escola que os meus meninos freqüentam... olhe que eu vou lhe dizer que as condição não podia ser pior... a única vantagem é que é perto de casa, por isso que eu matriculei eles lá, é perto eles vão andando, não precisa atravessar rua onde passa carro... mas é horrível... as crianças só pode assistir aula direito quando não chove... o telhado tá esburacado, tem goteira pra todo lado, as cadeira tudo quebrada... tem dia que não tem nem água pros meninos beber...” .
(TERESA)

“... a gente aqui vive como pato, dentro d’água... o tempo todo é esse fedor... aí os moradores que se junta de vez em quando pra limpar... mas a gente vive nisso

não é por falta de organização, não... é por que não tem nem uma autoridade que se interesse por nós, a gente já fez abaixo assinado, já fomos na Secretaria (órgão responsável pelos serviços de infra-estrutura e urbanização) só que não adianta nada, quando chove isso aqui fica tão ruim, não passa nem carro, nem gente pode passar...”. (MARIA JOANA)

Os depoimentos denunciam uma organização social que não obstante ser composta de um moderno e avançado sistema de direitos, não funciona para os pobres como adverte Lima (2004) ao analisar os padrões de vida dos pobres urbanos. Trata-se de experiências práticas que reforçam na vida e nas concepções dos indivíduos a questão da negação como forma de relação social com os pobres, como sintetiza uma expressão de Maria do Socorro: “... tudo que os outros têm direito, pra gente é negado”. Os outros no entendimento da entrevistada são representados pelos não-pobres em oposição àqueles que não têm direito a nada, os pobres. A oposição neste sentido evidencia a marca da inferioridade e da negatividade que Telles (1992, p. 5) adverte como uma concepção que se mantém fixa como modo de ser que descredencia os indivíduos para o exercício dos direitos em razão das diferenças incomensuráveis em relação ao cidadão. As diferenciações e injustiças vivenciadas pelas “beneficiárias” denotam o que essa autora denomina como ausência de reciprocidades que conferem ao outro o estatuto de sujeito de interesses válidos e direitos legítimos.

Interessante notar nos depoimentos que, ao denunciar a negação das instâncias públicas em relação às suas demandas, necessidades e direitos, as “beneficiárias” evidenciam uma compreensão de si como sujeitos injustiçados que integram uma sociedade que reproduz e consolida distâncias sociais. Diante dessa compreensão emerge o questionamento acerca da justiça e da igualdade nas relações sociais, e aqui cabe ressaltar dois aspectos: o primeiro, sinalizado por Telles (1992), refere-se ao fato de que se tratam de aspectos que, em geral, são ausentes nos debates acerca da pobreza, e, quando presentes, conforme se pode constatar no discurso oficial do PBF trazem a as marcas da diferenciação e da categorização da pobreza. Como segundo aspecto, apontado pelas próprias “beneficiárias” destaca-se que, as suas trajetórias de vida, conforme suas narrativas evidenciam que a justiça, assim como os direitos não fazem parte das regras da vida social, como elementos extensivos a todos os indivíduos.

A precariedade associada aos obstáculos que dificultam o acesso ao que consideram que deveria ser “pra todo ser humano” explicita as regras excludentes que estruturam a vida social e também dá dimensões dos níveis de desigualdade e subordinação que configuram a sociedade brasileira. Expõe o movimento de um Estado que, segundo Faoro (1987) recria regras sociais absorvendo e anulando dinâmicas e conflitos sob a razão estatal, a partir de um padrão de sociabilidade que legitima desigualdades fixando *lugares* na hierarquia social (SCHWARZ, 1988).

Muller (1986) em suas análises acerca da relação entre direito e economia na sociedade brasileira ressalta que, não obstante haver uma consciência social da fome, da pobreza, do salário mínimo como garantia das necessidades normais do trabalhador, apesar dos propósitos sociais declarados pelo Estado e da modernização econômica e institucional da sociedade, o direito às condições básicas de sobrevivência não foi devida e efetivamente conquistado. E neste sentido ocorre que, na prática a maioria da população é transformada em não-cidadã por uma sociedade que não consegue assegurar a sobrevivência para todos.

As “beneficiárias”, ao exporem nos seus relatos a contraposição entre o que deveria ser direito para todos e que é negado aos pobres, trazem uma questão que vem sendo colocada com frequência no debate acerca da pobreza: a questão dos direitos como mediação essencial nas relações entre economia, sociedade e Estado, uma mediação que extrapola aspectos de ordem jurídica e institucional visto que remete ao poder efetivo de ação e representação de sujeitos reconhecidos na legitimidade de seus interesses (TELLES, 1992, p.36). Segundo essa autora, os direitos colocam em evidência os paradoxos de uma sociedade não tanto pelo descompasso entre sua existência formal e sua efetivação ou negação para as maiorias, mas pela sua positividade, ou seja,

“pelo que esse descompasso revela da lógica que preside a formulação e formalização de direitos na sociedade brasileira. Pois o que chama a atenção é a constituição de um lugar em que a igualdade prometida pela lei reproduz e legitima desigualdades, um lugar que constrói os signos de pertencimento cívico, mas que contém dentro dele próprio o princípio que exclui as maiorias, um lugar que proclama realização da justiça social, mas que bloqueia os efeitos igualitários dos direitos na trama das relações sociais”.

Trata-se de uma questão que explicita a natureza dos vínculos que se constroem nas classes sociais entre si e com o Estado. Ainda, segundo Telles (1992, p.38), importa ter presente que, na sociedade brasileira, os direitos não têm sido formulados sob o

“... ângulo das desigualdades sociais que eles, supostamente, deveriam compensar. Não foram formulados na perspectiva do indivíduo-cidadão que encontra nos direitos sociais um recurso para compensar as vicissitudes da vida social que o comprometeriam como indivíduo autônomo e soberano nas suas prerrogativas como cidadão”,

São, portanto, dissociados, na prática, da condição de cidadania. Ao contrário, os direitos sociais têm contribuído para reproduzir o perfil das desigualdades. Como assinala Gomes (1979), os direitos sociais no Brasil desde o período getulista foram construídos a partir de pressupostos pautados em vínculos ocupacionais e corporativos, o que na prática os dissocia da condição inerente de cidadania e os ancora a uma definição de justiça social fundada na intervenção do Estado no sentido de neutralizar a igualdade a partir de uma lógica em que as desigualdades são transfiguradas no âmbito de diferenças sedimentadas mediante uma distribuição diferenciada de benefícios e serviços sociais. Trata-se de um processo que pode ser resumido pela seguinte expressão de Benedita: “Pobre, ainda mais aquele que não tem trabalho, tem que se conformar com o que sobra e ainda se dar por satisfeito”.

A oposição pobre e trabalhador, apontada por Valladares (1991), assume centralidade em alguns relatos denotando uma concepção que articula a ociosidade a uma responsabilidade individual. Neste aspecto a categorização da pobreza expressa na distinção entre pobres e miseráveis foi ressaltada pelas “beneficiárias” ao destacar a diferença entre aqueles que se encontram em “situação pior” àquela vivenciada por elas. Odete assim se pronuncia, afirmando que:

“Tem muita gente acomodada... que não procura evoluir, não se mexe pra nada, fica esperando não sei o quê... minha vida não é fácil, mas eu me viro e quem não faz nem isso? Por isso é que tem muita gente sem nada, sem ter onde morar, passando fome, perambulando pelas ruas atrás de pedir pra um e outro, se a pessoa também não fizer por onde fica pior, não é? Tá certo que a gente é pobre, mas corre atrás, faz uma coisa aqui, outra ali... a gente tá disposta a ser pau pra toda obra, quer vencer...agora tem aqueles que se conforma em ser miserave mesmo, não procura evoluir, ... de tudo se vive... até de vender estrume... dá uns troco, ao meno pra comprar o que comer”.

Semelhante compreensão é expressa por Benedita e Suely

“Eu vivo nessa situação, mas eu acho que tem gente que tá pior porque não se vira, tem muita gente acomodada, que se entrega e não procura fazer nada pra melhorar a situação... se deixa levar, sem fazer nada... eu conheço muita gente assim e acho que essa é a pior pobreza, é daqueles que não procuram fazer nada... ao menos pra aliviar a sorte... tem que ir à luta, quem não luta, não vence, mas pra lutar tem que tá disposto”. (BENEDITA)

“Eu acho que o pior pobre é aquele que se acomoda com a pobreza e não vai à luta... Tem que trabalhar, a coisa não tá fácil pra ninguém, mas se não procurar um trabalho fica pior...tem todo tipo de pobreza, mas a pobreza de espírito... essa é terrível, a pessoa se acomoda, não procura fazer nada pra mudar de vida... e ainda reclama de tudo... reclama da vida, reclama da sorte, reclama, reclama, mas faz o que pra mudar? Nada...”. (SUELY)

A acomodação com a pobreza concebida como uma responsabilidade individual em face da oposição entre acomodação e trabalho, revela um raciocínio que, segundo Valladares (1991), coloca o trabalhador e o ocioso ou *acomodado* em pólos opostos e pressupõe que as pessoas que trabalham sejam mais distanciadas do horizonte da miséria, caracterizada pela falta de moradia, pela fome e pela condição de pedinte. O desenvolvimento de estratégias informais de aquisição de renda para minorar a situação de carência vivenciada é colocada como uma linha tênue de diferenciação entre pobreza e miséria, sendo o fator pessoal determinante no sentido da opção por *sair da acomodação*.

Na compreensão das entrevistadas, o trabalho se constitui num elemento revestido de grande dimensão moral ao amenizar a conotação negativa presente na pobreza. Mediante o trabalho demonstram não serem *tão pobres ou pobres de espírito*, visto que possuem a disposição para ir à luta, vencer as adversidades. Vencer, no sentido colocado pelas entrevistadas não implica necessariamente em superar a situação de pobreza ou ascender socialmente, mas se afirmar mediante o valor positivo atribuído ao trabalho como lei suprema da sociedade (VALLADARES, 1991; SARTI, 2003). Cabe destacar uma colocação feita por Teresa quando esta afirma que o trabalho permite “... enfrentar a pobreza de cabeça erguida”. Essa colocação assume grande significado não apenas como instrumento de sobrevivência, mas como elemento constitutivo de uma identidade social e moral. Segundo Sarti (2003, p. 89),

“Ao lado da negatividade contida na noção de *ser pobre*, a noção de *ser trabalhador* dá ao pobre uma dimensão positiva, inscrita no significado moral

atribuído ao trabalho, a partir de uma concepção da ordem do mundo social que requalifica as relações de trabalho sob o capital. Se o trabalhador se localiza como pobre no mundo social, não se considera *pobre de espírito*, porque tem os valores morais que permitem, quando *cair no buraco, se levantar*. É através do trabalho que os pobres realizam esta *disposição de se levantar*.”

E a autora assinala ainda o valor do trabalho no tocante ao significado na relativização das desigualdades sociais, destacando que esse valor de certa forma “... compensa as desigualdades socialmente dadas, na medida em que é construído dentro de outro referencial simbólico, diferente daquele que os desqualifica socialmente”. A disposição para *se virar* ou *ser pau pra toda obra* conforme as entrevistadas colocam, segundo Sarti (2003) não só caracteriza os pobres ou os trabalhadores que desenvolvem ocupações socialmente consideradas desqualificadas, como também é vivenciada como uma qualidade positiva, sendo que, além de compensar as desigualdades e adversidades impostas confere uma vantagem relativa em relação àqueles que, por não apresentarem a mesma *disposição*, se mantêm atrelados à indolência e ao vício da pobreza (VALLADARES, 1991; LIMA, 2000).

As novas configurações assumidas pela pobreza ante as mudanças operadas na estrutura socioeconômica foram destacadas nos relatos de duas entrevistadas que se manifestaram a pobreza na atualidade, os contornos que esta vem apresentando o que suscita mudanças na sua compreensão. Mariana no seu depoimento questionou: “... quem é pobre hoje?” e fez a seguinte colocação:

“Olhe em volta e veja que no Brasil, hoje... todo mundo é pobre, quem não era tá ficando, porque perdeu o emprego, porque o salário caiu, o poder de compra ficou lá embaixo, só uma minoria não é pobre... quem recebe salário é pobre, quem não tem salário, nem renda nenhuma é miserável... uma minoria tem acesso a tudo, e também tem chance pra tudo, mas a grande maioria... então eu acho que pobre hoje é todo mundo que luta com dificuldade ou pra conseguir um pouco pra ir levando ou pra não perder o pouco que tem”.

Pensamento semelhante é expresso por Suely:

“Se a gente for ver hoje... pobre é a população brasileira... o número de ricos fica cada vez menos e o número de pobres aumenta. As coisas mudaram muito, eu acho que antes as pessoas tinham mais possibilidade, não de ficarem ricas, mas de melhorar... ter um padrão de vida melhor... e hoje, não. A situação piorou tanto que tem gente reclamando que teve que tirar os filhos da escola particular pra botar na pública, quem tinha plano de saúde, agora tem que ir pro hospital público... eu acho que só não é pobre hoje, quem é rico... e mesmo assim tem muito rico quebrando, perdendo tudo e ficando pobre também... a verdade é que a pobreza tá tomando conta do mundo... é muita miséria... e o pior é que ninguém faz nada...”.

A compreensão expressa nos depoimentos confirma as análises de Telles (1999) quando esta assinala a re-configuração da pobreza no contexto atual em razão de se tratar de um problema que vem se deslocando de seus *lugares tradicionais* e estendendo-se

aos setores *mais elevados* na hierarquia social. Questões como segurança e estabilidade no trabalho se destacam como elementos centrais nesse deslocamento. As mudanças que vêm sendo processadas no que Castel (1994) denomina de sociedade salarial e que para Antunes (2002) implicam em condições precarizadas e degradação ampliada no mundo do trabalho tanto na sua materialidade quanto na subjetividade, tendo como uma de suas conseqüências mais nocivas o desemprego estrutural que tem empurrado imensos contingentes à pobreza e à instabilidade. O desemprego configura, assim, uma ameaça pela sua perpetuação, sendo que compromete uma imagem na qual se alicerçam a identidade do provedor, a dignidade do trabalhador e a sobrevivência do ser humano na diferentes dimensões. É neste sentido que, para as “beneficiárias” do PBF as incertezas quanto à possibilidade de provisão digna das necessidades é central na definição da pobreza.

4.2.3 O Trabalho como elemento possível de reconhecimento social e enfrentamento da pobreza

O trabalho ou as formas de aquisição de renda, bem como o montante desta, tiveram destaque nos discursos das “beneficiárias”, assumindo significado como um elemento constitutivo e articulador na provisão das necessidades e na melhoria das condições de vida. Formas e possibilidades de aquisição de renda aparecem conectadas a busca de melhores condições de vida. A questão do trabalho é focada nos relatos como um componente central para a compreensão da vida social das “beneficiárias” entrevistadas, assumindo, nos discursos, a configuração de um elemento essencial à sociabilidade e ao reconhecimento social.

O trabalho, para as “beneficiárias” entrevistadas constitui-se num instrumento essencial, que assegura não apenas a reprodução da sobrevivência, mas também o reconhecimento na sociedade. Ademais, o trabalho assegura a possibilidade de enfrentar os reveses e dificuldades da pobreza com “dignidade” como afirmou Teresa: “A gente pega baque e enfrenta a pobreza de cabeça erguida, sem ter que depender de ninguém, por que tem o seu trabalho, um trabalho certo, ali com o seu salário todo mês... a gente fica mais dona do próprio nariz”. E não é só isso, o trabalho permite a construção de projetos e metas de melhorias de vida, reafirmando a identidade do sujeito como agente histórico. “Sem um trabalho a gente sonha, mas não realiza... fica na vontade... a gente só pode esperar mesmo é ter o de comer e pagar as contas e olhe lá...”, complementa Benedita.

É, pois, mediante a conexão com o trabalho que se constrói e se legitima a identidade social, o que confere ao trabalho centralidade na provisão da sobrevivência e no reconhecimento moral e público dos sujeitos.

As diferentes formas de inserção no trabalho apresentadas pelas entrevistadas revelam situações marcadas pela instabilidade ocupacional, demarcada pela informalidade, pelo desemprego e pela baixa renda. As condições de vida, em geral, apresentam como elemento configurativo o baixo rendimento associado às precárias alternativas de trabalho.

A fragilidade dos vínculos empregatícios, a rotatividade nos empregos, a alternância / combinação entre emprego assalariado e trabalho por conta própria, observadas nas trajetórias, confirmam o que Zaluar (1985) aponta como componentes que,

em geral, integram o mundo de trabalho dos pobres. Isto revela a predominância de um setor da economia oficialmente denominado como “setor informal”. Para Oliveira (1988), trata-se de um problema que coloca em questão a inserção e sobrevivência de amplos segmentos da sociedade brasileira. Para esse autor, a predominância desse setor revela a existência de uma lacuna imensa no mercado de trabalho, na distribuição de renda, no acesso às políticas sociais, evidenciando as condições de um contingente com possibilidades cada vez mais ínfimas de inserção na denominada economia moderna.

O significado conferido ao trabalho ancora-se no valor atribuído a uma condição (emprego estável) que possa garantir o equilíbrio e a harmonia familiar. O trabalho não só mobiliza, mas também viabiliza o projeto de melhorar de vida, reveste-se, portanto, de positividade expressa na forma de provisão das necessidades, uma vez que representa a base da sobrevivência e da perspectiva de ascensão social mediante a conquista de emprego fixo, melhores salários ou realização do *negócio por conta própria*. Tratam-se de perspectivas produzidas e desfeitas numa dinâmica diária marcada pela quebra das “... reciprocidades esperadas, manifestas no esforço não recompensado, na falta de reconhecimento público, nos baixos salários, na justiça, que para eles, não funciona...” (LIMA, 2004, p.264).

Algumas experiências vivenciadas pelas entrevistadas demonstram que a perspectiva de ascensão social e a possibilidade de romper com a tensão que ameaça o limite tênue entre pobreza e indignidade se dissipam ao considerar a retrospectiva de sua trajetória e os esforços despendidos na luta pela sobrevivência, como expressa o relato de Odete.

“Do jeito que a gente vivia lá no interior, a gente não tinha nem como se virar... era só aquele peixinho pra comer, quando tinha. Dentro de casa só tinha as rede. O meu marido não tinha terra pra fazer roça. Quem vive no interior não tem pra onde se virar, vive pra comer e mal... passa muito mal. A gente veio pra São Luis com a cara e a coragem por que sabia que pelo menos uns bico pra fazer a gente ia arranjar. Eu trabalhava em terra alheia, comprava no comércio do dono da terra e ficava devendo, ele dizia que o que a gente produzia na roça não dava pra pagar nem metade do que a gente comprava... agora eu lhe pergunto que tanto que custa, minha irmã, um quilo de açúcar, um pacote de sal, um pacote de biscoito? Quer dizer então que o trabalho da gente não valia nada? Olhe, tinha dia que eu me desesperava tanto, eu chorava... de tanto desespero. Eu ainda choro, por que eu ainda sô perseguida de tanto problema, é muita necessidade, é muita coisa e a gente quer fazer, tem que fazer mas não pode, porque a condição não dá... Mas eu já não sô tão miserave como antes...antes era muito pior, se eu for lhe contar o que eu já passei, nós fica aqui a semana toda e não acaba...”

O relato de Odete, embora expresse uma trajetória específica, denota vivências que são comuns às demais entrevistadas, ou seja, as proporções absurdas da pobreza que marcaram suas vidas, se comparadas com a situação presente, se tornam mais perversas, não obstante a gravidade da situação atual. Essa mudança em grande parte deve-se, além das variadas alternativas para assegurar a sobrevivência, a possibilidade de aquisição de bens simbolicamente considerados como representativos de um padrão de vida socialmente aceitável, de ascensão social, nas sociedades modernas, como a casa própria, equipamentos domésticos. Cabe assinalar que tal mudança estabelece um diferencial entre pobreza e miséria, sendo esta última configurada pela falta de perspectivas associadas ao

meio rural, pelas restritas possibilidades de acesso ao padrão urbano e também pelo empenho pessoal no sentido de buscar alternativas de acesso a esse padrão.

Autores como Martins (2002) e Da Matta (1991) analisando essa questão sob a ótica do consumo, considerado como mediação para a ascensão social entendem que se trata de uma possibilidade que, para os pobres significa inserção na denominada sociedade contemporânea. Assim os "... os pobres, do mesmo modo que as elites e a classe média descobriram que na sociedade contemporânea o consumo ostensivo é um meio de afirmação social e de definição de identidade" (MARTINS, 2002, p. 37). Relatos como os de Teresa e Eunice assim expressaram essa questão ante a indagação sobre o que consideravam como melhorias em suas difíceis trajetórias de vida. Vejamos a seguir o depoimento de Teresa.

"Eu acho assim... que quando a gente não tem nada, é muito ruim, é como se a gente não fosse nada também... eu imaginava muito... eu pensava, meu Deus será que eu nunca vou ter uma casa, ter minhas coisa. Eu comecei a trabalhar cedo em casa de família eu olhava pr'aquelas casa boa, que tinha de tudo e eu imaginava... não era inveja, não, colega, mas eu imaginava, como é bom você ter as coisa, uma casa boa pra morar, um conforto e eu não tinha nada disso, eu não ficava com inveja, não, mas eu queria ter minha casa, minhas coisa... inda não tá do jeito que eu quero, como você vê... inda falta muito, mas só de saber que eu tô na minha casa, tenho uma televisão, um vídeo game pros meus filhos não irem pra rua... agora eu quero fazer o quarto deles, comprar uma televisão só pra eles...colega, é tanta coisa que eu preciso botar na minha casa, tanta coisa que falta... tem hora que dá um nó na cabeça da gente, por que o dinheiro que entra é muito pouco... e a gente fica sem saber como fazer, ainda mais com tanta precisão..."

Eunice, através do seu relato, assim se pronuncia,

"Quando eu vivia lá no interior eu não podia nem sonhar em ter uma televisão, uma geladeira, um fogão a gás, um DVD, primeiro por que nem casa eu tinha... e também como ia poder comprar tudo isso? Agora não, eu tenho a minha casa, tenho as minhas coisas, eu sei que ainda falta muita coisa pra gente, mas devagar a gente vai conseguindo, de mais longe eu já vim. Meu maior sonho era ter uma casa e botar de tijolo... e eu já consegui, só Deus sabe como, mas eu consegui... não sei quando vou terminar, mas um dia eu termino, não sei como...A gente ter uma casa pra morar... pode ser onde for, como a minha que é lá no fim do mundo, mas a gente ter uma casa e ter o que botar dentro, já é muita coisa... Graças a Deus eu comprei meu sofá, eu tinha vergonha que aqui não tinha onde sentar... termino de pagar para o ano, em janeiro. Como você vê as necessidades são muitas, mas a gente, devagar vai conseguindo ter as coisas, vai melhorando, eu acho que já melhorei, pra quem vei de onde eu vim..."

Os depoimentos revelam o que Martins (2002, p. 37) denomina de mudança na forma da pobreza, caracterizada pela adesão dos pobres ao sistema que os faz pobres. Segundo o autor essa adesão se efetua em razão da descoberta de uma "... característica fundante da sociedade contemporânea e da Modernidade, a realidade social como máscara...". Para o autor, essa realidade é incorporada de forma a realizar uma plena e ao mesmo tempo impotente integração social, uma vez que esta termina por afirmar uma

expressão do conservadorismo orientado pela integração numa história existente, que permanece, e não numa história possível, que pode ser transformada.

O horizonte a ser alcançado centra-se na realização de valores e possibilidades reprodutivos da sociedade mesma que empobrece e subalterniza. Contudo não podemos negar que se trata de um horizonte que assume um significado para os pobres visto que representa avanços em uma trajetória de privação de bens e possibilidades.

A aquisição de bens de consumo na moderna sociedade urbana configura-se como um importante elemento de ascensão social. Conforme referido anteriormente nesta tese implica em melhoras positivas nos diferentes graus e lugares da pobreza. Ser pobre residindo na periferia, portando celular, consumindo produtos de marca e eletrodomésticos modernos demarca uma fronteira significativa numa trajetória de vida marcada pela privação e pelo estigma daí decorrente (MARTINS, 2002; TELLES, 1992). Neste sentido a possibilidade de obtenção de bens de consumo se configura num dos múltiplos significados que o trabalho assume na vida dos pobres como ressaltam Zaluar (1985) Martins (2002) e Buarque (1999), visto que os inclui num patamar considerado como socialmente válido numa sociedade dinamizada pela produção e consumo de mercadorias.

A busca do trabalho é com frequência reiterada nos relatos, mostrando a centralidade que assume na existência das “beneficiárias” e suas famílias:

“Eu tô disposta a pegar qualquer coisa nem que seja pra varrer rua, limpar banheiro, tudo o que eu quero é um trabalho certo, mas enquanto não tem... eu não quero é que faltem os bicos... ajuda muito a gente... hoje não dá pra gente escolher, não... tem que agarrar é o que aparece... eu queria ver se arrumava outra coisa pro meu marido, pra ele não ficar só na quitanda... o dinheiro que a gente tira da quitanda não é muito seguro, além de ser pouco, eu queria ver se ele arrumava um serviço de vigia... qualquer coisa...”. (EUNICE)

“Lá em casa é difícil pra mim e pro meu marido por que ele não tem muito estudo, eu também, não... nenhum de nós dois é formado... a gente só pode se arranjar mesmo é por conta própria, ou então algum biscate que não dá direito de nada, mas o que é que a gente vai fazer... o ruim é que trabalhar pela própria conta, não dá direito de nada... trabalha mesmo pra pagar as contas e comer... mas tem que trabalhar, fazer qualquer coisa que aparece, a gente queria um trabalho certo com carteira assinada... tamo correndo atrás, mas é difícil”. (ODETE)

A luta por um trabalho de qualquer natureza torna-se uma aspiração urgente para as entrevistadas ante às incertezas e imprevisibilidades que pairam sobre suas vidas e as intermitências do mercado formal de trabalho. Contudo em face de suas limitações pessoais de qualificação e instrução e faixa etária vêm cada vez mais restritas as possibilidades de alcançar um emprego fixo, o que para elas significa uma conquista que, se não assegurar a superação da situação de pobreza, pelo menos permite uma sobrevivência dentro de limites suportáveis. Ademais, como nota Santos (1979), a conquista do trabalho significa uma condição de cidadania, uma porta de entrada para o mundo dos iguais. No entanto trata-se de uma conquista que se torna cada vez menos plausível, uma vez que a grande maioria da população tem sido lançada no mundo da informalidade e precarização laboral como a situação das entrevistadas atesta.

“Eu trabalhei esse tempo todo em casa de branco, mas era assim um acordo... eu nunca tive carteira assinada... até porque eu andei muito, viajei e não ficava assim direto, num sabe? Quando eu trabalhava de faxineira, eu trabalhava em duas casas, mas era um acordo com as patroas, a gente acaba se matando de trabalhar sem direito a nada, só aquele dinheirinho mesmo... e hoje eu não posso nem me aposentar... eu nunca paguei INPS... e agora com esses problemas, mas eu ainda quero ver se arranjo um trabalho, um contrato pra trabalhar assim de zeladora, copeira... uma coisa que eu possa fazer... eu sei que é difícil... olha a minha idade, minha saúde, mas é preciso, né?” (MARIA DO SOCORRO)

“Essas coisas que a gente faz ... não leva a nada... eu quero dizer assim... dá pra gente ir vivendo, mas não tem futuro, não tem direito a nada. Minha filha, como eu vou fazer quando não puder mais trabalhar, quando não puder mais me virar, ir quebrando meus galhos? Ainda mais com esse marido que eu tenho? Eu tenho minha pressão alta, vivo com os nervos abalados... sabe como é, com quem tá vivo tudo pode acontecer... eu imagino é muito... se me dessem uma aposentadoria com menos de um salário mínimo eu ficava contente demais...” (BENEDITA)

“Olha, só eu sei o sufoco que eu passo com essa situação... a gente não tem uma coisa certa... a gente vai dormir e quando acorda no dia seguinte não sabe se ainda tem emprego ou não... no fim do ano me chamaram pra trabalhar durante quinze dias como vendedora na Tecitex (loja de tecidos e confecções situada na Rua Grande) ... eu fiquei durante o Natal, Ano Novo... foi bom porque desse dinheiro eu comprei minha máquina de costura... mas olha, eu rezava todo dia pedindo pra ficar... eu sabia que era só por quinze dias, mas as vezes a gente continua... eles deixam as pessoas, dependendo, né? ...mas não aconteceu comigo, infelizmente... e eu tenho prática, tenho experiência, já trabalhei com venda muito tempo, mas sabe eu já tô com trinta e sete anos, eles dão preferência pras vendedoras mais novas... e a gente vai ficando... é uma barra a gente viver assim”. (SELMA)

Os discursos não apenas reafirmam o valor moral do trabalho para os pobres, como já foi assinalado nesta tese, como também expressam a relevância do emprego formal com registro em carteira em razão da garantia dos direitos trabalhistas. Lima (2004, p.266) ressalta que, “... para esses indivíduos, mergulhados na incerteza de um mercado de trabalho cada vez mais restritivo aos que não têm qualificação, numa constante rotatividade em diferentes ocupações, o contrato fixo é a afirmação da dignidade e a conquista de um direito social”. Neste sentido o ingresso na sociabilidade do trabalho, mais do que uma conquista simboliza uma garantia de acesso a direitos e coberturas trabalhistas, o que não é possível no desenvolvimento de atividades avulsas caracterizadas por vínculos frágeis e instáveis. Em razão da instabilidade das atividades informais, configuradas por formas de inserção avulsas e temporárias, trabalhadoras como Selma, são impelidas a uma convivência permanente com a tensão ante a perspectiva de dispensa, sem garantias trabalhistas.

Em virtude dessa condição percebe-se nos depoimentos a clara distinção entre estar trabalhando e ter um emprego a que denominam de *certo*: estar trabalhando, como praticamente todas as entrevistadas estão, tem o sentido da instabilidade, da provisoriidade que garante apenas a sobrevivência diária e pode ser efetivado mediante qualquer atividade que possa render algum dinheiro. Ao passo que o emprego se efetua

mediante contrato, oferece um vínculo empregatício com direito a férias, décimo terceiro, aposentadoria, enfim todas as garantias trabalhistas legalmente asseguradas.

Em São Luis os órgãos de maior fluxo empregatício são os órgãos públicos representados pela Prefeitura Municipal e pelo Governo do Estado. Esses órgãos empregam funcionários mediante a realização de concursos públicos e contratos para prestação de serviços, estes últimos, geralmente, são viabilizados através de relações de amizade ou parentesco com lideranças políticas e funcionários, o que gerou, por parte de algumas entrevistadas, a expectativa sobre a possibilidade de intervenção da pesquisadora como mediadora para um possível contrato, ao saberem da condição de assistente social, funcionária, vinculada a um órgão público.

Nas diferentes experiências vivenciadas pelas entrevistadas constatou-se que a insegurança é um elemento presente que gera nos cotidianos das “beneficiárias”, incluindo Mariana que tem emprego formal, problemas relacionados à dificuldade de firmar compromissos comerciais que implicam em prestações elevadas, bem como à incerteza quanto à sobrevivência na semana seguinte ou mesmo no dia seguinte e à instabilidade emocional decorrente dessa incerteza. Benedita e Teresa se colocaram explicitamente sobre esses problemas:

“... coisa triste a gente passar por essa situação de desespero que passo sem ninguém pra me ajudar, esse dinheiro do Bolsa, é pouquinho (R\$ 50,00 – cinquenta reais) me ajuda com a minha menina... já dá pra ela comprar os passe, a merenda dela na escola, mas um dia vai ter que acabar e não vai demorar muito por causa da idade dela... o dinheiro que eu consigo com meus bicos só dá pra comer e pagar as contas de água, luz e telefone... você nem imagina quanto eu faço esse dinheiro render, eu faço compra na mercearia do seu Jorge, que é perto daqui, ele me conhece há muito tempo, é morador antigo aqui, eu compro fiado e pago de prestação... eu tô precisando de um fogão novo... o meu já tá todo esculhambado, velho, minha geladeira vive dando problema... eu preciso comprar um fogão, uma geladeira, que não é luxo, é necessidade, mas eu tenho medo de não conseguir pagar... porque eu não tenho um renda certa pra bancar essas compra... e é uma compra cara, e isso me deixa lá embaixo... inda mais que meu marido não ajuda... se ele ajudasse, dava pra gente comprar, pagava em dois anos... isso que tá me deixando careca... só de tá falando pra você eu já fiquei agitada... eu já pensei em fazer muita doidice, muita besteira, eu não fiz mesmo porque o meu Deus me salvou [...]”. (BENEDITA)

“... todo mundo me diz que eu pareço ter mais idade do que eu tenho, eu já pareço ter uns quarenta, né? Mas é só de preocupação que eu vivo... eu tô aqui mas minha cabeça tá longe, pensando... amanhã, semana que vem... eu tinha que levar minha menina no médico de cabeça, ela anda tendo umas tontura, aí eu tenho que comprar comida daqui a pouco pra deixar temperada... eu saio de manhã... eles vão pra escola, quando eles chegam meio-dia, o comer já tem que tá pronto... aí semana que vem eu já tenho que correr atrás de ganhar dinheiro, pra comprar comida da semana e eu já fico preocupada... meu Deus! (...) colega eu e meus filhos precisamos de tanta coisa... tem vez que eu não agüento mais essa vida... me dá vontade de sumir... aí eu penso nos meus filhos... eu só tenho eles, eles só têm eu... é preciso muita coragem... eu fico me perguntando será que um dia eu ajeito essa casa? Eu não posso comprar nem um saco de areia pra entulhar esse quintal... olha aí, como tá alagado? É toda vez que chove fica assim... eu não posso me comprometer com nada, hoje... nem no comércio daqui eu posso me comprometer... tem dia que a gente come arroz com ovo... por que é

só o que o dinheiro dá pra comprar... quando não dá pra nada eu vou na casa de mamãe e peço pra ela arranjar uma coisa pros meninos comer... e eu não gosto de ficar enrolada com conta, com prestação, ainda mais que eu não tenho como sustentar... é diferente quando você tem um emprego, mesmo ganhando salário, a gente economiza daqui e dali, porque sabe que aquele dinheiro é certo, todo mês tá ali na sua mão... eu não gosto de ficar devendo ninguém... é vergonha pra gente... tudo o que eu queria na minha vida era um emprego certo pra poder viver bem com meus filhos [...]”. (TERESA)

O desemprego nas trajetórias de vida da maioria das entrevistadas revela uma grande dificuldade em relação à reprodução de suas condições materiais, como também na auto-imagem que constroem de si mesmas como desempregadas. A condição de desempregada não só imprime privações elementares como o provimento de necessidades diárias, como a alimentação, mas reproduz sentimentos de impotência em razão da dificuldade em cumprir uma *obrigação moral* que é o sustento da família. E mais, ressalta o valor da honestidade, expresso na preocupação em “não ficar devendo”, atitude concebida como comprometedora da moral, contida na necessidade de cumprimento dos compromissos financeiros, o que autores como DA MATTA (1993) e SARTI (2003) apontam como um elemento que cumpre a função ideológica de afirmação de valores éticos que situam, simbolicamente, os pobres num patamar superior, em que são identificados pela virtude de serem trabalhadores e honestos. É neste sentido que preferem abrir mão do consumo de itens, por vezes essenciais, à reprodução de suas necessidades, a ter que fazê-lo e não ter como pagar.

Não por acaso, sentimentos que mesclam insegurança, medo, revolta e indignação aparecem com frequência nos discursos, expressando conflitos interiores. Ademais, conforme caracterizado anteriormente, o trabalho, em razão do seu valor moral representa uma forma de sociabilidade e fortalecimento de posições sociais tanto no espaço privado da família, quanto no espaço público. Como explicita Lima (2004, p.270), é mediante os vínculos construídos pelo trabalho que os indivíduos se reconhecem e se tornam reconhecidos, numa teia de relações e de símbolos com os quais não apenas interpretam o mundo, como também se afirmam como pobres trabalhadores, construindo, portanto, a sua identidade.

Para essas mulheres, cujas trajetórias são marcadas pelo desemprego e pela luta para assegurar a sobrevivência, dispendo basicamente do seu esforço pessoal – por vezes situado no limite, ou além do limite de suas capacidades – não ter um trabalho simbolizado pelo *emprego certo*, representa uma estagnação ou ainda um retrocesso que imprime, de forma quase inexorável, um destino de privações, necessidades e desejos frustrados com alternativas quase nulas de saídas. Os discursos demonstram uma preocupação com a auto-imagem de trabalhadoras que procuram assegurar o mínimo necessário para a sobrevivência com honestidade, movimentando as demandas e necessidades do dia-a-dia dentro dos limites de suas possibilidades concretas de provisão, possibilidades que poderiam ser ampliadas mediante o trabalho assalariado.

Um elemento importante relacionado ao trabalho aparece nos discursos de Eunice, Maria Joana e Suely referente à imagem do pobre não inserido no mercado de trabalho: uma imagem que pode oscilar entre o *marginal* e o *coitado*, conforme explicitam as entrevistadas:

“[...] eu tô em oração pra conseguir um emprego... pra mim e pro meu marido... a gente precisa muito... a gente tá aceitando qualquer coisa... eu topo varrer rua, juntar lixo na rua, limpar banheiro... tudo é trabalho honesto e depois... a gente só consegue as coisas com trabalho (...) o pastor da minha igreja sempre diz que o trabalho honra a pessoa, e ele tá certo... se eu arranjasse um emprego eu largava dessa Bolsa na hora, deixava pra outra pessoa, pra uma pessoa que não tem condição pra nada,... eu passo muita necessidade, mas eu sei que tem muita gente pior do que eu, que não pode nem trabalhar. A Bíblia diz que a gente deve ganhar a vida com o suor do rosto... e é verdade... a gente não deve viver esperando de ninguém... por isso me incomoda tanto viver com eu vivo... eu não aceito isso [...]”. (EUNICE)

“[...] quando a gente não tem um trabalho a gente tá sujeita a todo tipo de humilhação... não tem direito à nada... se eu tivesse um emprego, agora que eu já não posso fazer muita coisa, meus filhos tão desempregados.. eu tinha ao menos uma aposentadoria pra aliviar a carga... por isso eu digo pros meus filhos... corram atrás enquanto eu tô viva e vocês tão novos... eles não são malandros... mas sabe como é... quem passa muito tempo sem fazer nada, acaba fazendo o que não presta... vai fazer besteira... o caso é que emprego tá difícil, por isso é que tem muito marginal, aqui mesmo é o que mais tem... não acha trabalho... e também não querem ir atrás de trabalho honesto, aí vão atacar os outros pra roubar [...]”. (MARIA JOANA)

“[...] quando vê pobre que não quer trabalhar... boa coisa não pode ser... só se for um caso de uma doença ou uma deficiência grave mesmo... que a pessoa não pode trabalhar de jeito nenhum, aí, sim... mas a não ser... eu não tenho emprego, mas trabalho apesar do meu problema, e disposição não me falta, eu quero mesmo é trabalhar, montar meu negócio e botar pra frente... Eu não quero viver de bolsa, não... eu tô com essa bolsa, hoje, porque a necessidade me obrigou, e também não resolve muita coisa... eu conheço gente que tem Bolsa e continua passando fome, alivia só uns dois dias depois a necessidade continua... E esse tipo de ajuda é pra quem tá necessitado, é pra aquelas pessoas que precisa de assistência, que não tem como viver... é pro miserável, mesmo, daqueles que a gente sabe que nunca vão sair daquela condição... mas quem pode trabalhar é diferente... vive do próprio suor... só se for malandro... eu fico indignada quando vejo pessoas novas, com saúde, com condição de trabalhar e que só querem viver na malandragem, na preguiça, vivem nas costas dos outros, pedir esmola na rua ou então se tornam marginais... vão fazer tudo o que não presta pra poder viver”. (SUELY)

Os depoimentos evidenciam a oposição entre o pobre trabalhador e o marginal, a oposição entre o pobre trabalhador e o pobre necessitado e, ainda, a oposição entre o pobre e o extremamente pobre numa clara menção a concepções que foram construídas em momentos históricos específicos, concepções que categorizavam os pobres a partir de sua inserção ou não no mundo do trabalho, uma inserção que em última instância determinaria as formas de provisão de suas necessidades e de sua família, se mediante o *suor do próprio rosto* ou se mediante a assistência. Essa categorização dos pobres, conforme analisado por Valladares (1991), imprime uma imagem sobre a pobreza que evoca a noção de *classes perigosas*, já assinalada nesse trabalho, que inscreve os pobres, em especial os pobres não integrados à sociedade pela mediação do trabalho, na condição de suspeitos em potencial, uma vez que, ante a crescente incapacidade do mercado

incorporar amplos contingentes cresce também no imaginário social a noção de que os indivíduos não absorvidos pela mediação do trabalho são uma constante ameaça social.

O discurso das entrevistadas, à semelhança dos discursos denominados oficiais acerca do PBF, expressam elementos que deixam claro a premência desses estereótipos na sociedade brasileira. A diferença é que para os pobres esses estereótipos são internalizados como um sinal visível da injustiça vivenciada, da desigualdade social e das práticas que reforçam a violência física e simbólica dirigida contra eles, sedimentadas num imaginário que equivocadamente tende a associar pobreza e criminalidade e conceber a “dependência do governo” como demérito, conforme explícito no discurso oficial acerca do PBF, denotando a recorrência aos programas sociais públicos não como o acesso a um direito em face de um problema estrutural que inviabiliza, para maiorias, a vida digna em determinada sociedade, mas como uma “humilhação” em decorrência de um fracasso pessoal, caracterizado pela situação de privação sobre a qual não têm controle. Neste sentido o PBF, conforme caracterizado nos discursos das “beneficiárias” é destinado aos pobres que se encontram em situação de extrema privação e necessidades, impossibilitados de supri-las pela mediação do trabalho, contrapondo, dessa forma o Programa ao trabalho⁶⁶.

As entrevistadas ao reafirmarem nos seus discursos, nas suas expectativas e nas suas lutas cotidianas o anseio pelo trabalho expressam o que Lima (2004, p. 273) denomina de “código de honra” que se configura pela tentativa de fugir dos estereótipos e estigmas negativos que homogeneízam em torno de atributos como malandragem, preguiça, marginalidade, incapacidades e carências que condenam os pobres a formas permanentes de dependência. É neste sentido que o trabalho confere o estatuto de dignidade ou virtude, visto que permite a expressão do valor representado pela disposição, pela responsabilidade e pela honestidade que lhes conferem dignidade a despeito da condição de pobres, ao contrário do desemprego que, conforme colocação de Maria Joana submete os pobres a

⁶⁶ Trata-se de um ponto polêmico no debate sobre os Programas de Assistência Social e, particularmente sobre os Programas de Transferência de Renda. Autores como Gomes et al (1995); Pereira (1999); Soares (2000); Demo (2002) e Pastorini (2004), analisam a premência de uma concepção liberal que vê o Estado como assegurador de um mínimo vital que não desestimule a competência do mercado e da família na provisão das necessidades e assinalam que esse conceito tem sido incorporado por tendências denominadas progressistas. Tendo presente críticas construídas por autores clássicos como Smith, Malthus e Ricardo (SUPLICY, 2002), a orientação neoliberal preconiza a necessidade de os benefícios sociais não competirem com a ética do trabalho, partindo do pressuposto que associa trabalhador a cidadão e, em contrapartida, não-trabalhador a carente ou marginal. Contudo não se pode desconsiderar que, no cenário brasileiro, vivencia-se, mais de duas décadas de recessão e arrocho salarial, associados a um desemprego estrutural massivo que tem arrastado homens, mulheres e crianças a situações aviltantes e degradantes de trabalho. Neste sentido, embora não se possa negar o valor moral e social do trabalho como elemento histórico transformador, responsável pela reprodução humana e social (LUKÁCS, 1978; LESSA, 1996), no atual contexto, torna-se cada vez mais difícil definir o trabalho como componente único ou mesmo central na constituição da vida em sociedade. Gomes et al (1995) reportando-se a Galbraith (1992) entendem que pode ser uma ilusão da vida moderna supor um único elemento, o trabalho como algo que para alguns é socialmente gratificante e economicamente compensador, mas que para outros é desgastante e infrutífero. Daí porque programas como os Programas de Transferência de Renda inscritos no âmbito da Assistência Social podem ser configurados como um contraponto a essa tendência, especialmente junto aos pobres submetidos a contratos laborais de baixa remuneração, sem garantias legais que funcionam para reproduzir segmentos de trabalhadores sem perspectivas para além da sobrevivência. Neste sentido, continuam as autoras, a contribuição dos Programas seria a possibilidade de viabilizar, de forma articulada a Assistência Social, não só estratégias de geração de renda, como também a redução de trabalhos degradantes a que os pobres são submetidos para assegurar um mínimo de sobrevivência.

humilhação, expressando-se, portanto, como determinante do empobrecimento e da subalternidade.

A busca pelo ideal que o trabalho representa implica na luta pelo reconhecimento social e pela construção de uma identidade de um indivíduo que provê suas necessidades e constrói um padrão de vida digno sem depender de ajuda ou de assistência, denotando um entendimento de que os programas assistenciais, embora importantes, especialmente para aqueles incapacitados para o trabalho por motivos de doença grave ou deficiência, não dignificam, ao contrário reiteram a condição de não-cidadão.⁶⁷ Por essa perspectiva, portanto, o que torna os indivíduos iguais no espaço público é o esforço empenhado mediante o trabalho, este não representa apenas o valor-mercadoria ou a razão do sustento, mas se coloca como necessidade fundamental, considerando que estar trabalhando desenvolve o sentimento de assegurar o próprio sustento de forma lícita, imprimindo nos indivíduos autovalorização gerada pela capacidade de assegurar suas existências (LIMA, 2004, p. 275).

Por essa compreensão Eunice e Suely apontam nos seus discursos a dependência dos programas sociais públicos como uma alternativa imprimida por uma situação de extrema necessidade, uma alternativa por vezes considerada como incômoda. Demonstram que a sua inserção no PBF foi premida por uma circunstância que não escolheram e diante da qual se sentem impotentes. Também, demonstram que ante uma oportunidade de um trabalho estável, mediante contrato ou por conta própria, abririam mão da condição de “beneficiárias” do Programa . Expressam uma consciência de que se trata de uma dependência que, além de não solucionar a questão do desemprego, da fome, retira dos indivíduos a capacidade de ganhar a vida com *o suor do próprio rosto*, o que, conforme a determinação bíblica aludida por Eunice (GN, 3: 19) é a solução efetiva para minorar ou mesmo superar os efeitos da miséria.

“[...] sabe o que eu fiz outro dia? Eu fui andando daqui até na COLISEU (Companhia de Limpeza e Serviços Urbanos de São Luis) lá no Turu, (bairro de São Luis localizado a cerca de quarenta minutos de ônibus da Cidade Olímpica, onde Teresa reside) levar meu currículo pra uma vaga de margarida... era o último dia pra entregar os currículo, eu fiquei sabendo quase que em cima da hora... uns vizinho aqui perto me avisaro... eles já tinham levado o deles... aí eu fui atrás... eu não tinha um tostão pro transporte e não achei um filho de Deus pra me dá uma carona... eu falei pra um motorista de ônibus que mora aqui perto , pedi pra ele me levar, contei minha situação, mas ele disse que não podia dá carona. Esse dia eu pedi carona pra muita gente... ninguém quis me dá... daí eu pensei... quer saber? Eu vou é andando, mesmo... eu é que tô precisando... eu é que tenho que dá meu jeito... pois eu fui e voltei de pé, quando cheguei aqui eu tava que não me agüentava mais... esse dia eu num quis nem jantar de tão morta que eu tava... eu tenho fé que eles me chamem... se me chamarem valeu a pena, colega... eu preciso muito de um emprego certo... Deus sabe como eu preciso, é a minha vida e de meus filhos que depende disso...vai ser a maior alegria da minha vida... eu já vivo cansada demais... é muito duro, a gente se mexe pra tudo que é lado e nunca tem nada... eu me sinto tão mal...”. (TERESA)

⁶⁷ Em discurso de lançamento do PBF, Silva (2003, p. 5) refere-se ao sentimento de cidadania evocando versos que o cantor Luiz Gonzaga cantava no Nordeste. “Dizia a música de Luiz Gonzaga: ‘... uma esmola para um homem que é são, ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão...’”.

O depoimento acima, assim como os demais, revela o sofrimento não apenas físico, mas, sobretudo, moral, provocado pela falta de trabalho, pela instabilidade ocupacional, pelas precárias oportunidades de trabalho, pela baixa ou ausente qualificação e pelos rendimentos insuficientes. A semelhança das experiências analisadas por Yazbek⁶⁸ (1993, p. 98) as trajetórias das “beneficiárias” entrevistadas nesta tese mostram que o trabalho ocupa um espaço contraditório, constituindo-se em lugar de alienação manifestado pelas constantes lutas pela garantia da sobrevivência por vezes confundida com o próprio trabalho, em lugar de espoliação ao ser remetido às perdas objetivas e aos sofrimentos subjetivos vivenciados na infância. Contudo, o trabalho também se constitui numa questão básica em se tratando da manutenção da vida e da dignidade humana. Como atividade humana, o trabalho insere os indivíduos de forma digna na vida social, atribui-lhes uma identidade, um valor moral, embora, no caso das entrevistadas, esteja aquém da perspectiva de trabalho como ação criadora, transformadora ou libertadora.

Para as entrevistadas, portanto, o trabalho não resulta de uma escolha, mas de um imperativo da sobrevivência, uma forma de ter acesso a direitos básicos como alimentação, moradia, enfim uma forma de “... ir tocando a vida pra frente”, segundo Mariana, buscando um padrão de dignidade sempre “...posto à prova por constrangimentos de diferentes ordens” (YAZBEK, 1993, p.98). Como analisa Telles (1992), os constrangimentos a que os pobres são constantemente submetidos geram sentimentos que mesclam indignação, injustiça e humilhação ante a imposição de situações que terminam por anular as reciprocidades esperadas mediante um trabalho que rompe com quaisquer níveis de reconhecimento, sobretudo em razão de salários incompatíveis com as necessidades, com os esforços empreendidos e com as jornadas extenuantes.

Nos diferentes relatos, os ganhos e salários obtidos mediante o trabalho foram apontados como o vínculo mais explícito com o trabalho. Ganhos insuficientes e limitados para alcançar os padrões de consumo desejados e necessários, mas que amenizam as condições de pobreza. O salário, embora considerado baixo frente às demandas e necessidades, significa uma alternativa segura e estável para melhorar de vida, adquirir determinados bens. A busca da segurança na reprodução social individual e da família tem como um de seus fundamentos os ganhos obtidos mediante o trabalho, sem o qual as possibilidades de “... ir tocando a vida...”, se tornam inviáveis como refletem Mariana e Lindalva:

“[...] a vantagem do salário é que ele é certo, tá todo mês ali, e permite um planejamento dos gastos, a gente organiza, vê o que é prioridade, quando dá... tenta economizar... é pouco? É, sim! ... aliás é muito pouco, quem vive rendendo e esticando dinheiro como a gente faz aqui em casa é que sabe, mas é o tipo da coisa, ruim com ele, pior sem ele... sem um trabalho certo com salário não dá... se não fosse meu salário a gente tava passando fome... a gente não pode contar com os bicos que meu marido faz... primeiro, por que é um dia sim, oito, não... eu já lhe falei que ele bebe... . Minha sogra é aposentada, mas o salário dela é só pra ela, ela ajuda às vezes na compra de comida, mas aí é ela que quer, mas eu faço questão que o dinheiro dela fique com ela, ela é diabética, toma remédio de

⁶⁸ A autora desenvolve um estudo sobre a relação entre pobreza e assistência social a partir de histórias de vida de 07 (sete) sujeitos inseridos em programas de assistência social, em cujas trajetórias, marcadas pelo desemprego e pela instabilidade, o trabalho assume centralidade como forma de “... ‘ganhar a vida’ e ascender socialmente, num quadro de restrições e carências, e atividade cujo valor ético lhes confere a dignidade pessoal de trabalhadores”. (YAZBEK, 1993, p. 97)

pressão... e é só remédio caro que ela toma, ela tem que consultar todo mês e vai pro médico de táxi... ela tem muita despesa, também, e eu não acho justo ela gastar com a gente... se não fosse o meu salário... o dinheiro do Bolsa é a conta dos cadernos, da merenda e dos passes pras duas meninas... e às vezes não dá pro mês todo, são quatro passagens por dia, por isso é que eu tô atrás de outra coisa, hoje em dia a gente é obrigada a trabalhar quase vinte e quatro horas pra poder ir tocando a vida pra frente... e driblando a pobreza”. (MARIANA)

“[...] o maior problema que eu acho é a gente ter que viver com pouco, pior ainda, é quando esse pouco, falta, por que não é seguro, meu dinheiro não é seguro... tem dia que o movimento é fraco na feira... aí eu trago as verdura pra casa boto na geladeira, pra tentar vender no dia seguinte... pior é quando estraga e dá prejuízo... é muito difícil, tem dia aqui se almoça e janta sardinha, toma café sem pão... é assim... quando eu trabalhava como camareira, eu consegui juntar um pouquinho, comprei umas cama pra casa, era muita gente dormindo em rede... comprei pro meu sobrinho, pra minha irmã, pra mim... agora eu preciso ajeitar a casa, eu preciso comprar uma máquina de costura, pra melhorar a renda (...) mas eu não posso contar com dinheiro que não é muito seguro... Eu sei é que hoje eu tô aceitando até limpar esgoto pra ter um salário certo... é baixo mas é seguro... a gente aqui precisa de muita coisa... nada de luxo, só de necessidade... meus filhos também precisam trabalhar... é o que eu sempre digo, pobre precisa é trabalhar, todo mundo precisa trabalhar, só quando não tem condição assim como minha irmã, que é deficiente, mas eu acredito que todo mundo tem que trabalhar... é uma tristeza, meus filhos botam currículo pra toda parte e até agora, nada... eu imagino muito o que vai ser deles se não arrumarem um emprego...”. (LINDALVA)

As entrevistadas procuram explicar através de seus depoimentos a forma como vivem, justificando a necessidade do trabalho, das jornadas extensivas e dos ganhos auferidos e almejados, do significado que estes apresentam em suas existências. Através das explicações apresentadas aproximam-se do processo que reproduz em suas vidas condições que caracterizam como uma dificuldade que é extensa a todos os pobres. Trata-se de um processo caracterizado por Schaff (1967) como perda do domínio sobre situações e práticas que fogem ao controle e á vontade do homem, antes o subjuga.

A partir de suas trajetórias construíram acerca do trabalho concepções que mostram as ambigüidades que este apresenta expressas nas diferentes formas que buscam para obtenção de rendimentos, formas que, no geral, expressam um processo de precarização e aviltamento que integra as relações de trabalho (ANTUNES, 2002). O trabalho como ação transformadora da natureza e do próprio homem, nas condições materiais de vida das “beneficiárias” entrevistadas não propicia emancipação, e sim uma existência que tende a se cristalizar no limite ou no “limbo” como adverte Telles (1992, p.14). A sociedade brasileira, na atualidade, apresenta um contingente cada vez maior de indivíduos submetidos ao desemprego, ao subemprego e à exploração. Indivíduos envoltos no constante dilema entre o reconhecimento de sua condição de explorado como trabalhador e a busca, necessária, de sua reprodução e ascensão pela mediação do trabalho.

É possível constatar, claramente, nos depoimentos, que, não obstante as alienações e a centralidade da luta pela sobrevivência, as entrevistadas denunciam as condições desumanas de existências submetidas a constantes privações, a necessidades não supridas, a tensões e incertezas quanto ao futuro, a negação de possibilidades de alcançar

padrões mais humanos, como sintetiza Maria Joana “... o pior é que nem chance pra melhorar de vida eles não dão mais pra gente... antigamente ainda tinha trabalho, um salário melhor... hoje, nem isso.” Em relação aos pobres, as denúncias contidas nas falas apontam, além das condições comuns caracterizadas pelos ganhos insuficientes, o reconhecimento da desvalorização do trabalho mediante os baixos salários, o custo de vida elevado, a ausência de intervenção dos poderes públicos na viabilização do acesso aos recursos sociais e a injustiça revelada na relação diferenciada dos poderes públicos com os pobres e os ricos:

“[...] pra vê como são as coisa... um rico ganha num dia o que nós leva quase a vida inteira pra ganhá... mas é pra eles que as autoridades faz tudo, dá de tudo, rico chega nas repartição é tratado na palma da mão... nós? Nós fica de qualquer jeito... rico tem dois, três emprego, cada um com salário de dez, a gente se mata pra vê se arruma ao menos um emprego pra ganhar mixaria, e ainda não consegue. Os governo se elege com o voto dos pobre e quando chega no poder só trabalha pra beneficiar os rico... e pra nós, sobra os resto, quando sobra... isso não vai mudá nunca, não tem esse bom que vai lutar em favor dos pobres... só se for Deus [...] .” (ODETE)

No depoimento acima, uma mulher pobre e desempregada, expressa uma concepção na qual se reconhece como impotente e subordinada numa relação de oposição que revela a hierarquização que permeia as relações sociais e define posições sociais em que uns têm acesso a todos os bens e serviços públicos socialmente produzidos ao passo em que outros, no caso os pobres, têm esse mesmo acesso reduzido ou até negado. Em sua fala, a entrevistada traz para reflexão as disparidades de rendimento entre pobres e não pobres⁶⁹, o lugar social, historicamente destinado aos pobres, bem como as injustiças que, ao mesmo tempo em que são rebatidas, também são reproduzidas pelos poderes públicos, uma vez que estes, mediante relações desiguais e diferenciadas, negam aos pobres o reconhecimento como sujeitos sociais. A experiência vivenciada pela entrevistada, similar à de outras entrevistadas que também expressaram seus protestos quanto às restrições impostas nas relações sociais que permeiam suas existências, ao mesmo em que sinalizam, negam, alguma esperança de mudanças concretas que viabilizem melhorias em suas vidas.

4.2.4 O Programa Bolsa Família: tensão entre dependência e oportunidades

No que se refere à pobreza em São Luis, informações do PNUD/IPEA / Fundação João Pinheiro referentes ao ano 2000 dão conta de que este município apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) igual a 0,778, superior ao Estado do Maranhão (0,636) e ao Brasil (0,766). Nesse mesmo ano, o IES de São Luis, segundo o Atlas da Exclusão Social (POCHMAN, AMORIM, 2003) era de 0,547. Um desdobramento dos indicadores constitutivos do IES mostra a seguinte realidade em São Luis: 0,555 no indicador pobreza; 0,245 em relação a emprego; 0,183 quanto a

⁶⁹ Dados da PNAD (2005) evidenciam que o Maranhão, embora caracterizado como um Estado pobre, apresenta uma dispersão menor no que se refere a distribuição de renda. No ano de 2004, a diferença entre o rendimento médio dos 10% mais ricos era de 8,83 salários mínimos em relação aos 40% mais pobres no Estado. No Brasil esse percentual era de 11,74. No entanto, no Maranhão os 10% mais ricos receberam o correspondente a 27,0 vezes o rendimento médio dos 40% mais pobres em termos de salários mínimos.

alfabetização; 0,753 de escolaridade; 0,596 no indicador juventude; e, 0,954 na questão da violência.

Segundo a PNAD (2005) entre 2001 e 2004 o número de famílias consideradas pobres em São Luis passou de 61.192 para 68.252 apresentando uma variação de 11,5%. Os dados revelam à exceção dos indicadores relacionados à educação e violência, condições de precariedade, bem como uma situação de pobreza agravada, principalmente, pela questão do baixo desempenho em relação a emprego e pela desigualdade.

As informações referentes à pobreza no Maranhão e em São Luis justificam a premência de propostas interventivas que minimizem os efeitos das condições de privação e dificuldade de acesso a bens e serviços, vivenciadas por amplos segmentos da população. É neste sentido que programas como o PBF assumem relevância, considerando a crescente demanda de público-alvo no Estado e na capital.

O PBF em São Luis é de responsabilidade de um Comitê Gestor Intersetorial, composto por representantes das áreas de assistência social, saúde, educação e trabalho e renda. Contudo, a gestão e coordenação geral são efetuadas pela educação através da SEMED que responde pelo Programa junto ao MDS. Em vista do processo de unificação, previsto para ser concluído até junho de 2006⁷⁰, segundo informação da SEMED, está havendo um esforço maior de articulação dos órgãos. No entanto as dificuldades, segundo informações das coordenadoras das três Secretarias, são grandes em virtude de uma série de problemas de ordem estrutural (quadro reduzido de pessoal, excesso de atividades) e política (ausência de apoio do Estado).

“Desenvolver uma parceria entre educação, saúde e assistência social não é fácil, mas é importante... é necessário, agora é complicado, as três Secretarias têm suas atividades próprias, pouca gente disponível, muito serviço pra dar conta em prazo restrito, e ainda tem o problema do Programa cair no risco do assistencialismo se não tiver a educação como referência, às vezes o pessoal da assistência social tem dificuldade de entender isso... acho que a educação tem que estar em evidência, o foco desse Programa tem que ser a escola... as três áreas trabalhando juntas, com a direção da educação. Também é indispensável o apoio do Estado, e este é muito distante, tem deixado a desejar”.

(COORENADORA DO PBF – SEMED)

O desenvolvimento do processo implementação do PBF em São Luis na perspectiva da unificação tem se constituído, segundo coordenadores e técnicos, tem apresentado avanços, principalmente, no que se refere à possibilidade de elevar o valor dos recursos repassados e a articulação ente três áreas de políticas consideradas centrais no enfrentamento á pobreza. Contudo foram destacados alguns desafios como aspectos

⁷⁰ Até setembro de 2006 o processo de unificação se encontrava em estágio bastante avançado em São Luis, tendo concluído a migração dos “beneficiários” do programa Bolsa Alimentação. O Bolsa Família apresentava um total de 66.400 famílias, faltando incluir mediante a migração: 4.575 do Bolsa Escola; 10.959 do Auxílio Gás; e, 4.000 do Bolsa Parceria, programa de transferência de renda de São Luis. No total, eram 85.934 famílias atendidas até esse período.

preocupantes referentes a esse processo. Foram destacadas, inicialmente, a integração com o programa de iniciativa do município⁷¹ e a “confusão” que o processo tem causado às famílias “beneficiárias”. Com relação á unificação do programa municipal, foi alegada a necessidade de

“[...] resgatar e manter a história e o esforço do município na construção de estratégias sociais com recursos próprios. Acho que a unificação deve ser feita, mas respeitando essas iniciativas. A gente sabe que têm interesses outros, sobretudo políticos, justamente por isso é devem ser respeitados os esforços das instâncias, pra não priorizar mais esse do que aquele”. (TÉCNICA DO PBF)

O depoimento acima deixa claro que a unificação mais do que um procedimento técnico, é um instrumento político que perpassa interesses de diferentes ordens, sobrepondo-se aos interesses sociais. No sentido de não ferir a dimensão política presente na manutenção do programa da administração municipal, a unificação tem se restringido a procedimentos relacionados aos critérios de elegibilidade; inserção das famílias no Cadastro Único; gerenciamento dos programas; recebimento dos recursos na Caixa Econômica Federal e emissão e manutenção dos cartões magnéticos.

Com relação aos “beneficiários” foi ressaltada pelos técnicos, a dificuldade de compreensão da unificação e das mudanças ocorridas a partir desta, sobretudo as mudanças em relação ao benefício recebido. Conforme explicitou uma técnica:

“Muitas famílias não compreendem, por exemplo, que elas vão passar a receber mais... já teve gente que chegou aqui, preocupada achando que ia ter que devolver dinheiro. Muitos ainda não conseguem entender que é o Bolsa Família, ainda se referem ao Vale Gás, ao Bolsa Escola, a gente explica aqui pra aqueles que vem aqui, mas tem tantos outros, são muitas famílias... a gente sente a necessidade de fazer uma ação educativa mais direta, também pra fazer esses esclarecimentos, mas é difícil, não tem como... e as pessoas ficam meio perdidas, ainda sem saber direito o que tá acontecendo”. (TÉCNICA DO PBF)

⁷¹ O município de São Luis implementa o Programa Bolsa Familiar para Educação, cuja relação com o PBF vem se efetuando mediante uma pactuação que permitiu a instituição do Bolsa Parceria, o qual passa a existir de forma paralela ao Programa federal, haja vista interesses políticos da administração municipal na manutenção de seu próprio programa. O Bolsa Parceria possui cartão com logotipo dos governos municipal e federal; estabeleceu um valor fixo de R\$ 100,00 (cem reais), independente do número de filhos. Assim, os valores repassados pelo PBF são complementados até atingir esse valor. Por exemplo, para uma família que recebe R\$ 65,00 do PBF, o governo municipal complementa com R\$ 35,00. É destinado apenas às famílias que têm filhos estudando na rede pública municipal de ensino (4.000 até setembro de 2006). Desenvolve, com essas famílias ações complementares direcionadas, principalmente, à área de geração de trabalho e renda.

A atuação do Estado⁷² do Maranhão no sentido de maior articulação e apoio ao PBF municipal, também foi apontada pelos técnicos e coordenadores como um desafio, considerando que a unificação preconiza a responsabilidade das três esferas de governo. No entanto, conforme depoimento de uma técnica: “... há uma ausência, eu diria que uma ausência quase total do Estado. O que a gente percebe é que... assim o Estado não quer se envolver por achar que é responsabilidade do município... no fundo é uma batalha política”. Essa compreensão foi também expressa por uma das coordenadoras que assim se posiciona:

“ fazer parceria entre União, Estado e Município, já é muito complicado por conta de uma série de problemas, mas eu diria que é principalmente, em razão da questão dos interesses políticos de cada um... o que está em jogo, não é a potencialização de recursos e esforços para combater a pobreza, e sim qual instância vai ter visibilidade junto á sociedade como responsável por um programa de grande monta como é o Bolsa Família. É uma guerra política em que o Estado não se envolve nas questões do município, age de forma paralela, se isenta na questão do financiamento... enfim, não dá apoio”.
(COORDENADORA DO PBF – FUMCAS)

Os depoimentos trazem a questão das dificuldades relacionadas ao processo de partilha e co-reponsabilidade no desenvolvimento das políticas sociais exigidos pela descentralização político-administrativa, bem como a dificuldade de renovação das práticas políticas, acompanhada de uma efetiva democratização da coisa pública em razão do que Felicíssimo (2000, p. 131) denomina de centralismo político permeado por nuances personalistas e eleitoreiras que diluem o interesse público do que poderia se constituir nação em função do particular. E isto, ressalta o autor, se torna mais grave e mais complexo num contexto em que os eixos econômico e administrativo, predominantes sob o ideário neoliberal, tendem a sobrepor o eixo político, entendido como democratização, na implementação das políticas sociais, o que pode ser observado, dentre outros fatores, na ênfase à capacidade administrativa e gerencial de recursos e serviços, associada à redução de subsídios, recursos e de modernização, que vem sendo adotada por estados e municípios na implementação das políticas sociais.

O município de São Luis até setembro de 2006 apresentava uma cobertura considerável, tendo 66.400 famílias atendidas pelo PBF, o correspondente a 97,2% de um total de 68.252 famílias consideradas pobres, segundo os critérios estabelecidos para inclusão no PBF. O montante de recursos transferidos para essas famílias é de 4.117.386 com um valor médio do benefício correspondente a 62,21. Tendo presente a realidade de pobreza na capital maranhense, esses dados são bastante significativos. Para as coordenadoras do Programa em São Luis, isto representa,

“[...] um empoderamento de mulheres pobres, elas estão abrindo a cabeça e assumindo o poder na família. Se você olhar o tanto de recursos... são R\$

⁷² A gestão estadual do Bolsa Família é assumida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SEDES, que instituiu uma coordenação estadual composta por representantes das Secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social e Secretaria Extraordinária de Solidariedade, responsável pela Rede de Proteção Social Básica e Especial no Estado do Maranhão.

4.250.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta mil) todo mês nas mãos de mulheres que não tinham nada. Isso significa muito pra elas... elas melhoram a alimentação, a casa, elas fazem milagres com esse dinheiro”. (COORDENADORA DO PBF – SEMED)

“[...] as pessoas estão sem perspectivas, o emprego tá difícil, o rendimento das famílias é muito baixo, com esse dinheiro, mesmo sendo pouco, dá pra garantir a alimentação, algumas pessoas montam um pequeno negócio... assim, venda de suquinho (picolés em saquinhos de plástico), artesanato que elas mesmas confeccionam, e isso melhora a renda da família, pra quem tá sem perspectiva, é uma segurança de ter alguma renda”. (COORDENADORA DO PBF – FUMCAS)

Posição semelhante é apresentada pelo gestor municipal do Programa em São Luis:

“[...] há muitas posições críticas que consideram esmola, migalha. Do ponto de vista de quem recebe, pode parecer pequeno. A unificação que está sendo efetivada eleva o valor, melhorando a política compensatória. Agora você considerando quem possui uma renda igual a zero, R\$ 100,00 (cem reais) ou mesmo R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) na conta todo mês faz uma diferença imensa. E mais ainda se considerar que são 87.000 famílias, vai passar agora pra 90.000 famílias em São Luis, isso representa muito em termos de melhorar a condição de vida dessas pessoas. Com isso, são atendidas aproximadamente 250.000 crianças, o que equivale a um quarto da população do município... isso confere a política uma razão de existir...”. (GESTOR DO PBF)

Segundo o depoimento de uma “beneficiária”:

“[...] todo mundo fala que esse programa é uma merreca, não dá pra nada, mas pra quem tá na situação que a gente tá... é uma ajuda muito boa, por isso é que a gente corre tanto atrás... eu sei que num é muito, mas pra quem já viu o filho chorar por causa de um pão e não ter um centavo pra comprar... toda ajuda que vem é boa... a gente tem outra escolha?... quem tá desempregada, passando necessidade, vivendo de biscate, vai fazer o quê? O emprego que era o melhor tá mais difícil do que chifre em cabeça de cavalo, o jeito que tem é aceitar ajuda do governo... eu fico imaginando... se quando meus filhos sair do programa, e eu não tiver arranjado um trabalho...”. (SELMA)

O depoimento mostra a intermediação de programas sociais como o PBF como mediação possível e necessária na sobrevivência dos pobres em São Luis. Revela a premência das necessidades mais elementares como determinante na inserção no Programa, uma inserção apontada como única escolha possível ante a situação de privação imposta pelo desemprego e pela falta de oportunidades como ressaltaram Selma e Mariana.

No âmbito da reprodução social e na garantia de um padrão de sobrevivência minimamente aceitável para os pobres, a intervenção do Estado mediante programas sociais, ao mesmo tempo em que se faz cada vez mais necessária, revela-se cada vez mais insuficiente. A precariedade dos serviços sociais públicos em termos quantitativos e

qualitativos, como assinalado anteriormente, tem incidência direta e objetiva nas condições de vida dessa população que, em função de seus baixos rendimentos, se vê impelida a uma dependência dos programas, serviços e benefícios sociais públicos.

Nas trajetórias das “beneficiárias” entrevistadas, constatou-se que, em razão de condições de existências marcadas por privações em decorrência da pobreza, a recorrência a programas sociais é uma característica sinalizada pela busca constante de serviços sociais públicos como estratégia de suprimento de necessidades materiais e de consumo, bem como de enfrentamento de outras dimensões da vida diária. No geral, observa-se a predominância de ações de caráter imediato relacionadas à obtenção de medicamentos, utilizados por Benedita, Maria Joana, Maria do Socorro e Lindalva; auxílio funeral, utilizado por Maria do Socorro por ocasião do falecimento de seu filho; aquisição de documentos, utilizados por quase todas as entrevistadas; acesso à moradia, que permitiu a Maria do Socorro conseguir sua casa mediante programa social; Eunice está tentando concluir os estudos através de programa de alfabetização de adultos, Maria do Socorro e Teresa iniciaram, mas abandonaram, alegando cansaço e “cabeça fraca” para os estudos.

Observou-se a utilização majoritária dos serviços de creche, caracterizados pelas “beneficiárias” como as creches da LBA (Legião Brasileira de Assistência Social, extinta em janeiro de 1995 através da Medida Provisória 813/95). Ressaltaram a importância que esse programa representou em suas vidas em relação aos cuidados com os filhos. “[...] deixava a gente mais descansada com as crianças” (BENEDITA); “[...] a gente deixava os meninos na creche e ia pro mundo se virar atrás do pão de cada dia” (MARIA DO SOCORRO); “... não foi só uma, mas várias vezes aconteceu que a única comida dos meus meninos era a comida da creche” (EUNICE); “[...]pra mim foi uma ajuda pra criar meus meninos, porque a minha vida sempre foi essa... de muita correria, muita necessidade, sozinha... não tinha com quem deixar eles... lá eles eram bem cuidados, tinha a merenda [...]” (TERESA).

Lindalva, além da utilização dos serviços de creche “[...] quando os filhos eram pequenos”, contou com o apoio do Centro de Convivência para Idosos, situado no seu bairro, para onde encaminhava o pai. “Ele agora não tá mais indo, porque tá muito velhinho, não dá mais conta...”. Maria Joana relatou que, já foi incluída em vários programas sociais e sempre está em busca de mais. Mediante programas sociais, como o Programa Mutirão do Cidadão (programa estadual implementado no governo de Roseana Sarney, 1994 – 2002) em São Luis, conseguiu “tirar” documentos importantes como a carteira de identidade e o Cadastro de Pessoa Física – CPF, assim como Teresa e Odete que conseguiram a certidão de nascimento de seus filhos. Maria do Socorro, comentou em tom de *ironia* que através desse Programa, “tirei a carteira de trabalho e fiquei só com a carteira na mão, o trabalho que é bom... esse ninguém me dá...”.

O apoio fornecido pelos programas de suplementação alimentar, em especial, o programa do leite (Programa Leite é Vida – vinculado ao Comunidade Solidária) foi mencionado por algumas entrevistadas pela relevância na criação dos filhos, segundo Teresa, “[...] foi uma ajuda muito boa pros meus filhos”. Odete complementa que

“[...] a gente sofre muito com esse negócio de alimento, porque a gente não pode comprar... aqui em casa leite é luxo, é lá uma vez... quando as meninas recebiam o leite era outra coisa, foi bom pra elas e pra nós também, esses programas deviam de ter sempre... até porque a necessidade da gente é o tempo todo, né? Qualquer coisa que tiver que seja de ajuda pra mim, eu vou atrás... se é

benefício, e é de graça... eu já imagino quando as meninas sair desse (PBF), é pouco (R\$ 80,00 – oitenta reais), mas faz falta...”

A participação em cursos profissionalizantes integra a história de vida de todas as entrevistadas. Nos casos específicos de Benedita, Maria do Socorro, Maria Joana e Lindalva se trata de uma atividade iniciada nos tempos da LBA, quando seus filhos utilizavam os serviços de creche. Segundo informaram, a aquisição de habilidades diversas (artesanato, bordado, crochê, corte e costura, pintura em tecido e outros) lhes permitiu, ao longo de suas existências marcadas por dificuldades de trabalho e obtenção de renda, “... botar comida dentro de casa” como afirmou Benedita ou “...segurar as pontas pro baque não ser maior”, segundo Maria Joana. Remetendo à realidade atual de suas vidas ressaltaram a contribuição significativa que o PBF vem trazendo neste sentido: “... ajuda muito a quebrar o galho, ainda mais pra quem tem que se virar sozinha”, assinala Benedita.

Em razão da persistência do desemprego em suas vidas, a busca pela multiplicidade de formas de “ganhar a vida” assume centralidade, visto que representa possibilidades a mais na luta pela reprodução da subsistência. Como assinalam Telles (1991) e (Sarti, 2003), tratam-se de estratégias múltiplas situadas numa linha tênue entre a pobreza e a miséria, funcionam como arranjos que permitem um equilíbrio, instável, a essa linha constantemente ameaçada pelo próprio desemprego, pela redução dos “bicos”, por doença ou morte na família.

É neste sentido que o significado da participação em cursos profissionalizantes assume centralidade para as “beneficiárias” entrevistadas. Fortemente associados ao valor que o trabalho representa, os cursos profissionalizantes são apontados pelas entrevistadas como “oportunidades pra se virar por conta própria”, segundo Suely, e, ainda como “ferramenta pra tirar o próprio sustento e melhorar as condições de vida”, como assinalou Mariana.

Diante de condições de vida e trabalho premidas pela instabilidade, com possibilidades restritas ou quase nulas de participação no conjunto dos bens socialmente produzidos as “beneficiárias”, sujeitos dessa pesquisa, se movem numa dinâmica que expressa e denuncia as condições de pobreza em que vivem. Nessa dinâmica, constroem concepções, significados, expõem expectativas, incertezas e inseguranças e também esperanças. A questão que cabe colocar nesse sentido é como o PBF como uma mediação possível na subsistência dessas “beneficiárias” é compreendido nessa dinâmica?

Trata-se de uma questão, cuja análise, remete a apreensão dos significados socialmente construídos pelos sujeitos, particularmente os sujeitos oficialmente denominados como “beneficiários” do Programa. Tal análise remete, ainda, à inserção dessa dinâmica no movimento de reprodução das relações capitalistas de reprodução da força de trabalho pela mediação de programas como o PBF, bem como as concepções construídas pelos sujeitos acerca desse Programa.

Cabe assinalar que, nesta tese, a recorrência ao PBF não é compreendida simplesmente como expressão de um processo de subordinação e espoliação dos pobres, mas, também como expressão de formas de pensar as condições específicas de existência vivenciadas e os mecanismos que a reproduzem, no sentido de apreender o caráter relacional e histórico dessas condições. A heterogeneidade das experiências vivenciadas assume relevância, neste sentido, visto que expressa diferentes situações que conduziram à busca pelo Programa. Situações que apresentam como elemento central a vivência da

privação como marca constante. Os relatos evidenciam as diferentes nuances da destituição, da privação e da subordinação, bem como os limites e fragmentações que permeiam o Programa.

As razões que levaram a inserção no Programa, no geral, mostram as dificuldades vivenciadas em relação aos limites de caráter externo (desemprego, dificuldade de trabalho, rendimentos insuficientes para provisão das necessidades da família) ou interno (doença, separação) e explicitam as diferentes nuances de existências marcadas pela privação, como atestam os depoimentos:

“Quando eu corri atrás desse Programa eu tava quase louca, a gente tava num sufoco muito grande... teve dia de não ter nada pra comer... a gente se vira de tudo que é jeito, mas não tem nada certo, já me aconteceu de fazer minhas venda e não receber... e aí? Eu vou matar a pessoa? ... às vez não tem, e a gente fica no desespero sem saber como vai fazer pra comer no dia de amanhã... e as contas? Já cortaram minha luz, minha água, já fiquei sem telefone foi quase um ano, por falta de pagamento... é ruim demais. Eu recebo R\$ 50,00 (cinquenta reais), é mais pras despesas de minha filha, mas se tem outra necessidade eu uso... e faço render... eu compro material pra fazer minhas bolsa e vender ... quer dizer que ele já rende, né? Esse dinheirinho me ajuda muito... eu passei foi dois dias na fila lá no Castelão pra me cadastrar, peguei chuva, peguei sol... eu passava até o mês se fosse preciso, pra receber essa ajuda. Com meu filho sem trabalho e um marido que não faz nada... essa ajuda é segura pra mim... ao menos enquanto durar, mas quando acabar eu vou atrás de outra coisa... outro projeto pra me ajudar... enquanto meus filhos não tiver trabalhando pra me ajudar... é assim que vai ser”. (BENEDITA)

“No começo eu recebia R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais). Agora melhorou um pouquinho e eu tô recebendo R\$ 80,00 (oitenta reais). Eu acho que é um dinheiro que a gente deve saber aplicar... o meu é bem aplicado... mas eu estico ele que só vendo. Eu não faço mau uso... senão já vii, né? Eu comprei as camas dos meus meninos e paguei com esse dinheiro... me ajuda muito... a nossa quitanda tem um movimento muito fraco... o negócio é que eu sô danada e me viro muito, por isso as coisa não é pior aqui... Mas bom mesmo é a gente contar com uma coisa certa, a gente vai no banco e tá ali todo mês... eu fiquei foi quatro vezes enfrentando fila, no sol quente, com fome, cheguei a dormir na fila... é eu dormi, levei um lençol, pra me embrulhar, mas eu consegui, valeu a pena e pra mim tá sendo uma benção”. (EUNICE)

Eunice destaca a relevância do Programa para sua vida, mas faz uma ressalva acerca do “mau uso” que pode ser feito deste e das conseqüências que podem acarretar em diferentes situações de pobreza. Saber utilizar de forma devida o recurso limitado repassado pelo Programa se constituiu um elemento presente na maioria dos depoimentos, merecendo destaque por se tratar de um aspecto que vem sendo apontado não apenas pelos pobres, mas por estudiosos como Lima (2000) e Figueiredo (2004) como uma prática que compõe o universo de vida dos pobres e que se encontra relacionada principalmente às mulheres pobres: a capacidade de administrar recursos escassos, equilibrando-os às inúmeras demandas e necessidades da família, definindo prioridades e gastos de forma responsável como sugere Lima (2000).

Autores, como Telles (1998), Sposati (2001), Bruschini (2000), e Saffioti (1999), advertem para os sentidos que essas análises podem conduzir. Dois aspectos podem

ser apontados nesse sentido. Um primeiro refere-se à consolidação de uma cultura que impõe como possibilidade de vida para os pobres, condições niveladas pelos patamares mais baixos, a exemplo do salário mínimo, da cesta básica composta de mínimos, da renda mínima, sugerindo uma existência que tem como parâmetro, o mínimo. As trajetórias apresentadas nesta tese mostram a prática de “aplicar”, “administrar” ou ainda, “saber usar” poucos recursos financeiros como uma estratégia necessária, construída no dia-a-dia, determinada por vivências em que as privações constantes impunham e imprimem essa necessidade. Trata-se, portanto, de uma imposição premida pela escassez constante, não uma prática integrante da cultura ou do universo dos pobres como algumas análises sobre a pobreza e propostas de programas sociais direcionados à pobreza parecem sugerir e reafirmar (BRUSHINI, 2000).

Outro aspecto se refere à associação entre as mulheres e capacidade de “esticar” recursos limitados, mediante um equilíbrio entre gastos e prioridades no provimento das necessidades da família. Os relatos mostram que o trabalho, assim como os esforços despendidos pelas mulheres, se encontram subordinados às obrigações familiares, o que de certa forma justifica suas lutas diárias e conduz à satisfação de saber que pelo seu trabalho e pelas múltiplas estratégias que buscam para sobreviver, sua família consegue acessar alguns elementos básicos, como alimentação, vestuário e artigos de primeira necessidade. A satisfação de ter algum rendimento, ainda que limitado, afirma, em algum nível, sua individualidade, embora esse rendimento não seja para si mesma, sendo que suas individualidades, no geral, têm como referência a família, como sintetiza Teresa: “[...]eu posso ficar sem uma muda de roupa, mas aqui em casa eu não deixo faltar o que precisa pros meus filhos”.

Em que pese a questão da valorização e priorização da família e a responsabilidade com a criação e educação dos filhos, autoras como Guimarães (2004), Bruschini (2000), Costa (2000) e Saffioti (1999) alertam para o que parece estar se afirmando como um consenso nos programas sociais direcionados à pobreza, a responsabilização das mulheres pela administração da miséria de forma prudente e equilibrada. E advertem para a necessidade de se investigar e desvelar a concepção ou as concepções de mulher que estão embasando programas sociais, as quais parecem sinalizar e reafirmar o papel da mulher abnegada, “[...] reiterando valores como a autonegação, o sacrifício, o desejo sublime de cuidar do outro em detrimento de si mesma como valores essencialmente femininos” (COSTA, 2000, p. 55). Trata-se de uma construção que vem dinamizando modalidades de implementação de políticas e programas sociais centralizadas na mulher como responsável, como administradora, reproduzindo mecanismos de alienação que impedem a percepção da condição de explorada nas suas formas de existência como pobre.

Para as “beneficiárias” entrevistadas, a despeito do valor limitado que recebem, o recurso precisa ser bem administrado e associado a alternativas que possibilitem, no futuro, a não-dependência do Programa. Eunice expressa o entendimento de que para alguns pobres pode se constituir num desestímulo ao trabalho e denuncia:

“Olha, tem muita gente que se aproveita pra não fazer nada... aqui mesmo eu conheço muita gente aqui das vizinhança que não bate um prego numa barra de sabão. Vive só desse dinheirinho. Eu acho que é um Programa bom, pra mim tá sendo bom como lhe falei, mas tem gente, que eu conheço, que deixa de comprar comida pra beber, e com esse dinheiro... Tem gente que é pobre, passa

necessidade, mas parece que não tá nem aí... por isso é que eu acho assim, que dá o peixe, o anzol e a isca e ensinar a pescar é bom, mas melhor ainda é dá o trabalho, o anzol, a isca e a oportunidade pra pescar, por que quando a gente ganha lutando a gente valoriza mais as coisa”

O depoimento de Eunice traz alguns elementos relevantes pra pensar a questão da relação entre a pobreza e o Programa: a acomodação ante uma alternativa “segura” de prover o sustento, trazendo a questão do trabalho aqui novamente reforçado pela sua centralidade na provisão do sustento familiar, e a questão das oportunidades, apontadas por outras entrevistadas como fundamentais no enfrentamento da pobreza. A simbologia acerca de “dar o peixe e ensinar a pescar” assume, no entendimento da entrevistada, um significado diferente em relação à forma como foi utilizada pelo governo Lula ao fazer referência à não dependência do governo. Este se refere às múltiplas estratégias construídas pelos pobres para viabilizar a sobrevivência, o que caracteriza a trajetória de todas as entrevistadas, conforme os relatos atestam. No sentido empregado no depoimento “dar o peixe e ensinar a pescar” precisa estar articulado à oportunidade de trabalho, pelo valor que este apresenta e confere às conquistas que propicia.

Para Maria do Socorro, a recorrência ao PBF significou a oportunidade de obter uma renda “certa” num contexto de impossibilidade de garantir o sustento da família apenas com os “bicos”:

“[...] Antes eu recebia R\$ 15,00 (quinze reais), hoje eu recebo R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais, após a migração), mas pra mim caiu do céu. Eu soube desse Programa numa reunião no colégio da minha filha... uma das mães me falou e me disse que tinha de ir cedo por que a fila era grande... aí eu fui, vim pra casa, dormi e meu filho ficou guardando o lugar pra mim... ali na Rua do Sol, eu fiz o cadastro lá na Caixa (Caixa Econômica Federal). Foi muita sorte conseguir esse Programa... hoje, a minha renda segura é essa, os bicos complementam, por que bico nunca é certo, a gente não pode fazer conta contando com bico”. (MARIA DO SOCORRO)

Em razão da privação em que se encontrava a inserção no PBF representa para Maria do Socorro, assim como para Teresa uma alternativa de estabilização, pelo menos temporária, mas observa:

“[...] não dá pra viver bem, a gente se remedia por um tempo... mas a necessidade é tanta que não dá pra dizer que melhorou... eu digo que aliviou... os meninos reclamam que a gente come só arroz, feijão, às vez eu compro umas bananinha de um real (a dúzia) na feira aqui perto... com o pouquinho que a gente ganha tem que comprar o mais barato pra poder render o dinheiro, tem vez que não dá nem pra banana de um real... é muito pouco pra uma família viver... se a gente comparar com o que os ricos ganham... o salário dos políticos é lá em cima... eles se dão cada aumento que é um absurdo... agora pra nós, é só um tiquinho, eles não tão nem aí pra gente... são ordinários, eles acham que pra gente tá bom do jeito que tá, mas não tá bom, não... a gente aceita por que não tem jeito, não tem outra saída ...”. (MARIA DO SOCORRO)

“[...] Eu tô recebendo, hoje R\$ 80,00 (oitenta reais), mas em 2000 eu recebia R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) do Bolsa Escola (Programa vinculado a Prefeitura Municipal de São Luis)... veio uma assistente social aqui e viu as condições da casa, devido a chuva caiu metade da parede, os meninos eram menores, aí eu fiquei recebendo por um ano... mas com esse dinheiro eu levantei minha casa, botei as paredes de tijolo... era mais pra comprar comida e material de construção... depois eu saí... tinha que fazer umas coisas lá ... o pessoal não soube me informar direito e eu perdi o prazo, ainda fui atrás, mas não teve mais jeito... aí eu fui correr atrás de novo... em 2002 eu me cadastrei pra esse que eu recebo hoje... Ah, mas foi uma luta... eu fui dormir na fila, lá no Castelão, guardei lugar pra uma pessoa, ainda ganhei uns trocados pra pagar minha passagem de volta. Essa bolsa é muito boa pra gente, mas tem pessoas que se acomodam com esse dinheiro. Ajuda bastante, ainda mais que é uma coisa certa, mas precisa mais... pra mim só dá pra comer... a gente compra a carne que é R\$ 4,00 (quatro reais) o quilo, aí tem o arroz, o óleo, o sal, a farinha... já foi quase tudo, espremendo pra dá... tem a merenda dos meninos, um pacote de bolacha, uma banana... aí já tem que inteirar, por isso é que eu me acabo de trabalhar... esse dinheiro é muito pouco... a gente fica na desvantagem, porque o mesmo preço que uma pessoa que ganha salário paga num quilo de açúcar... a gente também paga, aí tem que saber usar...”. (TERESA)

A condição de vida inscrita no limite permitido pelo valor recebido, embora reconhecida pela segurança que representa em relação aos “bicos”, é apontada pelas “beneficiárias” como incompatíveis com as necessidades de sua família. A incompatibilidade se torna mais visível mediante paralelo estabelecido entre os rendimentos destinados aos pobres através do PBF e os rendimentos dos “ricos” e dos “políticos”, bem como as condições salariais desiguais em que os gastos são efetuados, o que os coloca em condição de desvantagem. Essa desvantagem é assinalada por Martins (2002) e Buarque (1999) ao se referirem à diferenciação nas formas de consumo numa sociedade em que grupos socialmente desiguais, com rendimentos situados em extremos – muito baixos ou muito elevados – são impelidos a pagar igual valor pelos mesmos produtos, não obstante a existência de uma crescente “rede” de produtos e serviços de qualidade inferior oferecidos a preços mais baixos, destinados aos mais pobres (BUARQUE, 1999).

A incompatibilidade entre as necessidades da família e o valor repassado pelo Programa também é expresso por Odete e Suely que assim se pronunciam:

“Esses R\$ 80,00 (oitenta reais) que a gente recebe por mês pra comprar coisa pras meninas, pra inteirar comida e ajudar nas contas... eu espicho ele como você nem imagina... é muito baixo, é um trocadinho, não dá... tem que ser muito espremido pra render o mês todo, por isso é que aqui, nada se estraga, se aproveita tudo, principalmente comida. Ah, eu lutei muito pra conseguir essa Bolsa... agora eu tenho que render, né? Eu quase derreti os miolos no sol quente na fila pra me cadastrar, mas quem precisa tem que se sujeitar... a ajuda é boa, mas eu também acho que muita gente se descansa, não faz esse dinheiro render, só querem ir na coordenação ficar brigando na fila... luta pra conseguir a Bolsa e estaciona, faz compra contando com aquele dinheiro... mesmo o governo ajudando, mas a gente tem que se dispor... senão fica ruim, por que o governo não vai dá mais, não... eles dão mais só pra eles... a justiça deles é só pra eles mesmo, pra nós eles dão é trocadinho e se a gente se conforma só com esse trocadinho, aí é ruim...”. (ODETE)

“[...] quando a necessidade aperta e gente não tem pra onde correr... a gente tem que agarrar o que aparece... por isso eu agarrei o Bolsa, corri atrás, tá me ajudando um pouco, mas eu não quero ficar só nisso, não... Pra mim esses R\$ 50,00 (cinquenta reais) é mais uma ajuda de custo, um complemento a mais... me ajuda muito. Acho que foi uma coisa boa que o Lula fez, apesar de todo mundo falar mal dele, mas ele tá olhando pros pobres, afinal ele sabe o que é pobreza, ele veio de lá... acho que se ele sair o programa acaba. Agora eu acho assim... ficar nesse programa é humilhante demais... é uma ajuda boa, mas é pouca, é você aceitar que só merece aquilo... e a gente tem que correr atrás. Os mandões desse país não se importam se é pouco, aliás se eles derem muito pros pobres sobra pouco pra eles meterem a mão... então a gente tem que saber administrar o que ganha, correr atrás, não ficar só nisso... e superar isso...” (SUELY)

Os depoimentos atestam os limites do Programa em relação às carências que se propõem a suprir as quais devem ser complementadas pelo esforço individual e familiar, o que de certa forma se encontra relacionado à necessidade de se sentir responsável pelo próprio sustento a despeito da necessidade de recorrência a um programa assistencial (DA MATTA, 1993; LIMA, 2004). Não depender exclusivamente do programa do governo possui uma implicação simbólica, moral, de caráter positivo, relacionada a ter algum tipo de controle sobre a própria existência. Àqueles que se negam por comodismo, “preguiça”, ausência de ambição e conformismo resta a condenação a não sair da pobreza, à humilhação como coloca Suelly. Trata-se de uma compreensão que, para Sarti (2003, p.129) alude “... a moral segundo a qual o esforço e o empenho justificam o que se tem”. Assim, aqueles que “... recebem de graça sem a dignidade de dar algo em troca, colocam-se (...) no lugar de *pobres mesmo*”, ao contrário dos que legitimamente recebem pelo trabalho, pelo esforço, extrapolando o que é recebido pelo governo em termos de assistência.

Ademais, essa implicação também se encontra relacionada à manutenção de uma posição “melhor” na hierarquia da pobreza, no sentido de não se configurar um pobre acomodado sem disposição para a luta, um pobre extremamente *pobre*, que vive de assistência, ou ainda, um pobre sem perspectivas de superar as limitadas condições de vida. Trata-se de uma compreensão que, em termos ideológicos reitera a distinção presente na categorização moral entre os pobres virtuosos e não-virtuosos. Contudo para as “beneficiárias” significa a construção de uma identidade que se estabelece por um referencial moral para além da destituição de renda, propriedade e poder, que impele ao assistencial, mas um referencial positivo que se afirma pela manutenção de seu potencial de luta e disposição para o enfrentamento das adversidades.

Como observam Montes (1983) e Da Matta (1993), através da conotação moral os pobres, re-atualizam critérios relativos definidores da pobreza nas sociedades medievais com suas implicações negativas e positivas inscritas no demérito ou na virtude. Como sinônimo de carência de diferentes ordens, a pobreza também podia ser concebida como virtude, sobretudo nos casos de renúncia de bens materiais em nome de valores morais ou religiosos, bem como nos casos de generosidade, bondade e disposição para o trabalho como apontam Sachs (2000) e Rahnema (2000).

Nas sociedades modernas, ante a prevalência de critérios políticos e econômicos na definição da pobreza, os pobres são oficialmente designados como os

“carentes” das riquezas materiais e culturais, do poder e do prestígio. Contudo, no plano moral e religioso, podem se tornar iguais ou até mesmo superiores. A igualdade é estabelecida no sentido da riqueza de virtudes como o trabalho e a disposição para o enfrentamento das condições impostas.

A compreensão de que são injustiçados por uma distribuição desigual da renda socialmente produzida, apropriada forma indevida por grupos que detém o poder, contribui para elucidar a condição de pobreza em que vivem como algo que, não obstante estar relacionado ao empenho individual e familiar, extrapola esse empenho em vista de determinações vinculadas a uma organização social na qual os sujeitos têm acesso diferenciado ao que é socialmente produzido.

A busca de formas complementares de melhorar o provimento da família, apesar das dificuldades vivenciadas representa um diferencial que demarca fronteiras na denominada “gradação de pobres” (VIEIRA, 2001, p. 22) e se expressa pelo desejo de “[...] não ser uma pessoa inferior, que não procura evoluir... ter o Programa é bom, mas a gente tem que querer mais, por que a gente precisa de mais...” assevera Teresa. Posição semelhante é expressa por Odete ao afirmar que: “[...] tem um ditado que diz que cobra que não anda, não pega sapo... pobre que vive penando na miséria, sempre dependendo dos outros é porque não se bota, só quer esperar, receber na mão e não vai atrás”.

Na vida de Selma o PBF “caiu do céu na hora certa”, sobretudo em razão de uma situação de desemprego prolongado e instabilidade de diferentes ordens, financeira, emocional. Como a própria Selma relata:

“Foi uma luta muito grande pra conseguir esse Programa, muita caminhada, muita fila, muito sofrimento... o sol tava muito quente eu passei mal, quase dava um treco, uma verigem... quem tá desempregada quer se segurar em qualquer coisa... foi um alívio, caiu do céu na hora certa... eu já tava ficando doente de tanta preocupação, pensando no que eu ia fazer... me deu vontade de fazer tanta coisa, tanta besteira... largar tudo, ir embora, na hora do desespero, né? ... a gente pensa besteira. Mas aí graças a Deus a gente conseguiu. Eu recebo R\$ 30,00 (trinta reais) dos dois menino, é pouco, mas a gente tem que saber usar. Olhe eu tenho uma irmã que mora no interior, tem dois filhos, ela também recebe trinta reais dos dois filhos dela... ela morava numa casa de taipa, coberta de palha, já fez a casa dela de tijolo, cobriu de telha, só com esse dinheiro... a gente sabendo usar direito, economizando, mesmo sendo pouco, a gente dá um jeito... Trinta reais, quinze reais que seja, pra quem é pobre e tá desempregado e sem oportunidade é muito difícil de ganhar... eu tiro pelo meu marido, as vezes ele leva semanas pra achar um bico pra ganhar trinta reais... a gente recebendo todo mês ali certinho, já melhora bastante... e aí a gente se vira, faz uma coisa daqui, faz outra dali [...]”. (SELMA)

O relato reitera a necessidade de administração dos recursos, bem como expressa o significado que os valores repassados pelo Programa representam ante a dificuldade que os pobres têm de auferir ganhos, sobretudo num contexto de desemprego associado à insegurança quanto ao “dia de amanhã” como afirma Benedita.

De modo geral, para as entrevistadas, a recorrência ao PBF foi premida por condições de extrema necessidade, agravadas pelo desemprego ou salário insuficiente, pelos baixos rendimentos de uma família numerosa e pela impossibilidade de trabalhar por diferentes motivos. Segundo as entrevistadas,

“[...]esse Programa é uma ajuda muito boa pra quem precisa, o meu menino estuda no Sotero dos Reis (Unidade de Ensino Estadual), precisa pegar ônibus... o gasto com passagem é grande e esse dinheiro ajuda (R\$ 65,00 – sessenta e cinco reais)... o dinheiro pode ser pouco, mas pra gente aqui faz muita diferença, a gente usa pro que é necessário, é bom... até por que é certo, né?... mas olha que eu quase que desistia de ir atrás, foi muita canseira, já pensou o que é ir pra uma fila durante quatro dias? Eles (autoridades públicas) acham que por que a gente precisa, é obrigado a passar por tudo isso? Até parece que vai tirar a gente da pobreza” (LINDALVA)

“[...] é uma ajuda pequena, mas muito boa, principalmente porque tem muita gente que precisa, eu corri atrás, porque dinheiro pra pobre nunca é demais, ao contrário é de menos, por que a gente tem muita necessidade... eu faltei foi dois dias de serviço pra ir atrás desse Programa, recebo R\$ 30,00 (trinta reais) que mesmo sendo pouco faz diferença pra nós... ajuda a remediar” (MARIANA)

“[...] foi um absurdo aquilo... aquela fila enorme... todo mundo filmando a gente, todo mundo que passava ficava olhando pra gente como se a gente fosse um bando de miserave, eu achei uma humilhação... uma canseira muito grande, fiquei naquela fila... horas, dias, pra receber R\$ 50,00 (cinquenta reais)... é uma ajuda, vale a pena pra quem não tem marido, não pode trabalhar como eu... agora eu acho que devia de ser mais... eu tento me ajeitar com o que tem... é pouco, mas é com esse que eu me ajeito com meus filho”. (MARIA JOANA)

Os depoimentos reiteram o significado que o valor do benefício, embora pequeno, representa diante das privações e instabilidades permanentes que assola suas vidas. Significa segurança e ao mesmo tempo uma oportunidade para ampliar as possibilidades de aumentar a renda mediante a aquisição de novas habilidades: “essas coisinhas que a gente aprende aqui ajuda muito a gente, tudo é oportunidade” afirma Lindalva. Em concordância Mariana, ressalta: “... todo bico que pobre arruma é bom, por isso tem que aprender de tudo... a gente tem várias frentes pra atacar na hora do aperto”.

Lindalva e Maria Joana destacam um elemento importante, a exposição e o constrangimento a que os pobres são constantemente submetidos, o que, segundo Zaluar (1985) e Sawaia (1999), funciona como desqualificação moral dos indivíduos, no sentido de impor a estes que comprovem suas necessidades, submetendo-se a situações de constrangimento, o que, aliás, se constitui num dos princípios da LOAS (artigo 4º, inciso III). Em vista de evitar situações desse porte o gestor do PBF em São Luis informou que providências estão sendo tomadas no sentido de ampliação de espaços e re-organização do sistema de cadastramento das famílias a fim de eliminar exposições constrangedoras por entender que se trata de uma situação que “[...] fere a dignidade humana e nega a condição de cidadania de pessoas a quem tantas coisas já são negadas por uma estruturação injusta da sociedade”. (GESTOR DO PBF)

Autores como Lima (2004) e Telles (2001) advertem que a exposição a provações constrangedoras reflete o peso do preconceito que a sociedade reproduz sobre os pobres, expresso, particularmente, no tratamento indigno aos sujeitos que solicitam os serviços de assistência social, num tipo de discriminação ressaltado por outras entrevistadas como “absurdo”, “vergonhoso”. Algumas entrevistadas solicitaram a mediação da

pesquisadora para ter acesso às assistentes sociais de determinadas instituições prestadoras de serviços assistenciais, alegando que se forem “indicadas” por uma colega conhecida, não ficarão “vagando” pelos diversos setores. Ressaltaram que, no geral, são tratadas como quem pede um favor e não como quem busca um direito. O fato de sequer serem atendidas ou saberem a quem se dirigir, reduz o acesso a outros programas, serviços e benefícios que possam contribuir na sua reprodução social e de suas famílias. “[...] a gente já não tem o direito de trabalhar... por que não dão condição pra gente trabalhar, com isso a gente é empurrada pra esses programas, é a única escolha que a gente tá tendo, então que receba ao menos um tratamento melhor”, ressalta Maria Joana.

Os relatos expressam, com relação à compreensão do PBF, uma tensionalidade. À semelhança do que Telles (1998) denomina tensão entre carência e direitos, as “beneficiárias” entrevistadas apontam uma tensão constante entre a necessidade de buscar o Programa como mediação na sua reprodução social e a negação de seu direito ao trabalho, o que compromete a sua identidade como provedoras responsáveis pelo próprio sustento. Os depoimentos, em diferentes níveis, mostraram uma ambigüidade em relação ao PBF, se por um lado é reconhecido como “ajuda” viável em face de situações caracterizadas como de “grande necessidade” ou perpassadas por extremas dificuldades; por outro é concebido a partir de uma conotação de provisoriedade, o que evidencia por parte das “beneficiárias” a compreensão de que o Programa não vai tirá-las da pobreza, sendo que se destina a atenuar as carências mais prementes, mediante o repasse de “sobras” de uma riqueza que não partilham por essa via, a qual lhes permite acessar muito pouco. Através de suas falas denotam inquietações e denúncias quanto a distância entre suas demandas e a capacidade de alcance do Programa.

Há uma compreensão dos limites das ações do Estado, através dos Programas de Transferência de Renda expressa na tensão e na resistência em relação ao PBF: reconhecem a necessidade da “ajuda”, mas não querem o direito a essa ajuda, querem o direito a um trabalho “certo”, com salário compatível às necessidades de um padrão de vida digno e válido para todos os indivíduos em uma sociedade que se pretende justa e calcada em parâmetros de civilidade (TELLES, 2001). Neste sentido, questionam através de suas falas a lógica de uma vida social que lhes nega o direito ao trabalho e as “empurra” para a dependência de programas que lhes classifica como necessitados, reiterando essa condição em suas vidas.

Ainda nesse campo de tensões, o PBF é ressaltado como um mecanismo de manter os pobres na condição mesma de pobreza ou “tapando buracos” ou “enganando a barriga dos pobres” como afirmou Odete, mas também como um mecanismo a mais na luta contra a pobreza, um mecanismo que propicia a visibilidade de questões que, embora sempre presentes na sociedade, são mantidas ocultas em várias de suas dimensões. Como ressalta Mariana:

“[...] os governos estão olhando mais pra nós... sempre pediram nossos votos, fizeram promessas... nos enganaram, agora tão descobrindo que a gente existe, e como diz aquela música, a gente não quer só comida... a gente quer oportunidade, a gente quer uma vida digna, ser tratada com o respeito que a gente merece, ter os direitos que a lei diz que a gente tem”.

O existir, no sentido aqui colocado, é para além do reconhecimento de um amplo contingente de pessoas que sobrevivem no limite e necessitam dos recursos propiciados pelos programas sociais. Implica no reconhecimento de sujeitos que buscam a oportunidade de acesso a condições de vida consideradas válidas na sociedade da qual fazem parte. Diferente da “ponte da oportunidade” que aproxima ou viabiliza a inclusão dos excluídos no “mundo dos que têm cidadania” como assinalou Silva (2003, p.5), a oportunidade almejada se direciona ao usufruto e à participação justa num mundo do qual já fazem parte, porém, de forma diferenciada e subalternizada como notam Martins (2002) e Buarque (1999).

No conjunto dos relatos foi observado o desejo de “não ficar no Programa”, tendo presente, não só o seu caráter temporário, atingido mediante limite de idade dos filhos/dependentes, mas, sobretudo, as expectativas – focadas no trabalho – de superar as condições que determinam a necessidade de inserção e permanência no Programa. Isto reflete que as “beneficiárias”, em suas concepções, mantêm, a despeito das adversidades que lhes são impostas, substratos de projetos de vida, pautados no desejo de romper com a desordem, a fragilidade que paira sobre suas existências. A despeito das privações e destituições de renda, cidadania e prestígio, preservam o que Lima (2004, p. 369) denomina de “potencial simbólico” que impulsiona suas vidas no sentido de buscar “melhorias” e superar a privação, bem como os estigmas que as diferenciam e as categorizam como pobres.

4.2.5 Construindo novas possibilidades: o PBF como referência para o reconhecimento público dos pobres

As experiências e trajetórias das “beneficiárias” analisadas nesse trabalho mostraram que a luta contra a pobreza, assume centralidade em histórias que, não obstante sua heterogeneidade, se caracterizam por condições de vida limitadas, cujos recursos disponíveis, quer sejam financeiros ou em forma de estratégias constituídas, não permitem um acesso que vá além de um precário e insuficiente abastecimento doméstico para assegurar um mínimo vital.

Trata-se de uma luta constantemente dinamizada em face de freqüentes ameaças de fragmentação em razão de instabilidades e inseguranças que têm no desemprego e nos baixos rendimentos os principais determinantes. Na dinamização da luta contra a pobreza o PBF se constitui numa mediação significativa, não apenas porque viabiliza uma segurança ainda que tênue, inscrita no limite entre a garantia da sobrevivência e a fragmentação desta, mas sobretudo pela possibilidade de transformação das consciências, principalmente mediante o estabelecimento de paralelos entre as experiências vivenciadas e os padrões de vida dos “que têm cidadania” (SILVA, 2003, p.5).

Cabe assinalar que tais mudanças não foram observadas na totalidade dos discursos, sendo que “beneficiárias” como Benedita, Selma, Lindalva e Maria do Socorro, embora tenham expressado, em diferentes níveis, uma consciência social das desigualdades e diferenciações que compõem a trama social de suas condições de vida, revelaram uma dissociação entre essas condições e as críticas sociais que apontaram. Para Benedita e Lindalva, a esperança num poder divino superior, conduz à noção de que são apenas

“carentes de misericórdia” ou ainda “carentes da ajuda do governo, que devia olhar mais pros pobres”, tendo a “pobreza” como um lugar social demarcado de forma definitiva e até natural. Revela o que Löwi (2000) caracteriza como alienação religiosa, política que nega a percepção como sujeito, como agente histórico em prol de uma ação superior focalizada no divino, no político ou no institucional. Essa negação se estende à Selma e Maria do Socorro que se localizam socialmente como “carentes” que necessitam da intervenção de representantes políticos ou institucionais que se “compadeçam de nós”, que “dê uma ajuda, por que a gente vive balançando, quase caindo, se não tiver quem se interesse e dê uma força, a gente cai”, afirma Maria do Socorro, assumindo a identidade que lhes é atribuída pelo pensamento dominante e pelo discurso oficial do PBF, a de “vulneráveis”, “pessoas necessitadas” ou mesmo “excluídas”.

Numa posição diferenciada em relação à anterior, foram registradas algumas colocações que indicaram o desenvolvimento de uma consciência crítica direcionada às proposições do Programa na sua relação com o poder público. As condicionalidades obtiveram destaque em alguns depoimentos sendo compreendidas como:

“[...] uma obrigação do Estado... eu acho que quem tem que cumprir essas condições (condicionalidades) é o governo e não nós. Eu quero uma escola boa pras minhas filhas, eu quero que elas saiam de lá pra uma universidade, mas isso é possível?... elas estudam na Escola Modelo (Unidade Estadual de Ensino fundamental e médio), o ensino lá, não é dos melhores, mas elas vão assim mesmo... eu nunca deixei elas faltarem aula... eu quero um atendimento de saúde de qualidade pra mim e minha família... cadê? Esses hospitais e postos de saúde daqui, que funcionam que é uma porcaria?... eles é que tem que dar essa condição pra gente... é obrigação do Estado dar a educação, a saúde, o trabalho, mas não faz e quer que a gente corra atrás, correr atrás de quê?”. (MARIANA)

“[...] engraçado, eles querem que a gente faça curso profissionalizante, que eu sempre fiz, todos que aparece... eu quero saber é se tem emprego pra gente depois disso... correr atrás, eu tô correndo... até porque é do meu interesse aprender... fazer roupa íntima, costurar, será que alguma loja vai querer me empregar, ainda mais na minha idade? Acho que o governo deve investir em mais oportunidade pros jovens e pros pais desses jovens, também, independente da idade... dá o anzol e a vara pra pescar onde?... se eles querem tomar conta dos rios e ficar com os peixes melhor? Tem que dá oportunidade pra gente chegar nesse rio também.” (EUNICE)

“[...] eu vou reunir as mães do Bolsa Família que têm filho, lá onde meus filho estuda pra gente ir na Secretaria (Estadual de Educação), porque não é possível... o banheiro fica na porta da sala de aula, sujo, imundo, podre e os meninos passam mal com o fedor e a diretoria não faz nada, eu já reclamei... não adiantou... antes de Bolsa Família eu já me importava com os estudos dos meus filho, sempre me importei... eu quero que eles estude... eu quero que eles tenham melhor sorte do que eu que não estudei, agora o Estado é que não dá condição pra filho de pobre estudá, por que os colégio funciona que é uma coisa, o Posto de Saúde aqui perto se você vê, tem até rato... que eu já vi, a única coisa que faz lá é medir pressão... médico aparece uma vez na vida outra na morte... desse jeito a gente não pode melhorar, cadê os governo pra cumprir com a parte deles?”. (TERESA)

A compreensão de condicionalidades aqui expressa é construída mediante a constatação da ausência de reciprocidade dos poderes públicos na garantia de serviços sociais públicos compatíveis com suas necessidades nas áreas de educação, saúde e trabalho e renda. Trata-se de uma construção pautada num movimento que cobra o funcionamento e a qualidade nos serviços num contexto em que estes se apresentam insuficientes, além de expressar uma compreensão que se direciona ao que Silva et al (2004, p. 214) concebem como obscurecimento da dimensão constitucional do direito a uma vida digna, independente de “qualquer merecimento”. Uma das coordenadoras assente que, uma das contribuições do PBF, em diferentes níveis, é a “[...] discussão e cobrança de uma estrutura que dê conta dos serviços básicos, uma estrutura que funcione, que preste atendimento compatível com a dignidade humana... e as beneficiárias estão começando a questionar isso... esse Programa está provocando alguns questionamentos, reivindicações [...]” (COORDENADORA DO PBF – SEMED).

Com efeito, depoimentos como o de Mariana, Eunice e Teresa, ao referirem ao Estado e aos governos denotam um posicionamento político, sobretudo no tocante à atuação dessas instâncias em relação aos pobres. Esse posicionamento decorre de uma construção pautada nas suas relações constantes com programas sociais públicos. Nessa construção algumas rupturas possíveis, se delineiam propiciadas por constatações conflitantes tais como, a subordinação aos ditames institucionais como condição para o acesso às “sobras”, a exigência do cumprimento de responsabilidades que são da alçada do poder público, enfim, a submissão a um conjunto de normas e regras que, a despeito de suas proposições sociais calcadas na *emancipação*, as mantém aprisionadas a uma posição subalternizada.

“[...] pra quem já precisou de programa quase que a vida toda... eu já engoli muita coisa, mas eu aprendi a falar, e hoje eu falo mesmo, tem gente que engole sapo com medo de perder o benefício, eu não... por isso é que eu tenho fama de briguenta, se a gente não brigar ninguém respeita, ficam achando que a gente só merece aquilo mesmo... e inda tem que se dá por satisfeita, a gente é pobre, mas sabe o que passa, sabe o que sofre e tem mesmo é que falar”. (EUNICE)

“[...] a gente pra receber esse pouquinho tem que passar por tanta coisa, eles metem a mão no dinheiro do povo e fica por isso mesmo, agora a gente, tem que fazer isso... senão sai do Programa, tem que fazer aquilo senão sai... eu acho isso o cúmulo, acho que a gente aceita muita coisa calada, e isso é esperado dos pobres que fiquem quietos e agradeçam qualquer migalha, mas a gente tem que botar a boca no mundo e mostrar que a gente não é passarinho pra viver de migalha e a escravidão do tempo dos senhores e servos já acabou”. (MARIANA)

“[...] tem muita coisa que a gente vê que tá errada e não fala por medo, por que a gente que é pobre tá do lado mais fraco da corda e fica com medo de se arreventar toda, sabe com é... a gente é que tá na precisão, sem saída, tem que aceitar o que dão e ficar quieta, calada, mas eu tô aprendendo a não ser mais assim, tanto que hoje eu falo o que eu não concordo... se o Programa é pros pobres, porque o governo não fiscaliza mais? Cobra da gente, mas não faz a parte dele... eu conheço tanta gente que não precisa e recebe até mais do que

eu... bota um monte de mentira nos cadastro... enquanto que têm outros que precisam e ficam de fora”. (TERESA)

Os depoimentos assentem na importância do poder da fala, para aqueles que são historicamente destituídos desse poder, como bem destaca Oliveira (1999, p.81) em alusão aos mecanismos de anulação da política mediante a “exclusão de certos falantes”. Aprender a falar, no sentido exposto pelas entrevistadas, aponta para mudanças, para a construção de novas relações sociais, particularmente, com o poder público. Essas mudanças expressam uma concepção segundo a qual não são simplesmente os pobres “beneficiários” de um Programa, os pobres que reproduzem as relações de servilidade impostas pelas relações de poder consolidadas no decorrer de diferentes momentos históricos, os pobres que atestam sua condição de “necessitados” mediante aceitação passiva dos recursos restritos que recebem mediante a assistência social pública, mas sujeitos que expressam pensamentos e posições contrárias àquelas esperadas, como assinalou Mariana, de quem ocupa o lugar da subalternidade⁷³, principalmente, no que tange à atuação do Estado com relação à pobreza, uma atuação marcada pela ausência e pela inoperância, conforme caracterizado em reflexões anteriores nessa tese.

Os depoimentos apontam que, nesse mesmo *lugar social*, destinado aos pobres, novas concepções estão sendo construídas. Concepções que remetem à afirmação dos pobres como grupo social, como classe, como sujeitos (ZALUAR, 1985) que revelam e denunciam as condições de privação vivenciadas no seu dia-a-dia e exigem respostas efetivas do poder público. Quer seja na exigência por oportunidades de trabalho e melhores condições salariais ou por formas mais eficazes de proteção social, as entrevistadas criticam a ação do Estado ressaltando que este deveria ir além do Programa, haja vista a apreensão deste como emergencial e imediato, direcionado a situações de grande privação, sobretudo, material.

Nas críticas efetuadas ao Estado e ao governo foram enfatizadas distorções em relação aos objetivos do Programa e sua efetividade, com destaque para os desvios quanto ao seu foco, no caso os pobres. Nesse aspecto é questionada a efetividade do poder público no tocante a observância dos critérios estabelecidos para inclusão no Programa, o que na prática, como ressaltaram as entrevistadas, não vem ocorrendo, resultando assim num descrédito em relação ao poder público que o desautoriza a exigir contrapartidas. Também foram destacados os baixos valores, incompatíveis com as necessidades; as diferenciações quanto aos valores expressas no entendimento de que “devia ser um valor só” (MARIA JOANA) e na indagação de Suely: “[...] eu não entendo por que cada pobre vale um tanto, se todos passam pelas mesmas necessidades e as dificuldades são as mesmas pra todos nós?”

Esse entendimento é partilhado por coordenadores e técnicos que se referiram a essa diferenciação como “uma forma de pesar a miséria, será que a miséria vale quanto pesa?” (COORDENADORA DO PBF – SEMED). Trata-se de uma classificação em que “[...] os pobres são divididos naquela lógica que a gente sempre questionou e criticou... os mais pobres, dentre os pobres” (COORDENADORA DO PBF – FUMCAS).

⁷³ Martins (2003) e Telles (1992) refletem que na subalternidade são construídas relações que reproduzem e legitimam posições e pensamentos sociais esperados e até convencionalizados socialmente como a idéia de que os pobres devem manter postura de humildade, resignação, gratidão ante as autoridades públicas, sobretudo, em face do recebimento de benefícios sociais.

Segundo uma técnica do Programa, “[...] dividir os pobres em classes e pra cada classe de pobres atribuir um valor, sempre nivelado por baixo” (TÉCNICA DO PBF). Outra técnica do Programa assinalou: “[...] cada pessoa receber um valor, eu acho que é uma forma de fragmentar a pobreza, acho que os valores também devem ser unificados, além de ser mais justo, confunde menos as pessoas”.

A menção crítica aos valores diferenciados põe em questão a concepção que divide e agrupa ou re-agrupa os pobres (BRESCIANI, 2004) em categorias a partir de critérios arbitrários que desconhecem a politicidade e a heterogeneidade da pobreza nas suas múltiplas dimensões para além da dimensão material, bem como a sua determinação como “uma situação social criada, construída... uma construção política e social” (GESTOR DO PBF). Como nota Stotz (2005) categorizar a pobreza, no contexto de políticas sociais reducionistas, direcionadas a necessidades extremas, responde a uma racionalidade técnica e gerencial, cada vez mais legitimada na sociedade brasileira, de tornar os pobres mais *focalizáveis* pelos programas a fim de se evitar desperdícios dos recursos públicos, divididos de forma desequilibrada entre a acumulação do capital e as demandas sociais. Nessa racionalidade, a definição do pobre, depende da condição social e objetiva das populações em condições de precariedade econômica e social, em condições de “vulnerabilidade” ou “risco social”. Também nessa racionalidade, praticamente inexistente o pobre sujeito, e sim, o pobre objeto (CHAUÍ, 2000) de programas sociais que visam minorar suas condições de privação. Contudo, como possibilidade histórica esses programas, como produtos de relações contraditórias podem viabilizar a constituição dos seus “beneficiários” como sujeitos.

É neste sentido que o PBF, a despeito de sua pouca efetividade como programa direcionado à pobreza, pode se constituir num espaço de reconhecimento dos pobres na sociedade. Reconhecimento este, que se efetua em diferentes aspectos: na revelação do lugar social em que os pobres são situados na sociedade; na resistência expressa no enfrentamento das adversidades impostas; na construção de estratégias na luta pela sobrevivência, e também na construção de racionalidades que negam os inúmeros rótulos e estigmas que lhes são conferidos, por aqueles que supostamente, se autorizam a analisá-los e classificá-los, por vezes correndo o risco de elidi-los como sujeitos históricos e relegá-los à posição de um outro que é inferior e diferente (SARTI, 2003).

Merece destaque a necessidade, ressaltada como o maior desafio destacado de forma unânime, pelo gestor, coordenadores e técnicos, a necessidade de conhecer a realidade de pobreza em São Luis, tendo em vista a construção de respostas mais eficazes a uma problemática crescente e preocupante na capital maranhense. Os pronunciamentos a seguir enfatizam essa preocupação:

“[...] nós carecemos de estudos e pesquisas que retratem o município de São Luis, até quando a gente precisa de alguma informação a gente trabalha com informações secundárias, que não são cem por cento seguras. Não sabemos por exemplo, como é a pobreza em São Luis... a gente sabe o que vê e eu acho que o Bolsa Família coloca essa necessidade, porque é um Programa dirigido para a pobreza, exige do município o conhecimento dessa realidade”. (TÉCNICA DO PBF)

“[...] O debate tá posto, e é um grande debate hoje na pauta das instâncias públicas e privadas em todo o país. Nós temos as informações gerais de caráter mais quantitativo fornecidas pelo IBGE... agora tem a questão das realidades mais específicas, que fazem parte de uma totalidade que é a realidade brasileira, mas têm suas particularidades, e essas particularidades precisam ser conhecidas, desveladas, e isso hoje é uma necessidade... conhecer a realidade da pobreza em São Luis... a gente sabe que tem muita pobreza... mas precisa investigar... no sentido de direcionar ações mais condizentes com a realidade”. (GESTOR DO PBF)

“[...] a gente tem as informações do Ministério (MDS) que dá o total de famílias pobres em São Luis, mas... engraçado, quase não discutimos sobre a pobreza em São Luis, e isso é um problema, por que a gente acaba se atendo só aos números oficiais... e aqui mesmo não dispomos de informações sobre a capital... aliás a gente tem muito poucas informações sobre o Maranhão, sobre São Luis...”. (COORDENADORA DO PBF – SEMUS)

“[...] essa falta de conhecimento é um problema, porque a gente não sabe quem são os pobres, onde eles estão... dizer que é nas periferias, nas invasões, nas palafitas é muito vago... com isso tem muito pobre aqui em São Luis que deveria estar no Programa e não está... tem lugares aqui onde a informação não chega... a maior divulgação desse programa é a boca das pessoas, mas tem lugar aqui onde não chega. A gente tá com uma proposta de encaminhar técnicos pras áreas vulneráveis de São Luis pra identificar os pobres e trazê-los pro Programa... pessoas sem renda nenhuma, sem moradia, sem oportunidade, sem nada... porque não sabem do Programa e nós também não sabemos onde eles estão”. (COORDENADORA DO PBF – SEMED)

Os depoimentos apontam o conhecimento da realidade de pobreza nas suas múltiplas dimensões e expressões, tendo presente a necessidade de desvendamento da realidade mediante estudos e pesquisas que permitam a identificação e as condições de existência de famílias que se constituem público-alvo do PBF, na perspectiva de dar subsídios à construção de propostas mais próximas das demandas requisitadas por uma realidade específica. Nesse sentido não se pode deixar de assinalar a contribuição do PBF no tocante ao impulso do debate e exigência de desvendamento da pobreza como uma questão urgente.

A partir da construção de racionalidades engendradas na resistência, na indignação, no enfrentamento das privações constantes, na necessidade de recorrência a programas sociais, os pobres colocam em questão as categorizações oficiais que lhes são designadas por lideranças políticas, estudiosos ou agentes institucionais especializados e encarregados de pensar, propor e formular ações interventivas para a pobreza. Nessa categorização, são pobres aqueles que ocupam, na hierarquia social, uma posição desvalorizada, aqueles cuja inferioridade é pública e explicitamente reconhecida, que se submetem a formalidades humilhantes e são impelidos a comprovação de suas carências e aceitação do controle institucional sobre suas vidas (OGIEN, 1986; BENETON, 1983).

Do ponto de vista dos pobres, a partir de suas histórias, trajetórias e lutas, a posição social de inferioridade é questionada, mediante re-interpretações de aspectos negativos que os definem e elaborações de racionalidades outras, diferentes das que lhes

são impostas. Por um lado, para aceitar ainda que, temporariamente, as definições impostas, como no caso de Suely que se tornou a “pobre necessitada”, alcançável pelo PBF em função de circunstâncias que escaparam ao seu controle, mas se autodefine como uma trabalhadora que luta em busca de uma vida melhor fora do PBF; por outro lado, para negá-las, buscando através de suas lutas, dar visibilidade a seus interesses, aspirações, projetos e reivindicações, inscritos para além do Programa e apresentá-los no espaço público como demandas legítimas.

Por esse ângulo o PBF pode se configurar um importante espaço público de reconhecimento e rupturas, pois contraditoriamente, em que pese sua funcionalidade aos movimentos atuais de reestruturação do Estado e das políticas sociais sob a ótica da financeirização do capital, trata-se de um programa que alcança contingentes consideráveis, viabilizando acesso a bens e serviços, legalmente assegurados como direitos de cidadania. Pela sua expansão e relevância, confere, na atualidade, uma visibilidade significativa ao tema da pobreza que, em diferentes níveis, vem compondo a pauta de instâncias diversas.

Para os pobres, representados pelas “beneficiárias”, sujeitos dessa pesquisa, a sua inserção nas relações sociais como “pobres”, “carentes”, “beneficiárias” do PBF, “guerreiras”, “trabalhadoras”, “filhas de Deus”, “chefes de família”, “provedoras”, “mães”, “lideranças políticas”, significa a reconstrução de suas relações no sentido de serem reconhecidas como cidadãs. Reconhecimento que passa pela (re) construção do espaço público, espaço em que seus interesses e necessidades sejam reconhecidos como legítimos sob a ótica dos direitos e não como produtos do seu fracasso social, enfim um espaço em que as diferenças não configurem posições de inferioridade, mas que tenham como medida o respeito às heterogeneidades. As trajetórias apresentadas e analisadas nessa tese mostraram que é na esperança desse reconhecimento que as lutas e resistências se justificam e se reconstróem no enfrentamento da pobreza, tendo presente a descaracterização de uma imagem negativa e estática que as define meramente como pobres.

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento de um estudo sobre a pobreza no sentido de compreender suas diferentes concepções e significados a partir da visão dos sujeitos que intervêm nessa problemática e, principalmente, da visão dos sujeitos que a vivenciam, objetivou a apreensão de como são pensadas as condições concretas de existência daqueles que se defrontam com o problema da pobreza e buscam, na intervenção pública do Estado, estratégias para o enfrentamento desse problema.

A partir de um esforço de desvendamento de histórias e trajetórias de famílias “beneficiárias” do PBF busquei desvelar as concepções e significados atribuídos à pobreza, elementos por vezes ofuscados por interpretações genéricas, destituídas ou distantes de um movimento histórico em que os sujeitos constroem, pensam e imprimem sentidos às condições que vivenciam.

A pesquisa mostrou, num primeiro plano, que denomino de construções oficiais, um movimento no qual circulam um conjunto de discursos, concepções, significados, propostas e programas sociais que vêm sendo construídos no sentido de legitimar uma determinada lógica de organização societária. Nesse movimento, do qual o PBF é integrante como estratégia de enfrentamento à pobreza, são dinamizadas concepções que, não obstante pontuarem alguns elementos de caráter progressista, na essência vêm consolidando abordagens explicativas conservadoras, circunscritas em bases econômicas e técnicas que incorporam elementos de agências internacionais para quem a pobreza se constitui num problema global e praticamente perene.

Trata-se de um movimento que tende a confinar os pobres nos recônditos sociais, como grupos socialmente inferiores e isenta o Estado de um compromisso político efetivo com esses grupos, e conseqüentemente, da construção do país como nação calcada em princípios democráticos.

Em outro plano, tomando como referência as trajetórias das famílias “beneficiárias”, sujeitos dessa pesquisa, desvelou-se outro movimento articulado ao anterior, mas com elementos conflitantes. Neste movimento, em que a necessidade de sobrevivência se coloca na ordem do dia, também circulam discursos, concepções, significados, projetos construídos numa dinâmica de enfrentamento e resistência. Uma dinâmica que é reconstruída mediante a criação de estratégias de reprodução das condições de vida e de interpretações que visam entender essas condições.

Os fragmentos das histórias aqui analisadas mostraram universos permeados por mágoas, revoltas, resignações e incertezas quanto ao presente, medos e inseguranças quanto ao futuro, frustrações relacionadas a sonhos e projetos não realizados, indignações em razão das injustiças sofridas, mas também esperanças e anseios por mudanças.

Conforme explicitado no desenvolvimento dessa tese, a pobreza se constitui numa construção que movimenta elementos contraditórios. Como toda construção expressa interesses e projetos em confronto. Diferentes racionalidades determinam a sua compreensão.

O PBF como uma relação social mostrou diferentes formas de conceber a pobreza, diferentes formas de construir uma concepção. No geral, observei que elementos de base conservadora e progressista se conflitam denotando as contradições e tensões presentes num programa social que expressa dois movimentos: o primeiro refere-se ao enfrentamento à pobreza como fundamento da ordem social das sociedades denominadas

modernas, revela uma tendência que se desenvolve em escala mundial, a intolerância a um problema considerado inaceitável ante os patamares civilizatórios já alcançados pela humanidade. Um segundo movimento denota que as desigualdades mais flagrantes da sociedade já não mais podem ser vistas como fenômenos naturais. A pobreza como pauta da agenda pública, bem como a formulação de programas como o PBF de abrangência significativa em termos de metas e extensão geográfica revela o reconhecimento e a preocupação com uma questão crucial da realidade brasileira.

Todavia, importa assinalar e questionar criticamente até que ponto essa questão vem sendo incorporada tendo em vista a sua superação como responsabilidade pública assumida pelo Estado, considerando por um lado, o social submetido à dinâmica das exigências da acumulação, e por outro, a predominância de um ideário em que o sucesso representa o ápice da hierarquia de valores e a pobreza, o avesso do sucesso, da riqueza, uma forma de existência humana que se traduz pela degradação moral, pela precarização socioeconômica, enfim, como o oposto do progresso ou mesmo uma disfunção do sistema econômico.

A pesquisa mostrou que a pobreza mais do que um estado de privação de bens materiais e acesso às riquezas socialmente produzidas, configura uma posição social específica caracterizada pela inferiorização, pela desvalorização, o que estigmatiza a identidade das pessoas que vivenciam essa condição. As trajetórias das “beneficiárias” do PBF, sujeitos dessa pesquisa mostraram, além da privação de recursos econômicos, uma respeitabilidade (ou ausência desta) condicionada ao lugar social, expressa nas injustiças restrições e ausências por parte dos poderes públicos e na influência limitada em reação a esses poderes.

A partir de uma lógica dual, em que de um lado situam-se os pobres, caracterizados como excluídos, vulneráveis, não cidadãos; e de outro lado, o restante da sociedade composto pelos não-pobres as abordagens mais correntes na proposta do PBF supõem baixa renda ou ausência de renda a partir de uma dissociação entre o mundo dos pobres em relação e os demais segmentos da sociedade. Os pobres são arbitrariamente rotulados e distanciados dos padrões vigentes na sociedade. As concepções admitem a relação da pobreza com a questão estrutural, superando a visão das desigualdades sociais como naturais, mas reiteram a sua associação tradicional como responsabilidade individual, reforçando a negação dos pobres como sujeitos que têm direitos ao que a sociedade tem produzido em termos de avanços do denominado mundo civilizado.

O PBF assume significado no processo de reconstrução de projetos de vida desempenhando papel estratégico na reprodução social, sendo que se trata de um programa situado no conjunto de estratégias destinadas a atenuar os efeitos perversos da acumulação de capital. Aspectos relevantes foram apontados pelas entrevistadas como a possibilidade de adquirir novas habilidades que propiciem a geração de renda, que contribuam na montagem do próprio negócio, como almeja Suely, e que propiciem a segurança de contar com um rendimento certo, mensal com o qual possam “contar” pelo menos no atendimento às necessidades básicas mais prementes.

Não obstante as análises críticas, desenvolvidas ao longo desse estudo, há que se reconhecer a relevância do PBF no enfrentamento à pobreza, o significado que assume para os pobres como uma possibilidade de auferir renda, manter uma “relativa” estabilidade, ampliar estratégias de sobrevivência, manifestar, em diferentes níveis, protestos contra as condições desumanizadas que vivenciam no seu dia-a-dia. As análises aqui apresentadas, não tiveram a intenção de assumir uma postura negativa em relação aos

Programas de Transferência de Renda, tendo presente que estes, como programas integrantes das políticas sociais, no campo da assistência social, não são capazes de solucionar as múltiplas desigualdades (econômicas, sociais, políticas e culturais) engendradas no capitalismo e, menos ainda, erradicar a pobreza nas suas diferentes dimensões. Tratam-se de programas que vêm ocupando lugar de destaque na conformação do Estado social no Brasil, num contexto sócio-político específico, e, nesta perspectiva, devem ser pesquisados e analisados de modo a apreender seu verdadeiro significado e suas dimensões exatas na realidade brasileira, e, particularmente, na realidade maranhense.

Em face da pobreza na cidade de São Luis, do desemprego, da informalidade, da baixa renda, bem como das restrições quanto à possibilidade de inserção no mercado formal de trabalho, o PBF se constitui num mecanismo central, um “elo que impede que as pessoas resvalam para a miséria” como assinalou uma técnica do PBF ou ainda “... um mecanismo de proteção contra a indigência”, conforme outra técnica. A despeito de sua relevância há que se ter presente que o PBF integra o conjunto das políticas sociais direcionadas à pobreza, implementadas nas últimas décadas, políticas que têm contribuído muito pouco para amenizar as condições de pobreza em que vive a população.

As trajetórias mostram um movimento crescente de privação e carências que se acumulam e se sobrepõem desafiando possíveis estratégias de intervenção. Questões de caráter estrutural como o desemprego, a distribuição desigual de renda, associadas a uma baixa efetividade dos programas sociais, determinam o alcance limitado desses programas na atualidade. Cabe ressaltar que o PBF, no âmbito da regulação da questão social, não se constitui como via única na amenização dos efeitos gerados na dinâmica das desigualdades. Como expressão de uma política social, é um programa cuja compreensão remete ao conjunto amplo e complexo dos mecanismos reguladores da questão social num sistema que reproduz explorações e segregações de diferentes ordens. Contudo, a sua natureza ambígua e contraditória possibilita, por um lado, recriar submissões, cristalizar posições sociais e reproduzir identidades negativas, a despeito das intenções discursivas que afirmam o contrário; e por outro lado, favorecem o protagonismo de grupos na perspectiva de conferir visibilidades a estes e propiciar rupturas com circunstâncias e condições socialmente impostas.

As trajetórias de Benedita, Eunice, Maria do Socorro, Teresa, Selma, Maria Joana, Odete, Lindalva, Suely e Mariana, puseram em foco a dinâmica de uma sociedade em que a igualdade, como valor de sociabilidade, não se estende ao conjunto da população, e mostraram dimensões problemáticas da pobreza maranhense: o desemprego; as restrições quanto ao ingresso no trabalho por motivos relacionados à idade, doença, baixa escolaridade, pouca ou nenhuma qualificação; o trabalho precário e instável; a insegurança quanto a sobrevivência e seus efeitos sociais e morais; o desgaste psicológico e emocional provocado por lutas que se mostram infrutíferas; a busca da espiritualidade como suporte na lida com as adversidades impostas pela pobreza; a frustração por projetos de vida não realizados, as condições de moradias precárias e inadequadas e os medos e incerteza quanto ao futuro, em particular, o futuro dos filhos. Essas dimensões, associadas a um conjunto de necessidades não supridas, constituem na vida das entrevistadas um quadro de opressão e resistência.

A resistência das entrevistadas se revela como uma dimensão oculta na reprodução da dominação que vivenciam, e se renova no dia-a-dia de suas lutas que, embora tenham como elemento decisivo a reprodução material pelo seu papel determinante na reconstrução das condições de vida, não se reduzem a esta, sendo que também se

efetuem no campo político, moral, cultural, espiritual. No trânsito por esses diferentes campos, pensam e constroem interpretações acerca de sua condição de pobres, que embora expressem elementos construídos no bojo de abordagens pautadas no bojo do pensamento conservador, centradas na renda, na responsabilidade individual e familiar, em dimensões visíveis da pobreza que as classifica como objeto de solidariedade, de rejeição, de ajuda ou de punição, também expressam elementos que as posiciona socialmente como sujeitos que fazem e refazem suas histórias em meio a processos que reproduzem a verdadeira natureza da sociedade e do lugar social em que vivem.

Isto mostra que possuem um conhecimento das condições que as mantém subordinadas e enfrentam essas condições em diferentes níveis e formas. Nesse enfrentamento negam os estigmas impostos por autoridades, representadas por lideranças políticas, governantes e demais agentes institucionais que assumem posição privilegiada na sociedade e não reconhecem nos pobres cidadãos de direito. Cidadãos que buscam reconhecimento na diversidade de suas lutas, experiências e trajetórias e não pela *marca* da pobreza.

Nessa perspectiva vivenciam e concebem a pobreza como uma injustiça, sendo que, a despeito das desigualdades sociais que os diferenciam em relação aos não pobres, possuem a virtude moral da honestidade, da recusa por uma permanência prolongada em programas sociais, do desejo de cumprimento de suas obrigações familiares e da disposição para o trabalho.

As análises, desenvolvidas no decorrer dessa tese, mostraram que o problema da pobreza não se constitui apenas, num problema que se refere apenas aos pobres, e nem decorre, simplesmente, de circunstâncias que afetam determinados indivíduos ou famílias, desprovidas dos requisitos que qualificam para o mercado de trabalho. A pobreza está incorporada nas regras que definem e conformam um “padrão” de estruturação da vida social vigente na sociedade brasileira. Um “padrão” precário, instável que permite conceber a pobreza não como uma mera condição de “carência” passível de ser mensurada por parâmetros de renda e demais indicadores sociais, mas como privação de direitos, particularmente o direito à uma vida digna. Essa privação, no entanto, não se refere apenas à ausência, mas, sobretudo, a forma como são definidos os lugares de pertencimento e como as identidades sociais são construídas e reconhecidas. A privação de direitos, portanto, projeta-se nas condições de vida, marcadas por negações impostas aos pobres, destacando-se a negação do direito ao trabalho como mecanismo central na determinação das condições de vida. Afinal, o trabalho, como mediação para aquisição de renda numa sociedade capitalista, é o recurso primeiro no atendimento das necessidades fundamentais e na garantia da subsistência.

O trabalho se revelou com grande ênfase nos relatos, mesmo para Maria do Socorro e Maria Joana que, por motivo de doença, se encontram em dificuldade de cumprir esquemas regulares de trabalho, mas ainda assim, Maria do Socorro assentiu: “... se me arranjassem um trabalho, pra ganhar salário mínimo, mesmo que fosse me arrastando eu ia”. O trabalho mereceu enfoque como referência simbólica, permeada por valores morais, que assegura aos sujeitos dignidade e reconhecimento. O não ter trabalho ou não ter renda suficiente para garantia do sustento foi pontuado como o principal determinante na recorrência a um programa de transferência de renda, o que as situa na condição de “beneficiárias”, uma condição pela qual não se denominam, mas são denominadas no plano oficial. Na totalidade das narrativas, ficou clara a conotação discriminatória que a condição de “ajudadas” representa, e a forma como interfere nas suas concepções de mundo. Paralela

a essa condição que marca a maioria das trajetórias, lutam para preservar outra condição que mantém ativas dentro de si, a condição de trabalhadoras, que as coloca em outro patamar (superior) e as distingue moralmente na hierarquia da pobreza.

Trata-se de uma luta que, para além da sobrevivência, se inscreve no plano moral, no esforço de preservar uma dignidade constantemente ameaçada, sobretudo, diante da necessidade de sobrevivência, quando se defrontam com a fragmentação dos arranjos que constroem para sobreviver. Destacam-se nesses casos, a doença, o desemprego, a instabilidade dos “bicos”, a ausência ou fragilidade dos companheiros como suporte na provisão da família, problemas em relação à moradia, a insegurança quanto ao futuro dos filhos expressa, dentre outros aspectos, no medo de que estes resvalam para o caminho da criminalidade.

A relação com o PBF se revelou nos relatos, marcada por ambigüidades e constrangimentos, caracterizados pela necessidade de “precisar de ajuda” para sua reprodução material, expressando um dilema, sendo que, em face das proporções de pobreza, instabilidade, desemprego e dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho, se apresenta como uma possibilidade de sobreviver “na miséria”, mostrando os limites do Programa como mediação entre o mundo social e o campo dos direitos. Assim, nas suas concepções revelam humilhação e ressentimento por não conseguirem prover a subsistência por conta própria; mas também revelam uma compreensão crítica de suas condições de existência, bem como da insuficiência das respostas do Estado às suas necessidades e demandas. E, neste aspecto suas concepções conflitam com as construções oficiais ao expor que, embora sejam impelidos a aceitar as “sobras” por uma questão de necessidade, querem o direito à oportunidade de compartilhar, de forma igualitária, as riquezas socialmente produzidas. Como simbolizou Eunice, “chegar ao rio, onde estão os peixes”.

É nesse movimento ambíguo que o PBF, sobretudo a partir da consciência de seus limites e compreensão crítica de suas condicionalidades, pode abrir espaços para exercícios que desenvolvam subjetividades individuais e experiências coletivas. É neste sentido que as propostas de mobilização apresentadas por Teresa, as manifestações de Eunice e Odete quanto a distorções e injustiças na operacionalização do Programa, assumem significado, sendo que propiciam a construção de valores e lutas comuns na perspectiva de mudanças nas suas condições de vida. Revelam, portanto, a construção de novas formas de expressão social e política.

Nessa manifestação, legítima de protesto contra as condições desumanizadas impostas, questões de diferentes ordens, inscritas no plano da vida cotidiana dos pobres assumem dimensões políticas mais visíveis na cena pública. Isso modifica substancialmente as formas de ver e conceber a pobreza e os pobres ao revelar a diversidade dos múltiplos espaços onde são construídos os grupos e as classes sociais. Sem dúvida, um movimento de ampliação do espaço público e de reconstrução de novas relações, o que vai conferir novas formas de interpretação e novas possibilidades de ação a esses sujeitos e seus aliados sociais na luta contra a pobreza.

Com isso pude constatar que as definições e interpretações do senso comum expressas pelas “beneficiárias”, não obstante reproduzirem elementos de orientação conservadora expressam elementos críticos que colocam em questão um sistema que a despeito de afirmar a igualdade e a democracia como valor, opera com mecanismos que reproduzem processos de exclusão e discriminação.

Outrossim, nas interpretações das “beneficiárias”, embora a dimensão material tenha uma determinação significativa, dada a sua relação direta com a reprodução da sobrevivência, outros elementos se destacam como a dimensão moral, presente na auto-designação como trabalhadoras, na sua busca constante, e por vezes extenuante, por estratégias, para além do Programa; e a dimensão religiosa, na qual a fé é ressaltada como possibilidade para superação da pobreza.

A pobreza, nos relatos das entrevistadas se apresenta como uma condição imposta e não escolhida, caracterizada pela dificuldade de acesso aos benefícios produzidos pela civilidade. Essa compreensão relativiza (embora considere indispensável) a responsabilidade individual reiterada pelas concepções de base mais conservadora, presentes na proposta oficial do PBF. Neste sentido é questionada e reivindicada a responsabilidade do poder público na garantia dos direitos a todos os indivíduos, independente da posição ocupada na hierarquia social.

Ademais as concepções das “beneficiárias” sobre pobreza e sobre o Programa contribuíram para o questionamento de afirmações e mitos presentes no imaginário social, ao negarem a cultura de que para o pobre “qualquer coisa serve”, segundo essa cultura haveria conformidade dos pobres mediante o acesso a mínimos ou mesmo a serviços que minimizem sua condição de privação. As trajetórias das entrevistadas nessa pesquisa mostraram que os pobres ao contrário de se conformarem com “pouca coisa” ou se contentarem com o mínimo, lutam em busca de oportunidades que viabilizem o acesso a mais recursos para a sua reprodução social. As inúmeras estratégias que constroem para assegurar a sobrevivência, denotam o inconformismo com o que recebem via programas de assistência social, significativos e necessários sem dúvida, em face dos imperativos da difícil sobrevivência, mas reconhecidamente insuficientes, para suprir suas necessidades.

A compreensão de necessidades dos pobres difere das necessidades impostas pelas instâncias formuladoras dos programas que historicamente têm circunscrito suas necessidades ao patamar dos mínimos vitais. Trata-se de uma compreensão que revela uma consciência das injustiças e das desigualdades sofridas. As necessidades dos pobres não são mínimas e não podem ser satisfeitas com mínimos. Para além dos mínimos vitais, os pobres demonstram que possuem necessidades inscritas em outros patamares. A pobreza é enfrentada em diferentes patamares para além da dimensão material. Os relatos destacaram as dimensões moral e religiosa como forma de romper com os estigmas impostos pela pobreza como condição social que nega os indivíduos como sujeitos de direito, como cidadãos, nega a condição humana traduzida por Maria Joana como “... a gente não é nada”. Em contraposição a essa negação, os pobres buscam outras formas de auto-reconhecimento que lhes conceda a condição de *gente*, principalmente pela busca de trabalho a fim de resgatar a identidade de trabalhador pelo seu efeito amenizador em relação ao estigma de assistido ou “beneficiário” que se contenta com mínimos.

O Programa assume significado e relevância em razão da redução de oportunidades de trabalho, o direito ao trabalho é subsumido no direito a uma renda mínima mediante programas assistenciais. A opção dos sujeitos é pelo trabalho. Não obstante a sua limitação como mecanismo de reprodução e ascensão social, a sua dimensão moral confere dignidade e autonomia como cidadãos. Na impossibilidade do trabalho, o PBF se apresenta como a alternativa mais plausível assumindo significado como ajuda, como estratégia de acesso a uma renda dentro de um patamar mínimo de estabilidade.

Espero, com este estudo, contribuir para desvelar um pouco além, do que o percebido no cotidiano da observação, da reflexão e da ação. A perspectiva da totalidade da pobreza, das contradições e limites de suas concepções pelos programas sociais direcionados a intervir nesse problema, parece fundamental para construir movimentos na direção de mudanças. Não no sentido que é atribuído pelo pensamento ou pelo discurso oficial, mas na direção das demandas e reciprocidades sociais apresentadas pelos “beneficiários”. Considero que este deve se constituir num dos objetivos centrais na produção do conhecimento, desvendar e compreender a realidade, na perspectiva de transformá-la, em consonância com as aspirações da maioria da população.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique et al. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 4. ed. 1998.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**, ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.
- AGIER, Michel, O sexo da pobreza, homens e mulheres e famílias numa “avenida” em Salvador da Bahia. In: TEMPO Social. In: **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.2, n. 2, 1990.
- ALMEIDA, Ângela Mendes de. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. et al (org.), **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo/UFRJ, 1987.
- ANANIAS, Patrus. Fome Zero reduz déficit social. In: EM QUESTÃO. Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, n. 2, Brasília, julho, 2004.
- _____. Bolsa Família é referência no combate à pobreza. In: **Folha de São Paulo**, março, 2005.
- ARRIAGADA, Ieda. Transformaciones del trabajo femenino urbano. In: **Revista de la Cepal**, n. 53, ago. 1994.
- BANCO MUNDIAL, **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**, conhecimento para o desenvolvimento, 1998 / 1999. Washington, Banco Mundial, 1999.
- _____. **Vozes dos pobres**, Brasil – Relatório nacional, 2000 (Digitado).
- BARROS, Ricardo Paes et al. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan. Focalização dos gastos públicos sociais e erradicação da pobreza. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- BATISTA, Ieda Cutrim. Mulher rural e luta pela terra: Projeto de pesquisa do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, [São Luís]. 1990. (Digitado).
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família. Informações gerais sobre o Programa Bolsa Família. Disponível em :<<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: jan. 2005 a.
- _____. Antecedentes e objetivos do programa Bolsa Família. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: mar, 2005 b.
- _____. Programa Bolsa Família, perguntas e respostas. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: nov. 2003.
- _____. Programa Bolsa Família: dois anos, Avaliação do programa Bolsa Família, 2005 c.

- _____. O Bolsa Família proporciona a inclusão de milhões de brasileiros, **Informativo**, Brasília, 2005 d.
- _____. Quando a vida dos brasileiros muda, o Brasil muda também, **Informativo**, Brasília, 2005 e.
- _____. Lei nº 10.836 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, 2004.
- _____. Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei n. 10.836 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, 2004.
- _____. Portaria interministerial nº 2.509 de 18 de novembro de 2004, Dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de saúde relativas às condicionalidades das famílias do Programa Bolsa Família, 2004.
- _____. Portaria nº 551 de 09 de novembro de 2005. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, 2005 f.
- _____. Portaria nº 246 de 20 de maio de 2005. Aprova instrumentos para Termo de Adesão com os municípios, 2005 g.
- _____. Ministério da Saúde. Manual de orientações sobre o Bolsa Família na saúde.
- BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRUSCHINI, Cristina, Gênero e trabalho no Brasil, novas conquistas e persistência da discriminação In: ROCHA, M. I. B. (org.). **Trabalho e gênero, mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- BUARQUE, Cristovam. **O que é apartação: o apartheid social no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- CALDEIRA, José de Ribamar. Estabilidade social e crise política, o caso do Maranhão. In: **Revista brasileira de estudos políticos**, [S.l.], n. 46, jan. 1978.
- CAMARGO, José Márcio (Org). **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Assistência social no contexto do Estado brasileiro: limites e perspectivas. In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 47, ano 16, abr. 1995.
- _____. **O “Brasil real” em questão: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará, 1999.
- _____. Estado e políticas sociais no Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 6, n. 1, 2002.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. et al. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.
- CASTRO, Maria Helena G. de. Interesses, organizações e políticas sociais. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.14, 1989.
- CASTRO, Myriam M. P. de; ABREU, Sérgio F. Adorno de. A pobreza colonizada. In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 17, ano 6, 1985.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortes, 2000.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- CONSTANTINO, Luciana. Novas famílias no Bolsa Família são 30%. In: **Folha de São Paulo**, fev. 2006.

- COSTA, Maria Cristina Silva. **Vidas em trânsito**: trabalhadores rurais temporários na periferia de Ribeirão Preto. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1993.
- CUNHA, Rosani. Ministério afirma melhor qualidade do Programa Bolsa Família. In: **Folha de S. Paulo**, São Paulo, fev. 2006.
- DA MATTA, Roberto. A família como valor, considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, A. M. et al (Org.). **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo/UFRJ, 1987.
- _____. Em torno dos pobres urbanos no Brasil: considerações antropológicas. Relatório de pesquisa Mellon / Kellogg. Niterói / NotreDame, 1993. (Digitado).
- DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.
- _____. Movimentos sociais: a construção da cidadania. In: **Novos estudos/ CEBRAP**, São Paulo, n. 10, 1984.
- _____. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, Lúcio. (Org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, pensando o presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra: UNRISD / CEDEC, 1988.
- DEMO, Pedro. **Pobreza política**. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 1996.
- _____. **Charme da exclusão social**. Campinas: Ed. Autores Associados, 1997.
- _____. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- DRAIBE, Sônia. As políticas sociais e o neoliberalismo. In: **Revista USP**, n. 17, mar./maio, 1993.
- DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- EWALD, François. **O Estado providência**. Paris: Grasset, 1986.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **O processo socioeconômico do Maranhão**: história e desenvolvimento. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, 1994.
- FELICÍSSIMO, José Roberto. A descentralização do Estado frente às novas práticas de ação coletiva. **São Paulo em perspectiva**, v.8, n. 2, abr. / jun. 1994.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERNANDES, R. C. et al. **Novo nascimento**: os evangélicos em casa, na igreja e na política. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- FIGUEIRA, S. M. **Jesus, o médico dos médicos**: a cura no pentecostalismo segundo usuários de um serviço local de saúde. Dissertação de mestrado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 1996.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Princípios de justiça e avaliação de políticas, In: **Lua Nova**, n. 39, 1997.
- FLEURY, Sônia. **Estado sem cidadãos**: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1994.
- FRANCO, Augusto de. **Além da renda**: a pobreza brasileira como insuficiência de desenvolvimento. Brasília: Millennium, Instituto de Política, 2000
- FREITAS, Antônio Carlos Reis de. A crise ecológica na agricultura do Estado do Maranhão e a produção do trabalho familiar, In: **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, Universidade Federal do Maranhão, v. 3, n. 1 / 2, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1986.

- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FUKUYAMA, R. **O fim da história**, São Paulo, 1995. (Digitado).
- GANS, Herbert, Pobreza tem solução. **Revista Veja**, 17 de janeiro de 1996.
- GÓES, Valder de. Bolsa Família, bandeira eleitoral, In: **Folha de São Paulo**, fevereiro, 2006
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**: política e legislação social no Brasil: 1917 – 1937. Rio de Janeiro: Editora: Campus, 1989.
- GUIMARÃES, Maria Beatriz Lisboa, Feminização da pobreza e religiosidade, In: VALLA, Victor Vincent et al (Org.). **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto/Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas**, banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- GUSMÃO, Rute. A ideologia da solidariedade. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, ano 21, n. 62, mar. São Paulo: Cortez, 2000.
- HASENBALG, Carlos. A pesquisa sobre migrações, urbanização, relações raciais e pobreza no Brasil, 1970 – 1980. **Série Estudos**, Rio de Janeiro, n. 8, 1991.
- HELLER, Agnes. **Teoría de las necesidades en Marx**. Barcelona: Península, 1986.
- HIRSCH, J. Observações teóricas sobre o Estado burguês e sua crise. In: POULANTZAS, Nicos. **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- HOBSBAWN, Erik. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. In: **Revista Temporalis**, ano 2, n.3, jan./ jul. 2001.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos Indicadores Sociais**. Censo 2000. Rio de Janeiro, 2001.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2004.
- ILLICH, Ivan. Necessidades, In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, Vozes, 2000.
- INSTITUTO CIDADANIA, **Projeto Fome Zero**, uma proposta de segurança alimentar para o Brasil, São Paulo, 2001.
- JUNCA, Denise Crysóstomo de Moura. Da cana para o lixo: um percurso de desfiliação? In: **Serviço Social & Sociedade**, ano 21, n. 63, jul., 2000.
- KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LAMOUREUX, Jocelyne. A igualdade em crise. In: **Revista internacional de ação**. Quebec, 1986.
- LAURELL, Asa C. A nova face da política social mexicana. In: **Lua Nova, Revista de cultura e política**, n. 32, 1994.
- LAVINAS, Lena. Combinando o compensatório e redistributivo, o desafio das políticas sociais no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- LEAL, Carlos I. S.; WERLANG, Sérgio R. da Costa. Educação e distribuição de renda. In: CAMARGO, José Márcio et al (Org.) **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro:[s.n.], 2000.
- LIMA, Antônia Jesuíta de. **As multifaces da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003.

- LIMA, Marcos Costa. Raízes da miséria no Brasil, da senzala à favela. In: **Extrema pobreza no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2002.
- LIMA, Terezinha Moreira et al (Coord.). **Mapa do trabalho infantil no Maranhão**, construção dos indicadores sobre a exploração do trabalho infanto-juvenil. São Luis: FORUMMA, 2002.
- LOBATO, Ana Lúcia Martins (Org.). **Garantia de renda mínima**: ensaios e propostas. Brasília: IPEA, 1999.
- LOPES, Márcia. Avanços do Bolsa Família no combate à pobreza. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: maio 2006.
- LÖWI, Michel. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MANHEIN, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Sousa. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MARANHÃO, **Processamento de dados / Sistema Único de Saúde – DATASUS**, São Luis, 2002 / 2003.
- MARIZ, C. Alcoolismo, gênero e pentecostalismo. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 16/3, 1994.
- MARQUES, Rosa Maria. **A proteção social no mundo do trabalho**. São Paulo: Bional, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 2003.
- _____. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MESZÁROS, István. A necessidade do controle social. São Paulo: Ensaio, 1987.
- MULLER, Geraldo. O não direito do cidadão. In: **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 15, julho, 1986.
- NASCIMENTO, Elimar P. Exclusão, a nova questão social In: **II Semana Social Brasileira**, Brasília, 1994.
- NAVARRO, Mobilização sem emancipação, as lutas sociais dos sem-terra no Brasil, In: SANTOS, B. **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- NETTO, José Paulo, Transformações societárias e Serviço Social, notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil, In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 50, ano XVII, abril, 1996.
- _____. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, Francis, M. G.; RIZZOTTO, Maria Lúcia F. **Estado e políticas sociais**, Brasil – Paraná. Paraná: Unioeste, 2003.
- NISBET, Robert. Conservadorismo e sociologia. In: MARTINS, José de Sousa. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- OGIEN, A. **Construção social da pobreza**, 1986 (Digitado).
- OLIVEIRA, Luciano, Os 'excluídos' existem? Notas sobre elaboração de um novo conceito. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 33, ano 12, fev. 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: **Os sentidos da democracia**, políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes/ FAPESP/NEDIC, 1999.
- PAIVA, Beatriz Augusto et al. Medidas de combate à pobreza, a propósito das iniciativas legislativas do senador Antônio Carlos Magalhães, In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 63, ano XXI, 2000.

- PALMEIRA, Moacir, Prefácio, In: LOPES, Sérgio L. **O vapor do diabo**, o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro, 1978.
- PARKER, C. **Religião popular e modernização capitalista**, uma outra lógica na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1995.
- PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo, 2004.
- PAUGAM, Serge. **Desqualificação social**, ensaio sobre a pobreza. São Paulo: Cortez editora / EDUC, 2003.
- PEREIRA, Potyara A.. Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. In: **Revista Temporalis**, n. 3 , ABEPSS, ano II, jan. a jun. 2001.
- _____. **Necessidades humanas**, subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez , 2000.
- _____. Política social, cidadania e neoliberalismo, reflexão sobre a experiência brasileira. In: CARVALHO, Denise Bomtempo B. et al. **Novos paradigmas da política social**, Brasília: UNB, 2002.
- POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.
- POOVEY, Mary. **History of the modern fact**. Chicago and London: University of Chicago Press, 1998.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890 – 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.
- RAHNEMA, Majid. Pobreza, In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**, guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, Vozes, 2000.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. A resistência do compromisso, In: VALLA, Victor Vincent et al (org.). **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto/Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.
- ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- _____. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil, In: **Pobreza e desigualdade no Brasil**. HENRIQUES, Ricardo (org.), Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- ROSAVALLON, Pierre. **A crise do Estado providência**. Goiânia: UFG, 1997.
- SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**, guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, Vozes, 2000.
- SADER, Emir, Direitos e esfera pública, In: **Serviço Social & Sociedade**, n.77, ano XXV, março, 2004.
- SALEM, Tânia. Mulheres faveladas: “com a venda nos olhos”. In: **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar. N. 01. 1981.
- SALINAS, Marcelo. Eficácia do Bolsa Família divide especialistas. In: **Folha de São Paulo**, março, 2006.
- SALOMON, Marta, Com programa único, Lula prepara guinada no social, In: **Folha de São Paulo**, abril 2004
- SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**, os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

- SANTOS, Wanderlei Guilherme dos. **Cidadania e justiça, política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- SAWAIA, Bader (org.) **Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**, um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2003.
- SCHAFF, Adam. **O marxismo e o indivíduo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- SCHIOCHET, Valmor. O mercado de trabalho e o emprego formal em Blumenau, (mimeo), 1999.
- SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- SCHWARZ, Adam. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas cidades, 1988.
- STOTZ, Eduardo Navarro, Pobreza e capitalismo, In: VALLA, Victor Vincent et al (org.). **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto / Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.
- SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão das capacidades, In: **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, nº 28/29, 1993
- _____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- _____. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- _____. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das letras, 3ª ed. 2002.
- SILVA, Luis Inácio Lula da. Discurso no lançamento do Programa Bolsa Família, **Folha de São Paulo**, outubro de 2003.
- _____. Discurso proferido em campanha presidencial, In: **Folha de São Paulo**, setembro, 2006.
- SILVA, Maisa Miralva da. Condições de vida e estratégias de vida de famílias em situação de pobreza absoluta, In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Vol II, Brasília: ABEPSS, 2000.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. **Revista de políticas públicas**. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas / Universidade Federal do Maranhão, v.6, n.2, 2002.
- _____. A política pública de transferência de renda enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil, (Digitado), 2003.
- _____. **Especificidades do sistema de proteção social no Brasil**. São Luis: UFMA, 1997 (Digitado).
- _____. et al. **A política social brasileira no século XXI**, a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez editora, 2004.
- _____. Os Programas de Transferência de Renda enquanto estratégia atual de enfrentamento à pobreza no Brasil, o Programa Bolsa Família, (Digitado), 2006.
- SILVA, Pedro L. B.; MELLO, Marcus A.. B. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. In: **Caderno de Pesquisa** n. 48, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP / UNICAMP, 2000.
- SIMIONATO, Ivete, NOGUEIRA, Vera M. R. Pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 66, ano XXII, 2001.
- SOARES, Laura Tavares. **Ajuste neoliberal e desajuste na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. **Os custos do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

- SORJ, Bernardo. Estratégias, crises e desafios das Ciências Sociais no Brasil. In: **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré / FAPESP, 1995.
- SPOSATI, Aldaíza. Pobreza e cidadania no Brasil contemporâneo, um comentário do relatório da comissão mista especial da câmara e do senado. In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 63, ano XXI, jul. 2000.
- SPRANDEL, Márcia Anita. **A pobreza no paraíso tropical**, interpretações e discursos sobre o Brasil, Rio de Janeiro: Relume / Dumará, 2004.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania**, a saída é pela porta. São Paulo: Cortez, 2002.
- TELLES, Vera S. Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida. In: MARTINS, H. T. S.; RAMALHO, J. R. (orgs.). **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec / CEDI / NETS, 1994.
- _____. No fio da navalha, entre carências e direitos, notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil, In: **Programas de renda mínima no Brasil**, impactos e possibilidades, São Paulo: Instituto Polis, 1998.
- _____. A cidadania inexistente, incivilidade e pobreza, um estudo sobre trabalho e família na grande São Paulo, Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 1992.
- _____. Pobreza e cidadania, duas categorias antinômicas. In: **Mínimos de cidadania, ações afirmativas e enfrentamento à questão social**. São Paulo: Núcleo de Seguridade e Assistência Social, PUC/SP, 1994.
- VALLA, Victor Vincent et al (org.). **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto/Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.
- VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil, In: BOSCHI, Renato. (org.). **Corporativismo e desigualdade**, a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo / IUPERJ, 1991.
- VIDIGAL, Edson, Governo Lula é o melhor para o social, In: **O Imparcial**, maio de 2006.
- VIEIRA, Ewaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. Estado e política social na década de 90. In: NOGUEIRA, Francis M. G. (orgs.) et al. **Estado e políticas sociais no Brasil**. Cascavel: Unioeste, 2001.
- VIANNA, Maria Lúcia W. O silencioso desmonte da Seguridade Social no Brasil. In: BRAVO, Maria Inês Souza. PEREIRA, Potyara P. **Política Social e democracia**. São Paulo: Cortez, 2001.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.
- WERNER Rosiléa C.; MOREIRA, Francilene L. As sazonalidades no setor de serviços. In: **O Serviço Social e a questão social**, Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Brasília: UNB, 2000.
- WOLFENSON, James. Banco Mundial destinará US \$ 1 bi para o Programa Bolsa Família em seis anos, In: MIGNONE, R. Notícias do Bolsa Família, **Folha de São Paulo**, outubro de 2006.
- YAZBEK, Maria Carmelita, Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: **Revista Temporalis**, n. 3, ABEPS, ano II, jan. a jul. 2001.
- _____. Classes subalternas e assistência social. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. Política social, assistência social e filantropia. In: CARVALHO, Denise Bomtempo B. et al. **Novos paradigmas da política social**, Brasília: UNB, 2002.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**, as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro para realização de entrevistas semi-estruturadas junto ao **Gestor** do órgão coordenador dos Programas de Transferência de Renda (Programa Bolsa Família - PBF) em São Luis, Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

- O que é pobreza;
- Quais as determinações da pobreza;
- Que estratégias podem ser construídas como forma de enfrentamento da pobreza;
- Quais as dimensões da pobreza em São Luis;
- Qual a relação entre a instituição e o enfrentamento da pobreza no município de São Luis (programas, projetos e serviços);
- Qual a compreensão dos Programas de Transferência de Renda em relação à pobreza;
- Que significados os Programas de Transferência de Renda vêm assumindo frente à realidade de pobreza em São Luis;
- Mudanças transcorridas na relação com a pobreza a partir dos Programas de Transferência de Renda?
- Como vem se dando em São Luis o processo de unificação do Programa Bolsa Família;
- Qual a relação entre a unificação e o enfrentamento da pobreza;
- Observações / Sugestões.

APÊNDICE B

Roteiro para realização de entrevistas semi-estruturadas junto aos **Coordenadores** de Programas de Transferência de Renda em São Luis (Programa Bolsa Família – PBF).

- O que é pobreza;
- Quais as determinações da pobreza;
- Quais as dimensões da pobreza em São Luis;
- Qual a compreensão dos Programas de Transferência de Renda como estratégia de enfrentamento à pobreza;
- Que significados os Programas de Transferência de Renda vêm assumindo frente à realidade de pobreza em São Luis;
- compreensão do Programa Bolsa Família (propostas, perspectivas de unificação, formas de implementação, critérios de inserção); em São Luis;
- Compreensão do processo de unificação do Programa;
- Mudanças transcorridas na relação com a pobreza a partir dos Programas de Transferência de Renda;
- Observações / Sugestões.

APÊNDICE C

Roteiro para realização de entrevistas semi-estruturadas junto aos **Técnicos** de Programas de Transferência de Renda em São Luis (Programa Bolsa Família – PBF).

- O que é pobreza;
- Quais as determinações da pobreza;
- Quais as dimensões da pobreza em São Luis;
- Qual a compreensão dos Programas de Transferência de Renda como estratégia de enfrentamento à pobreza;
- Que significados os Programas de Transferência de Renda vêm assumindo frente à realidade de pobreza em São Luis;
- compreensão do Programa Bolsa Família (propostas, perspectivas de unificação, formas de implementação, definição de metas, critérios de inserção, relação com os beneficiários, formas de acompanhamento e avaliação); em São Luis;
- Como vem se efetuando o processo de unificação do Programa;
- Mudanças transcorridas na relação com a pobreza a partir dos Programas de Transferência de Renda;
- Que mudanças vêm se efetuando na vida dos beneficiários do Programa em São Luis;
- Observações / Sugestões.

APÊNDICE D

Roteiro para realização de entrevistas semi-estruturadas junto aos **Beneficiários** do Programas de Transferência de Renda em São Luis (Programa Bolsa Família – PBF).

- O que é pobreza;
- Causas da pobreza;
- Causas da sua condição de pobreza;
- Experiência de pobreza (fatos e acontecimentos marcantes de sua vida);
- Como a pobreza pode ser enfrentada;
- Compreensão sobre o Programa Bolsa Família;
- O que levou a buscar o Programa;
- Tempo de inserção no Programa;
- Significado do Programa frente à situação de pobreza;
- Mudanças ocorridas após a inserção no Programa;
- Observações / Sugestões.

APÊNDICE E

Ficha de identificação das **Beneficiárias** entrevistadas

Nome:

Idade:

Cor / Raça:

União / Casamento:

Família / Filhos (n. de filhos):

Religião, crenças e práticas:

Procedência (Migração, tipo de migração, causas):

Grau de instrução:

Formação profissional:

Trabalhos desenvolvidos (tipo e condições):

Em que trabalha atualmente:

Endereço:

Condições de moradia:

Nº de cômodos da casa:

Nº de pessoas na família:

Serviços públicos a que tem acesso:

Serviços de assistência social a que tem ou teve acesso além do PBF:

ANEXOS

ANEXO 01

LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004

Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei n o 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei n o 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória n o 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto n o 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto n o 3.877, de 24 de julho de 2001.

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos.

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros;

II - nutriz, a mãe que esteja amamentando seu filho com até 6 (seis) meses de idade para o qual o leite materno seja o principal alimento;

III - renda familiar mensal, a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda, nos termos do regulamento.

§ 2º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso I do caput será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e será concedido a famílias com renda per capita de até R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 3º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso II do caput será de R\$ 15,00 (quinze reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por família beneficiada e será concedido a famílias com renda per capita de até R\$ 100,00 (cem reais).

§ 4º A família beneficiária da transferência a que se refere o inciso I do caput poderá receber, cumulativamente, o benefício a que se refere o inciso II do caput , observado o limite estabelecido no § 3º .

§ 5º A família cuja renda per capita mensal seja superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), até o limite de R\$ 100,00 (cem reais), receberá exclusivamente o benefício a que se refere o inciso II do caput , de acordo com sua composição, até o limite estabelecido no § 3º .

§ 6º Os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização de situação de pobreza ou extrema pobreza de que tratam os §§ 2º e 3º poderão ser majorados pelo Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do País e de estudos técnicos sobre o tema, atendido o disposto no parágrafo único do art. 6º .

§ 7º Os atuais beneficiários dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º , à medida que passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa Família, deixarão de receber os benefícios daqueles programas.

§ 8º Considera-se benefício variável de caráter extraordinário a parcela do valor dos benefícios em manutenção das famílias beneficiárias dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAE e Auxílio-Gás que, na data de ingresso dessas famílias no Programa Bolsa Família, exceda o limite máximo fixado neste artigo.

§ 9º O benefício a que se refere o § 8º será mantido até a cessação das condições de elegibilidade de cada um dos beneficiários que lhe deram origem.

§ 10. O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família poderá excepcionalizar o cumprimento dos critérios de que trata o § 2º , nos casos de calamidade pública ou de situação de emergência reconhecidos pelo Governo Federal, para fins de concessão do benefício básico em caráter temporário, respeitados os limites orçamentários e financeiros.

§ 11. Os benefícios a que se referem os incisos I e II do caput serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário, fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável mediante o Número de Identificação Social - NIS, de uso do Governo Federal.

§ 12. Os benefícios poderão, também, ser pagos por meio de contas especiais de depósito a vista, nos termos de resoluções adotadas pelo Banco Central do Brasil.

§ 13. No caso de créditos de benefícios disponibilizados indevidamente ou com prescrição do prazo de movimentação definido em regulamento, os créditos reverterão automaticamente ao Programa Bolsa Família.

§ 14. O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento.

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.

Art. 4º Fica criado, como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, com a finalidade de formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e

implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, tendo as competências, composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 5º O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família contará com uma Secretaria-Executiva, com a finalidade de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a operacionalização do Programa, compreendendo o cadastramento único, a supervisão do cumprimento das condicionalidades, o estabelecimento de sistema de monitoramento, avaliação, gestão orçamentária e financeira, a definição das formas de participação e controle social e a interlocução com as respectivas instâncias, bem como a articulação entre o Programa e as políticas públicas sociais de iniciativa dos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.

Art. 6º As despesas do Programa Bolsa Família correrão à conta das dotações alocadas nos programas federais de transferência de renda e no Cadastramento Único a que se refere o parágrafo único do art. 1º, bem como de outras dotações do Orçamento da Seguridade Social da União que vierem a ser consignadas ao Programa.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes.

Art. 7º Compete à Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família promover os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira dos recursos originalmente destinados aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastramento Único mencionados no parágrafo único do art. 1º.

§ 1º Excepcionalmente, no exercício de 2003, os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira, em caráter obrigatório, para pagamento dos benefícios e dos serviços prestados pelo agente operador e, em caráter facultativo, para o gerenciamento do Programa Bolsa Família, serão realizados pelos Ministérios da Educação, da Saúde, de Minas e Energia e pelo Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, observada orientação emanada da Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família quanto aos beneficiários e respectivos benefícios.

§ 2º No exercício de 2003, as despesas relacionadas à execução dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAA e Auxílio-Gás continuarão a ser executadas orçamentária e financeiramente pelos respectivos Ministérios e órgãos responsáveis.

§ 3º No exercício de 2004, as dotações relativas aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastramento Único, referidos no parágrafo único do art. 1º, serão descentralizadas para o órgão responsável pela execução do Programa Bolsa Família.

Art. 8º A execução e a gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e dar-se-ão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.

Art. 9º O controle e a participação social do Programa Bolsa Família serão realizados, em âmbito local, por um conselho ou por um comitê instalado pelo Poder Público municipal, na forma do regulamento.

Parágrafo único. A função dos membros do comitê ou do conselho a que se refere o caput é considerada serviço público relevante e não será de nenhuma forma remunerada.

Art. 10. O art. 5º da Lei n o 10.689, de 13 de junho de 2003, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 5º As despesas com o Programa Nacional de Acesso à Alimentação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual, inclusive oriundas do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias." (NR)

Art. 11. Ficam vedadas as concessões de novos benefícios no âmbito de cada um dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º .

Art. 12. Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de Agente Operador do Programa Bolsa Família, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal, obedecidas as formalidades legais.

Art. 13. Será de acesso público a relação dos beneficiários e dos respectivos benefícios do Programa a que se refere o caput do art. 1º .

Parágrafo único. A relação a que se refere o caput terá divulgação em meios eletrônicos de acesso público e em outros meios previstos em regulamento.

Art. 14. A autoridade responsável pela organização e manutenção do cadastro referido no art. 1º que inserir ou fizer inserir dados ou informações falsas ou diversas das que deveriam ser inscritas, com o fim de alterar a verdade sobre o fato, ou contribuir para a entrega do benefício a pessoa diversa do beneficiário final, será responsabilizada civil, penal e administrativamente.

§ 1º Sem prejuízo da sanção penal, o beneficiário que dolosamente utilizar o benefício será obrigado a efetuar o cimento da importância recebida, em prazo a ser estabelecido pelo Poder Executivo, acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, e de 1% (um por cento) ao mês, calculados a partir da data do recebimento.

§ 2º Ao servidor público ou agente de entidade conveniada ou contratada que concorra para a conduta ilícita prevista neste artigo aplica-se, nas condições a serem estabelecidas em regulamento e sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis, multa nunca inferior ao dobro dos rendimentos ilegalmente pagos, atualizada, anualmente, até seu pagamento, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 15. Fica criado no Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família um cargo, código DAS 101.6, de Secretário-Executivo do Programa Bolsa Família.

Art. 16. Na gestão do Programa Bolsa Família, aplicarse-á, no que couber, a legislação mencionada no parágrafo único do art. 1º , observadas as diretrizes do Programa.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2004; 183 o da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO
José Dirceu de Oliveira e Silva

LULA

DA

SILVA

Publicado no D.O.U. de 12.1.2003

